

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Lorena Maria da Silva

Tecendo cidadanias: os percursos da luta por direitos no território do Capão
Redondo

Doutorado em Psicologia Social

SÃO PAULO
2026

Lorena Maria da Silva

Tecendo cidadanias: os percursos da luta por direitos no território do Capão
Redondo

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
como exigência para obtenção do título de
Doutora em **Psicologia Social**, sob orientação da
Prof^a Dr^a **Maria da Graça Marchina
Gonçalves**.

SÃO PAULO

2026

Banca Examinadora

Et si on célébrait ceux qui n'célèbrent pas

Pour une fois

J'aimerais lever mon verre à ceux qui n'en ont pas

À ceux qui n'en ont pas (Santé, Stromae)

À/aos moradoras/es do Capão Redondo que confiaram a partilha de suas histórias comigo.

À minha irmã, Ana Clara, que me ajuda a seguir conjugando o verbo esperar.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, número do processo 88887.701057/2022-00.

AGRADECIMENTOS

Milton Nascimento canta, em *Bailes da Vida*, que “todo o artista tem de ir aonde o povo está”. Eu sempre ouço essa canção e, em especial, esse trecho, e penso que Milton talvez fale de algo que vai além do deslocamento físico: ele parece comunicar a necessidade da perda de si mesmo como referência, pois só se faz artista – ou se cria algo – quando a relação com o outro se torna a referência. Por isso, àquelas/es que, de alguma forma, me nutriram e possibilitaram que eu chegasse até aqui com a alma repleta de chão, eu agradeço.

À Graça Gonçalves, que me ensinou que rigor pode dialogar com generosidade, com trocas afáveis e com compromisso ético-político. Por seguir próxima a mim em todos os momentos do doutorado e por me orientar para além do trabalho acadêmico, nos muitos cafés que tivemos a oportunidade de partilhar. Este trabalho, sem dúvida, é nosso!

À Mariana Cordeiro e ao Mauro Iasi, pelas contribuições feitas durante o exame de qualificação e por me auxiliarem a enxergar para além do dito e do transcrito.

À Luane Neves, por ter seguido comigo do exame de qualificação à defesa e por ter me ajudado a organizar as ideias e a escrita, além de conduzir meu olhar a observar de maneira mais atenta aquilo que eu julgava óbvio. Agradeço a leitura cuidadosa do meu texto desde a qualificação.

À Edneia Zaniani, com quem aprendo sobre Psicologia e políticas públicas desde quando eu nem sabia que seria essa a área que iria me movimentar profissionalmente. Obrigada pela permanente aposta que você fez em mim e por aceitar estar comigo na defesa.

À Elisa Zaneratto, por ser você e por me auxiliar a construir esta caminhada chamada tese. Que felicidade tê-la comigo neste momento. Ao José Agnaldo, pelo aceite em compor a banca e pelas zelosas contribuições.

À Bader Sawaia e à Isabella de Almeida, pela disponibilidade em comporem à banca e pelo auxílio com as muitas reflexões ao longo deste caminho.

À Barbara Lucas, pour m’avoir reçue avec tant de gentillesse et pour avoir apporté un nouveau regard sur ma thèse. Cela a vraiment fait la différence.

À Théogène, pour avoir rendu la vie à l’étranger plus légère et pour m’avoir appris qu’il est possible de se sentir chez soi, où que l’on soit dans le monde.

À minha família, pela constante torcida e, em especial, à minha mãe Ivanilda, que acreditou e acredita mais em mim do que eu mesma. Obrigada por ter me dado à vida!

Aos/às amigos/as que tive a sorte de conhecer durante o percurso na PUC-SP: à Luciana, por apertar ainda mais forte a minha mão ao menor sinal do meu desânimo com os processos de trabalho e estudo; ao Marcus, pelas infinitas e profundas trocas e descobertas acadêmicas e sobre a vida; à Yasmin, ao Felipe, ao Henrique e ao Lucas, por me apoiarem, me acolherem e cuidarem de mim desde os meus primeiros meses em São Paulo; e ao Angelo, pela generosidade das nossas partilhas e por me auxiliar nos muitos processos de descoberta da vida acadêmica e como docente.

À Gabrielle Capinam e à Ana Carolina, pelo colo e refúgio sempre que necessário e, sobretudo, por me alimentarem de muita de comida e de vida. À Melissa pelo cuidado e carinho na minha vinda a São Paulo, você tornou a cidade possível. À Ana Eliza, à Carol e à Mariana por estarem sempre por perto, mesmo com a distância geográfica, e pela torcida infinita ao longo dos processos que compuseram o doutorado.

À Melline, com quem partilho amizade, cumplicidade e sonhos. Obrigada por ser sempre um esteio e por insistir nesta relação que se faz cada vez mais profunda, verdadeira e cuidadosa. Agradeço pela ajuda com a tese e com tudo que ela trouxe.

À Barbara por me auxiliar ao longo do doutorado sanduíche e pela amizade sempre presente e disponível.

À Natália, pela parceria diária, leituras, correções e trocas sempre cheias do que há de novo. Valeu, Natalina!

À equipe do CCIInter, aqui nomeado Baró, por me receberem e fazerem deste espaço um pedaço de lar desde que eu cheguei em São Paulo.

Aos/às colegas do NUPPDES, pelas trocas ricas, instigantes e por me auxiliarem ao longo de todo o percurso do doutorado.

RESUMO

SILVA, L. M. **Tecendo cidadanias:** os percursos da luta por direitos no território do Capão Redondo. 2026. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2026.

A cidadania se constrói com base nas diferentes condições socioeconômicas de cada território. Não sendo um conceito estanque, tampouco universal, ela adquiriu distintos contornos ao longo da história das sociedades, que desenvolveram parâmetros para garantir os direitos usualmente estipulados e reconhecidos como característicos dos cidadãos, tomando como referência os países centrais do capitalismo. No Brasil, não foi diferente. Embora inspirada nas convenções do Norte Global, essa cidadania desabrochou de forma distinta abaixo da linha do Equador e se edificou a partir dos aspectos econômicos e sociais que constituíram o país, a saber: o colonialismo, o capitalismo dependente e uma frágil construção democrática. O percurso histórico para o estabelecimento dos direitos individuais e sociais no Brasil enuncia o árduo caminho percorrido para a constituição de uma cidadania de caráter universal e, mais do que isso, os desafios permanentes para a garantia dos direitos conquistados. Contudo, mesmo frente aos múltiplos desafios para assegurar e implementar políticas públicas sociais capazes de consolidar os direitos de cidadania, grupos historicamente apontados como subcidadãos foram responsáveis por importantes processos de luta pela universalização da cidadania e dos direitos que a constituem. É a partir dessa perspectiva analítica que tomamos o território do distrito do Capão Redondo, localizado na Zona Sul da cidade de São Paulo (SP), como objeto de análise deste trabalho. Com base nesse recorte, objetivamos compreender as significações de cidadania para os habitantes do distrito do Capão Redondo, considerando, em especial, suas relações com as políticas públicas sociais, com destaque para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Para tanto, por meio de dez entrevistas semiestruturadas e da participação nas atividades de um serviço público pertencente ao SUAS, dialogamos com moradores a fim de compreender o processo histórico que edificou o que se entende por cidadania e o lugar ocupado pelas políticas públicas na garantia de direitos, sobretudo os direitos sociais, no território. O Capão Redondo foi tomado como foco de análise por seu histórico de mobilização popular frente às expressões da desigualdade social que marcaram – e ainda marcam – essa região. À luz da Psicologia Social Sócio-histórica e por meio da ferramenta da

Análise Temática, levantamos três temas que congregam as significações de cidadania apresentadas pelos moradores: Relações de pertencimento, Análise da oferta e do acesso aos direitos sociais e Significações de cidadania. Esses temas evidenciam que o território, mais do que um cenário, é protagonista na construção de estratégias para a garantia dos direitos de cidadania. Além disso, à medida que a população se mobiliza frente às condições vividas, ela também se transforma, evidenciando que a cidadania é sempre um processo coletivo, mediado pelo acesso aos direitos por meio das políticas públicas sociais. Por fim, a análise dos dados permite afirmar que, embora possa ser juridicamente garantida como *status*, a cidadania se constitui, na prática, como um processo permanente de luta e reivindicação, forjado pelas mobilizações daqueles que, não raro, não são reconhecidos como cidadãos na experiência concreta da vida social.

Palavras-chave: cidadania; território; direitos sociais; políticas públicas sociais.

ABSTRACT

SILVA, L. M. **Weaving citizenships**: paths of the struggle for rights in the territory of Capão Redondo. 2026. Doctoral Dissertation (PhD in Social Psychology). Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2026.

Citizenship is constructed on the basis of the different socioeconomic conditions of each territory. Rather than being a fixed or universal concept, it has acquired distinct meanings throughout the history of societies, which have developed parameters to guarantee the rights commonly established and recognized as characteristic of citizens, taking as reference the central countries of capitalism. In Brazil, this process was no different. Although inspired by conventions from the Global North, citizenship developed in a distinct manner below the Equator and was shaped by the economic and social aspects that constituted the country—namely colonialism, dependent capitalism, and a fragile democratic construction. The historical trajectory of the establishment of individual and social rights in Brazil reveals the arduous path toward the construction of a universal form of citizenship and, moreover, the ongoing challenges involved in guaranteeing the rights that have been achieved. Nevertheless, despite the multiple challenges related to ensuring and implementing social public policies capable of consolidating citizenship rights, groups historically identified as sub-citizens have played a central role in struggles for the universalization of citizenship and the rights that constitute it. From this analytical perspective, this study takes the territory of the Capão Redondo district, located in the southern zone of the city of São Paulo (SP), as its object of analysis. The research aims to understand the meanings of citizenship attributed by residents of Capão Redondo, particularly considering their relationships with social public policies, with special emphasis on the Unified Social Assistance System (SUAS). To that end, the study draws on ten semi-structured interviews and participant engagement in the activities of a public service within SUAS, enabling dialogue with residents in order to comprehend the historical processes that shaped understandings of citizenship and the role of public policies in guaranteeing rights—especially social rights—within the territory. Capão Redondo was selected because of its long history of popular mobilization in response to expressions of social inequality that have marked—and continue to mark—the region. Grounded in socio-historical social psychology and using thematic analysis as an analytical tool, three themes were identified that encompass residents' meanings of

citizenship: relations of belonging, analysis of the provision of and access to social rights, and meanings of citizenship. These themes demonstrate that the territory, rather than merely serving as a backdrop, acts as a protagonist in the construction of strategies to guarantee citizenship rights. Furthermore, as the population mobilizes in response to lived conditions, it also transforms itself, highlighting that citizenship is always a collective process, mediated by access to rights through social public policies. Finally, the analysis indicates that although citizenship may be legally guaranteed as a status, in practice it is constituted as an ongoing process of struggle and claim-making, forged through the mobilizations of those who are often not recognized as citizens in their concrete social experience.

Keywords: citizenship; territory; social rights; social public policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da localização do distrito do Capão Redondo em São Paulo ...	85
Figura 2 – Fases da análise temática	111
Figura 3 – Mapa temático: buscando por temas	117
Figura 4 – Mapa final	118
Figura 5 – Mapa final do diário de campo	120
Figura 6 – América Invertida	186

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Rede de serviços públicos disponível no distrito do Capão Redondo	92
Tabela 2 – Quantidade e porcentagem dos códigos	115

LISTA DE SIGLAS

AC Análise de Conteúdo
AMA Assistência Médica Ambulatorial
AT Análise Temática
BPC Benefício da Prestação Continuada
CAB Colégio Adventista Brasileiro
CCA Centro de Convivência para Criança e Adolescentes
CCINTER Centro de Convivência Intergeracional
CEB Comunidades Eclesiais de Base
CEDESP Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo
COHAB Companhia de Habitação Popular
CONSEA Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CRAS Centro de Referência de Assistência Social
CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DIEESE Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DS Direitos sociais
FNB Frente Negra Brasileira
IA Insegurança alimentar
IAE Instituto Adventista de Ensino
IAPB Instituto dos Bancários
IAPC Instituto dos Comerciários
IAPM Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPA Análise Fenomenológica Interpretativa
IPCN Instituto de Pesquisa da Cultura Negra
LOAS Lei Orgânica da Assistência Social
MTST Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NCI Núcleo de Convivência do Idoso
OIT Organização Internacional do Trabalho
ONU Organização das Nações Unidas
OSC Organizações da Sociedade Civil
PAIF Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias

PENSSAN Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e
Nutricional

PIB Produto Interno Bruto

PL Partido Liberal

PNAS Política Nacional de Assistência Social

PPS Políticas públicas sociais

PSB Proteção Social Básica

PSE Proteção Social Especial

PT Partido dos Trabalhadores

RNSP Rede Nossa São Paulo

SASF Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no
Domicílio

SCFV Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SMADS Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

SUAS Sistema Único de Assistência Social

SUS Sistema Único de Saúde

UBS Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1 SOBRE O QUE FALAMOS: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A TESE	16
2 PERCURSOS DA CIDADANIA	26
2.1 A formação do ideário de cidadania moderna	26
2.2 E no Brasil? Reverberações dos direitos de cidadania em território brasileiro	37
2.2.1 Entre o mundo dos livres e o mundo dos escravizados: a cidadania regulada no Império e Primeira República.....	38
2.2.2 República Nova: um avanço no campo da cidadania?	47
2.2.3 1964-1988: cidadania restringida, mas não abolida?.....	53
2.2.4 A Constituição Cidadã: a universalidade da cidadania, enfim?	56
2.3 Políticas públicas sociais: caminhos para a garantia dos direitos de cidadania?.....	66
2.4 Uma política em análise: Sistema Único de Assistência Social.....	70
2.5 Direitos de cidadania e políticas públicas sociais: o que ainda temos que construir?.....	78
3 PERCURSO DE INVESTIGAÇÃO: RELATOS SOBRE ENCONTROS	81
3.1 Capão Redondo: o encontro com a história do território.....	84
3.2 Capão Redondo: o encontro com a rede de serviços públicos e com o campo de pesquisa	91
3.3 CCinter Baró: o encontro com as usuárias e as/os profissionais	98
3.4 Psicologia sócio-histórica: o encontro com uma possibilidade de leitura analítica dos dados.....	102
3.5 Análise Temática: ferramenta para o manejo dos dados	105
3.6 Os resultados destes muitos encontros	111
4 TECENDO CIDADANIAS: SIGNIFICAÇÕES SOBRE TERRITÓRIOS, VÍNCULOS E DIREITOS	121
4.1 Tema I: relações de pertencimento	122
4.1.1 Relações de reconhecimento: o lugar do trabalho	123
4.1.2 Relações de Pertencimento: o lugar da comunidade do Capão Redondo.....	131
4.1.3 Relações de Permanência: o lugar das políticas públicas sociais	139
4.2 Tema II: análise da oferta e do acesso aos direitos sociais.....	146
4.2.1 Nós críticos.....	147
4.2.2 Estratégias para o avanço dos direitos sociais	156

4.3 Tema III: Significações de cidadania	162
4.3.1 Significação I: cidadania como uma díade individual-coletiva.....	163
4.3.2 Significação II: cidadania restrita da ponte para lá?.....	167
4.4 “E os diários de campo?”: a experiência no CCInter e as percepções que confirmam uma tese	170
5 REFLEXÕES FINAIS SOBRE TERRITÓRIOS E UMA CIDADANIA EM CONSTANTE MOVIMENTO	177
REFERÊNCIAS	187
APÊNDICES	199

1 SOBRE O QUE FALAMOS: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A TESE

O antropólogo James Holston (2008), em sua incontornável obra sobre a cidadania brasileira, “Insurgent citizenship” diz: “[...] os mais entrincheirados regimes de cidadania desigual podem ser desfeitos por movimentos de uma cidadania insurgente.¹” (p.4). Penso ser essa a frase guia desta tese, já que não são raras as produções acadêmicas que dizem o contrário, isto é, que a cidadania é incapaz de florescer ou de produzir cidadãs e cidadãos em espaços de vulnerabilidade socioeconômica².

E não por menos, como já bem discutido em notáveis trabalhos, nos mais variados campos de conhecimento (Leontiev, 2004, Rego; Pinzani, 2013, Martin-Baró, 2017, entre outros) a falta dos mínimos sociais pode levar a uma série de entraves ao desenvolvimento humano global. Não refuto tal argumento, pelo contrário, sua veracidade é facilmente ratificada por meio da realidade social, que sendo contraditória e múltipla, oferece elementos que permitem olhar diferentemente a tese da impossibilidade da ação diante da ausência de recursos. Mas como poderíamos justificar a cidadania que advém de terrenos áridos, justamente da falta de condições mínimas de vida? Ou como contradizer a tese “menos recurso, menos participação social e política” se essa também pode mostrar-se verídica? Minha intenção não é negar um aspecto do fenômeno da cidadania em favor de outro, mas evidenciar que essa não pode ser lida de uma única forma e que a vida social oferece pistas que atestam os perigos de uma interpretação única.

Por isso, já inicio dizendo que o objetivo desta tese é compreender as significações de cidadania para habitantes do distrito Capão Redondo, São Paulo, considerando em sua análise as relações com as políticas públicas sociais³, em especial, o Sistema Único de

¹ No original: “[...] the most entrenched regimes of inegalitarian citizenship can be undone by insurgent citizen movements.”

² A escolha do uso do termo vulnerabilidade socioeconômica se deu baseada em Janczura (2012) que entende vulnerabilidade como a ausência de recursos materiais e imateriais para enfrentar as situações de risco às quais as pessoas e/ou grupos são submetidos ou se encontram. Esse processo, denominado por Sen (2000 *apud* Janczura, 2012) de privação das capacidades não se dá ao acaso, mas é fruto da desigual distribuição da riqueza produzida socialmente, criando um conjunto de privações capazes de fragilizar o acesso aos direitos e ao desenvolvimento humano. Por isso, ao usarmos esse termo, levamos em consideração o processo histórico da sua produção e o entendimento de que ele não é fixo em si mesmo, mas é variável, ganhando diferentes significados a partir da disciplina, sociedade e momento histórico. Como partimos da Psicologia e do estudo das políticas públicas sociais, nosso entendimento está baseado na produção destas vulnerabilidades pela desigualdade social brasileira.

³ Neste trabalho faremos uso deste termo, mesmo sabendo que há variadas formas de conceituar políticas sociais e políticas públicas. Concebemos que, apesar de teoricamente distintas, as políticas sociais e as políticas públicas se influenciam mutuamente quando operacionalizadas. Enquanto as políticas públicas são intervenções planejadas e implementadas pelo Estado, por intermédio de atores governamentais e da sociedade civil, a fim de agir sobre situações tidas como socialmente relevantes, as políticas sociais são ações que, construídas a partir dos movimentos populares, implementam o sistema de

Assistência Social (SUAS). Darei mais detalhes sobre esse território ao longo do trabalho, mas de pronto, vale dizer que a escolha por estudar essa região não foi aleatória, mas está ancorada na hipótese de que as configurações de cidadania no Brasil, apesar de tecidas sobre os moldes do Norte global, se fizeram sob as particularidades territoriais do Sul, o que determina as relações e percepções sobre os direitos. Considero que o Capão é um dos exemplos do desenvolvimento da cidadania *à lá* Brasil.

Além disso, recorro ao SUAS como política pública social para o estudo das significações de cidadania, porque compreendi no percurso como psicóloga desta política e, posteriormente, como estudiosa dela, que a Assistência Social é, na articulação com outras políticas de seguridade social, porta de entrada dos direitos e, portanto, da própria cidadania conforme mostraremos ao longo deste debate.

Dito isso, apresento um pequeno relato elucidando as primeiras sementes que fizeram germinar esta tese. Desde a graduação trabalho com populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio das políticas públicas sociais ou em projetos de extensão universitária. Não foram raras as vezes que escutei alunas/os⁴, professoras/es e pesquisadoras/es da Psicologia e áreas correlatas das Ciências Humanas e Sociais dizerem que somente a tomada do poder político e econômico por meio da prática revolucionária permitiria a verdadeira participação das classes exploradas ou daria a essas efetivamente voz e vez. Ou ainda, que as políticas públicas sociais seriam um mero “enxugar gelo” incapaz de possibilitar mínimas mudanças no contexto socioeconômico de famílias empobrecidas pela estrutural desigualdade social⁵ brasileira. Sempre foi tudo ou nada, opostos rigidamente delimitados entre a revolução e o reformismo, como se aqueles com quem partilhava informações sobre direitos, histórias ou indignações – as/os

proteção social responsável pela amenização das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento econômico (Hofling, 2001; Di Giovanni, 2008; Gonçalves, 2013). Quando nos referimos, por exemplo, ao Sistema Único de Saúde (SUS), falamos de uma política pública implementada pelo Estado brasileiro, mas que não foi e não é exclusivamente pensada pelas políticas estatais, pelo contrário, não é novidade a ação dos movimentos sociais em torno da construção do SUS e de outras políticas no Brasil. Além disso, o SUS tem como base uma compreensão de saúde que extrapola a ausência de doença, visando a amenização das desigualdades que fundam a sociedade brasileira. Por isso, mesmo diante desta linha tênue, optamos pelo termo políticas públicas sociais.

⁴ Ao longo de todo o manuscrito faremos uso da escrita gendrada tendo em vista que a população brasileira é composta, em sua maioria por pessoas do gênero feminino (51,5%), sendo elas ainda a maioria no acesso às políticas públicas sociais (IBGE, 2022).

⁵ Debateremos, de maneira mais aprofundada, sobre desigualdade social em outros momentos do trabalho, mas vale já dizer que ela não foi tomada como um termo descritivo ou sinônimo para posição social, pelo contrário, ela é entendida como categoria de análise, como lupa que evidencia as determinações que constituem a cidadania no Brasil, já que entendemos que não é possível fazer um debate sobre o Brasil, sem debater sua principal estrutura, a desigualdade social (Souza, 2006, Santos; Mota; Silva, 2013, Bock; Gonçalves, 2024).

usuárias/os – alternassem entre serem considerados meros espectadores da própria desgraça ou receptores passivos da tal política que “enxuga gelo”.

Tal incômodo me acompanhou durante a graduação e o mestrado, encontrando no doutorado lugar para decantar e organizadamente ressurgir em forma de questionamentos: O que fazem as pessoas a fim de afirmarem-se como sujeitos em seus territórios diante da falta de recursos, materiais e imateriais, imposta pela desigualdade social? Quais são as estratégias de enfrentamento assumidas pelas populações a fim de aplacar a ausência ou tímida presença do Estado? Quando presente o Estado por meio das políticas públicas sociais, que tipo de implicações psicossociais essas possuem? Todas essas questões me direcionaram a uma primeira compreensão: as pessoas, quando em condições de exclusão, buscam construir estratégias para participar da vida em sociedade e amenizar o cenário de precariedade vivenciado, sendo essas construídas diversamente a partir dos territórios. Mas o que isso tem a ver com cidadania, tema desta tese? Tudo! Discorro melhor a seguir.

O ideário da cidadania no Brasil passou a ser mais abordado ao longo do processo de redemocratização na década de 1980. Anteriormente a esse período, a cidadania estava relegada, de maneira preponderante, às perspectivas norte-americanas de democracia, surgindo, por outro lado, em terras brasileiras discussões que enfocavam os modelos dos blocos socialistas. O enfraquecimento das estratégias revolucionárias advindo da queda do muro de Berlim em 1989 e a progressiva reintegração dos países europeus, propulsionaram uma reorganização de respostas direcionadas às reivindicações por saúde, educação, fim das discriminações de raça e gênero etc., que passaram a ter o mesmo contorno dado aos assuntos econômicos, com base no mercado.

Em outros termos, o arremate do socialismo, que se consolidou com o posterior fim da União Soviética em 1991, lançou holofotes aos governos democráticos, fossem eles liberais ou não, e à bandeira do pertencimento e da igualdade por meio do acesso aos direitos sob a égide da cidadania. Essa ganhou tamanho destaque neste período, que se tornou alcunha da Constituição de 1988, denominada de Constituição Cidadã, além de ser tomada como fundamento da República Federativa Brasileira já no artigo 1º (Manzini-Covre, 1991). Explicarei melhor sobre os diferentes modelos de cidadania e a maneira como ela se adequou aos distintos modos de governança no Capítulo *Percursos da Cidadania*.

Por ora, vale dizer que ela não surge acidentalmente neste contexto brasileiro e nem é elevada como conceito principal das ações governamentais pelo mero acaso. Se

tomarmos como recorte as Revoluções Burguesas, veremos que a Constituição Cidadã não sucede como novidade, mas segue uma tendência já bem conhecida pelas sociedades ocidentais. Por exemplo, os textos da Declaração de Direitos de Virgínia (1776) e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), que respectivamente basearam a independência dos Estados Unidos e o processo revolucionário na França, reafirmam de modo transversal a liberdade, a igualdade e a vida, como direitos naturais, sacros e imprescindíveis para a garantia da existência humana, reiterando o compromisso das coletividades na garantia dos direitos individuais.

Na mesma linha, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) reconhece o caráter do direito individual de cada sujeito a partir das mesmas premissas supracitadas, reforçando os mínimos sociais a serem garantidos pelo Estado e suas coletividades. Neste ponto, a Declaração não deixa dúvidas a partir do seu artigo 22º: são os direitos sociais que se colocam como via para a garantia dos direitos individuais, explicitando ao longo dos oito artigos subsequentes, os direitos que devem ser gozados para que todos/as sejam livres para o exercício da individualidade.

Se estas tratativas em torno dos direitos não nasceram ao acaso, tampouco são fruto de ideias que se materializaram no cotidiano das sociedades, partimos da compreensão teórica-metodológica de que elas são resultado dos processos de transformação das condições de vida, iniciadas nas formas de produção material. E aqui nos referimos, especialmente, às modificações produzidas pelas revoluções industriais, que, ao fomentarem novas relações sociais de produção, impõem também novos contextos sociais e políticos, que posteriormente derivam em ideias que justificam as contradições que acompanham o ideário de direitos de igualdade.

Ou seja, compreendemos a história dos direitos e da cidadania não como um fato a ser descrito ou narrado, como se este tivesse um fim em si mesmo, mas como “sinais ou indícios reveladores de um processo, não necessariamente intencional, no sentido de uma direção preestabelecida”. É o que explica Bobbio (2004, p. 26) ao dizer que, mesmo diante das várias perspectivas para se entender os direitos na modernidade, ele opta por aquela fundada na filosofia da história, evidenciando o caráter teleológico da própria história e a sua inseparabilidade da ação humana:

Somente quando se leva em conta a finalidade de uma ação é que se pode compreender o seu “sentido”. A perspectiva da filosofia da história representa a transposição dessa interpretação finalista da ação

de cada indivíduo para a humanidade em seu conjunto, como se a humanidade fosse um indivíduo ampliado, ao qual atribuímos as características do indivíduo reduzido. (Bobbio, 2004, p. 27).

Logo, afirmamos que o modo como entendemos os direitos e a cidadania nesta tese tem a historicidade como premissa, não a da história contada em sua linearidade, mas aquela que se atenta às ambiguidades produzidas no curso do desenvolvimento do pensamento político de cada época, o qual se articula dialeticamente com a produção da vida social.

Dito isso, podemos dizer que as três Declarações dos Direitos mencionadas elencam os direitos fundamentais com o intuito de apresentar aqueles que devem ser desfrutados por todas/os. Mas, principalmente, os direitos que representam, em cada contexto histórico, o que se põe como possibilidade humana e que, nesse sentido, seriam capazes de elevar ao estatuto de humanidade qualquer sujeito que faz parte daquela conjuntura. Vale aqui retomarmos quais são eles: a liberdade, de modo a ter o domínio sobre o corpo e a vida; acesso igualitário às condições socioeconômicas satisfatórias para a promoção da existência e a soberania coletiva em relação aos aparatos governamentais.

Dentro de cenários permeados pelo escravismo, servidão e profundas iniquidades, essas Declarações afirmam uma nova condição humana para aqueles tolhidos, de alguma maneira, por fatores históricos, das possibilidades humanas vislumbradas ali como horizontes possíveis no processo de humanização. Para além disso, elas ratificam que o coletivo de pessoas é capaz de criar, gerir e estabelecer direitos que devem ser inalienáveis a todo o humano.

Portanto, o ideário da cidadania moderna se realiza sob a compreensão de que toda *pessoa é digna e livre* para participar *igualmente* dos processos sociais que fazem a vida em sociedade e que quando não estão disponíveis as condições para tal participação equânime, cabe às coletividades e ao poder público supri-las, pois isso é o que garante, neste momento histórico, o *status* de humanidade.

Tendo isso em vista, mostra-se relevante analisar como essa perspectiva se concretizou em cada contexto social, tendo como referência, como apontamos acima, a noção de historicidade.

No Brasil contemporâneo, as necessidades surgidas são penosamente supridas pelas políticas públicas sociais, essas que, como mencionei no início da nossa conversa, são, muitas vezes, nomeadas como meras coadjuvantes da amenização da desigualdade social e arqui-inimigas da (radical) transformação do país. No cenário brasileiro pós-

ditadura, as profundas desigualdades denunciavam as rasas condições humanas vividas por parte da população, o que tornava a liberdade e a igualdade apreoadas 40 anos antes pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU), um horizonte almejado, mas difícil de alcançar. Difícil, mas não impossível.

Se, desde a colônia, as dificuldades foram (e ainda são) estruturadas sob o regime de privilégios e sob a legalização das desigualdades sociais, o enfrentamento a elas se deu, constantemente, de baixo para cima, sendo as classes populares responsáveis por contraporem a cidadania negada. Especialmente no capítulo supramencionado, *Percursos da Cidadania*, elucidamos os processos de resistência e luta que atravessaram a história do Brasil. Dentre os/as autores/as que serviram de suporte, destacamos Clóvis Moura (2020), que, de maneira bastante elucidativa, apresenta os alicerces que constituíram a sociedade brasileira, digo, o modo como o processo de acumulação primitiva por meio da força de trabalho escravizada alçou o país na rota econômica mundial, aprofundando proporcionalmente as desigualdades ao passo que se enriqueciam as elites brasileiras e europeias que daqui expropriavam recursos. Obviamente, em contraponto, o autor apresenta que este processo não foi aceito pacificamente, mas constantemente contornado e enfrentado pelas populações escravizadas que protagonizaram tal legado de luta pelo reconhecimento da sua humanidade.

Holston (2008) ratifica essa discussão mostrando que, mais recentemente, os processos de luta pelo espaço urbano encabeçados pelas populações periféricas brasileiras são também exemplos de resistência, sendo registrado desde a década de 1970 reivindicações pelo direito de existir em territórios frequentemente esquecidos pelo poder público. E para existir, como vimos, é necessário direitos mínimos, sendo que as condições que conferem o *status* de pessoa digna foram também o paradigma dos movimentos populares daqueles que, até então, não poderiam ser considerados como tal.

No Capítulo *Percurso de Investigação*, trago como amostra deste cenário de reivindicações, o território do distrito do Capão Redondo, enfatizando que de terrenos áridos brotam lutas intensas capazes de mudar os rumos de uma comunidade, instaurando não apenas novas condições assistenciais, mas criando a ideia do movimento coletivo como valor a ser transmitido para outras gerações. Essas, que são beneficiadas pelas ações passadas, reafirmam a importância da continuidade das disputas a fim de beneficiar populações vindouras. Vale ressaltar que dessas lutas nasceu, em especial, a maior parte das políticas públicas sociais presentes no Capão e que mesmo que elas estejam longe de

extinguir as dificuldades ainda presentes naquele espaço, são constantemente mencionadas como essenciais para as mudanças obtidas no curso dos últimos 50 anos.

Pude observar esses elementos, pois me dediquei a dialogar com as pessoas que habitam no Capão e fazem uso direto das políticas públicas sociais, especialmente aquelas ligadas à Saúde Pública e à Assistência Social. Durante os mais de dois anos de diálogos, formais e informais com o território, evidenciou-se as premissas de uma cidadania que busca respeitar os preceitos básicos dos conhecidos Direitos Humanos, mesmo que para isso, houvesse confrontos com o próprio Estado, principal autor das promessas de uma cidadania que sempre precisou ser arrancada à força pelas mobilizações.

Portanto, a fim de melhor responder à questão feita há pouco sobre a relação entre cidadania e as ações que visam aplacar a falta de recursos materiais e imateriais, posso de antemão redesenhar a seguinte resposta: as pessoas, em determinados contextos de exclusão, desenvolvem ações coletivas ou estratégias comunitárias que buscam afirmar o seu direito de existir como pessoa com dignidade, exercendo e exercitando o direito à participação na busca pela igualdade de condições de vida; e o direito à liberdade, para enfrentar os entraves impostos pela desigualdade estrutural, que toca certos grupos de maneira mais intensa do que outros.

Contudo, toda a resposta deve trazer consigo novas perguntas para que o conhecimento não se mumifique. Essas elocubrações me levaram a questionar se há diferenças psicossociais entre as populações que formulam estratégias de enfrentamento ao desfavorecimento socioeconômico e à afirmação de si como sujeitos, e, portanto, ratificam-se como cidadãs e aquelas que habitam em territórios onde, aparentemente, existem plenas condições concretas de desenvolvimento, entretanto, o ideário de cidadania como participação social parece encontrar fragilidade em seu pouso.

Isto porque há casos de pessoas e comunidades que seguem aparentemente indiferentes frente às dificuldades, em relação aos quais, a cidadania parece se configurar de outro modo. Nestes casos, por que não se mobilizam? Por que percorrem este caminho? As respostas para estas questões passam pelas compreensões de cidadania construídas no e pelo território, como afirmei anteriormente, e as implicações que elas geram no processo de formação da consciência em si e para si, e por sua vez, na relação com a comunidade e com as políticas públicas sociais, sendo essa a nossa tese.

Por sua vez, mais adiante vamos discorrer sobre isso, nosso referencial teórico propõe analisar as significações (por exemplo, as compreensões de cidadania) produzidas na dialética subjetividade-objetividade, sendo imperativo estabelecer a relação dessa

produção simbólica com a realidade concreta da vida social. A categoria historicidade retorna aqui, com sua referência na materialidade e na compreensão dialética entre a condição objetiva e as produções subjetivas.

Estas e outras questões foram paulatinamente colocadas ao longo do processo de escrita e encontros com o território, pois entendemos que as significações de ser cidadã/o no Brasil e mesmo o ideário de cidadania não aparecem espontaneamente pela mera observação do território. Revela-se ali uma indicação do que esse fenômeno essencialmente é, mas não ele em si mesmo. Por isso, este estudo não se propõe à compreensão das representações de cidadania, mas do conceito em si, como proposto por Kosik (1976). Neste caso, quando mencionamos o conceito, falamos das determinações que o compõem, o que compreende as significações.

Isto se tornou o ponto fulcral da minha análise, ou seja, entender como o distrito do Capão Redondo e as políticas sociais desenvolvidas no território implicam subjetivamente na compreensão de cidadania e na própria relação estabelecida com a comunidade e *vice-versa*. Vemos que é um movimento cíclico a ser estudado, isto é, o processo de participação social mobilizado pelo território, proporcionou o desenvolvimento de políticas assistenciais naquele espaço. Essas, por sua vez, fortaleceram e reafirmaram à comunidade a necessidade de seguir construindo o processo político-participativo para a garantia dos direitos, que mesmo nascendo tímido, se fortaleceu ao longo das décadas. É esse processo em sua totalidade que queremos entender, pois mesmo que aparentemente esse distrito se apresente como atuante frente às violações de direitos, as determinações que subsidiaram o processo de construção do ideário da cidadania ali não são facilmente captadas, como novamente aponta Kosik (1976): “Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde.” (p.16).

Em resumo, se tenho como objetivo compreender as significações de cidadania, de modo mais específico me proponho a entender como as comunidades vulnerabilizadas atenuam as faltas e como elas compreendem esse movimento de se reafirmarem como sujeitos de direitos e as implicações psicossociais deste processo participativo. Por isso, insisto que este estudo fala sobre cidadania, mesmo que não fale diretamente sobre o voto ou eleição, pois ele discute uma das mais importantes formas de participação social, a ação coletiva frente à não existência de possibilidades concretas de vir a ser sujeito.

Pensando nisso, por mais que eu tenha apresentado um conjunto de questionamentos que foram tecendo esse tema de pesquisa, a questão central que tem me guiado no processo de investigação, e que se desenvolveu a partir das demais, é: como se configuram as significações de cidadania entre os habitantes do distrito do Capão Redondo, em São Paulo, e de que modo as políticas públicas sociais — especialmente o SUAS — implicam psicossocialmente essas significações e as formas de participação social no território?

Tenho entendido que cidadania, para essa comunidade, é existir como uma pessoa digna dentro da sociedade e ser reconhecida por essa como tal. E aqui dignidade é concebido como reconhecimento frente aos pares e ser cidadã/o é ter e possibilitar que todas/os tenham as mesmas condições de vida, o que vou chamar de princípio coletivo de igualdade, que será mais bem desenvolvido ao longo da nossa discussão. Grosso modo, essa significação de cidadania permite a construção de uma compreensão sobre si como participante de uma comunidade política mais ampla, como apontam Rego e Pinzani (2013).

O estudo das significações de cidadania e de suas dimensões, mostrou-se pouco frequente no campo da Psicologia brasileira. A tímida produção dedica-se a discutir as estratégias para a construção de condições que estimulem comportamentos participativos socialmente ou que favoreçam práticas profissionais pautadas na garantia dos direitos humanos no contexto das políticas públicas sociais, entendendo essas como cooperadoras para a consolidação da cidadania no Brasil.

O estudo de Rocha e Carrara (2011), por exemplo, mostra a ciência psicológica como base de uma técnica instrucional desenvolvida em escolas públicas com a finalidade de criar comportamentos socialmente habilidosos que condizem com o exercício da cidadania. Gesser (2013), por sua vez, mostra como a Psicologia ainda precisa romper com formas de cuidado que favoreçam a normatização e patologização dos sujeitos, promovendo a participação social por meio das políticas públicas sociais a fim de potencializar pessoas, mirando a superação dos processos de exclusão histórico-sociais.

Já Costa (2006) discorre sobre a formação da consciência política por meio da participação política em comunidades via ações em políticas públicas. O estudo enfatiza a importância do papel do Estado na criação de espaços de participação e o modo como estes favorecem o exercício ativo da cidadania, a autonomia e o sentimento de pertença à comunidade na qual os usuários estão inseridos. Na mesma direção, Goes (2010), Graciani (2015) e Miranda (2022) discutem a importância da participação popular para a

construção de ações em territórios vulnerabilizados, traçando discussões com a Psicologia no âmbito do desenvolvimento dos sujeitos a partir das coletividades que reivindicam direitos.

Vemos que os poucos estudos sobre os direitos de cidadania no campo da Psicologia podem representar a distante identificação que esta ciência possui com essa temática, estudando-a a partir de um lugar que aparentemente a mantém nos arredores deste objeto, isto é, analisando pontualmente práticas específicas, tais como, as contribuições da Psicologia em ações ligadas às pessoas em desfavorecimento socioeconômico, pessoas em sofrimento psíquico ou crianças e adolescentes, dentre outras, e o modo como estas ações cooperam para a garantia de direitos de cidadania.

Isto não significa que estas pesquisas não sejam imprescindíveis para movimentar e convocar a Psicologia em direção a uma produção científica ética e que desnaturalize os sofrimentos humanos vinculando-os à materialidade da vida. Mas, este estudo deseja, além de visualizar a construção de espaços cidadãos pontuais, considerar o que pensam pessoas de um determinado lugar sobre sua inserção social mais ampla, entendendo que cidadania não possui formato único em sua expressão e pode ganhar diferentes significados e sentidos a partir da população de distintos territórios e das políticas públicas sociais vivenciadas.

No nosso caso, vale ressaltar que essas significações não estão soltas, mas atracadas ao território do Capão Redondo e suas raízes constitutivas. Espero que a partir deste, possamos (re)pensar as nossas compreensões de cidadania, sem ignorar os desafios presentes ou minimizar as desigualdades que estruturam e se expressam neste território.

Finalmente, que juntas/os, possamos enxergar estas contradições e paradoxos inerentes aos processos de ser e, especialmente, não ser cidadã/o, entendendo-as como principal engrenagem das mais importantes lutas brasileiras.

2 PERCURSOS DA CIDADANIA

“Glória a todas as lutas inglórias
Que através da nossa história
Não esquecemos jamais...
Salve o navegante negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais.” (João Bosco
e Aldir Blanc, O mestre sala dos mares).

2.1 A formação do ideário de cidadania moderna

Cidadania não é um conceito estanque, tampouco universal, mas desenha-se a partir das distintas configurações sociais e históricas de cada sociedade. Isto pressupõe que a própria ideia de direitos se contorna de modo diferente em cada lugar, possuindo diferenciados caminhos para a sua consolidação, já que depende do próprio processo de desenvolvimento socioeconômico das sociedades.

Por isso, este item tem como proposta apresentar os caminhos que teceram não apenas o ideário da cidadania e os direitos que a caracterizam, mas, sobretudo, evidenciar como o Brasil, em parte, se adequou às necessidades socioeconômicas que conformaram a lógica cidadã moderna e, ao mesmo tempo, construiu, à sua maneira, outros parâmetros de cidadania. Esses parâmetros foram forjados especialmente a partir da experiência histórica daqueles que, mesmo não sendo legalmente reconhecidos como cidadãos, produziram formas próprias de reivindicação, pertencimento e participação social.

Dito isto, vale inicialmente anunciarmos que nossa discussão não tratará da ideia de cidadania a partir de sociedades não ocidentais, o que não significa que haja modelos ideais para esta, como costumeiramente se supõe ao se utilizar da História Antiga da Europa como berço da civilização humana e da própria ideia de cidadania, como aponta Guarinello (2016). Ele alerta que há uma armadilha ideológica difícil de evitar e que persistentemente projeta a cidadania como criação das civilizações greco-romanas, resultado do dedicado trabalho realizado pela Europa a partir do século XIX, a fim de definir uma relação centralizadora do Ocidente com as distintas nações do mundo. Mesmo diante do exposto nos deteremos no debate da cidadania moderna ocidental, visto que foi a partir dela que se deu a construção dos parâmetros da cidadania no Brasil, tendo em vista a estreita relação socioeconômica tida com os países do norte.

A palavra cidadania advém de distintas derivações do latim. *Civis*, que carrega em sua etimologia a noção de liberdade, gerou a palavra *ciuitas*, que significa “cidadania”, “cidade”, “Estado”, sendo atribuída pela primeira vez na Roma Antiga para designar aquele que possuía situação política favorável para o exercício dos direitos na cidade. Não por acaso, os termos supracitados no latim constituem um mesmo conceito, já que se entendia que as cidades e seus coletivos só poderiam existir, se antes, houvesse cidadãos (Funari, 2016).

Bellamy (2008), no intuito de facilitar a compreensão da vasta discussão que há em torno da cidadania moderna, a sintetiza em dois tipos de teorias históricas: normativas e empíricas. As teorias normativas tentam estabelecer os direitos, deveres e características que cada cidadã/o idealmente deveria possuir. Ou seja, apresentam a forma ideal de ser cidadã/o, bem como, o modo como se estabeleceria a relação entre esta/e e o Estado – e vice-versa.

Já as empíricas, buscam explicar os processos socioeconômicos e políticos responsáveis por tecer os parâmetros da cidadania nos diferentes tempos e contextos, e como esses processos foram e continuam sendo desenvolvidos. Elas analisam como as normas da cidadania ideal se concretizam, ou não, na realidade. No entanto, isso não significa que as teorias normativas estão restritas ao campo das ideias, enquanto as empíricas explicariam apenas a conversão da teoria em prática. Pelo contrário, as compreensões normativas da cidadania participam do processo de construção das teorias empíricas, já que as diferentes sociedades buscam – a partir de certos ideais – estabelecer as condições que definirão quem são as/os cidadãs/os, como menciona Bellamy (2008):

Entretanto, seria incorreto considerar essas teorias [empíricas] como puramente explicativas. Implícita ou explicitamente, elas são invariavelmente motivadas por um ideal normativo particular e se concentram em identificar as maneiras pelas quais certas possibilidades normativas foram encerradas ou abertas. De fato, as próprias teorias normativas desempenham um papel independente dentro de qualquer teoria explicativa de cidadania, por legitimar e moldar as demandas e ações dos vários atores sociais e políticos que criam a cidadania. (p. 50, minha tradução)⁶.

⁶ Versão original: However, it would be wrong to regard these accounts as purely explanatory. Implicitly or explicitly, they are invariably motivated by a particular normative ideal and focus on identifying the ways certain normative possibilities were foreclosed or opened up. Indeed, normative theories themselves play an independent role within any explanatory theory of citizenship by legitimizing and shaping the demands and actions of the various social and political actors who create citizenship.

Dito isso, é notável que as diversas compreensões de cidadania possuem aspectos normativos e empíricos que se modificam sob determinadas condições sociais, guardando princípios e valores tidos como ideais. Podemos considerar a cidadania na Grécia antiga e no Império e República Romana como principais modelos normativos, tendo eles enraizado as compreensões subsequentes na modernidade.

O denominado modelo grego de cidadania é baseado na igualdade e dedicação exclusiva aos assuntos políticos da *pólis*, de modo que, a total liberdade para a participação política era contrariamente tolhida na vida privada. Isto porque, o cidadão grego era entendido como tal por conta de uma suposta condição natural – mesmo que essa fosse pautada na raça, classe e gênero – e por isso os deveres com a vida cívica deveriam estar à frente de qualquer interesse privado.

A cidadania, tanto na Roma Imperial como na República, apresentou importantes contrastes em relação à grega, a começar pela própria condição de cidadão que, por conta da expansão do Império e posterior transição para a República, transformou-a em *status* legal, logo, era cidadão todo aquele que a lei assim denominava. Bellamy (2008) acrescenta que, mesmo que o modelo de cidadania grega tenha influenciado fortemente a construção da participação política no ocidente, é a cidadania romana que inspirou a materialização desta, partindo do *status* legal para o acesso aos direitos e deveres.

De maneira similar, em toda a região greco-romana às margens do mar Mediterrâneo, o pertencimento a uma comunidade – que nesse contexto se organizava em cidades-estados – era dependente da participação ativa de seus cidadãos em todas as decisões da vida cotidiana. Contudo, mesmo com a integração de todos por meio da produção econômica e comercial da época, cada região estabelecia limites para a participação política nas cidades, geralmente restringindo-a para estrangeiros domiciliados, grupos submetidos ao domínio da comunidade em decorrência de uma conquista militar, mulheres e escravizados sob o poder de seus proprietários (Funari, 2016, Guarinello, 2016).

Isto já nos confere uma prerrogativa de análise, de que a cidadania é campo de reivindicações e conflitos, na medida em que é orientada por diferentes concepções nos mais diversos contextos. Os distintos entendimentos de cidadania também estabeleceram diferentes obrigações e direitos que acabaram por gerar uma cidadania estratificada por grupos sociais. Logo, vemos que em momentos históricos anteriores à modernidade, apesar de conter em seu germen o exercício dos direitos e a responsabilidade coletiva pela construção de uma comunidade, a cidadania também se restringia à participação de

alguns, a partir de certos critérios estabelecidos, que conseqüentemente promoviam a exclusão de outros (Guarinello, 2016).

Dando continuidade à discussão apresentada por Bellamy (2008), as teorias empíricas da cidadania são, de modo geral, representadas especialmente pelos modelos republicano e liberal, que se tornaram as principais tradições sociológicas deste campo. Esses modelos estão interligados ao desenvolvimento do Estado liberal-democrático, das sociedades comerciais e industriais, e da formação da consciência nacional. Enquanto a tradição republicana compreende que a liberdade civil e política é garantida por meio da elaboração e aplicação de leis construídas coletivamente — sendo cidadã/o aquela/e que participa ativamente desse processo —, o modelo liberal vê a produção de leis como um mal necessário, tolerado em nome da preservação das liberdades individuais e da organização da vida social.

Esta distinção revela que, para a concretização destes modelos, foi necessário o assentamento de ideias que valorizavam fortemente a compreensão do indivíduo e de seus direitos. Ou seja, ao contrário dos períodos pré-industriais, a cidadania passou a se orientar pelos mundos civil e político no âmbito do sujeito, e não apenas da *pólis*.

A divisão acima mencionada não se deu ao acaso. Comparato (1993) nos conta que a utilização dos termos “homem” e “cidadão”, no processo revolucionário e posteriormente na Assembleia Nacional Francesa, gerou embates, tendo em vista que ao utilizar o termo “homem” partia-se da ideia jusnaturalista de igualdade e liberdade de John Locke. Ou seja, o sujeito humano é livre e igual independente da época e nação e possui os mesmos direitos fundamentais ainda que não reconhecidos pelo Estado. Em oposição, Jacques Rousseau compreendia que era o estado civil que deveria estipular os direitos e esses deveriam ser seguidos a partir da lei fixada pela vontade política, acima dos direitos advindos do “estado de natureza”.

Nomeando de outra forma, os modelos empíricos dizem respeito a duas perspectivas de compreensão de sujeito de direitos e de cidadania, uma universal e outra nacional. Todos têm os mesmos direitos fundamentais enquanto sujeitos humanos, mas apenas aqueles que participam de uma nação podem ser reconhecidos como sujeitos políticos, como expressa o próprio autor: “A nova cidadania comporta, pois, duas dimensões: uma universal e outra nacional. Todo homem é, doravante, protegido em seus direitos naturais, independentemente de sua nacionalidade; mas somente os nacionais são titulares de direitos políticos.” (Comparato, 1993, s/p).

Em ambas as tradições e, mesmo nas perspectivas normativas de cidadania, vemos que a liberdade é sempre o ponto fulcral do devir cidadão e que, a posterior e clara separação entre vida pública e privada, privilegiou as liberdades individuais conferindo maior resguardo aos espaços privados em detrimento do campo político e coletivo. Vale mencionar a ressalva feita pelo autor de que, assim como houve variações no processo de cidadania entre gregos e romanos, a cidadania no republicanismo e no liberalismo não pode ser vista como um bloco independente, impassível às variações, isto porque, além do fato de ambas as tradições terem coexistido, o processo de desenvolvimento dos estados-nação democráticos nos séculos XIX e XX, tornaram-nas progressivamente confundíveis, já que ambas compõem o desenvolvimento da cidadania no Estado liberal⁷.

Finalmente, apresentamos um terceiro modelo político que versa sobre a cidadania, o participacionismo. Lamoureux (1996) pontua que esta tradição é marcada pelo que ele denomina de “cidadania ativa”, evidenciando o lugar dos direitos sociais no processo de participação política. Em outras palavras, cabe ao Estado garantir os direitos sociais, contudo, sem ocupar o lugar da sociedade civil no que diz respeito à construção das coletividades e comunidades, sendo elas as responsáveis por inserir os sujeitos no processo de participação social. Para o autor, o participacionismo se diferencia do liberalismo e do republicanismo moderno, pelos seguintes motivos:

No plano social, o que é valorizado é a solidariedade, o sentimento de pertença e a disponibilidade. No plano econômico, a ênfase recai essencialmente sobre o compartilhamento e o enraizamento. Em suma, enquanto em outras tradições a individuação é medida essencialmente pela capacidade de ser autossuficiente, na tradição participacionista a individuação é medida pela capacidade de fazer uma contribuição original para a vida social. Em termos políticos, o modelo participativo é claramente o mais exigente. Trata-se, de fato, não apenas de as cidadãs e os cidadãos aderirem às instituições, mas de lhes insuflar movimento. Nesse sentido, valoriza-se o envolvimento direto nos ambientes de vida e de trabalho, a capacidade de crítica, de contestação e de mobilização,

⁷ A priori, a cidadania no Estado Liberal abarca um conjunto de direitos, a saber civis e políticos, que se desenvolveram com base nas transformações econômicas e sociais nas sociedades ocidentais. Contudo, as próprias contradições adjuntas às relações sociais de produção dentro deste contexto, mobilizaram diversas lutas de trabalhadores que reivindicaram condições de igualdade e prosperidade prometidas pelo capitalismo industrial. O surgimento dos direitos sociais como componente da tríade dos direitos de cidadania, aporta novos elementos para a discussão sobre cidadania, que de maneira geral versará sobre a distribuição da riqueza socialmente produzida e a amenização das desigualdades advindas com a consolidação do Estado Liberal. Essa discussão será mais bem desenvolvida ao longo do trabalho, assim como, as diferentes formas de compreensão dos direitos sociais e o lugar que ocupam nesta tese.

bem como a vigilância em relação ao poder e à autoridade (Lamoureux, 1996, p. 16, minha tradução)⁸.

A tradição participacionista nos convoca à reflexão sobre o modo como a construção dos direitos nas diferentes configurações estatais não se deu de assalto, mas constituiu-se por meio de um processo longo que, apesar de ser apresentado de modo linear, deve ser concebido como tendo, ao mesmo tempo, relação com determinado contexto ou período específico, mas, contraditoriamente, um movimento próprio que, de alguma forma, se desdobra em outros contextos e períodos. Dito isso, entendemos que se faz importante uma breve explanação acerca do processo de construção dos direitos que constituem a cidadania moderna e como eles foram tecidos neste modo de produção econômico-social.

Para este debate, recorreremos a Thomas Humphrey Marshall (1967), teórico que teceu considerações sobre os parâmetros da cidadania na sociedade inglesa e em outros países ocidentais na modernidade. O autor, em sua clássica conferência intitulada *Cidadania e Classe Social* – publicada pela primeira vez em 1950 – traz como definição de cidadania o conjunto de direitos civis, políticos e sociais, considerando a conquista e consolidação de cada um deles em diferentes séculos a partir das mudanças advindas com o desenvolvimento técnico dos modos de produção da vida.

Abordando sucintamente cada conjunto no contexto europeu, o autor discorre que os direitos civis no ocidente, conquistados especialmente após as Revoluções Americana e Francesa, são marcados pelo avanço e estímulo à força de trabalho livre e o assentamento dos pressupostos do liberalismo. Ao contrário das relações sociais e econômicas estabelecidas no feudalismo que pressupunham um lugar social pré-determinado e estático, o modo de organização capitalista requer a igualdade no direito à propriedade e no acesso à justiça, a fim de zelar pelos bens adquiridos. Cimenta-se aí os direitos individuais e a liberdade de trânsito, para possibilitar a participação na concorrência econômica do mercado.

⁸ No original: “Sur le plan social, ce qui est valorisé, c’est la solidarité, l’appartenance et la disponibilité. Sur le plan économique, l’accent est mis essentiellement sur le partage et sur l’enracinement. Bref, alors que dans les autres traditions l’individuation se mesure essentiellement à l’aune de la capacité de se suffire à soi-même, dans la tradition participationniste, l’individuation passe par la capacité de contribuer de façon originale à la vie sociale. Sur le plan politique, le modèle participationniste est nettement le plus exigeant. Il s’agit en effet pour les citoyennes et les citoyens, non seulement d’adhérer aux institutions, mais de leur insuffler du mouvement. À cet égard, on valorise l’implication directe dans les milieux de vie et de travail, la capacité de critique, de contestation et de mobilisation, la vigilance par rapport au pouvoir et à l’autorité.”

No século XIX, os direitos políticos entendidos como o exercício do poder político, se apresentaram por meio da ampliação do direito ao voto a uma nova parcela da população (exclusivamente homens adultos acima de 21 anos), tendo como pretensão reafirmar os direitos civis teoricamente garantidos. Entretanto, não houve necessariamente uma implantação do direito universal ao voto e/ou a habilitação para candidatar-se, mas esta extensão se deu visando congregiar novos grupos que se apresentassem interessantes aos valores liberais em ascensão.

Isto significa, que a extensão dos direitos políticos se dava com base na capacidade econômica tida pelos distintos setores e do modo como essa poderia reverberar na organização social. De modo geral, Marshall (1967) ressalta que a concessão dos direitos políticos a este “novo” grupo social não se aplicou àqueles que, posteriormente, foram entendidos como desfavorecidos em seus direitos. Não houve uma reavaliação dos direitos políticos a partir do princípio da igualdade, mas estes se estenderam aos que já eram entendidos como cidadãos, como indivíduos livres munidos de direitos civis.

A fim de garantir que todos dispusessem de capacidades para o exercício dos direitos civis e políticos, os direitos sociais propuseram a participação de toda a população, mas especialmente dos trabalhadores, como membros efetivos da sociedade por meio do acesso à herança produzida socialmente. Essa, de acordo com Marshall (1967), é implantada, especialmente, por meio da regulamentação do trabalho e dos processos educacionais tornados públicos, já que uma democracia política carecia de um eleitorado educado e de trabalhadores tecnicamente qualificados. O direito à educação torna-se um direito social genuíno necessário à efetivação da cidadania, já que passa a se configurar como pré-requisito necessário à liberdade civil.

O processo de desenvolvimento deste Estado social se deu de modo mais fortalecido no contexto do pós-guerra, isto porque, as fragilidades da cidadania do Estado liberal, deflagradas pela incapacidade de autorregulação do mercado, levaram a múltiplos dilemas, o que demandou outra atuação do Estado para poder reparar os danos. A articulação entre direitos sociais e cidadania foi a estratégia adotada para operacionalizar a igualdade em direitos e reduzir as desigualdades econômicas por meio do acesso igualitário aos serviços públicos. Grosso modo, a cidadania social buscou, por meio da aliança com os direitos sociais, a implementação, por outras vias, dos direitos individuais e do Estado liberal, quase como em um exercício de autocrítica (Quintas, 2014).

Quintas (2014) lembra ainda que a incorporação dos direitos sociais à cidadania, foi um importante salto no processo histórico da cidadania moderna, tendo em vista que, desde o século XVII a experiência inglesa das *Poor Laws* já concebia estes direitos, mas como supressores do *status* de cidadão. Na virada do século XX, eles só são entendidos como alicerces da cidadania, graças às mobilizações de grupos socialmente organizados.

É interessante notar que, até aqui há um aparente paradoxo entre o desenvolvimento do modo de produção capitalista e a construção dos direitos de cidadania⁹ na modernidade: o capitalismo é o sistema da não igualdade e do individualismo e a cidadania, especialmente quando inclui os direitos sociais, aponta para um sistema de participação na riqueza coletiva. A cidadania, portanto, tendo como principal base a igualdade, minaria a lógica de uma sociedade desigual e dividida em classes. A questão é saber como esses dois sistemas se conciliaram ao invés de serem antagonistas.

Marshall (1967) analisa que os direitos civis deram a cada sujeito o *status* individual de responsabilidade pela própria proteção, dispensando uma permanente salvaguarda por parte do Estado ao tornar todos livres e iguais em direitos. Assim, os elementos que compõem a cidadania foram necessários para a manutenção das desigualdades na sociedade capitalista e por isso não entram em conflito com essa forma de organização social. Desenvolvamos melhor essa discussão.

Os princípios do liberalismo¹⁰, que sustentaram os ideários das Revoluções Burguesas, conferiram um novo lugar social àqueles que não pertenciam aos grupos hegemônicos nas sociedades feudais, a saber, monarquia e clero. As transformações sociais advindas com as modificações nas formas de trabalho concederam a todos, ao menos idealmente, possibilidades e direitos de possuir meios para a produção da vida mediante o próprio esforço e mérito. Isto é, todos foram entendidos como livres para participar da concorrência econômica dentro de um mercado competitivo. O Estado, que antes se expressava por meio da figura monárquica, tendo sob o seu domínio a organização da vida social e produtiva, agora é tido como um empecilho para o

⁹ Vale salientar que o termo “direitos de cidadania” é descrito por Marshall (1967) como os direitos básicos (civis, políticos e sociais) que devem ser desfrutados por todos/as os/as considerados/as cidadãos/os a fim de lhes conferir uma igualdade humana mínima, mesmo diante da desigualdade; nas palavras do autor: “[...] a desigualdade do sistema de classes sociais pode ser aceitável desde que a igualdade de cidadania seja reconhecida.” (p. 62).

¹⁰ Não desenvolveremos aqui essa discussão, mas nos amparamos no texto de Behring e Boschetti (2009) que debatem cada princípio que sustenta a ideologia liberal, tais como, o predomínio do individualismo, a maximização do bem-estar coletivo a partir da busca dos interesses individuais, hegemonia da liberdade e da competitividade, Estado mínimo, lei da necessidade, dentre outros.

desenvolvimento das relações competitivas do mercado, devendo permanecer na retaguarda. Isto significa que o indivíduo, de maneira orgânica, deveria possuir liberdade e igualdade de condições para cuidar de si e dos seus pares, independentemente do Estado, tendo legalmente o direito de lutar pela propriedade, mas não de possuí-la.

Até aqui, vemos que os princípios do liberalismo fortaleceram a construção da ideia de possuir direitos e reivindicar por eles, desenhando um sujeito que deveria dedicar-se à busca de garantir os próprios interesses. Concomitantemente, temos a edificação de uma nova forma de lidar com o outro e com a própria existência, atribuindo a si mesmo e aos demais, a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso, acobertando as bases da desigual divisão dos bens produzidos socialmente. Vale ressaltar que esse Estado Liberal passou a ter como principal função garantir o exercício dos direitos civis ou individuais, reforçando esse ideário de igualdade entre todos. Logo, ao passo que esse mesmo Estado se ausenta da responsabilidade de proteger seus cidadãos, ele protege o direito de cada cidadão buscar suas formas de proteção social e econômica a partir das mediações do mercado.

Em resumo, podemos dizer que a consolidação da forma de organização da produção econômica, que aparece como competitiva e individualista, e que conferiu ao Estado o afastamento das responsabilidades designadas aos agora considerados cidadã/os, tem como produção ideológica o ideário da igualdade em direitos. Esse conjunto de elementos assentou a sociedade desigual nascente que, apesar de apregoar igualdade, erigia-se sobre pilares que acentuavam a disparidade entre os que detinham os meios de produção e aqueles que vendiam seu tempo de trabalho. É nesta direção que compreendemos que as bases que estruturaram o que entendemos no ocidente como cidadania, são em sua essência o arcabouço da desigualdade social, porém, não livre de contradições. Isso porque, como já mencionado, o processo de aliança entre direitos sociais e a cidadania também possibilitou um processo de mobilização de grupos que antes estavam à parte do processo de participação social.

Um exemplo disso é apresentado por Singer (2016), ao contar o processo de afirmação da própria existência desde o início da indústria manufatureira. O autor é categórico ao descrever o modo como os trabalhadores sempre estiveram a postos a resistir às condições de precarização às quais eram submetidos, não apenas pelos empregadores, mas também pelo próprio Estado, que nunca tardou em formular leis que privilegiassem a classe de capitalistas. Os direitos conquistados, mais precisamente os direitos sociais, foram resultado das contradições contidas nos direitos civis e políticos,

que defendiam liberdade, igualdade e direito à escolha e à participação política, mas não para todos/as. No contexto do liberalismo, a noção abstrata de indivíduo articulada à ideologia da meritocracia referida acima, justificavam a desigualdade entre cidadãos.

Por outro lado, estes/as que ficavam de fora do reconhecimento dos direitos tidos como humanos, nunca estiveram paralisados, mas, ao contrário, formulavam estratégias que não só reconhecessem sua própria humanidade, mas também construíssem condições para a sua manutenção por meio de uma redistribuição mais justa das produções humanas.

Isto quer dizer que noutro viés, a cidadania alimentou-se dos limites postos pelo mercado e pelos princípios do liberalismo, criando novas sociabilidades e mobilizações comunitárias que possibilitaram a formulação de outras significações de política, de participação social, de relações de trabalho e do lugar a ser ocupado na vida em comunidade.

Quando debatermos o modo como a cidadania se conformou no Brasil – o que será feito em breve – veremos que a ausência dos mínimos sociais e, conseqüentemente, a impossibilidade do exercício efetivo dos direitos individuais alavancaram lutas por direitos, sobretudo, por direitos sociais. Esse processo de reivindicar na prática, aquilo que se restringia ao plano teórico constitui-se, como já temos apontado, uma brecha no campo da cidadania liberal, na medida em que se faz uso do direito nomeado como justificativa para torná-lo adquirido. A partir disso, compõe-se outra relação com a sociedade e com o Estado, na qual os sujeitos passam a ser requisitores de direitos, posição que, em formações sociais anteriores, era pouco provável ou mesmo inviável.

Até aqui, abordamos as teorias normativas e empíricas a fim de sintetizar as compreensões históricas de cidadania e os modelos societários que as representam. Dedicamo-nos também, a discutir sobre as múltiplas contradições que estes modelos carregam consigo, apresentando mais detidamente a crítica tecida por Marshall (1967) sobre a formulação dos direitos civis, políticos e sociais nas sociedades Republicana e Liberal. Finalmente, mostramos os processos de luta que garantiram os direitos sociais e que denunciaram os paradoxos em torno dos direitos individuais e da própria construção da cidadania no capitalismo.

Como mencionamos no início deste subitem, cidadania é processo variável, dependente das implicações históricas que empreendem cada sociedade. Ao mostrarem seus limites, estes modelos foram sendo repensados, ao passo que a própria participação social também se configurava de outras maneiras. Os estudos apresentados por Joe Turner (2016) são um exemplo das críticas tecidas aos modelos tradicionais de cidadania. Tais

estudos salientam as “alternativas” adotadas por pessoas pertencentes aos grupos marginalizados para a participação política.

Em outros termos, os estudos da cidadania nas abordagens tradicionais tendem a desenvolver discussões de modo a alavancar os conflitos da díade exclusão/inclusão, ora trabalhando o regime de direitos que institui ser cidadã/o e, portanto, os incluídos, ora evidenciando quem são aqueles que se encontram do lado de fora dos parâmetros diretivos que constituem a cidadania, ou seja, os excluídos.

As recentes concepções de cidadania, diferentemente disso, tendem a apontar o que Turner (2016) vai chamar de subjetividade política, que nada mais é do que as diferentes formas de transgredir a não inclusão, visando o pertencimento e a participação social. Estas formas, por vezes, não são reconhecidas como políticas por não se encaixarem no decalque das reivindicações formais de direitos, costumeiramente atreladas aos governos e aos espaços partidários.

Entretanto, as tentativas de reconceitualização do caráter político da cidadania partem da marginalidade, e, dessa forma, elas contestam a lógica linear que estipula os direitos civis, políticos e sociais, de maneira justaposta, como insígnia para ser cidadã/o. As críticas aos modelos empíricos e, sobretudo, a Marshall (1967) abordam a estrutura cristalizada utilizada para contar sobre a construção da cidadania moderna. A constituição dos Estados e suas respectivas formalidades jurídicas para o reconhecimento da cidadania, não ocorreram de maneira progressiva, linear e do mesmo modo em todas as nações.

Além disso, a própria ideia de cidadão genérico foi bastante criticada, visto que ignorava as relações de poder que se engendram a partir das diferentes formas de marginalidade, como dizíamos há pouco. Para além destas, Marshall é ainda criticado pela ideia de *status* de cidadania, sob o argumento de que este promove um apagamento do processo ativo em torno das reivindicações por direitos (Fraser, 2005, Fanon, 2015, Moura, 2010).

Em resumo, a crítica ao discurso marshalliano repousa sobre a sua incompletude e cristalização, e não sem razão, já que além de preencher as lacunas da cidadania liberal, também subsidiou a construção das estratégias políticas de muitos governos, avessos a renunciar ao poder advindo do domínio estatal. Ainda assim, não deixamos de reconhecer as contribuições trazidas por esse autor e pelas outras perspectivas de cidadania, visto que buscaram compreender o fenômeno do pertencimento e dos modos de participação na vida em sociedade que se construíam nos diferentes momentos históricos.

Cabe mencionar que as críticas a Marshall e às perspectivas modernas de cidadania seguiram o percurso reflexivo inerente ao processo de transformação da sociedade e, portanto, da compreensão de cidadania. Ou seja, ao passo que os movimentos feministas, de imigrantes, da população negra, entre outros, foram se fortalecendo, as conceituações tradicionais de ser cidadã/o também foram sendo questionadas e repensadas a fim de acompanhar as “novas” configurações sociais – e ali, colocamos aspas, pois estes movimentos não são uma novidade, mas foram entendidos como incontornáveis mais recentemente –.

Nesse sentido, podemos mencionar que há muitas outras perspectivas de cidadania que já foram convocadas diante das lutas de pessoas historicamente à margem. Não vamos discorrer sobre elas, mas cabe ao menos citá-las, como a perspectiva da cidadania urbana/local, que se dá a nível dos bairros, comunidades e/ou cidades; as discussões sobre cidadania nacional e transnacional, que se dedica ao estudo dos processos cidadãos a partir de um olhar que transpõe fronteiras; ou ainda, o ideário de cidadania e reconhecimento que compreende a cidadania como elementos simbólicos que vão além das seguranças jurídicas e econômicas.

Todas estas e outras mais, representam a vastidão deste campo de estudo e o caráter polissêmico advindo do conceito de cidadania, o que nos convoca a compreender como este ideário construiu-se no Brasil, visto a sua maleabilidade frente às distintas realidades. Assim, de que modo a cidadania e os direitos que a acompanham se desenharam por aqui? Ou ainda, quais foram as reverberações do norte global sobre este país do lado sul? É o que debateremos no item a seguir.

2.2 E no Brasil? Reverberações dos direitos de cidadania em território brasileiro

Os valores que sustentaram a cidadania na realidade brasileira foram os mesmos que ampararam os países norte-americanos e europeus nos caminhos para a construção da República e da lógica da garantia de direitos. Entretanto, os contornos dados por aqui foram outros, marcados especialmente, pelos séculos de escravismo. Carvalho (2002) discute que a economia escravista foi um dos fatores mais danosos para a formação dos direitos de cidadania, isso porque um país com uma estrutura fortemente escravista de alto a baixo não formava ambiente propício para qualquer formação futura de cidadã/os. Os direitos civis beneficiavam a poucos; os políticos, a pouquíssimos e eram aplicados

do lado de fora das fazendas dos grandes latifundiários; e os sociais nem chegavam a ser mencionados já que ficavam a cargo da Igreja e de particulares.

Contudo, esse processo não é livre de contradições, já que mesmo frente a uma organização social que não dispensava recursos para a formação universal de cidadã/os, não significa que não havia movimentos insurgentes, fruto de levantes populares. Pelo contrário, estes resistiram, em diferentes momentos históricos, aos ultrajantes modos de produção da vida tendo como base de reivindicação a liberdade, igualdade e o reconhecimento das próprias condições de humanidade para a participação ativa na sociedade, valores muito caros às nascentes sociedades liberais.

Frente à proposta deste trabalho, desenvolveremos nos itens subsequentes uma discussão sobre os modos como o ideário de cidadania chegou ao Brasil pós-Revoluções Burguesas, tomando quatro períodos para tanto: pós independência até a Primeira República (1822-1930), a República Nova (1930-1964), a Ditadura Civil-militar (1964-1985) e a Redemocratização (a partir de 1988). Nesses, nosso intento não está em cair em uma mera apresentação histórica, mas dar relevância às condições socioeconômicas de cada período, ao modo como os direitos eram compreendidos, ao alcance que possuíam e, especialmente, frente à não universalidade destes, aos movimentos de resistência que evidenciavam as contradições presentes.

2.2.1 Entre o mundo dos livres e o mundo dos escravizados: a cidadania regulada no Império e Primeira República

Pensar como processos distintos os direitos que sustentavam o ideário cidadão nos países europeus e a economia exploratória que estruturava a realidade latino-americana e, mais especificamente a brasileira no século XIX, parece-nos um equívoco tendo em vista os estreitos laços que atavam e formavam a unidade existente entre ambos os continentes, como bem disse Galeano (2010, p. 40): “A América era um negócio europeu.”.

Carvalho (2002) menciona que o cenário cívico brasileiro pós-Independência de Portugal se mostrava pouco animador, tendo em vista os resultados deixados pelo processo de colonização, nomeadamente uma economia monocultora, latifundiária e escravista, estritamente dependente do mercado internacional, e uma profunda desigualdade social que se expressava por meio do pauperismo e de outras faltas materiais e imateriais que se estendiam a grande parte da população, fosse ela escravizada ou livre.

Aqui, vale uma pequena pausa para detalhar sobre o que estamos falando quando evocamos o termo desigualdade social, pois não o entendemos como sinônimo de pobreza, tampouco como estritamente distribuição de renda, como se fizesse referência apenas ao campo econômico. O processo da desigualdade é admitido como inseparável do modo de produção capitalista e, portanto, fruto das relações de dominação resultantes da exploração do trabalho pelo capital.

Essa dinâmica constitui classes sociais antagônicas que resultam concomitantemente em produção e acúmulo de riqueza e de pobreza. Isto significa que, a desigualdade social não é um elemento que em interação com outras adversidades gera as problemáticas enfrentadas na realidade brasileira, tampouco é um fator a ser descrito, mas se constitui determinação fundamental da vida social e econômica no Brasil, o que torna impossível a compreensão da constituição do país fora dos parâmetros que erigiram as formas de exploração do trabalho e a acumulação do capital, como bem explicitam Bock e Gonçalves (2024).

Tomar o modo de produção capitalista como essência para análise da desigualdade social, exige ratificar o Brasil como parte do processo capitalista desde sua origem como fonte de exploração de recursos, o que carrega formas de produção e, conseqüentemente, relações sociais específicas de um país que não estava à margem da rota da economia mundial, mas era seu principal recurso de enriquecimento. Indo além, por mais que tenhamos marcado a produção de classes sociais antagônicas como representativas da desigualdade social produzida no seio do capitalismo, estas não são homogêneas, mas múltiplas e marcadas pelo entrelaçamento de opressões específicas que, no caso do Brasil, foram forjadas a partir da posição de colônia. Este lugar conferiu ao país, então nascente, algumas especificidades tais como o sequestro de pessoas do continente africano para compor a força de trabalho nos latifúndios, o genocídio dos povos originários e o estupro como lógica corretiva, reprodutiva e de domínio (Moura, 1977, Gonzalez, 2020).

Deste modo e radicalizando na leitura por uma perspectiva histórica e dialética, não se pode restringir a desigualdade social brasileira à classe, resumindo essa à detenção dos meios de produção ou não, pois nela estão circunscritas as particularidades de raça, gênero, território, dentre outras – ela é interseccional (Gonzalez, 2020). Do mesmo modo, é inconcebível o entendimento da desigualdade social como um fenômeno à parte dos indivíduos, já que a concebemos como fato que, de maneira articulada e contraditória, paralelamente se expressa no campo objetivo e subjetivo. Isso significa reconhecer entre

os mecanismos que sustentam sua permanência, processos constitutivos relativos a elementos subjetivos agregados, os quais, por exemplo, operam a naturalização do fenômeno social, desconsiderando o caráter histórico de sua produção e da própria construção da sociedade excludente. Além disso, é preciso ampliar a análise da desigualdade social, de forma que não tenha sua leitura reduzida às Ciências Sociais, mas uma leitura que veja na interdisciplinaridade, a possibilidade de considerar a realidade objetiva-subjetiva como um processo único, afastando-se da dicotomia indivíduo-sociedade (Bock; Gonçalves, 2024).

Frente a esse cenário, retomamos a discussão feita por Carvalho (2002), enfocando o elemento basilar do processo de desigualdade social no Brasil, o escravismo. O autor é categórico em dizer que este foi a condição mais negativa para a cidadania brasileira.

O banco de dados *Slave Voyages* (2019) em consonância com o que apresenta Moura (2020) mostra que mais de 12 milhões de pessoas foram capturadas e comercializadas como escravas nas Américas entre os séculos XVI e XVIII. Dessas, 40% tiveram como destino o Brasil, advindas, especialmente, da Costa do Marfim, de Angola e do Golfo de Benim. Esses números se expressavam no cenário demográfico brasileiro às vésperas da Independência e da instituição do Império, contando o Brasil com uma população de 3.817.000 habitantes (1817-1818), sendo que dentre essas 1.930.000 eram escravizadas. O trabalho da população negra escravizada dominava praticamente todos os setores econômicos no Brasil, indo desde a agricultura ao trabalho doméstico, passando por toda a ordem de ocupações urbanas, estando entranhado de tal modo na sociedade da época, que qualquer pessoa que pouco ascendia socialmente já adquiria escravizados para si.

Contraditoriamente a essa estrutura, Holston (2008) mostra que o processo da Constituinte pós-1822 e posterior Constituição de 1824, contou com o reconhecimento de quem poderia ser considerado “brasileiro”, bem como “cidadão”, isso porque, o país caminhava com ânsia em direção aos valores republicanos e liberais dispostos pela Revolução Francesa. Para ser considerado “brasileiro”, os critérios passavam pelo nascimento e a residência no país e o *status* de liberdade, desde que de acordo com o processo de independência. Por exemplo, a população nascida em África e sequestrada para o Brasil, mesmo que se tornasse livre, não seria considerada brasileira, pois não havia nascido nestas terras. Já a elegibilidade para a cidadania estava na renda, isto é, desde que

considerado brasileiro, o conjunto de posses obtidos via emprego ou propriedade garantia a nomeação de cidadão.

Holston (2008) aponta ainda que, apesar de conter elementos de desigualdade social, a Constituição brasileira de 1824 foi uma das mais “inclusivas” dentre os países americanos, pautando a inviolabilidade dos direitos políticos, civis e de propriedade como fundamentais para o exercício da cidadania, mesmo que estes se restringissem à norma legal. Garantida via aparato jurídico, a ideia de cidadania reorganizou a sociedade brasileira oitocentista, pois, pautada nos ideais das revoluções burguesas já ocorridas, criou uma sociedade que se dividia entre livres e escravizados, sendo aqueles – desde que homens com mais de 25 anos, salvo exceções – considerados cidadãos.

O autor compreende que houve uma mudança, ao menos jurídica, no ordenamento brasileiro entre 1824 e 1889, por meio do abandono do Antigo Regime que organizava a Colônia a partir da distinção por posses e características tidas como superiores, como raça. Logo, a cidadania no Império – seguindo os parâmetros da Constituição Francesa – era dividida em “ativa” e “passiva”: a primeira parcela (a minoria) possuía o direito de voto, a segunda era excluída da cidadania política, mas ainda entendida como pertencente à nação brasileira.

Queremos ressaltar que apesar de aparentemente indiferenciados na vida prática, os critérios de elegibilidade à cidadania na Colônia e no Império não podem ser colocados como iguais e aqui o nosso esforço em frisar essas diferenças, já que entendemos que o ordenamento jurídico no Império, mesmo que distante da maioria popular, em alguma medida fomentou insurgências populares na busca por um mínimo *status* de igualdade.

Holston (2008) discute que o lugar da cidadania no Império estava reduzido ao direito político e mostra que o índice de analfabetismo entre os votantes, que chegava a mais de 50%, convocou o Estado a educar os cidadãos com a finalidade de torná-los votantes competentes. Isso significa que, a Constituição Imperial previu a oferta de educação básica – importante elemento da cidadania moderna – aos que possuíam esse direito. Outro ponto de destaque são as exceções para o direito ao voto e consequentemente, a elegibilidade à cidadania, que incluíam os homens com menos de 25 anos que tivessem: diploma universitário ou fossem casados, ou ainda residissem sozinhos e fossem independentes dos pais, escravizados forros e empregados domésticos da casa real.

Incluídas no rol de cidadãos, de acordo com os critérios acima, essas pessoas tinham direito, além da liberdade, à participação na vida pública do Império, isto é, o

direito de votar e ser votado, desde que cumprissem certos requisitos, como a quantidade de posses, como já dito. Essas determinavam o grau de participação na política. Por exemplo, os que possuíam renda de até 100 mil-réis poderiam escolher os “eleitores”, ou seja, aqueles que votariam nos Deputados e Senadores; estes, por sua vez, deveriam ganhar mais de 200 mil-réis; e, finalmente, podiam se candidatar somente os que comprovassem patrimônio de mais de 400 mil-réis.

Mas não apenas isto, se olharmos atentamente cada um dos critérios para a elegibilidade de cidadão, veremos que a Constituição Imperial foi capaz de dividir a cidadania política em cinco grupos, referentes a *status* social, gênero, residência, idade e renda, sendo que cada um desses grupos apresentava ressalvas que excluía ainda mais pessoas deste processo. Em síntese, vemos que a cidadania aqui convergia em apenas um propósito: o depósito do poder político nas mãos dos que eram considerados “superiores”, excluindo boa parte da população residente no Brasil do direito ao voto e/ou a ser eleita (Holston, 2008).

Os avanços da cidadania no Brasil Império evidenciam os paradoxais valores que sustentavam os direitos de cidadania pós-Revoluções Burguesas. Ou seja, a independência, dentre outras coisas, buscava aproximar o Brasil da modernidade e dos ideais democráticos e republicanos, sendo que estes se expressavam por meio do reconhecimento dos grupos que poderiam ser admitidos como cidadãos. Contudo, expressiva parte dos habitantes do país não possuía *status* de humanidade e, portanto, não eram livres, tampouco iguais. Por outro lado, ao menos metade da população que desfrutava de sua liberdade não era considerada apta para o exercício do direito político e, quando era, participava de um processo eleitoral atravessado por várias expressões de corrupção. Tínhamos assim, direitos civis e políticos regulados; e os sociais não eram uma ocupação do Estado.

Entretanto, esta contraditória realidade também foi combustível para importantes movimentos de levantes que se opuseram às desigualdades que sustentavam o embrutecimento dos modos de vida. Referimo-nos aos movimentos de insurgência da população escravizada – que por vezes aliava-se à população livre – que, no momento da Constituinte de 1824 representava, como vimos, mais da metade da população residente no Brasil.

Os ideais de liberdade estimados pela Revolução Francesa ampararam movimentos de resistência de escravizados no Brasil e em outros países da América Latina, evidenciando as contradições basilares da cidadania e espalhando temor aos

integrantes do restrito grupo que, além de possuir *status* de cidadania, monopolizava as decisões políticas. Como mostra Moura (2020), alinhado com os estudos de Mott (1982), além da quilombagem, outros movimentos de resistência possuíam certa articulação internacional, mostrando que a população negra escravizada no Brasil estava bastante informada e em contato com as “novidades” dos países do exterior, tais como a Revolução Francesa e, sobretudo, com a Revolução Haitiana.

Mott (1982) discute, em importante estudo apresentado no Simpósio sobre o Quilombo de Palmares, que o processo de independência gerou forte sentimento de antilusitanismo em várias camadas sociais na “nova” nação brasileira, aliando-se à já existente hostilidade aos brancos por parte da população escravizada. O medo generalizado gerado pelas “cenas de São Domingos”, como era conhecido o processo da Independência Haitiana, convocava os próprios europeus a alertar o Império brasileiro a respeito do perigo que estava à espreita. Em carta de um agente francês a Dom João VI, entre 1823 e 1824, ele enuncia o seguinte:

Deve-se demonstrar as desgraças a que certamente se expõe as pessoas brancas, principalmente os brasileiros brancos, não se opondo à perseguição e aos massacres que sofrem os portugueses europeus, pois embora havendo aparentemente no Brasil só dois partidos (o liberal e o conservador), existe também um terceiro: o partido dos negros e das pessoas de cor, que é o mais perigoso pois trata-se do mais forte numericamente falando. Tal partido vê com prazer e com esperanças criminosas as dissensões existentes entre os brancos, os quais dia a dia têm seu número reduzido. Todos os brasileiros, e sobretudo os brancos, não percebem suficientemente, que é tempo de se fechar as portas aos debates políticos, às discussões constitucionais? Se se continuar a falar dos direitos dos homens, de igualdade, terminar-se-á por pronunciar a palavra fatal: *liberdade*, palavra terrível e que tem muito mais força num país de escravos do que em qualquer outra parte. Então, toda a revolução acabará no Brasil com o levante dos escravos, que quebrando suas algemas, incendiarão cidades, os campos e as plantações, massacrando os brancos, e fazendo deste magnífico império do Brasil uma deplorável réplica da brilhante colônia de São Domingos. (Mott, 1986, p. 482, meu grifo)¹¹.

Ou seja, temia-se que o movimento da constituinte e posterior promulgação da Constituição de 1824, que foi expressivamente influenciada pelos ideais das Revoluções Burguesas, gestasse não apenas a modernidade ansiada, mas também nutrisse valores

¹¹ O texto em questão é apresentado por Mott (1986), mas consta originalmente no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), na secção “Brasil-Diversos”, Caixa 2 (1749-1824), número de ordem 295.

tidos como ameaçadores à ordem vigente. O medo em questão tinha razão de existir, pois durante o final do século XVIII e ao longo do século XIX diferentes levantes fizeram frente às condições impostas pelo escravismo. Podemos citar a Inconfidência Baiana, por exemplo, que foi importante movimento em defesa da abolição, em 1798, encabeçado por Luís Gonzaga das Virgens, João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas e Manuel Faustino dos Santos Lira. Temos ainda o levante de escravizados dos engenhos da Província de Recife, em 1824, movimento que fazia parte da Revolução Pernambucana, tendo como principal líder Emiliano Mandurucu; ou, ainda, os movimentos encabeçados por Antonio Pereira Rebouças, na vila de Laranjeiras, Sergipe em 1824, que por meio de mensagens em papéis deixadas nas portas dos comércios, incentivava a população negra à tomada do poder, tendo como base a vitória nas Antilhas.

Além destes, Moura (2020) evidencia os quilombos como uma das formas de resistência às inequidades da população. O autor destaca que o principal objetivo das comunidades quilombolas era a fuga do escravismo. Para tanto elas se organizavam sob o binômio economia-defesa, visando o autossustento por meio de atividades econômicas variadas e a garantia da integridade territorial a partir da organização de um aparato de defesa. Embora tenham sido criadas antes do século XIX, essas comunidades traziam esta perspectiva mais reconhecida nesse século. Na verdade, elas foram, durante toda a Colônia e Império, importantes unidades que se organizavam visando outra forma de organização social na qual a liberdade era ponto fulcral, como aponta Moura (2020, p. 57-58):

Não podemos, por isso, deixar de salientar que, durante todo o transcurso de sua existência, eles foram não apenas uma força de desgaste, atuando nos flancos do sistema, mas, ao contrário, agiam em seu centro, isto é, atingindo em diversos níveis as forças produtivas do escravismo, e ao mesmo tempo, criando uma sociedade alternativa que, pelo seu exemplo, mostrava a possibilidade de uma organização formada de homens livres. Essa perspectiva que os quilombos apresentavam ao conjunto da sociedade da época era um “perigo” e criava as premissas para a reflexão de grandes camadas da população oprimida. Por isso mesmo o quilombo era refúgio de muitos elementos marginalizados pela sociedade escravista, independente de sua cor. Era o exemplo da democracia racial de que tanto se fala, mas nunca existiu no Brasil, fora das unidades quilombolas.

Como dito, apesar de ser um movimento de resistência que data seu início no século XVI, entendemos que a quilombagem no século XIX cumpria importante função

na defesa de valores caros ao ideário da cidadania, mesmo não sendo esse o baluarte que incentivava a existência de quilombos. Entretanto, como menciona Clóvis Moura no trecho acima, eles caminhavam mais fortemente em direção ao que era admitido como cidadania do que o ordenamento jurídico e social regido pelo Império. Os quilombos eram amplamente organizados com distintos tipos de governo, que poderiam ser centralizados ou não, que visavam o convívio harmônico da comunidade. Além disso, professavam uma ou mais religiões e estavam estruturados a partir da divisão de tarefas. A resistência via quilombos espalhava-se por todo o território brasileiro, indo desde províncias do norte e nordeste até as pertencentes ao sudeste e sul do país.

O esgarçamento da economia escravista ocorreu mais sistematicamente ao longo do século XIX, já que os movimentos de resistência, associados aos ideais iluministas e às contínuas exigências da Inglaterra, que via este modo econômico como prejudicial para a circulação comercial capitalista, favoreceram a construção do processo de abolição de modo mais pungente a partir de 1850. A instauração do trabalho livre, em 1888, veio acompanhada da República que era almejada por parte da elite brasileira desde o início do século XIX, tornando mais forte o ideário europeu de modernização em torno da composição do povo brasileiro.

O modo como este era constituído despertava preocupação para a ordem e o progresso do país, tendo em vista a representação de vagabundagem e falta de preparo à liberdade que repousava sobre a população negra. Ou seja, o escravismo não cabia mais nos ideais de progresso e civilização da República, contudo o seu fim implicava na liberdade da população negra que, como já dito, era entendida como inapta ao trabalho livre e a adaptar-se aos novos parâmetros da modernização em curso. Portanto, medidas deveriam ser tomadas para evitar a desordem que a população negra poderia gerar, e esta foi intensamente enfrentada por meio das políticas imigratórias de origem europeia (Azevedo, 1987).

A substituição física da população negra pelos imigrantes europeus foi uma adoção que supria duas necessidades: construção de uma nacionalidade brasileira que mirasse os parâmetros de progresso; e inserção do europeu nas novas condições de trabalho livre que regulavam o país. A discussão feita tanto por Azevedo (1987) como por Moura (1977) parece-nos mostrar que a sociedade republicana nascente traz consigo novas perspectivas de cidadania que apostavam na pauta da livre iniciativa e, conseqüentemente, do progresso, da civilização e do desenvolvimento, aos moldes dos parâmetros da modernidade europeia, para elencar os novos cidadãos brasileiros.

A população negra, então livre, deveria ser afastada dessa nova sociedade em formação, sob a justificativa científica de que, além de geneticamente inferiores e semibárbaros¹², estavam adaptados ao escravismo, logo, não podiam ser absorvidos pelo mercado de trabalho, tampouco pela nova ordem social nascente, já que com seus “hábitos de servidão” poderiam afastar o progresso e furtar as oportunidades de trabalhos de imigrantes interessados. A população negra em menos de 38 anos (1850-1888) foi jogada do centro do processo produtivo para as margens deste, sem qualquer tipo de mediação que garantisse uma ocupação regular. A título de exemplificação, Moura (1977) mostra que, em 1882, o montante de trabalhadores livres de seis províncias¹³ somava 1.433.170 milhões; a população escravizada 656.540 mil; já a população sem ocupação estava em 2.822.583 milhões, o dobro dos trabalhadores livres, demonstrando um alto número de pessoas que, quando alforriadas, não eram incorporadas ao novo processo produtivo.

Frente a isto, podemos notar que na sociedade republicana nascente que parte, não apenas do voto, mas em especial da ocupação formal para a legitimação do *status* de cidadania, parece ocorrer um endurecimento das condições para a formação cidadã. Isso, inclusive, está expresso pela Constituição de 1891, que, apesar de legalmente criar condições para a formação do Brasil como Estado federativo, aparenta, contraditoriamente enrijecer-se em relação à Constituição de 1824, no tocante à amplitude da cidadania. Ou melhor dizendo, parece delimitar a cidadania a parâmetros ainda mais inalcançáveis pois, ao contrário da ordem jurídica anterior, responsabiliza ainda mais o próprio sujeito pelas condições de ser cidadão ou não. Um exemplo disso é o *status* de cidadão e o direito de ser votante.

Na Primeira República todas as pessoas nascidas no Brasil ou de pais brasileiros ou ainda naturalizadas por motivo de casamento, bens ou ainda residência permanente no Brasil, eram consideradas cidadãs. Dessas, homens e possuindo mais de 21 anos poderiam votar; contudo, ficavam excluídos os grupos de pessoas que eram entendidas como

¹² No Brasil, a virada para o século XX foi marcada pelo fortalecimento das perspectivas eugenistas nascentes na Inglaterra por meio dos estudos de Francis Galton (1822-1911). Essas, consolidaram a crença na existência de raças superiores e compreendiam que a ciência, por meio do emprego de técnicas precisas, auxiliaria na eliminação das imperfeições humanas, cooperando para a evolução biológica e a criação de um grupo humano superior. Em terras brasileiras, as teorias eugenistas – e em especial, o racismo científico – tiveram forte apoio estatal, de intelectuais, cientistas e das elites que acreditavam que a “questão racial” e a forte miscigenação do país eram responsáveis pela inferioridade biológica e civilizacional. A busca pelo fortalecimento da nacionalidade brasileira, levou à construção de medidas legais atreladas ao sanitarismo e, principalmente, ao estímulo da imigração europeia visando o processo de embranquecimento do país, pois, se considerava que a superioridade das raças advindas da Europa sobreporia às demais, criando uma raça eugenizada e branca. (Souza, 2022).

¹³ Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

incapazes ao exercício do voto, as mulheres, os analfabetos e os “mendigos”, por exemplo, não havendo critérios muito específicos a respeito destes últimos.

Assim, apartada dos postos de ocupação formal e da inserção ao sistema educacional¹⁴, e, portanto, majoritariamente sem direito ao voto por conta das condições impostas pela Constituição Federal da Primeira República, a população negra passou de escravizada a má cidadã, como mostra Moura (1977), pois era incapaz de atingir tal categoria, de cidadã. E, quando denunciava as incoerências jurídicas de um Estado que declarava a igualdade entre todos e reivindicava seu lugar de cidadã na sociedade, era acusada de “mal-comportada” ou que “não sabe ficar no seu lugar” (p. 43).

Manzini-Covre (1991) discute em sua didática obra “O que é cidadania?”, da Coleção Primeiros Passos, que fazer uma ligação única e exclusiva da ideia de cidadania ao direito ao voto, é empobrecer seu significado, já que votar ou ser votado não garante cidadania. Mais além, cidadania é possuir condições de existir com dignidade, sendo considerado sujeito humano. Vimos que a modernização do ordenamento jurídico no Império e Primeira República, não foi capaz de conferir humanidade a boa parte da população, mesmo se pautando em documentos que entendem a cidadania como expressão de humanidade, como a Carta de Direitos dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789).

Isto porque, o conceito do que é ou não humano não é universal, mas sofreu e sofre variações a partir de diferentes sociedades e tempos históricos e ainda assim, contraditoriamente, reverberou de modo a criar perspectivas de cidadania para aqueles que sempre foram distanciados do processo de humanização e por sua vez, da própria consciência de possuir direitos. Esse processo seguiu na República pós-1930, alvo do nosso debate no item a seguir.

2.2.2 República Nova: um avanço no campo da cidadania?

A busca por condições mínimas de existência foi campo comum na realidade brasileira do século XX, não apenas por parte das populações que foram marginalizadas,

¹⁴ Oliveira e Oliveira (2019) mostram que mesmo frente à alta taxa de analfabetismo que atingia amplamente a população brasileira, tal desigualdade era aprofundada pelo quesito raça-cor. De acordo com o recenseamento de 1940, apenas 2,7% da população preta sabia ler e escrever, frente a um total de 34,7 milhões de pessoas. Aquelas que se declararam pardas e as que não declaravam cor, chegavam a 5,4%, frente a uma taxa de 29,7% da população branca. A população negra que era alfabetizada tinha os estudos interrompidos nas séries iniciais, já a população branca era a que mais atingia o ensino superior.

mas também por aquelas que tiveram predileção na integração ao processo produtivo. Ainda na República Velha (1889-1930), imigrantes europeus que foram atraídos pelo incentivo à participação na indústria cafeeira, encabeçaram levantes grevistas, amparados pela lei da sindicalização de 1907, que permitiu a livre organização de trabalhadores e o fortalecimento de reivindicações já feitas desde o século anterior em torno do desenvolvimento de uma política social que regulasse o processo acumulativo do trabalho. O Brasil escravista produziu reverberações no campo das ocupações formais, já que boa parte dos empresários não entendia a necessidade de garantir direitos básicos aos trabalhadores, entendendo-os como mero agitadores (Carvalho, 2002).

O autor mostra que em meio à depressão econômica em níveis mundiais, o Estado brasileiro tomou a frente como regulador do processo produtivo, tentando reestruturar a ordem de acumulação. O caminho a ser aberto contava com a manutenção dos níveis de emprego a fim de garantir a continuidade do poder de compra e a queima de estoques. O sistema de recolhimento de contribuições previdenciárias que anteriormente era organizado por empresas, passou a se estruturar por categorias profissionais¹⁵, fazendo o Estado tal mediação após 1930, sendo a primeira manifestação de responsabilização estatal pelos direitos sociais no Brasil. Se anteriormente eles ficavam a cargo da voluntariedade religiosa, seu uso passa a ser estratégia política do Estado para a mediação de conflitos.

Os direitos sociais então, passam a ser o carro-chefe da prática cidadã, mas não gratuitamente, sendo a concessão de benefícios efetivada por meio de um sistema estratificado, acessado apenas por aqueles que estavam em postos de trabalho reconhecidos pelo Estado, uma das estratégias para a consolidação populista do período varguista.

Nomeamos a prática de restringir direitos com base na formalidade do trabalho de cidadania regulada, conceito apresentado por Santos (1979), que atrela os direitos de acesso às políticas públicas sociais ao exercício, por meio do emprego formal, de uma ocupação reconhecida e definida por lei. Assim, a extensão da cidadania só era possível por meio da regulamentação de novas profissões e/ou ocupações ou da ampliação dos direitos associados a estas. Em outras palavras, “a cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei.” (Santos, 1979, p. 75). Isto significa que

¹⁵ Temos a partir de 1930 o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), Institutos dos Comerciários (IAPC), dos bancários (IAPB), dentre outros.

aquelas/es que exerciam profissões e/ou ocupações não reconhecidas pela lei, compunham uma categoria denominada pelo autor de pré-cidadã.

De maneira oposta, aquelas/es que possuíam emprego formal e reconhecido por lei, eram admitidas como cidadãs/os, gozando da regulação das leis trabalhistas, advinda com a Constituição de 1934, que estipulava jornada de trabalho de oito horas, o repouso semanal e as férias remuneradas. Esses direitos ainda foram acompanhados pela extensão dos direitos políticos, por meio da garantia de voto às mulheres e da diminuição da idade para os eleitores (18 anos). Mas, também foram mantidos limites, pela continuidade de restrições relacionadas a pessoas que não sabiam ler e escrever e que estavam em condição de mendicância.

Na direção do que já temos discutido, Carvalho (2002) aponta outro aspecto da configuração da cidadania no Brasil. Apesar de independente e de ser uma República, o país ainda não perdia sua aliança com um passado coronelista¹⁶, pautado na troca de favores, na verdade, na concessão de favores à população, em troca de subserviência e lealdade aos poderosos. O *status* de cidadania aparentemente mudava sua forma por meio da concessão dos direitos sociais, mas como eram cobradas contrapartidas aos nomeados como cidadãos, esse processo os assemelhava mais a clientes do Estado do que a sujeitos de direitos. Antagonicamente, estes direitos eram a expressão da conquista das lutas de trabalhadores e uma estratégia política de atenuação das consequências da ausência de direitos civis e políticos, que foram sendo tolhidos, em especial após o golpe de Estado de 1937, e se concretizaram nesse contexto populista e tributário, a partir de valores do passado que ainda se faziam presentes.

Gonçalves (2019) descreve como estes valores advêm de uma modernidade híbrida, na qual os ideais de igualdade, república, livre concorrência econômica e não predileção – próprios das sociedades liberais – coexistiam com valores patriarcais, antirrepublicanos e personalistas, basilares em modos de organização social e produtiva colonialistas.

¹⁶ Holston (2008) explica que, a fim de manter uma unidade legal e política em todas as regiões do território nacional, o Império criou a Guarda Nacional, espaços de representação do governo a fim de defender os interesses do Estado em regiões onde havia nítida inabilidade administrativa, frente ao poderio das elites locais. Representantes destas elites foram nomeados coronéis e capitães da Guarda Nacional, aliando aqueles que exerciam forte influência em dada região e responsabilizando-os pelo cumprimento da legalidade estipulada pelo Império. Contudo, estas autoridades não se estendiam para além dos distritos locais, tampouco formavam uma corporação militar unificada, eram apenas “fiscais” da aplicabilidade das regras do Estado em regiões remotas, o que frequentemente se confundia com os interesses privados. Essa aliança entre os interesses do poder público e de poderes locais ficou conhecida como coronelismo.

Faustino (2021) ratifica essa ideia mostrando que, ao contrário das burguesias dos países centrais do capitalismo, as elites nacionais nasceram destituídas de valores universais, isto é, o principal papel dessas estava (e porque não dizer que ainda está) justamente em viabilizar a continuidade de uma sistêmica exploração nos territórios antes colonizados. Assim, por mais que as aspirações e os valores da República tenham atracado em terras brasileiras, o estabelecimento dos direitos sociais dentro dessa lógica não se deu pacificamente, especialmente para a classe de trabalhadores, visto a superexploração da força de trabalho e dos recursos naturais e simbólicos a fim de sustentar o Estado de Bem-Estar Social dos países do Norte global.

Moura (1994) mostra que o processo de superexploração para o desfrute do hemisfério Norte se deu de maneira bastante organizada desde antes da abolição do escravismo. O autor explica que os recursos tecnológicos, científicos e econômicos que beneficiaram os países do Norte ao longo do século XIX, foram amplamente utilizados para o processo de superexploração dos países colonizados, seguindo uma lógica na qual “o moderno passa a servir ao arcaico” (p. 53).

O processo de domínio e exploração do Brasil contava com o desenvolvimento de estratégias que impediam a ampliação autônoma da economia nacional, criando uma dinâmica de dependência na qual o processo desigual de desenvolvimento da vida social, da política, da econômica e da cultural também se reproduzia no tipo de relação estabelecida com outros países. Ou seja, a condição de dependência determinou, mesmo após o Império, qual seria a função da terra, dos recursos naturais, as formas de exploração das/os trabalhadoras/es e as condições de emprego e renda conforme os interesses dos países centrais do capitalismo.

Obviamente que o usufruto dos recursos brasileiros também reverberou sobre as condições de vida e acesso a direitos das populações, tanto aqui como fora. Fora, por meio da progressiva extensão dos direitos e condições de trabalho e renda mínimas. Já aqui, o acesso a direitos seguiu, mesmo com novas leis, uma lógica de cidadania que prossegue sendo atribuída, aparentemente, por mérito e que, mesmo sob a égide da igualdade, é facilmente esfacelada no cotidiano de vida dos brasileiros, já que insiste em ser dependente dos interesses de uma pequena parcela política e econômica. Em estudo feito por Elisa Reis na década de 1990, ela mostra o modo como a cidadania e o acesso aos direitos estiveram, em diversos momentos da história brasileira, atracados à vontade ativa de uma “boa autoridade” em conceder favores. Nas palavras da autora:

Acredita-se que, embora as pessoas estejam legalmente habilitadas a direitos específicos, estes não se materializarão a menos que a autoridade seja compassiva. Tudo parece depender da generosidade do ministro para tornar efetivo o que a lei garante, ou seja, as representações sociais apontam para a imagem de um universo político em que os recursos de autoridade constituem os instrumentos críticos para a consecução dos direitos. (Reis, 1990, p. 171).

Isto mostra que, ao invés de mais um avanço dos direitos de cidadania, o ordenamento político pós-1930 manteve a lógica do “cobertor curto” para atribuir direitos, concedendo alguns por meio da retirada de outros. Conforme ratificam Santos (1979) e Carvalho (2002), os direitos sociais passaram a ser o mais novo certificador do *status* de cidadania, contudo, aliado ao processo produtivo formal, o que desmobilizou lutas coletivas por condições universais de proteção social. Cada categoria passou a requerer pelo próprio reconhecimento profissional no Ministério do Trabalho, em detrimento da extensão dos direitos. Até aqui é curioso pensarmos que o próprio Estado brasileiro condicionou um sistema de desigualdades decorrente da organização previdenciária, ao mesmo tempo que atendeu às reivindicações sindicais por meio dos seguros sociais.

Mas, e aqueles que se encontravam fora do processo produtivo formal? Ou melhor dizendo, fora do lugar de reconhecimento da cidadania? Moura (1977) sinaliza que este “excedente” populacional acabava por ter para si atribuídos postos de trabalhos igualmente excedentes, aqueles que, por sua condição de subemprego, não eram assumidos por parcela alguma da sociedade e, portanto, se davam em condições que os marginalizavam permanentemente. Nessa direção, Clóvis Moura apresenta importante reflexão sobre o espaço do não-cidadão no Brasil na primeira metade do século XX, já que esse “não lugar” ainda era um lugar, localizado na subalternidade. Ou seja, o espaço do não-cidadão era criação e escolha política e lugar previsível para grupos historicamente desprovidos dos mínimos sociais.

Contudo, mais uma vez ressaltamos que não houve uma aceitação pacífica desta hetero-nomeação de subumanidade. Assim como se deu com os movimentos grevistas, que contrariaram as condições extenuantes do trabalho formal, outras reivindicações foram encabeçadas pelo movimento negro, cuja população, por herança do escravismo, era a mais distanciada dos processos formais de ocupação (MOURA, 1977).

Destacamos a Frente Negra Brasileira (FNB), como uma das mais importantes organizações que objetivaram a inserção social da população negra. Sob a liderança de Arlindo Veiga dos Santos, a instituição encabeçou a luta por inserção no mercado de trabalho e no sistema educacional, cursos profissionalizantes, atividades culturais e a inserção no sistema político por parte da população negra. Mesmo partindo de bases conservadoras para a sua permanência no cenário político e social naquele momento histórico, teve considerável número de filiados, tendo em vista a prestação de serviços que possibilitavam a garantia a direitos básicos (Ferreira, 2005, Oliveira; Oliveira, 2019).

O interregno democrático, marcado pelo fim do Estado Novo e por uma nova Constituição em 1946, recolocou os direitos civis e políticos em cena, em especial o direito a organização partidária, apesar dos claros limites dados à organização de partidos de esquerda ou ainda a intervenções sindicais, pelo menos até 1950. Durante o governo de Juscelino Kubitschek, entre os anos de 1956 e 1961, as bases do nacional-desenvolvimentismo foram assentadas, o que gerou importantes reflexos no mercado interno a partir da produção de bens de consumo duráveis. Esse processo ainda teve reverberações não apenas nas relações econômicas e de trabalho nas regiões urbanas, mas também na zona rural, gerando mobilizações em diferentes partes do território nacional em prol da regulação das condições de trabalho no campo, bem como levantando o debate a respeito da reforma agrária.

O governo de Kubitschek, que contou com a vice-presidência de João Goulart, que já havia sido ministro do Trabalho no segundo governo de Getúlio Vargas, em 1953, seguiu certa tradição populista e de pleno diálogo com as frentes sindicais a fim de manter a contínua melhora das condições de trabalho e avanço do desenvolvimento econômico. Não por acaso, Carvalho (2002) mostra que o crescimento econômico durante as gestões de Kubitschek e Goulart chegou a 7% ao ano, distribuindo benefícios a todos: operários, patrões e indústria nacional e estrangeira. Com a eleição de Jânio Quadros em 1960, Goulart se manteve como vice, mas logo assumiu a presidência por renúncia de Quadros em 1961, o que apressou o processo golpista por parte dos militares, que buscavam brechas desde a década de 1950 e, prontamente, se opuseram à nomeação de João Goulart para o cargo, instalando-se o estopim de uma crise política que ocorria há muito.

Apesar da profícua relação que o governo de João Goulart possuía com as frentes sindicais e outras organizações populares, após assumir a presidência da República em 1963, as demandas trabalhistas se radicalizaram eclodindo greves e inúmeras manifestações políticas que exigiam reformas estruturais. Esses eventos, aliados à

burocratização estatal do sistema previdenciário e à intolerância política – associada à incapacidade do aparato governamental de administrar os próprios recursos –, dentre outras coisas, semeou um campo fértil para o golpe de 1964 e a derrocada da democracia limitada.

2.2.3 1964-1988: cidadania restringida, mas não abolida?

Dentro do regime militar, a lógica pré-cívica continuava atingindo a maior parte da população, agora ainda mais fragilizada pelo impedimento legal da atuação dos sindicatos e a contumaz vigilância sobre quaisquer movimentações por parte das categorias profissionais. Santos (1979) mostra que a cidadania se mantinha regulada, sob novos formatos que, teoricamente, otimizavam o papel do Estado, desburocratizando-o e reservando recursos para o projeto desenvolvimentista, rumo a uma sociedade tecnocrática. A cidadania, que já andava em corda bamba, foi ainda mais destituída de qualquer conotação pública e universal. O exercício dos direitos políticos e civis foi colocado sob óbice, enquanto os direitos sociais tiveram a responsabilidade partilhada entre Estado e instituições da sociedade civil ou da iniciativa privada, mantendo-se estratificados e nitidamente fragmentados, ainda com estreita aliança com o mercado de trabalho formal e a contribuição compulsória.

Sobre a estreita vinculação entre aparato governamental e setor privado na garantia dos direitos sociais, Cohn (2020) aponta que o próprio Estado brasileiro criava demandas (exemplo: assistência médica previdenciária), a fim de satisfazê-las por meio da compra de procedimentos oferecidos por prestadores de serviços, movimentando o mercado produtor neste ramo. Esse e outros fatos, exemplificam que o período de 1964 a 1988 fortaleceu ainda mais no imaginário social, a direta relação entre acesso aos direitos de cidadania e condição produtiva formal no mercado de trabalho. A partir disso, vemos como a inclusão de poucos no *status* de cidadão e a sua dependência à capacidade produtiva reconhecida legalmente, mantém, em alguma medida, as raízes de uma ordem social pautada na desigualdade e na meritocracia, na qual cada segmento social ocupa um lugar específico, concernente aos esforços pessoais empregados.

Mesmo diante das restrições dispostas, o Regime Militar apresentou diversas ambiguidades, como a manutenção de eleições diretas para alguns cargos, a saber deputados federais, deputados estaduais e vereadores, tidos pela maior parte da população como cargos pouco importantes, já que houve restrição do voto para presidente,

governador e senador. E mesmo para as eleições permitidas, vários entraves eram criados a fim de boicotar a vitória de candidatos do partido de oposição ao governo militar.

Contudo, o que para nós vale ressaltar nesse processo não é a realização de eleições em si, mas o aumento significativo do eleitorado a cada nova eleição em pleno regime militar. A cidadania mantinha-se filiada à ocupação formal, para o acesso aos direitos sociais, e à alfabetização e maioridade, para o direito ao voto. Contudo, entre 1960 e 1986, 53 milhões de pessoas adquiriram cidadania política, mais do que o total da população brasileira em 1950 (Holston, 2008). Esse aumento, de acordo com o autor, é fruto dos processos de migração e urbanização, de modo que houve um maior acesso e condicionamento à alfabetização no mundo urbano, o que conseqüentemente favoreceu o aumento do eleitorado.

Contudo, é importante destacar que o aumento do número de pessoas com direito a voto durante a ditadura não significa que os governos militares estavam desejosos de construir no Brasil um corpo de cidadãos, pelo contrário. A própria suspensão das eleições em 1964 se deu, dentre outros fatores, sob a justificativa de que “o povo brasileiro” não tinha capacidade de escolher candidatos capacitados e por isso, cabia deixar tal tarefa àqueles que eram capazes de escolher e governar.

Portanto, não houve cidadania democrática, apesar das incoerências em relação aos considerados eleitores. Por outro lado, este cenário sinaliza mais uma vez o caráter regulatório da cidadania no Brasil, pois aqueles que por ocasião do processo de alfabetização eram considerados aptos para votar, queriam fazê-lo, visto que isso marcava publicamente uma qualificação pessoal, que os diferenciava dos que continuavam analfabetos, isto é, dos cidadãos tidos como menores.

Sem dúvida, o processo de urbanização das cidades, que foi intenso entre as décadas de 1950 e 1980, não apenas amplificou o direito ao voto, mas deu novos contornos à própria ideia de cidadania, já que é inevitável citar a participação popular pela expansão dos direitos civis, políticos e sociais ao longo das décadas de Ditadura Civil-Militar.

Para além das manifestações costumeiramente conhecidas (movimentos por saúde, educação, contra o alto custo de vida, entre outros que serão apontados adiante), Pires (2018) destaca importante organização da população negra que, em meio a um cenário da restrição dos direitos de cidadania que tinha como intuito, ainda, elevar o Brasil

à categoria de país racialmente democrático por meio dos resultados do Projeto Unesco¹⁷, denunciou as contradições dos estudos em voga, apresentando as desigualdades que insistiam em ser acobertadas. Destacamos Abdias Nascimento como importante estudioso que foi denunciado para a polícia política por suas possíveis articulações com Cuba e por fundar e dirigir o Teatro Experimental do Negro.

Nascimento, assim como outros intelectuais e militantes, foram acusados de ferir a segurança nacional por meio da “guerra psicológica adversa”, que teria como intuito promover o “racismo negro no Brasil” e o socialismo africano, a partir de organizações que trabalhavam no processo de denúncia e contestação do regime e da não equidade em direitos. Thula Pires (2018) cita ainda o Movimento Black Soul, o Movimento Negro Unificado, o Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN) e muitos outros movimentos e organizações que visavam o desenvolvimento de trabalhos que incentivavam a cultura, a arte e a educação da população negra, de modo a confrontar os resultados de uma abolição que se deu estritamente no campo jurídico e o ideário da pacífica inclusão dos negros na sociedade brasileira.

Além destes, no âmbito das comunidades e bairros de regiões periféricas dos grandes centros urbanos, as comunidades eclesiais de base, bem como, as associações de moradores foram importantes espaços de formulação de estratégias de resistência sindicais e de oposição às estipulações do Regime Militar, por meio de reuniões na comunidade e da insistente circulação nos espaços do próprio território em que se vivia, mesmo frente às explícitas restrições apontadas por policiais e outros partidários do Regime. (Kowarick, 2000, Pires, 2018).

Sobre isto, Kowarick (2000) exemplifica que a greve dos metalúrgicos de São Paulo e em São Bernardo do Campo, de 1978 a 1980, pegaram especialistas – acadêmicos ou não – de surpresa, pois havia tímidos indícios organizacionais que denunciasses paralisações desta envergadura. Isto se deu porque estas foram desenvolvidas de maneira invisível, nas favelas, periferias ou mesmo de maneira fragmentada nos locais de emprego, tendo como pautas melhorias gerais nas condições de vida (saúde, habitação, saneamento básico, transporte público etc.), não apenas assuntos que se reduziam às condições de trabalho. Assim, o autor insiste na necessidade de observarmos os

¹⁷ Trata-se de um conjunto de pesquisas na área das Ciências Sociais, desenvolvidas na década de 1950, que tinha como principal objetivo compreender a trajetória de inclusão social da população negra, bem como, as relações raciais no Brasil, tidas tanto aqui como internacionalmente, como bem-sucedidas tendo em vista a aparente harmonia entre raças. (Pires, 2018, Maio, 1999).

movimentos de luta para além da delação dos conflitos nos contextos de trabalho, mas como espaços de denúncia das contradições urbanas, como experiências que se teceram para além da institucionalidade dos partidos e sindicatos, mesmo que estes tenham sido importantes. Ademais, ele frisa o imperativo em entender que as greves naquele período tinham,

por alvo uma plêiade de reivindicações situada no mundo do trabalho fabril, mas a longa trajetória para se chegar a esta desembocadura foi alimentada por inúmeros afluentes que passaram por aglutinações construídas no cenário dos bairros populares, apontando para um momento de fusão que se forjou em díspares experiências de resistência e de conflito. (Kowarick, 2000, p. 76).

Os percursos de resistência aqui apresentados são de incontornável destaque pois, favoreceram o processo de abertura política e contraposição à lógica de regulação cidadã, evidenciando que aqueles que se encontravam divorciados dos direitos de cidadania, não eram escolhidos ao acaso, mas eram histórica e propositalmente apartados deles, tendo em vista a organização social e os aparatos legais que justificaram cada tempo histórico brasileiro. Para além disso, vale ressaltar que vemos nesses processos de luta e reivindicação persistentes, a gênese da universalização dos direitos sociais e da cidadania promulgadas em 1988, na chamada Constituição Cidadã. É sobre ela, com suas contradições e desafios, que falaremos no item seguinte.

2.2.4 A Constituição Cidadã: a universalidade da cidadania, enfim?

Caminhando em direção ao processo de redemocratização do país, vemos que a Constituição de 1988 reconheceu legalmente as demandas sociais então em curso e a necessidade de um aparato jurídico-técnico-legal que universalizasse os direitos de cidadania e os efetivasse, tendo o Estado como principal responsável por sua execução e financiamento. Isto porque, especialmente a partir da segunda metade da década de 1980, a cidadania passou a ser uma temática mais ventilada no país, sendo o enfoque dos governos democráticos, fossem eles liberais ou não, como dissemos na Introdução (Manzini-Covre, 1991).

Entretanto, a consideração de todas as pessoas como cidadãs no Brasil – isso inclui a extensão do voto aos analfabetos que passou a ser facultativo e o acesso amplo aos direitos sociais que foi desvinculado da ocupação formal – não as imunizou do profundo

ajuste neoliberal a que o país foi submetido, especialmente a partir de 1990. Além das desigualdades regionais históricas, o cenário que se apresentava no período da redemocratização pode ser caracterizado pelas altas taxas inflacionárias, neoliberalização representada pela privatização de ativos e empresas públicas, forte apelo ao investimento do capital externo e estagnação no processo de industrialização, o que acentuou ainda mais os problemas sociais no país, que já contava com um terço de sua população em estado de pobreza.

Entretanto, se por um lado a década de 1980 é considerada perdida em níveis econômicos, em decorrência da paralisia econômica, o agravamento desta foi um dos estopins responsáveis pelo fortalecimento das lutas sociais que reivindicavam um novo projeto de desenvolvimento para o país, sob a égide das forças populares (Melo, s/d; Marangoni, 2012).

E foram as articulações populares que permitiram o despondo da universalidade dos direitos de cidadania, em especial dos direitos sociais. A Constituição de 1988 tem como base em seu texto a universalização da cidadania e o rompimento com a lógica regulatória de direitos por meio das políticas públicas sociais universais. Não é por acaso que ela é denominada de Constituição Cidadã. Em seu artigo 194, que discorre sobre o tripé da seguridade social, as Políticas de Saúde, Assistência Social e Previdência são colocadas como pilares do cuidado a todas/os as/os brasileiras/os, sendo o Estado responsável pela sua organização, financiamento e gestão.

Desta forma, a redemocratização é acompanhada por uma mudança na compreensão do papel do Estado brasileiro, priorizando – ao menos neste primeiro momento – estratégias legais que possibilitassem certo avanço da nação brasileira em direção à justiça social, enfrentando os precários indicadores socioeconômicos¹⁸.

Entretanto, apesar da Nova República, o Brasil da década de 1990 não ficou fora da tendência neoliberal que se esboçava nos países ocidentais, como citado há pouco. Yamamoto e Oliveira (2010) mostram que, mesmo diante dos avanços substanciais conquistados com as políticas públicas sociais, na esteira do que fora preconizado na nova constituição, essas ainda necessitariam de anos para serem efetivadas. Isso porque a década de 1980 apresentou baixas taxas de crescimento econômico e inflação galopante,

¹⁸ Abranches (1985, *apud* Yamamoto & Oliveira, 2010) mostra que na década de 1980, 52% dos domicílios encontravam-se abaixo da linha da pobreza, apresentando condições de vida igualmente precárias que se expressavam por meio da baixa expectativa de vida para quem possuía renda de um salário-mínimo (54,8 anos), altas taxas de mortalidade infantil (113,2 por mil nascidos vivos para famílias que ganhavam até um salário-mínimo), exclusão escolar e deficiências alimentares em famílias de baixa renda.

o que foi campo propício para a ascensão do ideário e implantação da agenda neoliberal nos anos posteriores. Essa agenda era marcada pela privatização de instituições estatais, diminuindo assim os gastos com a máquina pública; elevação das taxas de juros; criação de estratégias que acentuavam os níveis de desemprego e fragilizavam os direitos do trabalho; terceirização da responsabilidade pelos serviços públicos, a fim de reduzir gastos sociais; focalização das políticas públicas sociais conferindo-lhes caráter discriminatório para o acesso aos serviços básicos, dentre outras medidas. Isto é, a agenda neoliberal colocava o Estado a serviço do mercado financeiro, promovendo a mercantilização da vida social e econômica.

Logo, vemos que apesar de uma significativa melhora dos indicadores sociais (podemos citar como exemplo, a redução da mortalidade infantil, o aumento da escolarização e da expectativa de vida), os governos de inspiração neoliberal que geriram o Brasil a partir da década de 1990, adotaram a lógica de “parceria” para a resolução dos problemas socioeconômicos. Isto significa que, ao invés do Estado, o mercado (privatização) e a sociedade civil (voluntariado/filantropia) passaram a oferecer “proteção social” gerando políticas públicas sociais descontinuadas e aquém dos conflitos sociais que marcavam a realidade brasileira (Yamamoto; Oliveira, 2010, Cohn, 1999). Dessa forma, embora ampliada nas determinações da Constituição Cidadã, a cidadania plena encontrou, como empecilho para sua realização, nesse primeiro período, a lógica neoliberal a lhe marcar o contorno.

O primeiro decênio do século XXI é marcado pela ascensão de Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores-PT) ao posto de chefe do executivo nacional, descontinuando a lógica de gestão neoliberal até então vivenciada na Nova República. A Era PT, iniciada em 2003, apresentou importantes avanços no que diz respeito à atuação do Estado frente aos problemas sociais herdados das décadas anteriores e que geravam entraves ao desenvolvimento da cidadania com a inclusão dos direitos sociais, obviamente, não sem contradições. Fagnani (2011) discute que a trajetória das políticas públicas sociais durante o Governo Lula pode ser dividida em duas etapas: a primeira entendida por ele como um período de ambiguidade entre mudança ou continuidade (2003-2005) e a segunda como um ensaio desenvolvimentista (2006-2010). Compreendamos melhor cada uma destas etapas.

Fagnani (2011) mostra que ao assumir o executivo, Lula manteve certa ortodoxia econômica, tensionando o promissor desenvolvimento da política social. O autor destaca que a convivência entre setores defensores do Estado Mínimo e dos direitos universais no

seio do próprio governo, levou à adoção de medidas econômicas que mais lembravam o governo anterior de Fernando Henrique Cardoso, do que as promessas petistas de rompimento com as estratégias neoliberais. Isso porque, foi necessário certa democracia de cooptação¹⁹ para garantir a coexistência entre os interesses do capital financeiro internacional e nacional e a implementação de programas e iniciativas direcionadas às populações que até então estiveram excluídas das políticas públicas sociais e consequentemente, dos demais direitos de cidadania (Cassin, 2022, Marques; Mendes, 2007).

Apesar desta paradoxal convivência, Fagnani (2011) a justifica, pontuando que o cenário econômico brasileiro no processo de transição de governo em 2003 era desfavorável, com juros elevados, crescimento econômico pífio, dívida externa em seu mais alto nível em relação aos anos anteriores etc. Não cabia abruptas rupturas, mas a manutenção da ortodoxia econômica, a fim de acalmar os mercados, já que todo esse panorama era intensificado pela desconfiança na gestão PT e no próprio Governo de Lula como primeiro presidente operário. Portanto, os gastos sociais por parte da união mantiveram-se no patamar da gestão anterior, investindo em políticas focalizadas e caindo em certa indefinição da estratégia que seria adotada para o enfrentamento dos problemas sociais que pululavam na realidade brasileira.

A segunda etapa do Governo Lula (2006-2010) foi marcada por um arrefecimento das forças conservadoras, ocorrendo uma articulação mais convergente entre os objetivos econômicos e sociais. Fagnani (2011) mostra que essa retomada de uma definição estratégica da gestão petista e de certo protagonismo do Estado na economia, foi favorecida pela crise financeira internacional de 2008, que abriu brechas para o fortalecimento de um sistema de proteção social e consequentemente, de políticas públicas sociais universais.

Uma das estratégias adotadas para enfrentar os efeitos sociais da crise foi a decisão de eleger o social como um dos eixos estruturadores do desenvolvimento econômico. Conjugou-se, com êxito, estabilidade econômica, crescimento, distribuição de renda, inclusão social e promoção da cidadania. Como vimos, o crescimento teve impactos positivos sobre o mercado de trabalho, dando vigor ao mercado interno e criando um ciclo virtuoso entre produção e consumo. (Fagnani, 2011, p. 16).

¹⁹ Cassin (2022) nomeia como democracia de cooptação as formas pelas quais o sistema democrático incorpora, de modo concomitante, os interesses da classe dominante e as demandas das classes populares, a fim de evitar rupturas com a ordem social vigente e garantir a hegemonia do capital.

Marques e Mendes (2007) reforçam o apresentado, ao sinalizarem que os governos petistas não serviram, necessariamente a dois senhores, conforme é costumeiramente dito, mas mantiveram a agenda liberal dentro de um governo social-democrata. De fato, a manutenção de programas sociais sem os transformar em direitos, reforça a ideia assistencialista e coloca a maioria da população sob o domínio e vontade do atual líder da nação, como de fato ocorreu. Mas a agenda social desenvolvida não pode ser comparada, a rigor, com as tradicionais políticas assistencialistas historicamente desenvolvidas no Brasil, tampouco, relegada ao lugar de políticas compensatórias.

Isto porque, mesmo com paradoxos, a agenda social desenvolvida ao longo da Era PT apresentou um caráter sistemático e relativamente unificado de implementação das políticas públicas sociais, o que produziu alterações concretas no modo de execução dos direitos no país. Diferentemente das políticas assistencialistas tradicionais, historicamente marcadas por ações pontuais, fragmentadas e fortemente personalizadas, tais políticas incidiram sobre as dimensões estruturantes da reprodução da vida social, como educação, saneamento básico e segurança alimentar, afastando-se, ainda que de forma incompleta, da lógica estritamente caritativa ou compensatória.

É o que pode ser visto por meio de alguns dos indicadores sociais referentes aos dois mandatos do governo Lula, entre os anos de 2003 e 2010. O Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2011) mostra, por exemplo, uma redução da taxa de analfabetismo da população maior de 15 anos, saindo de 13,63% em 2000 para 9,6% em 2010. Entretanto, na época, nos municípios de pequeno porte da região Nordeste, esta taxa era oposta e podia chegar até 28%, mesmo com uma queda em outras regiões. Tal discrepância se repetiu em relação ao saneamento básico, sendo que em 2010, 61,8% das cidades contavam com uma rede geral de esgoto interligada contra 56,5%, em 2000. Nas cidades menores de até 5 mil habitantes, a porcentagem saneada não chegava a 30%, enquanto em municípios com 500 mil habitantes ou mais, era de 82,5%. Já no que diz respeito ao grau de Segurança/Insegurança Alimentar no país (IA/SA), outra pesquisa do IBGE (2020) mostra que a SA dos domicílios cresceu de 65,1% em 2004 para 69,8%, em 2009, indo ainda para 77,4% em 2013, sendo ainda as regiões Norte e Nordeste com menor acesso pleno e regular aos alimentos.

Essa é uma pequena amostra de que, apesar dos avanços em relação às décadas anteriores, foi possível coincidir certa melhora das condições de vida dos mais empobrecidos, sem que o grande capital fosse desfavorecido. Ainda assim, o Brasil

permanecia convivendo com significativas desigualdades regionais, que se expressavam, como já notado, nas regiões distantes dos grandes centros.

A gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), que deu continuidade aos trabalhos até então desenvolvidos por Lula, buscou atender as demandas que se apresentavam ainda frágeis, como mostram os indicadores sociais desse período. Em estudo feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2022) é notável que até o *impeachment* de Dilma, o Brasil apresentava uma melhora considerável nas condições de vida da população.

Retomando os dados sobre a SA, o Brasil, em 2014 deixou o Mapa da Fome das Nações Unidas ao erradicar a pobreza extrema que na década de 1990 atingia 32 milhões de pessoas. Além disso, a população que apresentava alguma forma de IA saiu de 35,2%, em 2003 para 22,9%, em 2016, isto é, uma queda de 12,3% ao final da gestão do PT. Mesmo sendo ainda um número expressivo de pessoas sem acesso pleno a alimentação, tal redução mostra que há condições, por meio de políticas públicas sociais universais, de construir estratégias de cuidado integral, aliando políticas de transferência de renda, geração de emprego e desenvolvimento educacional, a fim de incidir sobre as expressões da desigualdade social.

Os avanços conquistados por meio do desenvolvimento de ações de garantia de direitos foi pouco a pouco desmontado após 2016. Cassin (2022) discute que mesmo que tardiamente, a crise de 2008 expressou-se no Brasil por meio da retomada do padrão de dominação autocrático-burguês e dos ajustes fiscais que restringiram os gastos públicos com a agenda social. Diante do esgotamento das bases econômicas e sociais que sustentavam a democracia de cooptação, o golpe jurídico-parlamentar de 2016 foi forjado, sobretudo com a finalidade de adequar o Brasil às exigências do padrão de acumulação dos países centrais do capitalismo.

Nos anos que se seguiram, até as eleições de 2018, o sucessor Michel Temer implantou medidas que se apresentaram como um prelúdio da austeridade fiscal que se aproximava. A aprovação da Emenda Constitucional 95, em 2016 e a Reforma Trabalhista, em 2017 foram campo fértil para a redução dos gastos estatais com as políticas públicas sociais e com a reprodução social dos trabalhadores, fragilizando as possibilidades de seguridade social ao mesmo tempo que elevavam as taxas de exploração por meio do favorecimento do regime de trabalho informal. Essas puderam ser sentidas rapidamente pela população, é o que mostram os dados quando tomamos novamente

como exemplo os casos de IA grave por domicílio, que apresentaram alta de 43,7% dentre os anos de 2017 e 2018.

A eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018, selou o cenário de desmonte das políticas públicas de garantia dos direitos sociais que paulatinamente foi construído. Marcada pelo ultraneoliberalismo, a agenda econômica entre os anos de 2018 e 2022 esteve às voltas com as necessidades do grande capital nacional e internacional, o que exigiu uma readequação do Brasil à divisão internacional do trabalho, sendo, mais uma vez, situado como prioritariamente produtor de bens primários. Além disso, a contrarreforma da previdência em 2019, fragilizou ainda mais as já precárias condições dos trabalhadores, instituindo maior tempo mínimo de contribuição e aumento da idade mínima para aposentadoria, além da desconstitucionalização da Previdência Social.

A contrarreforma autorizou a elaboração de leis complementares para cada item abordado pela previdência (tempo de serviço, valores da aposentadoria e de pensões etc.) e dispostos nos parâmetros do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, a fim de alinhar as regras de aposentadoria para ambos os regimes. Apesar de seguir a mesma regra dos países desenvolvidos, a desconstitucionalização pode facilitar futuros ataques à política social por meio do não reajuste dos benefícios socioassistenciais com base na inflação, além de fragilizar o regime de repartição que caracteriza a previdência (Cassin, 2022).

Grosso modo, vemos que o congelamento dos investimentos nas políticas públicas sociais e as modificações legais, tanto nos direitos trabalhistas, como previdenciários, foram os pilares que sustentaram o desmonte dos direitos no Brasil, o que progressivamente redesenhou um cenário de subcidadania, já conhecido de outros tempos. Ao traçarmos um comparativo entre as gestões que presidiram o Brasil nos últimos 20 anos, vemos, no último período, um declínio das condições de vida da população, por meio da redução do poder de compra decorrente da desvalorização do salário-mínimo, o que favoreceu o retorno da extrema pobreza (Dieese, 2022).

Para além da gestão Bolsonaro (2019-2022), que foi em si mesma uma tragédia, o mundo contou também com o agravante da pandemia do vírus da COVID-19, que chegou ao Brasil adensando o processo de desinvestimento em curso. Castilho e Lemos (2021) descrevem a marcha de (des)proteção social desde 2019, citando que por meio da Portaria nº2362/2019, o Ministério da Cidadania foi golpeado com um corte de 40% dos recursos federais à Assistência Social, colocando em risco a continuidade da política. As autoras evidenciam também que o Auxílio Emergencial não foi suficiente para dar conta

da crise sanitária e econômica vivenciada pelo país, de modo que a extrema-pobreza e a IA – já mencionadas – voltaram a crescer atingindo índices similares aos de 30 anos atrás, isto é, quase 60% da população não possuía, em 2022, garantias de alimentos qualitativamente adequados e quantitativamente suficientes. O desemprego e/ou a informalidade no trabalho aliados às altas nos preços dos alimentos foram condicionantes para a dificuldade no acesso a recursos básicos. É o que mostra o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, organizado pela Rede PENSSAN (2022). Este, deixa claro que a IA é diretamente proporcional à insegurança de renda, sendo que em mais de 2/3 das famílias pesquisadas, a formalidade do trabalho e a SA estavam associadas.

A reportagem de 25 de julho de 2021, do jornal O Globo (2021), escancara o imenso abismo ligado à distribuição de renda existente no Brasil. Nessa, centenas de pessoas na cidade de Cuiabá, Mato Grosso, disputam espaço em uma fila para ter acesso aos pedaços de ossos com retalhos de carne, justamente no Estado que possui nove cabeças de gado por pessoa. Não é por acaso que o Mato Grosso apresentou em 2022 IA grave superior à média nacional de 15,2%, tendo SA de apenas 36,8%, ainda menor que a média nacional de 41,3% (Rede Penssan, 2022).

Este estado é apenas uma amostra do que se repetiu em outras regiões do Brasil ao longo da gestão ultraconservadora de Bolsonaro, que extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea). Mesmo com alta cobertura dos programas de transferência de renda, como o Auxílio Brasil e/ou Auxílio Emergencial, famílias com rendimentos de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo não apresentaram melhoras significativas nas condições de vida e acesso à alimentação adequada. Ou seja, o programa não foi capaz de alcançar parcelas populacionais elegíveis ao benefício, as vulnerabilizando ainda mais.

Entretanto, cabe dizer que isso não é uma falha dos programas de transferência de renda *per se*, mas o modo como a gestão destes foi feita, pois quando observamos as gestões governamentais entre 2003-2016, é inegável a redução da desigualdade de renda, não porque os programas sociais eram o carro-chefe destas gestões, mas porque eram aliados à criação de postos de emprego formal e, portanto, à inclusão de trabalhadores em novos mercados de consumo (Welle; Furno; Bastos, 2022).

Contudo, como dissemos nas primeiras linhas desta tese, a cidadania pode (re)nascido de lugares aparentemente inférteis, sendo as/os brasileiras/os, experientes no uso da falta como o principal combustível para a insurgência. Fato historicamente visto no Brasil que se repetiu, mais uma vez, ao longo dos quatro anos de gestão da extrema-

direita. Waisbich (2024) mostra como diferentes organizações (estatais, sociedade civil, agências de pesquisa e agências internacionais) resistiram ao processo de desmantelamento das distintas políticas por meio da burocratização dos pedidos governamentais, notas técnicas explicativas sobre os processos ligados a confiabilidade do sistema eleitoral, ao Cadastro Único, aos níveis de IA e a importância da manutenção de instituições, como o Consea, no país etc. denunciando, dentro e fora das fronteiras brasileiras, os desmonte vivenciado.

Na mesma direção, Machado, Vitale e Rached (2023) retomam como as lutas das populações indígenas, em especial das mulheres indígenas, aliadas a outros movimentos sociais, foram imprescindíveis para tornar visível no Brasil e em outros países as graves violações de direitos humanos e dos direitos das populações indígenas. As autoras nos lembram que a Aliança Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade, mobilizou em setembro de 2021, em Brasília, mais de 4 mil mulheres indígenas de 150 etnias diferentes do Brasil, com o intuito de reivindicar a defesa das terras indígenas, foco de intenso ataque no governo Bolsonaro. Na mesma linha, em 9 de março de 2022, em Brasília, Caetano Veloso e outros artistas reconhecidos, lideraram a reunião de mais de 100 mil pessoas em um protesto contra cinco projetos de lei contra o meio ambiente e direitos indígenas, conhecido como “Pacote da Destruição”, que tinha como proposta a flexibilização de leis e regras ambientais para a expansão do agronegócio em todos os ecossistemas brasileiros, gerando nitidamente não apenas prejuízos irreversíveis à fauna e flora, mais também aos povos, clima e à segurança das populações.

Além disso, não podemos nos esquecer das intensas mobilizações da sociedade civil no enfrentamento das consequências trazidas pelo Estado autocrático durante a pandemia. Ações, como as do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que organizaram cestas de alimentos e produtos de higiene para as famílias em situação de rua e/ou moradoras de ocupações e regiões de favelas, ou ainda, de moradores que voluntariamente se organizaram para proteger a própria comunidade por meio de ações para o controle do vírus e da fome, reforçam o que temos dito até aqui, que a ameaça aos direitos não é impeditiva da luta, mas seu principal combustível.

A ocupação de espaços nacionais e internacionais com o propósito de resistir aos persistentes ataques aos tratados internacionais e à garantia de direitos lentamente construída no Brasil, mostrou mais uma vez que o processo de reafirmação dos direitos para a garantia da cidadania se fez não apenas por aqueles/as que ocupavam lugares privilegiados, mas sobretudo, por aqueles diretamente atingidos pela falta. Este processo

de reafirmação das diferenças e do desejo de continuar construindo um país democrático – mesmo com desafios históricos – mobilizou, em 2022, um processo eleitoral acirrado entre Lula (Partido dos Trabalhadores – PT) e Bolsonaro (Partido Liberal – PL), que se encerrou com a vitória do petista para a presidência da República entre os anos de 2023 e 2026.

Tendo assumido a gestão sob frágil apoio do congresso, que tinha a oposição como maioria, a nova gestão Lula reforçou o modo de governabilidade do passado, isto é, manteve a prática conciliatória como principal estratégia a fim de garantir a implementação do seu projeto de governo. Restando ainda dois anos para o fim da sua gestão, os desafios são evidentes, como o controle da inflação e a redução das taxas de juros, o aumento do PIB, por meio da geração de emprego e renda e, ajustes fiscais, como a reforma tributária, que visam conjuntamente, garantir a estabilidade econômica para ganhar a confiança do mercado e um processo de arrecadação dos impostos mais justo (Queiroz, 2024).

A partir das discussões feitas no item 2.2, podemos considerar que as escolhas políticas que favoreceram, ou não, os investimentos nas políticas públicas sociais nos parecem ter colaborado também com processos que reforçaram ou fragilizaram os direitos de cidadania.

Como já mencionado por Santos (1979), até a Constituição de 1988, a cidadania foi diretamente vinculada à formalidade no trabalho, ou seja, ter uma ocupação com carteira assinada e reconhecida pelo Estado, conferia direitos distintos em relação àqueles que viviam na informalidade – mesmo esses representando cerca de 40% da população no final dos anos 1980 e chegando a mais de 50% no ano de 2001. A aprovação da nova Carta Magna, a Constituição Cidadã, marcou, ao menos no campo legal, o fim da aliança ocupação-direitos e conferiu a todos os brasileiros a igualdade. Dizemos que foi no campo legal inicialmente, pois a nova lógica de gestão das políticas públicas sociais e a responsabilização do Estado pelos dispositivos que constituem a Seguridade Social só foram foco das políticas governamentais entre os anos de 2003 e 2016. Logo, fica cada vez mais nítido que são essas políticas que cooperam para o exercício da cidadania, para a construção de um lugar de existência na sociedade.

Ao nos depararmos com o cenário da seguridade social nos últimos seis anos, parece-nos que o direito à cidadania retornou ao seu estágio anterior, em que ser cidadão se articula com o que é oferecido individualmente à sociedade, como se este lugar só pudesse ser alçado aos que merecidamente o conquistaram, por meio do trabalho, formal

ou informal, e da capacidade de manter-se vivo em uma sociedade competitiva. A cidadania assim, passou a ser *status* conquistado, não previamente garantido pelo Estado para então, serem cumpridos os deveres por cada cidadão.

Isto posto, até aqui tentamos brevemente desenvolver uma discussão sobre a relação entre a cidadania pós 1988 e um dos principais meios de sua garantia nesse momento histórico no Brasil, as políticas públicas sociais universais. Sem dúvida, essas são facilitadoras tanto do processo de identificação dos sujeitos como parte da sociedade, como no reconhecimento de si como alguém que possui direitos e é cidadão, isto é, um reconhecimento em si e para si a respeito de um lugar de existência na sociedade brasileira. Estas políticas são para nós importante ponte para a garantia de direitos de cidadania e por isso, passarão a ter maior enfoque daqui para frente. Finalmente, olhemos de maneira mais atenta para as políticas públicas sociais no item a seguir.

2.3 Políticas públicas sociais: caminhos para a garantia dos direitos de cidadania?

Políticas públicas sociais não estão isoladas das escolhas políticas, socioeconômicas ou culturais que estruturam um país. Abranches (1987) aponta que o investimento ou austeridade assumidos diante dos direitos sociais constituem escolhas políticas, isto é, negligenciá-los ou torná-los fator essencial para o desenvolvimento socioeconômico do país também se configura estratégia de gestão. Apesar de entendidas, por muitos autores (Behring; Boschetti, 2009, Yamamoto; Oliveira, 2010, Lacerda, 2015), como minimizadoras das refrações da questão social, as políticas públicas sociais não podem ser reduzidas a um instrumento de manipulação ou de alienação diante das relações de exploração. Gonçalves (2013) nos alerta que estas devem ser apreendidas a partir das transformações feitas no interior da estrutura capitalista, pois, captá-las em si mesmas pode escamotear as relações históricas e sociais contraditórias que as constituem. Assim como os direitos de cidadania se modificaram ao longo da história das sociedades, as estratégias para garanti-los também foram se configurando de modo dependente das estruturas sociais.

Isto significa que ao passo que elas medeiam as relações entre os interesses da classe trabalhadora e da classe dominante, elas também possibilitam novos espaços de participação política social, mesmo com limites. Isto é, à medida que as políticas públicas sociais visam universalizar os direitos sociais, elas possibilitam o reconhecimento individual e coletivo dos sujeitos. Esse, ao desenvolver métodos para garantir os direitos

civis e políticos promovendo espaços de participação ativa na sociedade e aqueles, ao reconhecer a todos como sujeitos de direitos e não apenas como objeto da intervenção estatal (Gonçalves, 2013).

Contudo, o percurso traçado pelas políticas públicas sociais para garantir direitos, não foi e não é igual nas diferentes localidades do país, quando se leva em consideração a categoria²⁰ território, a partir de Milton Santos, como parte essencial do planejamento destas. Para este pesquisador, além das limitações fronteiriças definidas pelo Estado, o território constitui-se como um espaço histórico modificado socialmente, o que pode influir sobre as formas como essas políticas trabalharão. Apesar de não termos a pretensão de nos aprofundarmos nas produções de Milton Santos, tendo em vista a complexidade e vastidão de seu trabalho, partiremos da compreensão de território desenvolvida por ele e debatida por comentadores para entender a construção histórica das políticas públicas sociais na garantia dos direitos de cidadania. Vale sinalizar que faremos também essa discussão em outro momento do trabalho, quando apresentarmos o território foco da investigação.

Para Santos e Silveira (2006), o território constitui-se como o espaço geográfico historicizado, isto é, como um conjunto de objetos e técnicas que acumulados historicamente formam as características de determinado lugar. O autor frisa que o território só pode ser entendido como tal a partir do trabalho, ou seja, a partir do emprego de técnicas que modificam as condições naturais, construindo novas condições culturais e concretas para a instalação de um grupo. Para Santos e Silveira (2006), é o *saber fazer* da humanidade - o emprego e o acúmulo de técnicas desenvolvidas socialmente - que é capaz de construir os fluxos que regerão o território. Como apontam os autores: “[...] quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política.” (Santos; Silveira, 2006, p. 247).

Contudo, por mais óbvio que pareça, não podemos deixar de ratificar que as técnicas e objetos desenvolvidos no processo de modificação do território são frutos do trabalho como atividade humana e ao passo que modificam tal espaço geográfico são por

²⁰ Com base em Koga (2015), assumimos o território como categoria de análise e não como conceito. Essa posição se dá a partir da reflexão apresentada pela autora, com a qual estamos de acordo, que entende como Milton Santos que o território deve ser uma das lentes de leitura acerca do desenvolvimento das políticas públicas sociais e não como um objeto estanque que se apresenta cristalizado e passivo diante de seu uso.

ele modificados, ou seja, território e grupo humano partilham de uma mútua relação de transformação por meio do trabalho. Isso mostra que o território não é um mero objeto de intervenção humana, dúctil e modificável, mas assume um lugar ativo para a compreensão das ações e políticas desenvolvidas, como apontam Santos e Silveira (2006):

Buscamos apreender a constituição do território, a partir dos seus usos, do seu movimento conjunto e de suas partes, reconhecendo as respectivas complementaridades. Daí falarmos em divisão territorial do trabalho e seu círculo de cooperação, o que ao mesmo tempo permite pensar o território como ator, e não apenas como um palco, isto é, o território no seu papel ativo. (p. 11).

Koga (2005) caminha em direção similar a Santos e Silveira (2006) reafirmando que o território não se constitui meramente por seu uso administrativo, mas como elemento vivo, dinâmico e relacional, tendo como principal característica as relações sociais, culturais, econômicas e políticas que interagem com o espaço físico. O território constitui e é constituído pelas tramas cotidianas, e por isso, o desafio de pensar as políticas públicas sociais inseridas nos territórios, já que o correr da vida não se dá igual em todos eles, mas conta com distintas determinações que a todo o tempo se deslocam.

Nesta direção, podemos dizer que construir políticas públicas sociais a partir dos territórios é dar um passo além, exigindo o reconhecimento das condições objetivas nas quais vivem as populações. Por vezes, as orientações político-administrativas que regem essas políticas entendem o território como “igual, liso” como diz a Koga (2013), aproximando-se de uma concepção de território *stricto sensu* que não leva em consideração as pluralidades socioterritoriais. Vemos que a própria diversidade do território circunscreve a compreensão dos direitos de cidadania e que quando as políticas públicas sociais não são capazes de atender às rugosidades do território - isto é, às contradições que impedem a aplicação homogênea do cuidado - a população busca por outras vias o acesso à cidadania. Isto aponta para uma construção de direitos na realidade brasileira que não é igual, mas que se dá com base nos valores sociais e nos mecanismos desenvolvidos nos distintos contextos, a fim de atender as demandas surgidas.

A categoria território, eixo estruturante das políticas públicas sociais, foi adotada como tal não por preciosismo, mas com base no cenário existente no país na transição democrática na década de 1980. O país vivenciava (e ainda vivencia, como nos mostra Koga (2013)) desigualdades socioterritoriais que deflagravam a predileção dos investimentos para a região sudeste. Melo (s/d) mostra, por exemplo, que em meados do

século XX a região Nordeste do país enfrentava os efeitos não apenas do subinvestimento nacional, mas do imaginário social que justificava este, a partir de aspectos ideológicos que apontavam a região como incapaz de receber investimentos em decorrência dos problemas climáticos.

Da mesma forma, a região Amazônica recebia apenas investimentos focalizados para a extração do látex, voltado a atender as necessidades da economia internacional. Mesmo com projetos e planos de industrialização que possibilitaram, em certa medida auspícios de desenvolvimento no período ditatorial, as taxas de produção econômica mantiveram-se focalizadas nas mãos de poucos, agravando a questão fundiária e a emigração rural.

Em resumo, do mesmo modo que o desenvolvimento de um território se dá a partir dos investimentos dispensados, e não queremos nos restringir apenas aos financeiros, há com estes um processo de valoração, que é também agregado aos que ali vivem.

Santos (2020) mostra que o espaço urbano é um conjunto inseparável de fixos e fluxos, sendo esses um conjunto de modificações feitas a partir do disposto na natureza, a fim de responder as necessidades humanas, como por exemplo, casas, hospitais, escolas etc., referindo-se os fluxos à dinâmica e ao valor político que é atribuído a estas produções; estas, por sua vez, são dependentes do lugar e dos investimentos ali dispensados. Podemos dizer então, que a disposição de bens comuns que determinado território terá (fixos) está atrelada à importância político-econômica que ele possui (fluxos), por isso Milton Santos insiste na compreensão de que há um processo de valoração da cidadania agregado ao território. Por mais que atualmente a cidadania seja *status* comum a todas as pessoas brasileiras, a cidadania como condição social de existir e não apenas sobreviver, é duramente prejudicada, especialmente em grandes centros urbanos como São Paulo, pelas condições territoriais nas quais vivem as pessoas.

Santos (2020) mostra que a cidade, quando dividida em polos de valoração que limitam a circulação e vivência a partir do preço a ser pago, torna-se uma realidade onírica para parte da população, pois além da distância física, há também uma distância simbólica quase intransponível. Ambas são marcadas não apenas pela precificação, mas pela própria delimitação subjetiva atrelada ao sentimento de pertença e direito de experimentar o que está disposto no entorno, como menciona o próprio autor: “Para muitos, a rede urbana existente e a rede de serviços correspondente são apenas reais para os outros. Por isso são cidadãos diminuídos, incompletos.” (p. 140).

Por outro lado, quando presentes as políticas públicas sociais, mesmo que frágeis, elas podem proporcionar novas formas de vinculação, de experiência comunitária e com a vida na cidade. Por isso, Santos (2020) adverte a necessidade de instrumentalizar os territórios de modo que estes avancem de uma cidadania abstrata a uma cidadania concreta, visto que, há expressões de desigualdade social que derivam, sobretudo, de escassezes territoriais. É nessa direção que apresentamos o Sistema Único de Assistência Social, em especial, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), como um espaço que se propõe a construção de vias para o desenvolvimento das condições que levam a uma participação cidadã no Brasil.

2.4 Uma política em análise: Sistema Único de Assistência Social

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, Lei nº 8.742/1993), operacionalizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tem como principais objetivos: garantir a proteção social, por meio da prevenção de riscos, redução de danos e acesso aos meios que garantam condições de vida; a vigilância socioassistencial, que propõe a análise territorial das vulnerabilidades que tocam as famílias e que podem colocar em risco suas capacidades protetivas; e a defesa dos direitos, por meio do acesso às prerrogativas garantidas por lei, certificando para tanto, as provisões socioassistenciais (Brasil, 2011).

Sem nos delongar, já que a PNAS (Brasil, 2004) e a própria Lei do SUAS, Lei nº 12.435/2011, que altera a Lei nº 8.742/1993, são leituras obrigatórias para o processo formativo de psicólogas/os e demais profissionais que compõem o quadro de políticas públicas sociais, propomos uma breve apresentação das proteções sociais que organizam e operacionalizam o SUAS a fim de localizar o/a leitor/a. Elas são Proteção Social Básica (PSB) e Especial (PSE). A primeira, de caráter preventivo e facilitador do processo de participação social, tem por objetivo o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, por meio do desenvolvimento das potencialidades humanas que podem florescer diante das possibilidades de acesso aos direitos. Já a segunda, visa o atendimento e o cuidado de pessoas em situação de exclusão social derivada da violência e da violação de direitos, isto é, pessoas que estão em situação de risco e que têm como principal demanda a reconstrução dos vínculos familiares e comunitários.

As proteções sociais são organizadas de maneira a garantir as seguintes seguranças socioassistenciais: de renda e autonomia, na qual todas as pessoas devem ter

meios monetários de garantir a sobrevivência, tendo autonomia para gerir o próprio dinheiro independentemente das condições nas quais se encontram, isto é, pessoas com deficiência, idosos, em condições de emprego informal ou sem emprego, famílias numerosas etc. Em outros termos, esse nível de segurança visa garantir que todas/os participem da reprodução social da vida de maneira digna, podendo escolher o modo como gerirá sua renda.

Para além dos meios monetários, há ainda a segurança de acolhida, que opera com o propósito de criar espaços nos quais as/os usuárias/os podem expressar suas demandas e necessidades, aumentando o acesso aos direitos sociais. Visa ainda, prover as necessidades humanas básicas como alimentação, habitação/abrigo, vestuário, emprego/renda, isto é, o acesso a direitos que possibilitem condições mínimas para o desenvolvimento da autonomia frente à vida. Ou seja, as condições básicas para a existência dentro da sociedade não devem ser impeditivas do desenvolvimento das potencialidades humanas, estando disponíveis para que as pessoas possam acessar outras experiências para além da luta pela sobrevivência. E finalmente, a segurança de convivência familiar e comunitária, que defende a indispensabilidade da convivência social como fundamental à vida humana. Isto significa que busca enfrentar situações de reclusão, exclusão e/ou perda de relações sociais, entendendo que os sujeitos ficam impossibilitados de se desenvolverem fora da cultura e das relações responsáveis por transmiti-las (Brasil, 2004).

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) são os equipamentos referenciais responsáveis pela operacionalização das proteções sociais e, conseqüentemente, das seguranças socioassistenciais.

Tendo como foco a prevenção e a promoção dos direitos de cidadania visando, assim, a participação nos processos sociais da vida e no desfrute de uma existência que esteja além da própria sobrevivência, o CRAS constitui-se “porta de entrada” do SUAS, sendo serviço guia para as ações territoriais e para o fluxo de atendimento dentro do sistema. Ele mapeia e organiza a rede socioassistencial local, gerindo um conjunto de serviços que propõem o fortalecimento da unidade familiar, construindo meios para que seus membros sejam protagonistas dentro e fora deste espaço. Citamos alguns serviços da PSB sob gestão do CRAS: Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças,

adolescentes, jovens, adultos e idosos (SCFV) e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

O PAIF, desenvolve ações em territórios onde há situações de vulnerabilidade e riscos sociais com o propósito de construir estratégias de fortalecimento das funções protetivas das famílias e grupos, enfrentando assim, a fragilização e ruptura dos vínculos. O acompanhamento da dinâmica territorial e comunitária de maneira continuada, promove não apenas intervenções em situações de maior dificuldade, mas garante progressivamente o fortalecimento da função protetiva das famílias, entendendo que por mais que estejam em situação de vulnerabilidade, não são desprovidas de tudo.

Nesta direção, o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas procura prevenir agravos que possam acarretar o rompimento dos vínculos familiares e sociais de pessoas idosas e/ou com deficiência. Tendo em vista que estas condições podem favorecer situações de confinamento, perda da autonomia e fragilização das relações sociais, o serviço busca promover o acesso ao SCFV e demais redes socioassistenciais, apoiando ainda as famílias por meio da orientação, informação e encaminhamentos com foco na inclusão na vida em sociedade (BRASIL, 2016).

Completando o conjunto de serviços que se dedicam ao trabalho social com as famílias, temos o SCFV. Esse, tem como proposta se unir às ações desenvolvidas pelo PAIF a fim de fortalecer os vínculos sociais e familiares por meio de atividades grupais que incentivem a socialização e a convivência comunitária. Como um dos serviços referenciado ao CRAS, o SCFV pode fortalecer o trabalho social com as famílias por meio de ferramentas que favoreçam os processos de escuta, valorização e reconhecimento de si e do outro, compreensão e respeito às diferenças, trabalhos coletivos que incentivem a nomeação das emoções, o exercício de fazer escolhas e a resolução de divergências e conflitos.

Tendo como objetivo o fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários, é um equívoco considerá-lo, como habitualmente nomeado, um contraturno, especialmente, nas idades escolares. O SCFV é espaço facilitador da participação cidadã e da construção de estratégias para o exercício da vida em sociedade, desenvolvendo ferramentas e recursos, ao mesmo tempo individuais e coletivos, que possibilitam o fortalecimento de si, do outro e das relações.

Sendo um serviço que busca materializar as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, o SCFV tem suas atividades organizadas por ciclos de vida, tendo em cada etapa geracional objetivos específicos distintos. Para crianças de 0 a 6 anos, o

serviço investe na interação entre crianças do mesmo ciclo etário por meio do resgate de vivências lúdicas mediadas por brincadeiras e brinquedos que representem a cultura local, além de criar espaços reflexivos sobre o papel das famílias no desenvolvimento e proteção das crianças. No SCFV de 6 a 15 anos, os objetivos que guiam as ações são criar e assegurar espaços de referências que possibilitem o desenvolvimento de relações afetivas e que cultivem o respeito mútuo, a solidariedade e a participação na vida pública do território, contribuindo para a inserção/reinserção e permanência no sistema educacional. O serviço para adolescentes de 15 a 17 anos possuem os mesmos objetivos, diferenciando-se apenas por estimular a inserção no mundo do trabalho, bem como o desenvolvimento de competências específicas ligadas a este universo, favorecendo o reconhecimento do trabalho como mais um direito de cidadania.

Para adultos de 18 a 59 anos, o principal objetivo está em proporcionar experiências que promovam a autonomia e o protagonismo social nos territórios vividos a partir do desenvolvimento das capacidades de fazer escolhas e tomar decisões, possibilitando ainda, a leitura crítica da realidade social na qual está inserido. E finalmente, o SCFV para pessoas idosas tem como meta o envelhecimento saudável, ativo e autônomo, assegurando, por meio das atividades e de outros espaços de encontro, uma convivência que permita a construção e/ou continuidade de novos projetos de vida, além de assegurar a identificação das necessidades e demandas (Brasil, 2022).

Logo, fica claro que o SCFV ao organizar suas atividades por ciclos de vida especifica quais aspectos espera desenvolver em cada nível geracional. A partir do item 3 debateremos de maneira mais aprofundada sobre isto, mas de antemão, é irrefutável a importância do SCFV como mediador da participação social e comunitária e, portanto, do desenvolvimento da noção de cidadania, porém, a restrição das ações aos ciclos de vida pode contribuir para uma perspectiva etapista do processo de desenvolvimento, entendendo que a partir de um acúmulo de conteúdos advindos a cada faixa etária, há melhor e maior “preparo” para receber novos conteúdos ligados à convivência comunitária. Essa perspectiva pode ser repensada justamente por entendermos que o desenvolvimento humano não se dá por categorias ou por superação de uma etapa em relação a outras tidas como inferiores (Vigotski, 2009).

Seguindo o conjunto das proteções sociais, a PSE se divide em Média e Alta Complexidade, tendo como principal unidade de referência o CREAS, cujo objetivo é oferecer orientação, acompanhamento e proteção as famílias em situação de risco social, isto é, cujos direitos já foram violados. O Serviço de Proteção e Atendimento

Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), constitui a estratégia de acompanhamento das famílias assistidas em caráter permanente pelo CREAS. Assim, como o PAIF, o PAEFI busca prevenir que a situação de violência e violação de direitos seja agravada, desenrolando no rompimento dos vínculos familiares e comunitários. Em situações nas quais a ruptura das relações se torna incontornável, a PSE de Alta Complexidade entra em cena ofertando, por meio das unidades de acolhimento institucional, proteção integral e prevenindo novos episódios de violações de direitos.

Damos um enfoque nas unidades, serviços e ações da PSB, visto que, foi nesta que nossa pesquisa se desenvolveu. Contudo, por mais que tenhamos feito uma apresentação sintética e fracionada do SUAS, a forma como é operacionalizado o cuidado nunca é em partes – ou ao menos não deveria ser – pois, uma/m mesma/o usuária/o pode ser acompanhada/o por ações e serviços de distintas unidades e proteções sociais, como é o caso do SCFV que mesmo pertencendo à PSB, carrega no nome a função de fortalecer vínculos frente às situações de vulnerabilidade e risco social.

O Sistema acima apresentado, só começou a ser organizado, no Brasil, por meio da uma Política de Assistência Social, reconhecida como responsabilidade do Estado brasileiro e sendo incluída como parte da Seguridade Social, com a Constituição de 1988. Essa política só teve aprovada sua própria lei a partir de 1993 (Lei 8.742/1993) sinalizando as dificuldades que as gestões governamentais tiveram para reconhecer a Assistência Social como direito social e não como ação benemerente que poderia ser executada de maneira aleatória, tendo como fonte de recursos o campo privado, o que ocorria até 1988. Mesmo com uma legislação específica, durante 12 anos a Assistência Social ficou a cargo do terceiro setor por meio da prestação de serviços, dando continuidade à tradição filantrópica brasileira. Somente em 2004 foi instituída a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) traçando princípios, objetivos e diretrizes que a organizaram, dando ferramentas para a execução dos serviços e programas e criando um sistema para realização e consolidação dessa política, o SUAS.

A Constituição Cidadã eleva em 1988, a Assistência Social ao posto de política pública indispensável e universal a todas/os as/os brasileiras/os, por meio do tripé da Seguridade Social. Isto é, a Política de Assistência Social em aliança com as políticas de Saúde Pública e Previdência Social formam o arranjo da proteção social, que consiste na institucionalização do cuidado de membros da sociedade que estejam em situações de desfavorecimento econômico, agravos à saúde, incapacidade de renda ou ainda vulnerabilidades ligadas aos ciclos da vida. Frente ao percurso da cidadania no Brasil

anterior a 1988, esta política em unidade com outras, universaliza os direitos sociais e representa um avanço em relação a outros momentos históricos.

A PNAS e, posteriormente o SUAS, dá forma à universalização da cidadania no Brasil e medeia as relações entre os sujeitos e parte das produções da sociedade. Mesmo diante das intempéries, é esta política que possibilita o acesso às demais políticas públicas sociais e é um primeiro passo para uma existência ativa em sociedade. Costa e Galão-Silva (2018) discutem que mais do que a garantia jurídica da cidadania, é urgente avançar em direção à cidadania como capacidade de agir na comunidade à qual se pertence, ponto que veremos adiante de maneira mais detalhada. Mas, já podemos dizer que o SUAS pode e deve ser considerado nesse sentido mais amplo.

Podemos dizer ainda que em muitos territórios da cidade de São Paulo, a Política de Assistência Social em meados da década de 1980, ainda nascitura, fortaleceu a participação popular e o desenvolvimento das políticas públicas sociais em comunidades. Contudo, não sem contradições, tendo em vista o emaranhado que foi se formando nos modos como o Estado foi garantindo a política social no Brasil, a saber, via partilha de responsabilidade com a sociedade civil a fim de executá-la. Em outras palavras, “parceirizar” um dos pilares que cria pontes à cidadania, é representativo da constituição das políticas públicas sociais no Brasil, como vimos anteriormente, e que ainda está presente, senão de fato, ao menos como concepção ideológica que termina por configurar a implementação das políticas.

Em que pese o desenho do SUAS prever diretrizes que impõem uma perspectiva geral condizente com os princípios constitucionais e da própria política, muitas vezes sua execução termina por favorecer o caráter pontual, fragmentado e atrelado a interesses particulares que marcou esse setor historicamente, ao menos essa é uma das linhas de discussão a respeito da íntima relação entre as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e o Estado (Moraes; Sposati, 2022).

Dentro desta perspectiva, discute-se o panorama nacional da terceirização da responsabilidade estatal e o modo como ele se expressa de maneira bastante característica na cidade de São Paulo. Carvalho (2022) mostra que desde a década de 1960, o município estabelece convênios com OSCs, sendo que somente em 1988 as articulações entre sociedade civil e poder público foram repensadas. Mesmo após alguns setores antes pertencentes à Assistência Social terem sido repassados para a administração direta, o Estado manteve parte da prestação de serviços ligada aos convênios, como acontece até o presente momento.

Entendemos que a gestão pública não deva se restringir às coalizações governamentais, pois a articulação entre o Estado e a sociedade civil pode ser um importante caminho para a ampliação dos serviços e benefícios com base nas necessidades já constatadas nos territórios onde se localizam os setores públicos não-governamentais. Contudo, o Estado deve ser o “lócus” que garante unicidade, equidade e universalidade dos interesses públicos, por meio das políticas públicas sociais, conforme aponta Carvalho (2022):

A quantidade de serviços socioassistenciais executados no município pelas OSC é 14 vezes maior do que o número de unidades estatais do SUAS. Tamanho desequilíbrio, coloca em risco a primazia estatal na condução dos serviços de assistência social na cidade de São Paulo. Aliás, as OSC não devem comprometer a primazia estatal prevista no SUAS. Porém, em uma rede de números tão destoantes, o direito socioassistencial público pode sucumbir às finalidades de interesse privado. (p.71).

Isso mostra que mesmo sendo uma aliança incentivada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Estado não deve transferir sua responsabilidade de fiscalizar, financiar e gerir o SUAS, principalmente ante os desafios postos por uma cultura pautada na caridade e em concepções assistencialistas. Contudo, não é o que tem acontecido. Há mais de 50 anos a cidade de São Paulo convive com o avanço dos processos de terceirização cada vez mais acentuados na Assistência Social, dificultando uma ampla e consolidada implementação do SUAS, a articulação dos trabalhadores em defesa desse sistema e impactando não apenas na garantia dos direitos sociais, mas na qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Vale dizer que esta tradicional aliança entre as OSCs e o Estado na capital paulista teve, como uma das implicações, a extensão deste modelo à outras políticas públicas sociais, como a Política de Saúde, por exemplo.

São Paulo foi uma das últimas capitais do Brasil a implantar o SUAS nos moldes da PNAS e o fez sob pressão do Governo Federal. Isso resultou na descontinuidade de uma política que, naquele momento, necessitava de formação continuada, maior efetivo de trabalhadores e fortalecimento da rede de segurança social a fim de enfrentar as fragmentadas ações do regime de convênios, o que não se efetivou. Logo, vemos que, assim como em outras localidades do país, o município de São Paulo foi atingido, nesse campo, pelo processo de neoliberalização, aprofundado após a Constituição de 1988 (Carvalho, 2022, Moraes; Sposati, 2022).

Por outro lado, a discussão levantada por Bichir, Pereira e Gomes (2021) se contrapõe a este antagonismo radical existente entre as OSC e o Estado, especialmente na atualidade, argumentando que, ao invés de pensar nesta relação como a “antítese da responsabilidade pública”, é necessário adotar lentes que possibilitem um deslocamento, analítico e metodológico, nas interações socioestatais, entendendo as OSC como uma forma de provisão e regulação estatal do SUAS. Na pesquisa dirigida pelas autoras, elas organizaram e caracterizaram o perfil dos convênios estabelecidos entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMADS) e as OSCs no período de 2009 a 2016 na cidade de São Paulo. Tal base de dados possibilitou investigar a distribuição territorial, o porte e o grau de especialização em relação aos públicos atendidos pelas OSCs.

Os resultados mostraram que, mesmo que haja uma centralidade das OSCs na prestação de serviços do SUAS em São Paulo, não é possível argumentar que isso leva à manutenção do legado filantrópico, tampouco, que o SUAS não está consolidado no município. Outro aspecto observado é que, entre a SMADS e as OSCs, a relação não se restringe à disputa, mas também a uma cooperação para o desenvolvimento das “capacidades estatais”, conseguindo incidir em territórios antes não alcançados pelos equipamentos públicos. Logo, ao invés de se apoiar em vertentes que conferem um tom maniqueísta à discussão, as autoras argumentam a importância de considerar os resultados advindos destes processos de interação socioestatal, distanciando-se de perspectivas normativas e generalizantes que, ora associam a prestação de serviços públicos pelas OSCs como um apego ao passado caritativo, ora como instituições que são constantemente prejudicadas pelas burocratizações estatais.

Mesmo diante das contraditórias discussões que emergem desta relação em pauta, não podemos negar os avanços conquistados dentro do SUAS, sistema que postula a assistência social como direito de cidadania, o que nos faz retomar o que discutíamos há pouco. Ao nos referirmos a esse direito partimos da ideia de existência com dignidade humana, isto é, não é apenas sobreviver, mas viver de modo a ter recursos materiais e simbólicos, por meio de serviços e benefícios, que lhe confirmem proteção social. E essa só se concretiza a partir da não mercantilização das necessidades humanas ou da não individualização da responsabilidade pela falta de recursos vivenciada ao longo da vida.

Fica evidente, assim, que o SUAS é sistema fundamental na consolidação dos direitos de cidadania no Brasil, tendo em vista sua proposta basilar de enfrentar as desigualdades, articular políticas públicas para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais e promover e possibilitar condições para a construção de novos direitos.

Frente à importância deste sistema, nos parece, no mínimo trágico, que ele seja delegado ao escanteio da seguridade social por muitos profissionais, sendo desconhecido para além dos benefícios de transferência de renda²¹.

Ressaltamos que este sistema, ao propor um conjunto de proteções sociais, assiste às particularidades de parte da sociedade ou de um grupo de pessoas, institucionalizando ações de cuidado de modo a prevenir situações de risco social ou contribuir para a reconstrução e/ou fortalecimento dos vínculos fragilizados. Ou seja, visa que determinado evento capaz de interferir sobre o processo de desenvolvimento das potencialidades humanas seja evitado ou tenha as suas repercussões minimizadas.

Mais ainda, é necessário a construção de um trabalho que tenha a cidadania como essência da proteção social, já que os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS – seja da sociedade civil ou do Estado – só são capazes de construir espaços para o desenvolvimento de uma existência com dignidade, a partir de ações que objetivem a garantia dos direitos sociais com base na tecitura de redes de cuidado, não como uma sucessão de atos ou ações meramente protocolares (Moraes; Sposati, 2022).

2.5 Direitos de cidadania e políticas públicas sociais: o que ainda temos que construir?

Apesar de inegavelmente apresentar-se como um progresso comparado aos modelos anteriores de proteção social, garantir os preceitos constitucionais em relação à universalidade de direitos, à integralidade da atenção, à participação e à proteção social, representa desafios importantes na direção de consolidar a cidadania no Brasil, com base no que é proposto pelo próprio Estado e pelas políticas públicas sociais. Telles (1998) mostra que mais do que entender os direitos sociais como auxiliares da percepção da falta ou como respostas às necessidades, é importante compreendê-los a partir da ótica dos sujeitos e do modo como esses direitos estruturam a vida cotidiana, pois, a igualdade de direitos, ao menos na formalidade, tem o papel de subverter e desestabilizar as

²¹ Durante o mestrado, me dediquei ao estudo das práticas intersetoriais no atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência intrafamiliar. Notei, durante as reuniões da rede de serviços públicos e no processo de atendimento às famílias, que os profissionais das Políticas de Educação, da Segurança Pública e, mesmo do SUS, pouco sabiam sobre o fluxo de atendimento do SUAS, ou ainda, qual seria a função deste sistema e dos serviços a ele ligados. As compreensões tidas por esses profissionais, estavam reduzidas a uma ideia de “política para pobre”, na qual a benemerência e o favor eram centrais em uma política não entendida como universal, tampouco como atrelada às demais para a construção da cidadania no Brasil (Silva; Boarini, 2022).

hierarquias tão bem fixadas na sociedade, possibilitando espaço à vida pública daqueles que são historicamente privados da palavra ou cuja palavra é desqualificada.

Rego e Pinzani (2013) mostram que a autonomia individual e a percepção de si como membro de uma comunidade mais ampla ou como cidadão, são experiências que passam por referenciais ligados à capacidade de fazer escolhas livres, que não sejam impelidas pela bruta necessidade de recursos básicos, e pelo senso de ser reconhecido por parte do Estado como uma pessoa concreta, que tem seus direitos garantidos não por caridade, mas porque são constitucionalmente amparados. Em outras palavras, entendemos que os direitos de cidadania são capazes de criar outras possibilidades de experiência subjetiva e de relação com a comunidade e com a vida pública.

Até aqui vimos que a cidadania é uma construção histórica e apesar dos parâmetros similares a outros países, o Brasil apresentou e apresenta diferentes aspectos na sua relação com os direitos de cidadania. Mesmo diante do processo de colonização e dos anos de escravismo, o que exigiria ações que amenizassem as desigualdades históricas, o país insiste em compreender medidas neoliberais como uma proposta de avanço, apostando neste caminho para livrar-se de uma suposta ameaça de oneração do Estado por meio da responsabilização integral dos direitos, algo que seria prejudicial à economia do país. Telles (1998, p.43) elucida muito bem nossa inquietação no trecho a seguir:

Mas é quase impossível deixar de notar que, em terras brasileiras, o assim chamado neoliberalismo consegue a façanha de conferir título de modernidade ao que há de mais atrasado na sociedade brasileira, um privatismo selvagem e predatório, que faz do interesse privado a medida de todas as coisas, que recusa a alteridade e obstrui, por isso mesmo, a dimensão ética da vida social por via da recusa dos fundamentos da responsabilidade pública e obrigação social. Se a pobreza brasileira é e sempre foi espantosa, e só vem aumentando sob o efeito conjugado de recessão econômica, reestruturação produtiva e desmantelamento dos desde sempre precários serviços públicos, o que impressiona é o modo como é figurada – como problema que não diz respeito aos parâmetros que regem a vida em sociedade, e não coloca em questão as regras de equidade e justiça nas relações sociais.

É nesse espaço de disputa e conflito que diferentes desenhos de cidadania se fazem no Brasil. A exigente garantia de participação política e de acesso aos direitos sociais por parte de grupos que historicamente estiveram excluídos do projeto social de cidadãos, mostra que mesmo diante da ausência ou da tímida presença do Estado, grupos

socialmente organizados têm buscado pôr fim às invisibilidades. Nessa direção, Singer (2016) assinala que a luta por cidadania teve sua direção modificada. Se antes ela ficava consignada ao Estado, por meio dos serviços públicos que dele decorriam, atualmente é a própria sociedade civil que assume o protagonismo na solução dos problemas. Um exemplo disso pode ser visto quando retomamos o período da pandemia da COVID-19 em que milhares de famílias da zona norte de São Paulo foram assistidas em suas diferentes necessidades por organizações da sociedade civil²².

Apesar do destaque feito por Singer (2016) em seu texto “A cidadania para todos”, no qual o autor frisa a necessidade do associativismo para o enfrentamento à hegemonia neoliberal, nos parece contraditório auxiliar o Estado no seu projeto de desresponsabilização e desoneração com gastos sociais públicos. Contudo, como destaca o próprio autor e ousamos dizer também, são estes espaços criados pelas políticas públicas sociais que possibilitam novos lugares de participação social e novas expressões de existência. Eles criam experiências subjetivas a partir da inserção na vida social, apresentando-se por meio da reivindicação política, como sujeitos de direitos e não apenas como objeto dos direitos. Telles (1998) reforça essa ideia ao referir que: “sujeitos que se fazem ver e reconhecer nos direitos reivindicados, se pronunciam sobre o justo e o injusto e, nesses termos, reelaboram suas condições de existência como questões que dizem respeito às regras da vida em sociedade.” (p. 38).

Ficam para nós, então, muitos questionamentos sobre os parâmetros que a cidadania tem assumido em tempos de acirramento do neoliberalismo. Sabemos que a luta por direitos de cidadania e, especialmente, por direitos sociais, é permanente e inclui a revisão das estratégias de enfrentamento diante das “novas” expressões do capitalismo.

Ao longo deste debate teórico, notamos que o Brasil foi erguido sob outras bases da cidadania, por mais que os parâmetros tenham sido burgueses, a cidadania que se desenha aqui aparenta ter aspectos distintos, desenhados pelas comunidades e pela própria territorialidade. É nesse caminho que nos debruçaremos, a fim de entender quais são as significações de cidadania em território brasileiro e o que estas implicam na relação com a sociedade e com as políticas públicas sociais.

²² Ribeiro, B. (2021). *CEERT distribui alimentos para cerca de 200 famílias na zona norte de São Paulo*. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. Disponível em: <https://www.ceert.org.br/noticias/44496/ceert-distribui-alimentos-para-cerca-de-200-familias-na-zona-norte-de-sao-paulo>. Acesso em 19 de fevereiro de 2024.

3 PERCURSO DE INVESTIGAÇÃO: RELATOS SOBRE ENCONTROS

Quando estivemos na sala do Sr. Superior, pedindo a ele que considerasse alternativas ao despejo, ele disse:

- O lugar que vocês apontam não existe. Os mapas mostram as grandes áreas ainda vazias e essa é uma delas. Vocês não devem saber ao certo onde moram.

- Doutor, eu acordo pra viver todos os dias e me deito para descansar todas as noites neste lugar que o senhor diz não existir. Se o mapa não reconhece meu lugar, se minha casa não conta nos números, aqui estou eu, de coração batendo e olhos abertos, dizendo que estou viva, que vivo ali e que o lugar onde plantei meus dias é uma favela que vai muito além de seus números ou mapas. É uma horta de futuro onde cresce, clandestina, a força que alimenta a cidade do cartão postal. (Texto da exposição permanente do Museu das Favelas, São Paulo).

Por mais que até este item eu tenha me dedicado a escrever em primeira pessoa do singular, cabe confessar ao/a leitor/a que não costumo escrever textos científicos desta forma, por evitar me aproximar em demasia daqueles que me leem, partindo de uma lógica (*démodé*) que a ciência não se alia aos afetos, mas está atracada à razão. Por isso, ao ser convocada a escrever esse item, tive dificuldade, pois para além da apresentação do distrito do Capão Redondo, ele tece reflexões sobre encontros entre territórios, os que trazia comigo a partir da minha história pessoal e os novos, apresentados no percurso da vida.

Precisei enfrentar a escrita em primeira pessoa a fim de discutir com precisão estes encontros e apresentar o que me afeta nessa pesquisa e o porquê a insistência em permanecer nesta cidade e no Capão Redondo, mesmo não sendo ele o espaço comum de pesquisas do meu núcleo na PUC-SP. Assim, friso que este item versa sobre encontros entre mim e os territórios de São Paulo e os caminhos a que esses encontros conduziram, possibilitando que eu conhecesse, para além do espaço geográfico mencionado, o lugar socializado e as/os protagonistas neste processo. Por isso, cada subitem deste capítulo tratará de alguns encontros, a saber: o encontro com São Paulo, seguido do encontro com a história de constituição do distrito do Capão Redondo, recorte desta pesquisa; o encontro com a rede de serviços públicos e com o equipamento onde desenvolvi essa investigação; o encontro com as/os usuárias/os e finalmente, os encontros analíticos e metodológicos que me auxiliaram na leitura desta experiência em sua totalidade.

A minha vinda para São Paulo ocorreu por conta do doutorado. Obviamente desejava sair de Maringá, cidade de onde sou natural, mas a pós-graduação foi a justificativa que dei a mim mesma para essa mudança. Minha chegada foi relativamente organizada, com emprego na área na qual eu já atuava – docência – e residência fixa na região central. A organização da vinda logo mostrou-se ilusória ante a organização da própria cidade. Por mais que eu tentasse controlar o ritmo e o tempo com que as coisas aconteciam, era impossível, São Paulo me atormentava.

Estranhava-me a naturalidade com que as pessoas lidavam com a miséria exposta nas ruas, a indiferença com que se olhava pessoas em situação de rua e profissionais do comércio ambulante, o endurecimento das pessoas me soava quase nato e se confirmava por meio da frase: “é assim mesmo, logo você se acostuma” (sic).

Quando penso em território, me esforço para dialogar com Milton Santos, entendendo este como o conjunto de costumes, culturas e formas de construir um lugar e as técnicas usadas para modificá-lo permanentemente. Ou seja, vai além dos limites que demarcam um espaço, como previa a geografia tradicional. Território é espaço socializado e, portanto, vivo, perpassado pela história do desenvolvimento humano em sua genericidade (Santos, 2002).

Se território diz sobre vida, movimento e atividade humana, eu me deparava constantemente com a inação da cidade em direção ao acolhimento, ao cuidado integral e à garantia de direitos a todas as pessoas. O movimento era de estagnação frente à lógica de trabalho ininterrupto que permeia a cidade, o que me levava a uma sensação de exaustão tida como injustificada, afinal, “14h de trabalho por dia é normal” (sic), como também ouvi outras vezes.

Aliado ao gigantismo e aos aspectos culturais da cidade, a nova relação que estabeleci com o tempo me marcou profundamente, eu não o controlava mais, sentia que ele não me pertencia, o meu próprio tempo não era meu, era de São Paulo, tudo e todos giravam ao redor do tempo que a cidade impunha.

O encontro com o território do Capão Redondo também foi no tempo afoito da cidade e mediado pelo novo cargo de professora que assumi em uma universidade privada. Em minha chegada a esse novo emprego me foi exigido encontrar um campo de estágio para os alunos em uma cidade que eu não sabia dimensionar, e tudo sob o tempo da urgência. O Capão, como campo de estágio universitário, me foi apresentado como “se você quiser é seu, mas adianto, é muito longe!”. A distância era impalpável para mim

ainda, fui aprendendo aos poucos a medi-la pelo tempo gasto até o destino, tendo a minha localização como referência.

A primeira vez que fui ao Capão Redondo foi para conhecer o campo de estágio, fazia questão de ir até o local onde os/as alunos/as aperfeiçoariam sua prática profissional, o que atraía olhares chocados dos meus/minhas colegas de trabalho que sinalizavam, mais uma vez, a distância como fator inconcebível para tal deslocamento. Na data de 31 de agosto de 2022 visitei o serviço do SUAS que seria um dos campos de estágio dos meus/minhas alunos/as e, concomitantemente, conheci o distrito do Capão Redondo, exatamente 15 dias depois de ter me mudado para São Paulo. Era um misto de sentimentos o caminho até o território. O encontro da pobreza com a riqueza que parecia corriqueira às pessoas que comigo iam no metrô, a mim saltava aos olhos, as indicações de cuidado das amigas me dizendo que era um território perigosíssimo, me faziam andar alerta, com receio do que parecia existir mais fortemente no imaginário social do que naquele lugar.

Ao chegar, senti-me profundamente acolhida no Centro de Convivência Intergeracional (CCIInter), campo de estágio no Capão. Aquele espaço despertou memórias e sentimentos da época em que eu também fui profissional no SUAS, lugar que ocupei e que ainda é muito caro para mim. Sentia-me, pela primeira vez, confortável e fazendo as pazes com o tempo que dispensava ali. Notei, já nas primeiras visitas, os vínculos que ali estavam fincados tão firmemente, tanto das usuárias/os com as/os profissionais, como entre as/os usuárias/os, sustentado por um sentimento de pertença que se notava no convívio, nas conversas e no modo como se fazia uso do próprio espaço do serviço. A experiência como supervisora de estágio daquele campo, me fez desejar entender mais e melhor os laços não imediatamente visíveis que constituíam aquele ambiente, que aliada ao acolhimento que eu também tive ali, me fez tomar a decisão de ficar e investigar as dimensões do ser cidadã/o.

No curso da construção do projeto de pesquisa, tive como critérios para a escolha do território e campo de pesquisa, os seguintes aspectos: a) os níveis de desigualdade socioeconômica, tendo em vista que o Capão Redondo é um dos que apresenta os piores indicadores sociais²³; b) a oferta intersetorial de políticas públicas sociais governamentais e não-governamentais; c) presença de usuárias/os e/ou figuras representativas que

²³ Dados constatados no estudo feito pela Rede Nossa São Paulo apresentando os índices de desigualdade de cada região/distrito do município referente ao ano de 2023. Estudo disponível em: <https://institutocidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadesaopaulo/>. Acesso em 13 de abril de 2024.

exercem papel ativo nas unidades de atendimento das políticas públicas sociais e em ações na comunidade; d) regiões com densidade significativa de beneficiários dos programas sociais.

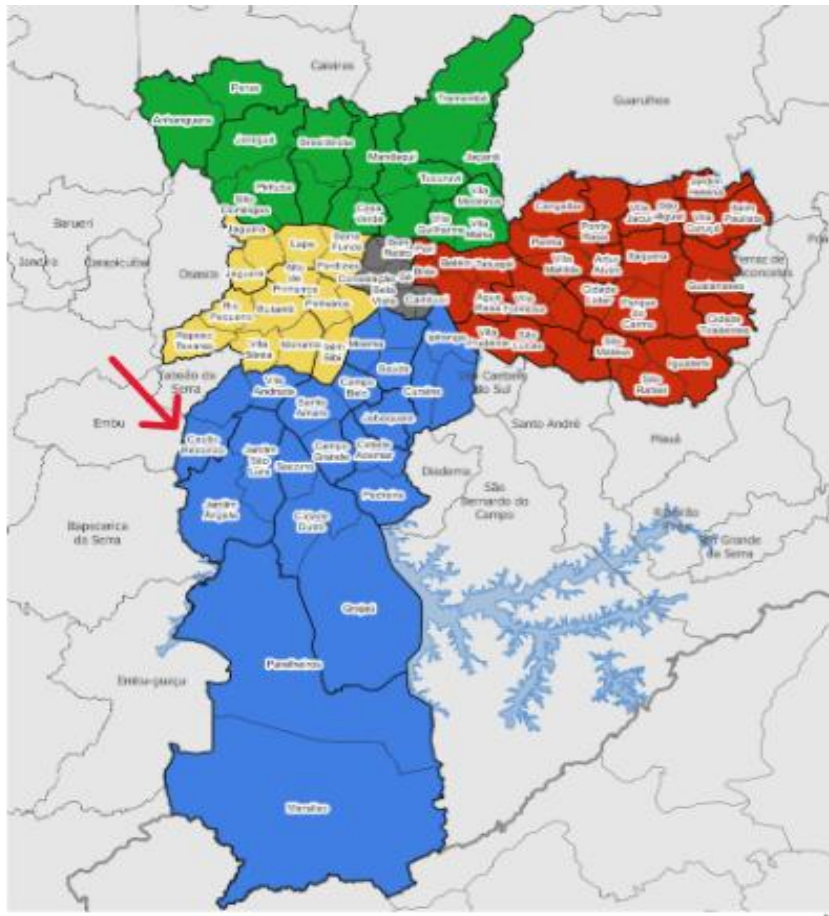
É importante ressaltar àqueles/as que me leem, que escolhi e estudo o território do Capão Redondo, mas como muito sabiamente disse Milton Santos, território é espaço socializado e, portanto os limites impostos pelas linhas geográficas que estipulam a responsabilidade das administrações políticas-distritais, não são respeitados por quem transforma o espaço geográfico em social (Koga, 2013). Quer dizer que, em alguns momentos farei referência ao Capão Redondo, mas o/a leitor/a notará que geograficamente a região administrativa mencionada por mim ou pelas pessoas com quem conversei no território, fará referência a outras localidades próximas à Estrada de M'Boi Mirim, podendo ser assim Jardim Ângela e/ou Jardim São Luís, regiões limítrofes ao Capão Redondo e igualmente pertencentes à subprefeitura de Campo Limpo, como veremos no item a seguir.

Dito isto, a decisão de desenvolver esta pesquisa no CCInter e, conseqüentemente no território do Capão Redondo, exigiu que eu conhecesse aquele espaço e a história da sua ocupação, o modo como ele ganhou contornos e vida. E assim teve início o encontro do que eu tinha como referência de território, com o território foco desta pesquisa. Vale contar aqui, a história do distrito do Capão Redondo, história que eu também aprendi no percurso deste encontro. Então, vamos a ela!

3.1 Capão Redondo: o encontro com a história do território

O distrito do Capão Redondo, pertencente à subprefeitura de Campo Limpo, localiza-se na região Sul de São Paulo a 23 km do Centro, fazendo divisa com os distritos do Campo Limpo, Jardim Ângela e Jardim São Luís. Além disso, este distrito é limítrofe e conurbado aos municípios de Taboão da Serra, Embu das Artes e Itapeverica da Serra, como pode ser visto na Figura 1.

Figura 1: Mapa da localização do distrito do Capão Redondo em São Paulo



Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2023.

Sem me delongar, em meu percurso na busca por historicizar o distrito do Capão Redondo, encontrei informações dispersas, mas que tinham alguns elementos em comum, como o desenvolvimento dessa região inicialmente estimulado por imigrantes alemães – a partir de 1825 – e a posterior compra de 145 hectares pela União Conferência Brasileira dos Adventistas do Sétimo Dia para a construção do Colégio Adventista Brasileiro (CAB), em 1915, mais adiante denominado Instituto Adventista de Ensino (IAE). Até 1911 a extensa área do Capão Redondo pertencia ao deputado estadual e posterior senador pelo Estado de São Paulo, Uladislau Herculano de Freitas, que permutou parte de suas terras com outras localizadas no interior de São Paulo, em Itapuú, pertencentes à família de Salvador Côrrea. A outra parte da propriedade foi dividida e vendida a outros dois compradores: capitão Amaro Vieira Morais e aos pais de Benedita Conceição. Benedita, então casada com Pantaleão Teisen, e seu marido converteram-se ao adventismo e venderam o terreno para a instituição supracitada.

O estabelecimento do IAE nessa região não foi ao acaso, mas motivado pela crescente produção agroindustrial que era estimulada pela própria instituição, a fim de possibilitar que os seminaristas pagassem por seus estudos em uma modalidade bolsa-trabalho. A região, que já se desenvolvia em decorrência do crescimento industrial do então município de Santo Amaro, começou a se expandir por conta da migração de estudantes e familiares para o estudo na modalidade interna no IAE e a instauração da primeira fábrica alimentícia do Capão Redondo, a partir de 1920, também pertencente ao grupo adventista (Hosokawa, 2022).

Mas não apenas isto. A conurbação com o município de Itapeverica da Serra e o desenvolvimento da zona industrial de Santo Amaro atraíram imigrantes de diversas regiões do Brasil, especialmente Nordeste, favorecendo o processo de ocupação desse espaço, pois encontravam no Capão Redondo moradia a custo baixo, tendo em vista as práticas de autoconstrução e os aluguéis informais. Os movimentos de moradia que estavam aliados aos movimentos sindicais e às Comunidades Eclesiais de Base (CEB), também favoreceram o processo de urbanização desse território (Keppke; Oliveira; Doerner, 2022).

Até aqui temos como resumo cronológico do processo de ocupação e urbanização do Capão Redondo, o fato desta ser uma região que inicialmente era de propriedade de imigrantes alemães e que, posteriormente, aliados e recém-convertidos à Igreja Adventista do Sétimo Dia, venderam/doaram suas propriedades para a construção de um instituto de ensino. Esse, por sua vez, foi determinante no processo de desenvolvimento do território, além de favorecer a construção de pequenos comércios a fim de atender o grupo de trabalhadores da região de Santo Amaro que ali se instalavam.

Contudo, o território geográfico, caracterizado pelos ares campais propícios à criação de uma vida dedicada à ética protestante, logo perdeu suas características formativas frente às imposições da metrópole. Santos (1990) evidencia que mesmo diante das particularidades históricas e locais de cada país, os critérios da internacionalização marcam o compasso do desenvolvimento, em especial de metrópoles como São Paulo, isto é, essas funcionam e evoluem com base em parâmetros globais. E de fato, o ritmo que regeu o desenvolvimento urbano de São Paulo, implicou em transformações para o distrito do Capão Redondo, como segue mostrando Milton Santos (1990) em sua obra *Metrópole Corporativa Fragmentada: o caso de São Paulo*. O autor mostra, por meio de uma extensa apresentação de dados, que o crescimento da pobreza é diretamente proporcional ao próprio crescimento da cidade, isto porque, ao passo que há

investimentos do Estado por meio da oferta de serviços públicos (Saneamento, Educação, Saúde, etc.), visando garantir melhores condições de vida em determinadas regiões, há também um processo de valorização imobiliária e conseqüente elevação dos custos para a manutenção da vida, expulsando a população mais pobre para regiões cujos valores são mais baixos e os serviços públicos poucos desenvolvidos.

Nesta direção, Kowarick (2000) chama de espoliação urbana o conjunto de subtrações dos bens que garantem a reprodução da vida dos trabalhadores, incluindo o acesso à habitação, à terra e a bens de consumo comuns. O autor ainda ressalta o importante papel desempenhado pelo Estado neste processo de produção da especulação imobiliária e conseqüente segregação social, formando núcleos habitacionais que, apesar de menos custosos no que diz respeito à moradia, geram intenso ônus social decorrente do próprio processo de vulnerabilização da vida.

Em concordância com este autor, Keppke, Oliveira, Doerner (2022) seguem mostrando, por exemplo, que o *boom* migratório para as regiões periféricas da cidade ocorreu especialmente entre as décadas de 1980 a 2000, motivado pela intensa industrialização da Zona Sul. Logo, a fuga da caríssima manutenção da vida nas regiões centrais, ampliou a quantidade de moradias informais nas regiões periféricas, aumentando também o número de pessoas vivendo em moradias próprias, o que poderia soar paradoxal se essas não fossem fruto de autoconstrução, cedidas ou advindas de programas de habitação para pessoas com renda de um a cinco salários-mínimos. A autoconstrução e os loteamentos clandestinos, chamados por Milton Santos (1990) de “urbanizar desobediente” foram a principal direção tomada pela população na busca de garantir condições razoáveis de habitação, visto que a participação dos programas estatais de financiamento da habitação chegava a 5% apenas.

O cenário de urbanização da Zona Sul de São Paulo, em alguma medida, favoreceu o processo de especulação imobiliária das regiões centrais, como mostra Kowarick (2000), pois a própria criação e venda de lotes ilegais voltados à autoconstrução também geravam grandes lucros imobiliários frente à escassez de serviços públicos dispensados nas regiões periféricas. Além disso, havia a formação de “vazios urbanos” que, por serem áreas próximas às regiões mais equipadas e que posteriormente também seriam dotadas de bens comuns, apesar de ociosas, eram vedadas à maior parte da população e expressavam (e expressam) o processo de expulsão populacional para territórios outros, distantes daqueles que conferem maior valor humano, como menciona Santos (1990).

Contraditoriamente, o processo de ocupação irregular desta região, também conduziu à formação de movimentos sociais que fizeram frente na luta por moradia em aliança com os movimentos sindicais e as CEBs organizadas pelos próprios moradores do Capão Redondo, como já mencionado. Em 1982, por exemplo, membros desses movimentos de luta por moradia passaram a acampar em frente ao escritório da Companhia de Habitação Popular (COHAB), a fim de pressionar a instituição a uma nova regularização das extensas faixas latifundiárias vacantes no território, visando a construção de conjuntos habitacionais. Keppke, Oliveira e Doerner (2022) mostram que o processo de redemocratização aliado aos movimentos sociais foram a força motriz para a desapropriação das terras do IEA que deram lugar à COHAB Adventista.

A partir da concessão das terras, em 1984 teve início a construção dos blocos da COHAB Adventista, que mais tarde foi complementada por outras duas iniciativas. Uma delas foi o Projeto Mutirão, com moradias construídas pelos próprios moradores, que, capacitados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), encabeçaram parte da expansão habitacional da região; outra foi o Projeto Modelar, que, a partir de construções pré-moldadas, prometeu mais de 300.000 habitações de 18 m² a 24 m² às famílias inscritas na COHAB. Vale ressaltar, a respeito do Projeto Mutirão, que 360 famílias foram convocadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo a construir suas próprias casas, iniciativa também adotada por outros países como Alemanha, Estados Unidos e Peru, especialmente em momentos de crise econômica, visto que essa modalidade de construção custa 30% menos que o processo convencional. No caso de São Paulo, a COHAB financiou apenas o material de construção, deixando a força de trabalho a cargo dos próprios moradores que se organizaram em terceiros turnos – diariamente – para a construção de moradias²⁴ (Abiko; Coelho, 2006).

O ciclo migratório na cidade impulsionado pela especulação imobiliária, não apenas das regiões centrais para a periferia, mas de qualquer região que passasse pela implementação de políticas públicas de desenvolvimento urbano, ainda segue seu curso. Fazendo um panorama dos aspectos sociodemográficos da Zona Sul de São Paulo, vemos que atualmente a ela pertencem mais de 30% do montante populacional do município paulistano, com uma população total de 3.943.129 milhões de habitantes que compõem

²⁴ As informações que embasaram este parágrafo foram parcialmente retiradas do documentário “Memórias do Bairro – Cohab Adventista”, produzido pela Fábrica de Cultura do Capão Redondo, que apresenta relatos dos próprios moradores que participavam dos movimentos de luta por moradia e participaram dos mutirões de construção. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1ca0-7YjMng>. Acesso em 15 de dezembro de 2023.

os mais de 11 milhões que habitam na capital, tendo como perspectiva, até 2050, um crescimento populacional de quase 200 mil habitantes na região (Seade, 2020).

O Capão Redondo é o distrito mais populoso da Zona Sul, com 303.112 habitantes, tendo 53,9% da sua população se autodeclarando preta ou parda, o 8º distrito com a maior população negra da cidade de São Paulo. Até 2022, 16.519 famílias recebiam o benefício de transferência de renda do Programa Bolsa Família, enquanto 15.926 viviam em situação de extrema pobreza, isto é, aquela na qual a família vive com uma renda de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo *per capita*. No que diz respeito ao índice de domicílios em favelas, a região conta com cerca de 21% de habitações nesta modalidade, uma porcentagem menor em relação a uma década antes, sendo 27% em 2010, o que pode sinalizar as consequências de uma possível valorização urbana e imobiliária da região, tendo em vista, especialmente, a malha viária do metrô que foi conectada ao centro estendido da cidade em 2018. Não apenas isso, a região teve uma queda no número de domicílios não conectados à rede geral de água e esgoto, sendo de 0,70% e 20% em 2000 para 0,25 e 12% em 2010, respectivamente, o que apesar de sinalizar uma melhora, também confere alta nos valores dos aluguéis, que entre os anos de 2020 e 2021 sofreram um aumento em torno de 18% (Mamona, 2021; Observasampa, 2023).

Dando continuidade a uma leitura que preze pela territorialização do Capão Redondo, dados referentes a 2022 mostram que o tempo médio de descolamento do distrito para outros bairros é de 57 minutos, sendo que apenas 19% da população reside em um raio de até 01 km de sistemas de transporte de massa, como metrô, trem, monotrilho; em Santo Amaro, por exemplo, uma das regiões mais desenvolvidas da Zona Sul de São Paulo, 80% têm mobilidade favorecida por meio do acesso a transportes de massa, o que vai confirmando a tese de Santos (1990) e Kowarick (2000) a respeito do modo oneroso como o processo de reprodução da vida se dá em territórios periféricos.

Isto se ressalta ao vermos a remuneração média mensal da população que está empregada formalmente, que gira em torno de R\$ 2.500, quase quatro vezes menos que o distrito cuja população possui melhor renda mensal, São Domingos, na região noroeste da cidade. No que diz respeito a Segurança Pública, o Capão Redondo é um dos distritos com maior número de homicídios de jovens de 15 a 29 anos, com uma média de 24 para cada cem mil habitantes, enquanto a média geral do município é 13 para cada cem mil e mais desigual ainda é o comparativo com Santo Amaro que apresenta nenhum homicídio de jovens (RNSP, 2023).

Para além dos dados sociodemográficos, a realidade acima apresentada se revelou no cotidiano da pesquisa. Mais à frente, apresentarei em detalhes as/os usuárias/os e profissionais entrevistadas/os, mas já adianto que dentre as/os nove pessoas com quem conversei, seis se autodeclaravam negras/os e tinham renda média de um a três salários-mínimos. De maneira unânime, residem distantes de sistemas de transporte de massa, tendo cinco pessoas registro formal de trabalho, dentre elas, três com renda média acima de três salários-mínimos. Interessante também destacar que, assim como apontam os autores que versam acerca da ocupação do distrito do Capão Redondo, sete dentre as nove pessoas entrevistadas, não são naturais de São Paulo, tendo vindo de outras regiões do Brasil em busca de trabalho e residirem neste município e, mais especificamente no distrito Capão, há mais de 40 anos. Estes e muitos outros fatores mostram que a vida cotidiana dos moradores deste distrito permanece expressando as raízes que o constituíram, mantendo-se um espaço de vários distanciamentos que não apenas aqueles ligados a longitude.

Contudo, isto não significa que nestes lados não se cultivaram importantes solos de resistência, ao contrário. Matheus (2019) mostra como as práticas de existir e não apenas sobreviver neste território foram e têm sido o combustível de reivindicações que cooperaram para transformações não apenas deste distrito em específico, mas de espaços e condições de vida ultra território. Nessa direção, Kowarick (2000) menciona a necessidade de reconhecer e salientar a importância das conexões entre as lutas ocorridas no mundo do trabalho com aquelas que se passaram no âmbito das comunidades e, como essa articulação foi constante e recíproca a partir da década de 1970, culminando com as lutas e greves por melhores condições de trabalho na grande indústria metalúrgica da região do ABC.

A organização das lutas foi gestada e mantida nos espaços das comunidades, onde residia a maior parte da população trabalhadora, nas quais o controle ditatorial era menor se comparado com aquele ocorrido nas fábricas e espaços sindicais. A Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base e clube de mães, e as associações de bairro foram imprescindíveis para a edificação de núcleos formativos capazes de suportar movimentos sociais maiores e ligados à indústria e garantir o acesso a bens de várias ordens e matizes.

Vale lembrar que nem toda reivindicação ocorrida no espaço urbano pode ser designada como luta urbana, mas, sim, toda aquela que, circunscrita a um território dentro da cidade, coloque em xeque a questão de bens de uso coletivos (saneamento básico,

iluminação, mobilidade etc.), moradia e a distribuição de terras e vazios urbanos. Dito isso, podemos dizer que foi a partir das reivindicações por melhores condições de vida que se deu o despertar da questão urbana como problema político, sendo o poder público, alvo direto ou indireto das demandas (Kowarick, 2000). Vemos, por exemplo, que uma das pessoas entrevistadas em nossa pesquisa ressaltou a importância da Igreja Católica, por meio do clube de mães, na garantia de bens coletivos como a criação de creches e outros espaços que permitiam às famílias a manutenção do trabalho, geralmente executado nas regiões centrais da cidade de São Paulo. Outra mencionou a permanente reivindicação dos moradores, a fim de manter as linhas de ônibus circulando por dentro do bairro e não apenas nas avenidas principais. Isto mostra o persistente caminho feito pela população a fim de ter direitos à disposição, mesmo que precários ou residuais.

Até aqui discuti sobre o processo histórico de constituição do Capão Redondo, mencionando dados que expressam uma realidade há mais de 100 anos em curso, bem como, os percursos de luta por condições mínimas de reprodução da vida, não apenas via Estado, mas também a partir dos recursos institucionais dispostos na própria comunidade. Frente a essa história, qual rede de serviços públicos os moradores do distrito do Capão Redondo têm à disposição? Apresentarei abaixo parte do que foi levantado em nosso processo de territorialização.

3.2 Capão Redondo: o encontro com a rede de serviços públicos e com o campo de pesquisa

Detalhar a rede de um distrito com mais de 300 mil habitantes, quase 14 km² e 62 bairros não é uma tarefa simples, por isso, como já mencionei dados sobre alguns bens comuns da região, me deterei na apresentação dos equipamentos públicos da Política de Educação, do SUS e do SUAS, sendo este último o enfoque desta pesquisa. A ênfase dada a essas três políticas parte também da compreensão tida pelas/os próprias/os moradoras/es entrevistadas/os, que evidenciaram estas como indispensáveis para construir um território cidadão. Vale ressaltar ainda que coletei as informações em bases de dados de diversos *websites* afiliados a órgãos públicos, que, em cumprimento às legislações que visam a transparência nas informações, prestam contas à população via acesso aberto²⁵.

²⁵ Os dados foram obtidos nos seguintes canais de acesso à informação: para a rede de educação - <https://www.sinpeem.com.br/sites/arquivos/downloads/escolas24082020.pdf>; para a rede de saúde - <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/> e <https://www.cejam.org.br/onde-atuamos/sao->

Segue abaixo uma tabela com o número de equipamentos da rede de serviços públicos do distrito do Capão Redondo, a política pública social à qual pertencem e se o serviço é administrado diretamente ou indiretamente pela prefeitura de São Paulo.

Tabela 1: Rede de serviços públicos disponível no distrito do Capão Redondo.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO				
EQUIPAMENTO	SIGLA	NÚMERO	ADM DIRETA	
Centro de Educação Infantil	CEI	8	Não	
Centro Educacional Unificado	CEU	5	Sim	
Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos	CIEJA	1	Não	
Centro Municipal de Educação Infantil	CMEI	1	Sim	
Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio	EEFM	21	Sim	
Escola Municipal de Educação Infantil	EMEI	15	Sim	
Escola Municipal de Ensino Fundamental	EMEF	14	Sim	
POLÍTICA DE SAÚDE PÚBLICA				
EQUIPAMENTO	SIGLA	NÚMERO	ADM DIRETA	
Atendimento Médico Ambulatorial-Especialidades	AMAE	1	Não	
Atendimento Médico Ambulatorial 24h	AMA 24h	1	Não	
Atendimento Médico Ambulatorial/UBS	AMA/UBS	2	Não	
Centro de Atenção Psicossocial II - Adulto	CAPS II - Adulto	2	Não	
Centro de Convivência e Cooperativa	CECCO	1	Não	
Centro de Especialidades Odontológicas II	CEO II	1	Não	
Hospital Municipal	HPM	2	Não	
Pronto Atendimento	PA	1	Não	
Unidade Básica de Saúde	UBS	10	Não	

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EQUIPAMENTO	SIGLA	NÚMERO	ADM DIRETA
Centro de Convivência Intergeracional	CCINTER	1	Não
Centro de Referência de Assistência Social	CRAS	1	Sim
Centro de Referência Especializado de Assistência Social	CREAS	1	Sim
Centro Dia para o Idoso	CDI	1	Não
Centro para Crianças e Adolescentes	CCA	8	Não
Instituição de Longa Permanência para Idosos	ILPI	1	Não
Núcleo de Convivência do Idoso	NCI	1	Não
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico	NPJ	1	Sim
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio	SASF	2	Não
Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua	SEAS	1	Não
Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	MSE	1	Não
Serviço de Proteção Social à Criança e Adolescente Vítimas de Violência	SPVV	1	Não

Fonte: elabora pela autora, 2024.

Destacam-se alguns pontos ao observarmos a tabela. Inicialmente a quantidade de serviços públicos disponíveis frente à dimensão populacional do distrito do Capão Redondo. Esse é considerado o terceiro distrito mais populoso da cidade de São Paulo e aparenta dispor de uma quantidade modesta de alguns serviços públicos, por exemplo, 01 CRAS que, dentre outros serviços, se dedica à gestão da proteção social básica e à oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF)²⁶, em uma das regiões com a menor taxa de oferta de emprego e renda formal da cidade.

Ao observarmos o número de pessoas inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, nossa compreensão sobre a insuficiência na quantidade de equipamentos é reforçada. São 94.665 na subprefeitura de Campo Limpo, 45.550 pessoas só no Capão Redondo. Uma quantidade de pessoas que, com suas famílias, serão acompanhadas e/ou

²⁶ O PAIF é um dos serviços oferecidos pelos CRAS e tem como objetivo oferecer suporte às famílias por meio de estratégias que fortaleçam os vínculos familiares e que previnam a ruptura dos laços sociais e comunitários.

atendidas pela equipe técnica de um único CRAS, que por sua vez, é também o único equipamento no território cuja administração é feita diretamente pela prefeitura, o que convoca ao segundo ponto observado. É perceptível, a quantidade de equipamentos que estão sob administração indireta, isto é, com a execução via convênio com Organizações da Sociedade Civil (OSC), sendo praticamente todos os serviços da rede de Saúde e Assistência Social.

Isto mostra a intensa parceria que o município tem feito com órgãos da sociedade civil na tentativa de ampliar o acesso às políticas públicas sociais dentro dos territórios, especialmente, aqueles historicamente destituídos de bens comuns. A prefeitura de São Paulo contava, com base no ano de 2023, com 1.330 Termos de Colaboração firmados com 337 OSC que ao todo ofertam 239.996 vagas em diferentes serviços socioassistenciais, um repasse de R\$ 121.395.381,08 por mês (Prefeitura de São Paulo, 2023). Esse número significativo de convênios não revela grandes novidades em se tratando do custoso percurso histórico para consolidação do SUAS como direito, cuja execução e financiamento por parte do poder público sempre esteve em segundo plano no quadro da garantia de acesso aos direitos sociais. Ao mesmo tempo e, paradoxalmente, essa realidade também anuncia que essas instituições sempre estiveram em territórios onde o poder público pouco ou nunca chegou, construindo espaços de acesso aos mínimos sociais e a participação na sociedade daquelas/es que eram pouco lembrados em seus direitos nas periferias (Bichir; Pereira; Gomes, 2021).

Os equipamentos da Política de Assistência Social afiançados ao terceiro setor no distrito do Capão Redondo são majoritariamente pertencentes a duas instituições da sociedade civil: uma delas é foco desta pesquisa e para preservar o sigilo das pessoas a ela ligadas, vamos nomeá-la de OSC Baró. Ambas OSC são fruto das mobilizações da comunidade por melhores condições de existência nos territórios das subprefeituras do Campo Limpo e M'Boi Mirim, o que dá indícios dos conflitos e contradições em torno da implementação dos equipamentos da Assistência Social ali. Por exemplo, dentro da OSC Baró, vemos que os serviços públicos que atualmente são conveniados à prefeitura de São Paulo foram pensados, organizados e executados a partir das demandas identificadas pela e na comunidade, tendo como base os grupos organizados nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB).

A OSC Baró nasceu na década de 1980, fruto das mobilizações de uma das paróquias da região. Por meio do Clube de Mães, que funcionava como unidade concentrada das CEB na Zona Sul de São Paulo, grupos de mulheres se reuniam para

atividades como bordado, corte e costura, crochê etc., criando espaços de partilhas sobre as necessidades enfrentadas pelas famílias naquela comunidade. Parte das demandas levantadas neste espaço foi materializada em trabalhos sociais nos anos posteriores sob a liderança do Padre Freire, um dos entrevistados por mim, que no final da década de 1980 deu início às atividades das creches para crianças de até seis anos de idade. Essas ficavam sob os cuidados de mulheres que voluntariamente passavam o dia no salão paroquial da Igreja, local onde as ações eram desenvolvidas enquanto as famílias trabalhavam.

Nos anos de 1988 e 1989, os cuidados dispensados às crianças nas creches da OSC Baró, foram feitos por pessoas voluntárias. Algumas cuidavam das crianças no período das 8h às 17h, outras doavam alimentos, outras ainda auxiliavam as voluntárias, oferecendo alimentação e acolhimento após o dia de trabalho e as próprias famílias cooperavam com doações. Uma das entrevistadas nesta pesquisa foi voluntária na primeira creche da organização e discorre sobre a implicação da comunidade em garantir que as famílias - que em sua maioria trabalhavam na região central - pudessem se ausentar sem o temor de não saber onde os filhos estavam ou por quem estavam sendo cuidados. No ano de 1990, foi estabelecido o primeiro convênio entre a OSC Baró e a Prefeitura de São Paulo, o que possibilitou que a organização fizesse ajustes por meio da contratação da equipe de voluntários, além do cumprimento de outras exigências trabalhistas e organizacionais que condicionavam o estabelecimento e a permanência do convênio. Naquele ano, cinco creches ligadas à OSC Baró que já estavam em funcionamento em distintos territórios da Zona Sul foram conveniadas e submetidas aos parâmetros da prefeitura para a parceria.

Esta parceria possibilitou a extensão dos trabalhos desenvolvidos e o atendimento de outras faixas etárias para além das crianças e adolescentes. Atualmente, a OSC Baró conta com seis Centros de Convivência para Criança e Adolescentes (CCA), dois Centros de Convivência Intergeracional (CCInter), um Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo (CEDESP), três Centros de Educação Infantil, um Núcleo de Convivência do Idoso (NCI) e dois Serviços de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio (SASF). Ao todo são 15 equipamentos distribuídos entre os territórios da região sul e sudoeste de São Paulo.

O equipamento foco desta pesquisa é um CCInter, como já dito. Esse foi criado no ano de 2014 com o nome Convivendo e Aprendendo com público Intergeracional, posteriormente modificado para Centro de Convivência Intergeracional, e tem como objetivo desenvolver atividades que envolvam grupos heterogêneos que se unam a partir

dos interesses, demandas e/ou potencialidades e não a partir do recorte por geração. O CCinter foco desta pesquisa conta atualmente com 13 funcionários formalmente contratados, sendo duas profissionais pertencentes à equipe técnica, uma gerente, uma profissional auxiliar administrativo, cinco educadores, duas cozinheiras e duas profissionais de serviços gerais. O equipamento funciona de segunda a sexta-feira das 8h às 17h oferecendo atividades de dança, judô, gastronomia, teatro e ginástica, que ocorrem majoritariamente de maneira concomitante, além de promover permanentemente atividades externas, como visita a eventos, parques e outros espaços recreativos por meio de parcerias com empresas privadas. A participação das/os usuárias/os no serviço é condicionada a uma matrícula que deve ser renovada anualmente, sendo que no ato da inscrição é indicada a atividade em que se tem interesse em participar. Vale ressaltar que as/os usuárias/os têm a possibilidade de participar previamente de uma das aulas disponíveis antes de efetivarem a matrícula, garantindo a inscrição em atividade na qual possui interesse.

O CCinter é um dos equipamentos da Proteção Social Básica do SUAS na cidade de São Paulo, configurando-se com base na Resolução COMAS-SP nº1056, de 03 de novembro de 2015, como um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) (Prefeitura de São Paulo, 2015). O Serviço de Convivência é, juntamente com o PAIF, um dos serviços referenciais para a garantia da proteção social e tem como propósito o desenvolvimento do sentimento de pertença e o fortalecimento da identidade a partir de partilhas e trocas culturais advindas de relações com os diferentes grupos dentro de uma comunidade.

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais aprovada por meio da Resolução nº 109/2009 (BRASIL, 2009), ele ainda privilegia atividades coletivas que na maior parte dos casos são desenvolvidas por grupos etários, por exemplo, de 06 a 14 anos etc., diferenciando-se do CCInter, que aposta na intergeracionalidade como um dos recursos de cuidado as/aos usuárias/os. Vale ressaltar que a Proteção Social Básica, caminha em direção a prevenir situações de risco a partir do desenvolvimento de serviços, programas e projetos que possibilitem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a aquisição de recursos simbólicos e materiais que favorecem a construção e a extensão das potencialidades do sujeito e de um coletivo dentro de um território (Brasil, 2016).

O CCinter apesar de atualmente se enquadrar como SCFV, não é um serviço disposto na Tipificação Nacional (Brasil, 2009). Sendo a princípio uma iniciativa do

Estado de São Paulo e, portanto, financiada por ele, foi por meio de parceria com a Prefeitura da capital paulista, via Resolução n° 1056/2015 do COMAS-SP, que esse equipamento foi municipalizado e passou a compor o quadro dos Serviços Tipificados da cidade de São Paulo, modificando as Portarias n° 46/SMADS/2010 e 47/SMADS/2010, regentes e operacionalizadoras dos serviços socioassistenciais, que, como já discutido, funcionam em sua maior parte via convênios (Prefeitura de São Paulo, 2010). Cabe dizer que os CCInter, quando sob responsabilidade estatal, também eram operados por meio de convênio com as mesmas OSC responsáveis pela execução do serviço atualmente.

A partir das premissas do SCFV, o CCInter tem como proposta a convivência de forma harmoniosa entre diferentes ciclos de vida, apostando na intergeracionalidade como recurso para o desenvolvimento de sociabilidades que respeitem as diferenças etárias, sociais e culturais e que possibilitem o sentimento de pertença e cidadania. Isso significa que ao menos 50% das atividades do serviço devem unir diferentes gerações para a sua execução, sendo 06 anos a idade mínima para a participação. Assim, o CCInter investe na ideia de que são os interesses e as potencialidades comuns que unem as/os usuárias/os, possibilitando por meio da troca geracional o desenvolvimento de competências que somente as diferentes experiências etárias tecem na relação comunitária.

Um exemplo disto é a atividade de gastronomia, uma dentre as muitas atividades que tive a oportunidade de acompanhar/participar durante os anos em que estive inserida no CCInter. As aulas contavam com 20 usuárias/os, sendo que a pessoa mais nova era uma criança de nove anos e a mais velha, um homem de 78 anos, tendo as/os demais participantes todas as faixas etárias, da adolescência à idade adulta. Eu observei que as trocas não se restringiam ao comum “as/os velhas ensinam os/as jovens”, mas a uma partilha viva na qual crianças, adolescentes e jovens trocavam livremente com as pessoas adultas e idosas de modo a compartilharem os saberes das suas gerações, bem como, fazerem um comparativo das vivências dentro daquela comunidade.

Por isso, pensar a cidadania a partir do CCInter, é ir além da ideia de que o desenvolvimento da noção de direitos e da participação social deve ser especificada com base nos ciclos de vida das/os usuárias/os. A convivência de diferentes gerações em atividades comuns propicia a vivência de diferentes perspectivas de mundo, de comunidade e de vida pautadas nos diferentes tempos de uma sociedade. Isto não significa que atividades específicas a grupos geracionais diferentes não possuam potencialidades, pelo contrário, mas o CCInter apresenta mais uma possibilidade de desenvolvimento dos

sujeitos cidadãos que investe nas pessoas e nas suas histórias geracionais como recurso de cuidado e fortalecimento para a participação social.

3.3 CCinter Baró: o encontro com as usuárias²⁷ e as/os profissionais

Tendo exposto sobre o equipamento onde se desenvolveu esta investigação, me dedicarei a partir daqui, a apresentar as pessoas que deram vida a esta pesquisa e especialmente, que materializaram para mim a vida no território do Capão Redondo. No intuito de apreender as significações de cidadania admitidas por usuárias e trabalhadoras/es do SUAS moradoras/es do Capão, fiz uso de entrevistas semiestruturadas a fim de compreender o modo como as histórias individuais se encontravam com as histórias do território, assim como o modo como elas mutuamente se constituem, alinhando-se aos significados de cidadania dados.

Para Castro e Oliveira (2022) a entrevista semiestruturada constitui-se como uma ferramenta da pesquisa qualitativa, tendo como proposta a análise das relações humanas através do uso da linguagem como meio. Ao contrário do que propõe o Dicionário Michaelis (2024), que toma a entrevista como uma mera exposição ou elucidação de ideias e opiniões em ambiente controlado e previamente acordado, a entrevista configura-se como “prática linguageira”, entendendo que os participantes da pesquisa (ou como costumeiramente se nomeia, o pesquisador e o sujeito da pesquisa) não são personagens estanques no processo de investigação, sendo um o detentor da informação e o outro o receptor passivo desta, mas são partes de um processo dialógico que revela suas distintas dimensões no processo do encontro. Não há uma “verdade” a ser coletada, mas processos e sentidos a serem apreendidos a partir do objetivo pré-estabelecido para cada entrevista. Isso reforça que, mesmo não sendo uma prática mecânica, ela é dirigida e mira um lugar a chegar, o que ressalta que nenhum dos participantes deste processo posiciona-se passivamente neste encontro.

Sendo uma entrevista semiestruturada, adotei um roteiro de questões que fez referência ao tema pesquisado. Mesmo tendo sido disparador do diálogo, o roteiro não enrijeceu o encontro, já que facilitou o surgimento de outras informações por meio do livre pensamento que se expressava no processo de contação das próprias histórias e

²⁷ Apenas usuárias mulheres foram entrevistadas, por isso, manteremos a palavra apenas no feminino. Diferentemente, entrevistamos profissionais homens e mulheres, guardando assim o uso de ambos os gêneros.

apresentação das percepções pessoais. O roteiro usado nas entrevistas está disponível no Apêndice B e foi organizado a partir de blocos temáticos que abordaram a história da usuária e da/o profissional com o território, com as políticas sociais e com as vivências de cidadania, sendo que esses blocos foram antecedidos por um breve levantamento do perfil sociodemográfico das/os participantes.

Cabe ainda contar ao/a leitor/a que, quando iniciei a minha participação no CCInter Baró e, posteriormente, as entrevistas, tinha como proposta conversar apenas com usuários/as, entretanto, os encontros cotidianos e as histórias que atravessavam uma inicial rigidez metodológica, deram lugar à possibilidade de ouvir as/os profissionais que ali estavam, já que muitos delas/es também foram usuárias/os daquele e de outros serviços no território em anos anteriores. A partir disso, entendi o óbvio, que a história das pessoas (usuárias e profissionais) se encontravam em um único serviço de intensa representatividade no Capão Redondo, sendo que as próprias usuárias me indicaram profissionais que elas consideravam importantes neste diálogo, pois, antes de serem técnicas/os do CCInter, tinham sido cuidadas pelas mesmas pessoas que hoje cuidam e se dedicam a garantir direitos. Ou seja, se a pesquisa se propunha ao debate sobre cidadania e, conseqüentemente, participação social, as pessoas que participavam do cotidiano do serviço indicavam aquelas/es que para elas/es eram representativas e atuantes no território. Foi nessa costura que inicialmente não acompanhava a minha linha de planejamento, que entrevistei nove pessoas, e fiz 10 entrevistas.

Outro destaque que faço ao/a leitor/a é de que fiz uso do mesmo roteiro para as entrevistas com profissionais e com usuárias. Isto porque, apesar deste ter sido feito inicialmente pensando nas usuárias, o processo do diálogo me permitiu aprofundar algumas questões a partir das respostas dadas, o que tornava a entrevista outra, mesmo partindo da mesma base. Por exemplo, uma das perguntas pedia que a pessoa relatasse (caso tivesse) uma situação em sua história na qual ela considerou que algum equipamento das políticas sociais públicas fora importante. Apesar de todas relatarem alguma experiência perpassada pela ideia de direitos, a diferença – ao menos para mim – estava no fato de que alguns/mas profissionais além de usarem uma linguagem mais técnica, se aprofundavam abrindo vias para uma discussão que abordava financiamento público, parceria público-privada, a aplicabilidade das leis e o processo formativo dos profissionais para o trabalho nas políticas sociais. As usuárias, por sua vez, ficavam mais focadas na experiência que representava uma garantia de direitos, sem estender para outras questões.

Além do mais, todas as pessoas entrevistadas, com exceção de uma que se mudou do território, eram moradoras do Capão Redondo, o que ainda caminhava em direção ao objetivo proposto, isto é, compreender as significações de cidadania de moradoras/es desta região. Por isso, entendo que o mesmo roteiro foi mantido em partes, pois no encontro com a pessoa entrevistada, ele se contornava a partir dos caminhos que se desenhavam no curso da conversa.

As entrevistas foram antecedidas por um período de aproximação com as usuárias e as/os profissionais. Apesar de estar inserida no CCInter desde setembro de 2022 como supervisora de estágio profissionalizante, minha entrada como pesquisadora de doutorado neste campo se deu apenas em setembro de 2023²⁸. No dia 05 de setembro fui pela primeira vez no CCInter a partir de outro lugar, que até então era desconhecido pelas/os profissionais do serviço e mesmo por mim, o que revelou constantes confusões sobre o modo como as demandas chegavam a mim, conforme registrei nos Diários de Campo.

Optei por me aproximar das usuárias e da equipe de profissionais por meio do convívio cotidiano, participando das atividades conjuntas e me disponibilizando a auxiliar nas tarefas diárias. Em um mesmo dia fazia atividades paralelas que me convocavam a lugares completamente distintos, indo da aula de ginástica com as assistidas à visita domiciliar junto à assistente social. Elegi essa dinâmica, pois não queria “estar de fora” daquele espaço e do cotidiano das pessoas que frequentavam o CCInter. Entendia que a imersão naquela rotina facilitaria o processo de vinculação não apenas com as pessoas, mas com a própria importância conferida àquele equipamento no território.

Esta dinâmica de trabalho, lembrou-me do texto de Cerqueira *et al.* (2014) e da ingênua crença de que o processo investigativo poderá se desenvolver sob uma postura distante e desimplicada com o objeto pesquisado. Ledo engano! O fazer investigativo não é capaz de diferenciar objeto e pesquisador, produzindo nesta dinâmica indiferenciada efeitos e outras verdades que não implicam necessariamente em certezas, mas certamente em novas perguntas e reflexões neste caminho, como bem expõem os autores acerca desta relação: “[...] não só produzem novas visibilidades e dizibilidades como também engendram processos inusitados de subjetivação, com a criação de outros sentidos no próprio processo instituinte da pesquisa.” (Cerqueira *et al.*, 2014, p. 26).

²⁸ A pesquisa em curso, bem como os procedimentos metodológicos que se apresentam aqui, foram aprovados pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) por meio do processo n. 72721123.4.0000.5482 (CAAE).

Indo ao CCInter duas vezes por semana e participando das mais distintas atividades, pude me vincular a diferentes pessoas que faziam parte daquele espaço. Apostei nisso para lançar um convite geral para as entrevistas, ao invés de convidar especificamente algumas pessoas para conversarem comigo, pois não queria que elas se sentissem constrangidas e pressionadas a aceitar, caso recebessem uma “convocação” em forma de convite. Para mim, o convite geral também soava mais respeitoso e deixava sob escolha da/o usuária/o dividir ou não comigo suas histórias e percepções sobre cidadania. Uma outra motivação para um convite geral foi o fato de eu não ter muitas restrições para as entrevistas, sendo que os critérios estabelecidos para essas foram: ser maior de 18 anos, viver ou ter vivido no território e ser usuário das políticas públicas sociais, mais especificamente, do CCInter. Posteriormente, como já contei, o leque para o convite às entrevistas se abriu para as/os trabalhadoras/es, justamente porque eles/as, ou tinham sido usuários/as do CCInter em outro momento da vida ou porque as primeiras usuárias entrevistadas indicaram estas pessoas como importantes de serem ouvidas.

No dia 19 de outubro fiz um convite geral as/os usuárias/os após uma das atividades e imediatamente quatro pessoas se voluntariaram. Com uma delas não consegui realizar a entrevista, pois em posterior ocasião, quando mencionei sobre o TCLE, senti que isso gerou desconfiança e ela preferiu declinar do convite. Contudo, um mês e meio após esse dia, outra usuária com quem tinha desenvolvido vínculo, se mostrou interessada e foi entrevistada. Além delas, quatro profissionais do CCInter foram indicados como figuras importantes para a compreensão da relação entre o equipamento e o território, além de também terem se mostrado disponíveis para as entrevistas. Ao todo, entrevistei nove pessoas, sendo sete mulheres e dois homens. Abaixo segue o Quadro 1 com o perfil sociodemográfico destas pessoas. A fim de preservar o sigilo, elas tiveram os nomes modificados, sendo renomeadas por pessoas que foram e são importantes na luta por direitos no Brasil.

Quadro 1: Perfil das pessoas entrevistadas

NOME	IDADE/ORIGEM	GÊNERO	RAÇA	OCUPAÇÃO	RENDA	TEMPO NO TERRITÓRIO
Amélia (usuária)	71/Rio de Janeiro	Mulher cis	Parda	Do lar	1-3	52 anos
Marielle (profissional)	39/Ceará	Mulher cis	Branca	Pedagoga	1-3	33 anos
Débora (profissional)	76/Minas Gerais	Mulher cis	Parda	Educadora social	1-3	55 anos

NOME	IDADE/ORIGEM	GÊNERO	RAÇA	OCUPAÇÃO	RENDA	TEMPO NO TERRITÓRIO
Dorothy (usuária)	73/Pernambuco	Mulher cis	Parda	Do lar	1-3	54 anos
Evaristo (profissional)	33/São Paulo	Homem cis	Pardo	Educador físico	3-5	33 anos
Freire (profissional)	79/Rio Grande do Sul	Homem cis	Branco	Padre	3-5	10 anos ²⁹
Lélia (usuária)	60/Minas Gerais	Mulher cis	Parda	Do lar	1-3	38 anos
Sueli (usuária)	71/Bahia	Mulher cis	Preta	Pensionista	1-3	54 anos
Zilda (profissional)	58/São Paulo	Mulher cis	Branca	Auxiliar administrativo	3-5	58 anos

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

As entrevistas duraram em média 1h40, sendo que as entrevistas de Amélia, Dorothy, Evaristo, Lélia, Sueli e Zilda ocorreram entre os dias 28/09/2023 e 12/12/2023, sendo que com Zélia, uma das profissionais do CCInter, realizei dois encontros a fim de elucidar aspectos da história do CCInter que não haviam sido plenamente compreendidos por mim. Já as entrevistas de Marielle, Débora e Freire ocorreram no primeiro semestre de 2025, tendo em vista as necessidades identificadas na pesquisa e a disponibilidade das/os entrevistadas/os. Todas as entrevistas foram realizadas em data e horário previamente acordados com as/os participantes, sendo que a conversa era sempre precedida pela leitura, elucidação e assinatura do TCLE. Respeitando a demanda de Débora e Freire, a conversa ocorreu em espaços externos ao CCinter, as demais entrevistas foram feitas em locais disponíveis no serviço. Vale ainda mencionar que as entrevistas foram gravadas e transcritas, porém não constam neste trabalho para preservar o sigilo das/os participantes.

3.4 Psicologia sócio-histórica: o encontro com uma possibilidade de leitura analítica dos dados

Tive a Psicologia Sócio-histórica como analisadora e base dos procedimentos a serem desenvolvidos. Essa perspectiva parte dos pressupostos do materialismo histórico e dialético e dos estudos de Lev Semionovitch Vigotski (1896-1934) para desenvolver seus fundamentos, tendo como guia a realidade latino-americana. Isso significa que parti

²⁹ Freire é a única pessoa que não reside mais no território, por isso, o tempo indicado faz referência aos anos que permaneceu no Capão.

das experiências concretas da realidade vivida por usuárias/os e da historicidade dos processos que envolvem a constituição daquilo que é entendido como cidadania no Brasil. Vigotski, que também partiu de bases marxistas para compreender a formação do psiquismo humano, entende que seu desenvolvimento é mediado, fundamentalmente, pela vida material e pelas possibilidades postas.

Afirmar isto, entretanto, é considerar também a complexidade e multideterminação da realidade, que faz levar em conta que esse desenvolvimento é, então, mediado por múltiplos fatores, cuja dinâmica e movimento definem a articulação entre aspectos gerais e singulares do processo. Desse modo, é preciso compreender que esse complexo de relações coopera para o processo de desenvolvimento humano, ou seja, não basta dar e criar condições necessárias que este se dará automaticamente. O meio social só é fonte de desenvolvimento a partir da atividade dos sujeitos, em outras palavras, a partir da dialética entre meio e atividade, pois, por si só, ele é incapaz de promover desenvolvimento (Gonçalves, 2020; Vigotski, 2018).

Pensar a partir desta perspectiva aponta para uma compreensão que procura não cair em um determinismo do meio social, de maneira reducionista, ao reconhecer o papel ativo exercido pelo ser humano no mundo, que ao ser convocado a transformá-lo também se transforma neste processo. Isso me direciona a uma reflexão sobre os movimentos de transformação sofridos pela própria ideia de cidadania no Brasil. Pude notar que os direitos de cidadania no Brasil se desenvolveram a partir de duas frentes que caminharam (e ainda caminham) paralelamente: uma via concessão e outra via conquista. Na via concessão, os direitos foram garantidos via Estado para um grupo específico entendido como apto para receber o *status* de cidadão; paralelamente a essa frente e se desenvolvendo a partir desta, a cidadania via conquista foi aquela que, fruto dos movimentos populares, foi conquistada para além das estipulações jurídicas postas.

Parece-me que, no Brasil, ambas são indissociáveis e permitem a leitura a partir da perspectiva teórica proposta, pois mais do que conformadas à realidade brasileira, elas foram em seu processo de construção, construindo novos modos de pensar os direitos no Brasil, levando em consideração as necessidades regionais e convocando a operacionalização destes direitos a partir da centralidade do território e das peculiaridades desse. Isso significa que a presente ausência de direitos vivenciadas criou perspectivas de agir em sociedade rumo à transformação do que se apresentava, inclusive por parte daqueles que possuíam seu *status* de cidadania intocado. (Carrara, 1996).

Diante desta reflexão, entendo que temos como ponto de partida o fenômeno, isto é, as representações sociais tidas acerca dos direitos de cidadania, mas esses não são imutáveis, tampouco seus processos de constituição podem ser facilmente captados por meio da aparência. Isso exige uma compreensão que apreenda esse objeto (direitos de cidadania) em seu processo de constituição histórica, por meio da leitura dos movimentos que existiram até aqui, indo além da forma como se apresentam, a fim de compreender como se transformam, mesmo após compreendidos em sua essência. Na verdade, essa postura explícita que se entende a essência como a própria transformação. É nessa direção que compreendo que a Psicologia Sócio-histórica pode cooperar para a leitura do objeto eleito, pois, partindo da teoria social de Marx e das formulações a respeito da formação do psiquismo humano, de Vigotski, ela parte da prática social e histórica para pensar as ideias postas e as dimensões que compõem o objeto em si mesmo (Gonçalves, 2020; Netto, 2011).

A cidadania se mostra em sua aparência como consolidada, alcançando a todas as pessoas ao garantir direitos de modo equânime por meio das políticas públicas sociais e dos direitos civis e políticos. Contudo, sabemos que os direitos de cidadania não estão enrijecidos, mas são transitórios e transformam-se a partir dos conflitos socioeconômicos e políticos, bem como, da constituição histórica de cada sociedade e porque não dizer, de cada território, visto que, tendo o Brasil como foco, partimos de uma realidade heterogênea dependente das particularidades regionais. Como bem expressa Carrara (1996), a cidadania como processo de participação popular não possui objetivos terminais e por isso, a cada etapa vencida em determinado momento histórico, vai assumindo novas facetas com respectivas novas demandas.

Nessa direção, amparada pela Psicologia Sócio-histórica, tomei os significados e sentidos de cidadania como bússola a fim de refletir para além do fenômeno que se apresenta. Em uma breve contextualização, Goes e Cruz (2003) discutem que significado e sentido são entendidos como duas forças de um mesmo processo que compõe a significação da palavra, isto é, enquanto o significado caminha em direção a uma generalização social da compreensão de cidadania, o sentido está afiançado ao modo como essa é entendida para uma pessoa em dadas condições.

Isto posto, quando sinalizo que me dedicarei à apreensão dos significados e sentidos de cidadania, não tomo esses como conteúdos dicionarizados e estáveis que remetem à palavra em si, visto que, a proposta em questão não consiste em analisar o discurso dos usuários estritamente, capturando compreensões individualizantes. Mas,

entender de que modo essas significações revelam as múltiplas determinações constitutivas da realidade. Isto é, parti da palavra, mas não me detive nela, pois entendo que ela possibilita a apreensão das particularidades históricas e sociais que constituem a genericidade do pensamento humano em determinada época e sociedade.

Acerca deste debate, Vigotski (2009) ensina que a palavra representa a generalização de um conceito, quando a apreendemos estamos diante de uma unidade de elementos em relação, sendo que essa formará novos elementos. Dito de outra forma, a palavra não é a representação de um único objeto, mas de um conjunto que é representado a partir deste, possuindo um significado. Assim, toda a palavra só pode ser caracterizada como tal se possuir um significado, pois, ela é a unidade do pensamento verbalizado. Do mesmo modo, quando com significado, esta pode ser entendida como um signo e é importante mediadora na modificação funcional e estrutural do pensamento e da linguagem. Essa discussão reafirma o caráter social das funções psíquica humanas, mas não apenas isso, pois a apreensão dos significados na realidade dos sujeitos permite o desenvolvimento da dimensão singular destes, isto é, dos sentidos.

Vale a ressalva de que a formação dos significados e sentidos não são processos isolados que ocorrem de maneira sequencial, mas constituem-se como o mesmo processo a partir da relação dialética singularidade-universalidade. Do mesmo modo, é importante pontuar que eles não são produções estáticas, mas constituídos por idas e vindas que se transformam a partir das atividades desenvolvidas pelo sujeito em seu mundo, mediadas por relações sociais.

Evidencio isso, pois, entendo que a Psicologia Sócio-histórica e sua proposta de compreender a realidade a partir da dimensão histórico-dialética pautada nos estudos marxistas, nos possibilita procedimentos metodológicos que podem cooperar com nosso intento. Dentro desta perspectiva, a entrevista tem a função de produzir, na relação pesquisadora-participante, uma fala que revele o processo de significação como uma parte constitutiva da sua atividade.

3.5 Análise Temática: ferramenta para o manejo dos dados

Para a análise dos dados, fiz uso da Análise Temática (AT) proposta por Victoria Clarke e Virginia Braun, que a compreendem como uma ferramenta de identificação, análise, interpretação e organização dos temas encontrados (relato de padrões) a partir dos dados qualitativos. Braun e Clarke (2006) explicam a AT como uma ferramenta

metodológica flexível e, por isso, passível de articulação com distintas perspectivas teóricas, já que, por não estar essencialmente atada a uma, em específico, associa-se facilmente com diferentes campos do conhecimento, como explicam as autoras:

Em contraste com a IPA [Análise Fenomenológica Interpretativa] ou a Teoria Fundamentada (e outros métodos como o narrativo, o discursivo ou a AC [Análise de Conteúdo], a análise temática não está vinculada a nenhum referencial teórico pré-existente. Por isso, ela pode ser utilizada dentro de diferentes referenciais teóricos (embora não em todos) e pode ser utilizada para fazer coisas diferentes dentro deles. A análise temática pode ser um método essencialista ou realista, que relata as experiências, os significados e a realidade dos participantes, ou pode ser um método construcionista, que examina as formas pelas quais eventos, realidades, significados, experiências, e assim por diante, são os efeitos de uma variedade de discursos que operam na sociedade. (Braun; Clarke, 2006, p. 09, minha tradução)³⁰.

Isto não significa que a AT é isenta de bases epistemológicas, pelo contrário, já que ela se baseia em metodologias de análise já bem conhecidas no campo das pesquisas qualitativas, como as supracitadas Análise de Conteúdo, Análise Discursiva e Teoria Fundamentada³¹. Entretanto, mesmo bebendo de fontes bastantes disseminadas, ela se configura muito mais como uma ferramenta para a compreensão do material selecionado, do que inaugura uma metodologia com bases teóricas e epistemológicas distintas e distantes daquelas já utilizadas. Além disso, a AT possui dezenas de abordagens em termos de procedimentos e bases filosóficas sendo, portanto, uma metodologia “guarda-chuva”, isto é, a partir desta há muitas formas de fazer AT (Clarke, 2017). Por isso, no parágrafo anterior mencionei que utilizei a perspectiva proposta por Braun e Clarke (2006), pois há uma vasta aplicabilidade desta ferramenta a partir de diferentes correntes filosóficas.

³⁰ No original: In contrast to IPA or grounded theory (and other methods like narrative, discourse or CA), thematic analysis is not wed to any pre-existing theoretical framework, and so it can be used within different theoretical frameworks (although not all), and can be used to do different things within them. Thematic analysis can be an essentialist or realist method, which reports experiences, meanings and the reality of participants, or it can be a constructionist method, which examines the ways in which events, realities, meanings, experiences and so on are the effects of a range of discourses operating within society.

³¹ Resumidamente, a Análise de Conteúdo tem como proposta compreender os sentidos manifestos na comunicação, tendo como importante referencial, a figura de Laurence Bardin. Já a Análise Discursiva é um campo interdisciplinar da linguística que estuda o uso social da palavra e os caminhos ideológicos que ela pode tomar, tendo como representante, dentre tantos nomes, Michel Pêcheux. A Teoria Fundamentada foi desenvolvida pelos sociólogos Barney Glaser e Anselm Strauss e propõe que as teorias que baseiam uma pesquisa sejam desenvolvidas a partir dos dados coletados, ao invés de perspectivas preexistentes (Braun; Clarke, 2006).

A AT tem como principal fim a busca de padrões de significados (temas) e, conseqüentemente, questões que possam interessar à pesquisa. Tendo como bússola a pergunta de pesquisa, o tema além de ser o captador dos significados mais constantes disponíveis nos dados, sinaliza aquilo que é relevante em relação à pergunta de pesquisa. Por exemplo, como já dito, a pergunta de pesquisa que guia esta tese, é “como se configuram as significações de cidadania entre os habitantes do distrito do Capão Redondo, em São Paulo, e de que modo as políticas públicas sociais – especialmente o SUAS – implicam psicossocialmente nessas significações e nas formas de participação social no território?” A partir deste questionamento, e com um olhar atento às transcrições das entrevistas identifiquei, não apenas aquilo que era mais frequente, mas especialmente, aquilo que respondia de maneira relevante a questão posta, pois o tema anuncia ao/a pesquisador/a aquilo em que ele/ela deve manter a atenção.

Dito isso, Braun e Clarke (2006) apresentam as etapas da AT para o levantamento e posterior análise dos temas. Elas ressaltam que, apesar de ser descrita em formato de fases, a AT não é uma receita ou um passo a passo que deve ser rigidamente seguido, mas orientações gerais que, possivelmente, não seguirão uma linearidade – como em qualquer processo de análise de dados qualitativos – demandando do/a pesquisador/a uma atitude recursiva de ir e vir entre as etapas conforme a necessidade. Apresento brevemente cada uma destas etapas, contando também como elas se deram nesta pesquisa.

a) Familiarização com os dados: refere-se à coleta, transcrição e revisão dos dados por meio de uma leitura que possibilite a imersão na amostra. Braun e Clarke (2006) argumentam que, por mais que seja exaustiva, essa fase é a “pedra fundamental” da AT, pois é a partir dela que já são identificadas as ideias preliminares da fase posterior, denominada de codificação. Para tanto, as autoras recomendam fortemente que mesmo com *softwares* que fazem a transcrição das entrevistas, essas sejam transcritas manualmente, pois isso permite não apenas uma nova escuta dos diálogos, mas a possibilidade de identificar alguns pormenores, como ressalvas, expressões verbais, suspiros, comentários espontâneos, o cotidiano em torno etc., que podem não ter sido imediatamente notados durante a conversa e que podem sinalizar aspectos importantes para a futura codificação dos dados. Assim, esta etapa caracteriza-se por uma aproximação íntima com as entrevistas, suas respectivas transcrições e a prévia anotação daquilo que foi identificado como interessante nesta fase inicial.

Respeitando este processo, fiz a transcrição manual de cada uma das entrevistas. Confesso que foi um processo bastante penoso, levando em média de três a cinco dias a

transcrição de cada entrevista. Durante a escuta percebi coisas que pessoalmente não notei como significativas ou que na exclusiva leitura da transcrição talvez passariam despercebidas, pois ao serem captadas por um transcritor, eu as consideraria possivelmente como não relevantes ao estudo do objeto. Por exemplo, durante a entrevista de Débora – que ocorreu em uma igreja – fomos interrompidas diversas vezes por pessoas da comunidade que conheciam a entrevistada e gostariam de conversar com ela sobre os mais variados temas, reforçando a notoriedade do vínculo que possui com aquela região. Ou ainda, cogitei não utilizar a entrevista da Dorothy na pesquisa, pois, quando finalizei a conversa com ela, senti que eu não soube mediar o diálogo de maneira satisfatória e que a usuária não havia entendido as minhas questões, respondendo de modo, a meu ver, vago sobre o tema abordado. Ao transcrever a entrevista, entretanto, notei a imensidão das coisas que Dorothy me falava na sua simplicidade e que o problema estava, de fato, em mim, que esperava que ela respondesse da forma como eu queria escutar. Percebi os meus atravessamentos neste processo e a escuta frágil e desatenta que, por vezes, eu também tive. Mantive a entrevista, claro.

Durante e após a leitura das transcrições sublinhei frases, palavras, ideias que me “saltaram aos olhos” e que considerei importantes de já serem destacadas em cor da fonte diferente, em itálico e negrito.

b) Gerando códigos iniciais: denominada também de codificação, esta etapa consiste na identificação dos “conteúdos latentes ou semânticos” que pareçam interessantes e que dialoguem com a pergunta de pesquisa. Quando uma frase ou uma palavra é selecionada como relevante para a compreensão da pergunta de pesquisa, ela é denominada de extrato. O conjunto destes forma uma lista de conteúdos que são organizados e congregados pela proximidade dos significados que possuem. Os extratos quando agrupados por similaridade, são previamente nomeados de códigos para posteriormente serem articulados entre si formando um tema abrangente, que será útil na fase posterior.

A partir do material coletado, gerei 21 códigos com base nos diferentes extratos que serão apresentados no item posterior em formato de tabela, com suas respectivas explicações. Dentre os 21 códigos gerados, dois (códigos 3 e 18) foram desmembrados no que chamei de subcódigos, isto é, códigos dentro de outros códigos. Fiz isto, pois alguns códigos eram bastante abrangentes e precisaram ser desmembrados, mas não faria sentido criar novos códigos a partir deles, pois só existem dentro de outros. Por exemplo, o código 18 é denominado de “Política Pública caracterizada”, derivando dele cinco

outros subcódigos que caracterizam as Políticas Públicas, como o 18.1 nomeado de “Espaço de Oportunidades”.

Previamente à geração dos códigos, congreguei os extratos selecionados em três itens baseados no roteiro de entrevista. Como já mencionei no item 3.2, o roteiro foi dividido em três blocos temáticos, a saber: a história da usuária e da/o profissional com o território, com as políticas públicas sociais e com as vivências de cidadania. A partir destes blocos, fiz perguntas-organizadoras que me auxiliaram na seleção dos extratos e posterior geração dos códigos. Os itens e as perguntas-organizadoras foram: 1) *Cidadania-território*: como e por que chegou no Capão Redondo? O que pensa sobre viver aqui? 2) *Cidadania-meios*: utiliza as políticas públicas sociais disponíveis no território? Se sim, quais, por que e o que pensa sobre elas? 3) *Vivências de cidadania*: quais experiências remetem à ideia de cidadania e a ser cidadã/o?

Vale ainda dizer que para chegar aos 21 códigos, ocorreu uma reunião anterior de distintos códigos pois, somente no processo da releitura das transcrições, foi possível identificar as similaridades. Por exemplo, anterior ao código 7, atualmente denominado de “Trabalho e/ou estudo como possibilidade de autonomia”, havia outro código que fazia referência ao acesso às produções humanas pelo trabalho/estudo. Frente à similaridade dos debates, uni ambos os códigos por entender que partilhavam de significados próximos.

c) Buscando temas: a lista de códigos gerada, será mais uma vez organizada e reagrupada por temas em potencial que sejam abrangentes, isto é, que unam diferentes códigos que possuam interlocução. Braun e Clarke (2006) pontuam que nesta etapa, o foco está em pensar nas relações entre diferentes códigos, entre potenciais temas e seus subtemas, já que ela se encerra quando candidatos a temas e subtemas são lançados.

Diante dos 21 códigos gerados, identifiquei aqueles que foram mais frequentes ao longo das entrevistas (padrão de relatos/temas) e aqueles que derivaram dos temas, nomeados de subtemas. Isto porque fiz uma análise do processo da história contada pelas usuárias e profissionais, identificando aquilo que era comum entre elas/es e os aspectos que se colocaram como determinantes no percurso pessoal de cada um/a. Por exemplo, no processo da busca por temas, um dos potenciais temas gerados foi “relações comunitárias”, que sempre veio acompanhado do subtema “reconhecimento”, determinante na história de vida de todas as pessoas entrevistadas. Assim, podemos considerar que os subtemas são temas que descendem de um tema maior, ou ainda um tema dentro de outro tema.

d) Revisando os temas: levantados os candidatos a temas, eles serão refinados. Ou seja, eles serão submetidos a uma revisão, por meio da releitura dos extratos e códigos gerados, identificando se há um padrão coerente entre os códigos e, por sua vez, no próprio tema em si. Logo, o tema deve não apenas captar adequadamente os dados codificados, mas também os significados, que devem estar acuradamente congregados e serem representados via ao que Braun e Clarke (2006) nomeiam de Mapa Temático. Este, é a representação do processo de análise dos dados coletados, apresentando o refinamento dos temas a partir dos códigos e o percurso de construção dos temas definitivos.

Elaborei um primeiro Mapa Temático com os códigos mais representativos. Inicialmente, foram identificados cinco códigos que ao serem congregados, apresentavam potencialidades para um tema, por isso, mantive o nome dos seus respectivos códigos. Para chegar a estes números, fiz o seguinte refinamento: levantei os códigos que apareceram mais frequentemente ao longo de todos os extratos; em seguida e a partir destes, levantei quais códigos apareceram repetidamente junto dos primeiros. Por exemplo, um dos cinco códigos principais e candidato a posterior tema, é o *05. Oferta e acesso às Políticas Públicas Sociais*. O código *18. Política Social caracterizada: como espaço de oportunidade ou como mal avaliada* – código candidato a posterior subtema – apareceu mais de 20 vezes junto ao código 05, sinalizando que, o debate sobre as Políticas Públicas Sociais foi frequentemente acompanhado por uma avaliação qualitativa dos equipamentos e serviços ofertados.

e) Definido e nomeando os temas: feito o refinamento dos temas e identificada a coerência entre eles e os códigos, os temas finais serão finalmente nomeados. Estes devem representar “a essência” dos dados que captura, tratando de aspectos similares e que possuam uma interrelação. Vale dizer que os temas não devem ser uma paráfrase dos extratos ou códigos levantados, mas promover a nomeação daquilo que os dados comunicam, favorecendo, a partir deles, uma análise detalhada e não a descrição dos aspectos identificados.

Nomeei a partir do primeiro Mapa Temático, três temas finais que congregam as ideias gerais apresentadas pelos extratos. Estes temas foram: *Relações de pertencimento, Análise da oferta e do acesso aos direitos sociais (DS) e Significações de cidadania*. Em conjunto, eles constroem o caminho para responder a nossa questão de pesquisa, isto é, os temas da AT precisam constantemente mirar em dar respostas aos questionamentos postos e formadores do objetivo do trabalho. No mais, apesar das fases D e E serem

bastantes similares quando descritas, elas consolidam um processo de identificação das significações de cidadania tidas pelas/os entrevistadas/os.

f) Produzindo o relatório: sendo a última fase na AT, os resultados são descritos e os temas têm suas histórias contadas, a partir dos extratos das entrevistas. No caso, apresentarei os Mapas Temáticos desenvolvidos, com os respectivos temas encontrados, bem como, o que cada um significa, articulando com as histórias de vida das usuárias e profissionais. Além disso, os resultados serão apresentados em formato de tabelas e quadros de modo que o/a leitor/a possa compreender o processo de levantamento dos códigos que antecedeu os temas encontrados.

Abaixo, apresento a figura de uma tabela organizada por Souza (2019) que resume as etapas da AT então descritas com base em Victoria Clarke e Virginia Braun.

Figura 2: Fases da Análise Temática

Fase	Descrição
1) Familiarização com dados	Transcrever os dados e revisá-los; ler e reler o banco; anotar ideias iniciais durante o processo.
2) Gerando códigos iniciais	Codificar aspectos interessantes dos dados de modo sistemático em todo o banco; reunir extratos relevantes a cada código.
3) Buscando temas	Reunir os códigos em temas potenciais; unir todos os dados pertinentes a cada tema em potencial.
4) Revisando os temas	Checar se os temas funcionam em relação aos extratos e ao banco de dados como um todo; gerar mapa temático da análise.
5) Definindo e nomeando os temas	Refinar os detalhes de cada tema e a história que a análise conta; gerar definições e nomes claros a cada tema.
6) Produzindo o relatório	Fornecer exemplos vívidos; última análise dos extratos escolhidos na relação com pergunta de pesquisa e literatura; relato científico da análise.

Fonte: Adaptado de Braun e Clarke (2006; 2013; 2014) e de Clarke e Braun (2013) para o presente texto.

Destarte, a partir dos aspectos teórico-metodológicos e da ferramenta de organização e análise dos dados apresentados, espero apreender as dimensões que constituem os direitos que conferem cidadania a partir das histórias pessoais de usuárias/os e dos encontros com as políticas públicas sociais tidos por elas/es.

3.6 Os resultados destes muitos encontros

A partir das entrevistas, selecionei 246 extratos, sendo que 83 falavam sobre o território, 114 sobre as políticas públicas sociais e 49 sobre experiências identificadas como vivências de cidadania tidas pelas/os entrevistadas/os. Estes extratos geraram 21 códigos, sendo que para cada código, fiz uma descrição a fim de “traduzir” ao/a leitor/a

ao que ele se refere e como foi compreendido durante a leitura. No quadro a seguir congrego cada código seguido de sua respectiva descrição.

Quadro 2: Códigos e descrições

Nº	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO
1	Processo migratório	Refere-se a todas as situações de migração para a cidade de São Paulo.
2	Busca de condições melhores	Engloba todas as situações nas quais buscou-se por educação formal, emprego e/ou outros direitos a fim de amenizar as condições de desigualdade vivida.
3	Relações de proximidade/pertencimento	Refere-se a todas as situações nas quais a comunidade (uma pessoa, as políticas sociais, o território como um todo ou um coletivo) ofereceu auxílio, acolhimento, possibilitou espaços de pertença, informou sobre serviços públicos e se colocou disponível aos pares e isso foi sentido como tal por quem vivenciou.
3.1	Possibilitadas por direitos sociais	
3.2	Possibilitadas pelo trabalho	
3.3	Possibilitadas pelo território	
4	A definição de si apoiada no trabalho	Uma compreensão sobre si mesma reduzida ao trabalho, mas também formadora da identidade que tem a respeito de si.
5	Oferta e acesso às políticas sociais e aos serviços	Faz referência à oferta e ao acesso (sendo ele fácil ou difícil) à rede de políticas sociais e aos serviços ofertados, além das iniciativas da sociedade civil.
6	Desigualdade ligada aos papéis de gênero	Todas as situações nas quais às mulheres foram submetidas às situações de desigualdade em razão do gênero (terceiro turno de trabalho, trabalho de empregada doméstica, impedimento para realizar alguma atividade etc.).
7	Trabalho e/ou estudo como possibilidade de autonomia e igualdade.	Estudo e/ou trabalho foram entendidos como um caminho para conquistar autonomia por meio do acesso às produções humanas e de ser reconhecido pelos pares.
8	Condições de trabalho	Condições de trabalho: reconhecimento, boas condições, legalidade, bem como o contrário dos itens citados
9	Reconhecer a si e ao outro como portador de direitos	Reconhecimento de si e do outro como uma pessoa com direitos, bem como, da própria humanidade e como alguém que merece respeito dos pares.

Nº	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO
10	Reconhecimento dos problemas do território	Reconhecer situações de violência, corrupção, dificuldades, entre outras, existentes tanto no CR como na cidade de São Paulo.
11	Assumir responsabilidades: sociedade civil	Atitudes individuais que devem ser assumidas para a melhora de uma situação e a percepção de dever perante uma situação.
12	Assumir responsabilidades: Estado	Compreensão de que o Estado é responsável pela oferta de políticas públicas e pela amenização das condições de desigualdade existentes.
13	Restrição do uso livre do território	Impedimento do uso do território de maneira livre e desejada por conta dos riscos de morte, roubo ou represálias.
14	Comparativo entre um antes e um depois do território.	Apresentação de situações, dados etc. que exemplificam e comparam as condições de vida no território no passado e no presente.
15	Disputa pelo espaço público.	Ações e estratégias assumidas por facções ou pela população com o intuito de ocupar o espaço do território fazendo uso livre deste.
16	Mudanças no comportamento via direitos sociais.	Mudanças nas atitudes, posturas e/ou comportamento dos membros da comunidade após o acesso aos direitos sociais.
17	Níveis de desigualdade e pobreza.	Reconhecimento das condições de vida da população e das próprias.
18	Política Social caracterizada.	A política social foi apresentada por meio de um conjunto de características apresentadas por meio das numerações seguintes.
18.1	Espaço de oportunidades.	Todas as vezes que as políticas sociais foram entendidas como espaços que oportunizam novas experiências, agregando recursos materiais e imateriais que cooperam para o desenvolvimento de cidadãos/os.
18.2	Política Social como dependência	Entendido como toda a situação na qual a relação estabelecida com a política social foi considerada de dependência.
18.3	Mal avaliada	Situações nas quais as instituições públicas (PS e PP) foram mal avaliadas por diferentes motivos: posturas consideradas não-profissionais e/ou ameaçadoras por parte da equipe, geradoras de conflitos e/ou violação de direitos, demora, falta de recursos, equipe mal preparada etc.
18.4	Política social como cuidado integral	Situações nas quais a PS cooperou para práticas intersetoriais e interdisciplinares promovendo uma percepção mais ampla de cuidado.
18.5	Política social garante o mínimo.	Situações nas quais a PS foi compreendida como garantidora do mínimo para a sobrevivência e geralmente ligado a ideia de condições materiais básicas (alimentação e moradia), longe da percepção anterior sobre cuidado integral.

Nº	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO
19	Participar da sociedade	Participação ativa na vida em sociedade e dos processos que a compõem, educação, trabalho, renda e saber se relacionar com as demais pessoas a partir desta participação.
19.1	Ato de participar do processo eleitoral.	
20	Igualdade na vida em sociedade.	Igualdade de tratamento na relação entre as pessoas, bem como, no acesso às produções humanas.
21	Contribuição fiscal/Pagamento de impostos	Pagamento de impostos e o modo como o dinheiro é administrado e empregado nas políticas sociais.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os códigos *03. Relações de proximidade/pertencimento*, *18. Política Social caracterizada* e *19. Participar da sociedade* possuem, respectivamente, o que nomeei por subcódigos, sendo eles 3.1, 3.2, 3.3, 18.1 a 18.5 e 19.1. Por se tratar de códigos amplos que possuem diversas ramificações, optei por descrever os subcódigos em separado, uma vez que, embora pertençam ao mesmo eixo temático, possuem especificidades que merecem ser consideradas em razão de determinados relatos. Ademais, os subcódigos 3.1, 3.2, 3.3 e 19.1 não possuem descrição adicional, visto que as denominações atribuídas já expressam o conteúdo que os caracterizam.

Dentre os 21 códigos formados, 13 apareceram com mais frequência, não apenas pelo número de vezes que qualificaram um extrato, mas ainda pelas ligações que estabeleceram com os outros códigos, favorecendo a percepção acerca das relações estabelecidas, pelas/os entrevistadas/os, entre eixos temáticos que guiam esta tese, tais como políticas públicas sociais, território, Estado, direitos sociais etc.

Os 13 códigos em questão são: *03. Relações de proximidade/pertencimento*, com respectivos subcódigos, *05. Oferta e acesso às políticas sociais e aos serviços*, *07. Trabalho e/ou estudo como possibilidade de autonomia e igualdade*, *09. Reconhecer a si e ao outro como portador de direitos*, *10. Reconhecimento dos problemas do território*, *11. Assumir responsabilidades: sociedade civil*, *12. Assumir responsabilidades: Estado*, *14. Comparativo entre um antes e depois do território*, *16. Mudanças no comportamento via direitos sociais*, *17. Níveis de desigualdade e pobreza*, *18. Política Social caracterizada*, mais respectivos subcódigos, *19. Participar da sociedade*, também com o respectivo subcódigo e *20. Igualdade na vida em sociedade*. Na Tabela 2, organizei os códigos citados apresentando a frequência e a porcentagem obtida durante a codificação dos extratos. A porcentagem é referente ao total de extratos, isto é, 246.

Tabela 2: Quantidade e porcentagem dos códigos

Nº	CÓDIGOS	QTDE	%
1	Processo migratório	6	2,44
2	Busca de condições melhores	7	2,85
3	Relações de proximidade/pertencimento	96	39,02
4	A definição de si apoiada no trabalho	6	2,44
5	Oferta e acesso às políticas sociais e aos serviços	67	27,24
6	Desigualdade ligada aos papéis de gênero	9	3,66
7	Trabalho e/ou estudo como possibilidade de autonomia e igualdade	14	6
8	Condições de trabalho	11	4,47
9	Reconhecer a si e ao outro como portador de direitos	48	20
10	Reconhecimento dos problemas do território	31	13
11	Assumir responsabilidades: sociedade civil	51	21
12	Assumir responsabilidades: Estado	28	11,4
13	Restrição do uso livre do território	5	2,03
14	Comparativo entre um antes e um depois do território	16	7
15	Disputa pelo espaço público	06	2,44
16	Mudanças no comportamento via direitos sociais	17	7
17	Níveis de desigualdade e pobreza	30	12,20
18	Política Social caracterizada	59	24
19	Participar da sociedade	37	15,04
20	Igualdade na vida em sociedade	23	9,4
21	Contribuição fiscal/Pagamento de impostos	7	2,85

Fonte: Elaborado pela autora.

É notável que o Código 03. *Relações de proximidade/pertencimento*, em união com seus subcódigos, foi o mais frequente ao longo dos extratos selecionados, constando em 96 dos 246 extratos, sendo que apenas duas de suas ramificações ou subcódigos, 3.1. *Possibilitadas por direitos sociais* e 3.2. *Possibilitadas pelo território*, somam juntas 84 extratos. Apresento e destaco os códigos mais frequentes pois, eles foram fundamentais para a construção do Mapa Temático e protagonistas na definição dos temas de análise das significações de cidadania.

Por mais que os códigos mais frequentes tenham sido determinantes para a construção dos Mapas Temáticos, outros códigos, mesmo que em menor frequência, também foram relevantes para a construção das significações de cidadania tidas pelas/os moradoras/es. Os códigos 1. *Processo migratório*, 2. *Busca por condições melhores* e 8. *Condições de trabalho*, por exemplo, foram descritores de seis, sete e 11 extratos, respectivamente. Aparentemente pouco, mas um olhar atento a eles mostra algumas

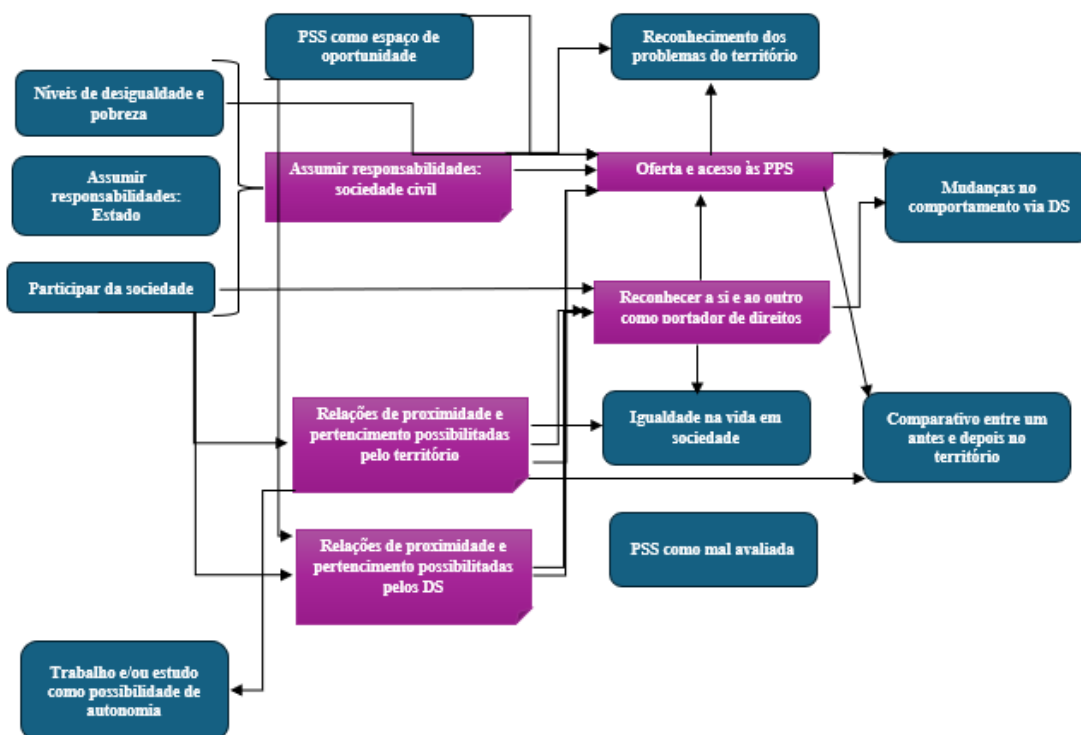
particularidades tanto do território do Capão Redondo, como das pessoas que partilharam suas histórias, particularidades essas, que também compõem os temas em sua constituição.

O território do Capão, como muitos outros em São Paulo, é fruto de uma urbanização advinda, majoritariamente, de uma migração de diferentes regiões do Brasil na busca por condições melhores de vida e, por essa, leia-se trabalho. Esse, por ser entendido como incontornável para a ascensão social, era aceito sem ressalvas por aqueles que viam em São Paulo um mundo de oportunidades, o que condicionou muitas pessoas a condições de trabalho análogas ao escravismo ou sem qualquer direito reconhecido.

Esta realidade, além de contada por Santos (1990) e por Hosokawa (2022), também engendrou as experiências de seis das nove pessoas entrevistadas, compondo, não apenas a história individual dos/as moradores/as, mas a memória do próprio território e o modo como foi constituído. Portanto, este processo memorioso é, paralelamente, individual e coletivo, por isso, os códigos que o representam não poderiam simplesmente não serem considerados como edificadores dos temas e subtemas pela baixa frequência que tiveram.

O Mapa Temático é a representação da análise dos dados na busca por temas. No primeiro Mapa Temático que organizei, me detive a apresentar os códigos mais frequentes, que eram candidatos a temas e seus respectivos subtemas, totalizando assim, os 13 códigos já mencionados. A seguir, o primeiro Mapa Temático organizado.

Figura 3: Mapa Temático: buscando por temas



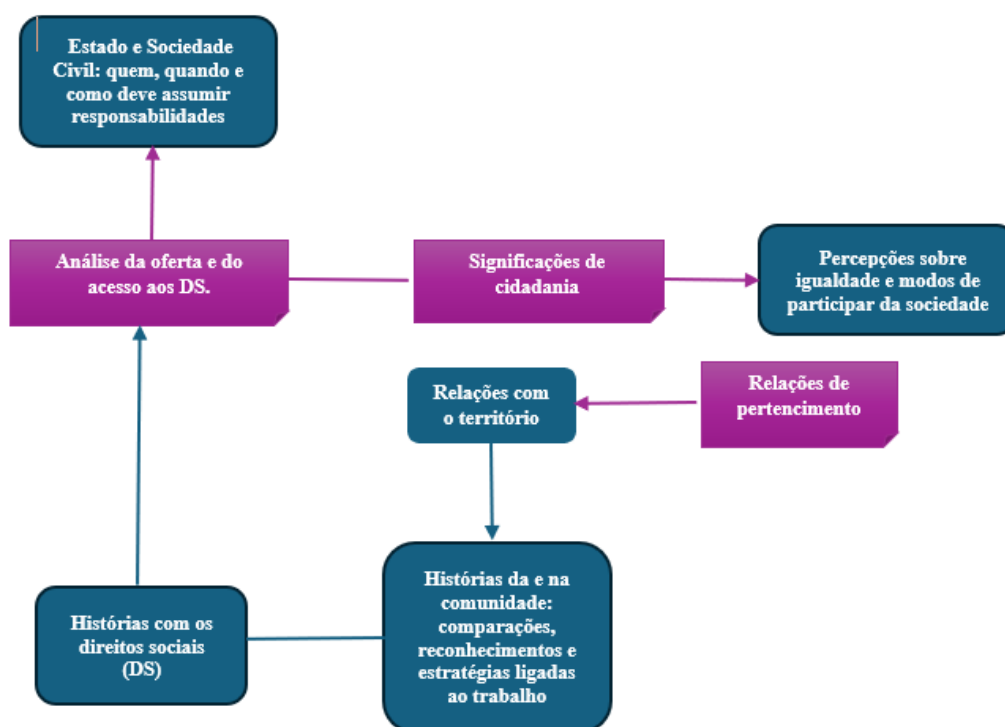
Fonte: Elaborado pela autora.

Os retângulos em roxo fazem referência aos códigos 03 (subcódigos 3.1 e 3.3), 05, 09 e 11 que se destacaram, não apenas por aparecerem dentre os mais frequentes, mas por estabelecerem permanente ligação com os códigos dispostos nos retângulos em azul, que foram secundariamente mais frequentes como já mostrado na Tabela 2. Na Figura 3, fiz uma primeira tentativa de estabelecer conexões entre os códigos, entendendo que o diálogo entre eles, pela frequência e relações tidas, já me fornecia importante indício de quais temas se formariam. As relações de proximidade e pertencimento, seja com os direitos sociais ou com território – códigos 3.1 e 3.3, respectivamente – passam pelo sentimento de pertença à comunidade e pelo reconhecimento das mudanças históricas e sociais vividas no e pelo Capão Redondo, seja em âmbito individual ou comunitário (códigos 07, 14). Esta relação, por sua vez, em paralelo com as necessidades identificadas, mobilizou a comunidade para a construção de estratégias de amenização das precárias condições vividas pela população do Capão Redondo (códigos 10 e 17), favorecendo a construção de políticas públicas sociais que possibilitaram novas formas de se relacionar com a comunidade e com os próprios direitos (códigos 05, 09 e 16). Para além disso, este histórico de movimentos sociais continuou convocando os diferentes grupos a

responsabilizarem-se pelos serviços públicos visando garantir os direitos que ainda eram considerados precários em sua execução e/ou manter aqueles que foram garantidos (códigos 11, 18, 19, 20).

Logo, o Mapa Temático da Figura 3 é uma representação geral prévia dos conteúdos das entrevistas e apresenta as primeiras percepções tidas por mim a respeito do modo como os/as moradores/as significam a ideia de cidadania, que obviamente não é abstrata, mas passa pelo modo como o território é construído e vivenciado. Amparada neste primeiro Mapa e analisando as articulações entre os códigos, elaborei o Mapa Final com os temas e subtemas representativos da totalidade das entrevistas. Apresento-o na Figura 4.

Figura 4: Mapa Final



Fonte: Elaborado pela autora.

Três temas surgiram da análise dos principais códigos: *Relações de pertencimento*, *Análise da oferta e do acesso aos DS* e *Significações de cidadania*. Aliados a estes, os subtemas encontrados foram *Relações com o território*, *Histórias da e na comunidade: comparações, reconhecimentos e estratégias ligadas ao trabalho*, *Histórias com os direitos sociais (DS)*, *Estado e sociedade civil: quem, quando e como deve assumir responsabilidades* e *Percepções sobre igualdade e modos de participar da*

sociedade. Mesmo sendo subtemas, não são menos importantes que os temas, mas interposições mediadoras para a compreensão destes em profundidade, pois denotam os conteúdos adjuntos ao tema geral.

É possível notar que os temas e subtemas formam uma relação na qual um se interliga ao outro para a sua compreensão, de forma que para se apreender o modo como se assimila, se utiliza e se avalia as políticas públicas sociais, é necessário entender como elas se constituíram dentro do território, qual o papel tido por elas para a garantia de direitos e como a comunidade se relaciona com elas. Essas questões só são elucidadas mediante o levantamento e apreensão das características do território como espaço social, como dizia Santos (2002), ou seja, como lugar em constante movimento, que muda e é mudado na relação com aqueles que o fazem. Da mesma forma, é o tipo de relação estabelecida com o território, que anuncia o modo como a participação social e a igualdade em direitos é interpretada, assim como, a responsabilidade a ser assumida pelos membros que o compõem.

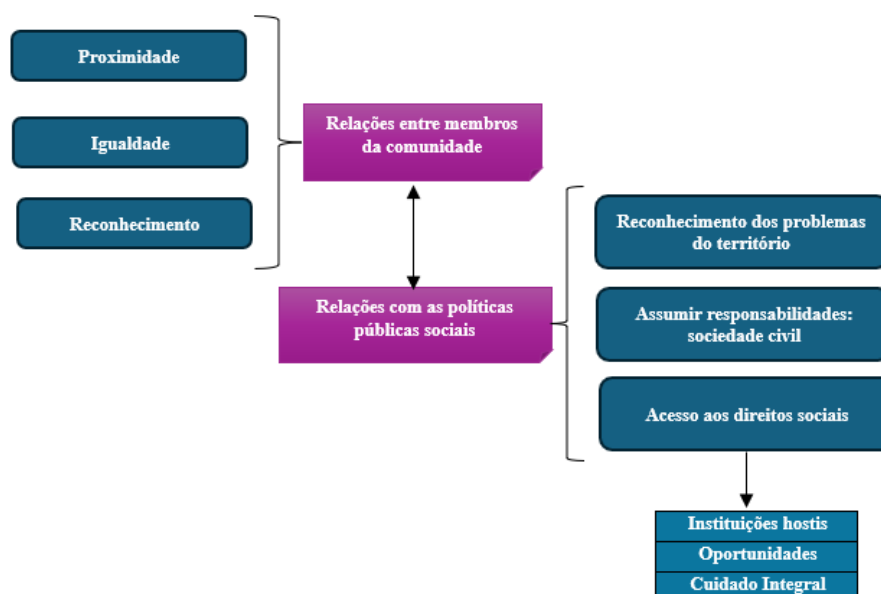
Por este motivo, no momento da análise, discutirei os temas seguindo uma sequência que me parece lógica, partindo das *Relações de pertencimento*, passando pela *Análise da oferta e do acesso aos DS*, para finalmente chegar as *Significações de cidadania*. Friso que, a escolha desta sequência não se deu com a finalidade de eleger hierarquias temáticas, mas para evidenciar que, neste mapa, um tema não existe sem o outro e que, para que um pudesse surgir, outro teve que previamente existir. Se os temas falam sobre sentidos e significados dados à cidadania e sobre os elementos que a constituem na sociedade moderna, afirmamos, portanto, que as significações de cidadania, conforme identificamos na análise das entrevistas, serão determinadas pelos recursos materiais e simbólicos dispostos na vida cotidiana. Neste caso, os temas congregam estes recursos.

Além do Mapa das entrevistas, também codifiquei e busquei por temas nos Diários de Campo. Cabe pontuar que, ao aplicar a ferramenta da AT nos Diários, não codifiquei minhas percepções, apenas os relatos das situações presenciadas no contexto do CCInter Baró. A respeito disto, confesso que tive bastante dificuldade em trabalhar com a codificação destes relatos, pois entendo que até o modo como eu conto uma situação está permeado por minhas percepções. Entretanto, no constante conflito entre a pretensa neutralidade e a implicação involuntária, entendi que todo o processo investigativo está permeado com coisas minhas e por isso, é impossível produzir dados

nos quais eu não esteja presente. Cabe a ética do reconhecimento de que a/o pesquisador/a é parte do processo e da produção científica, como já dito por Cerqueira *et al.* (2014).

O Mapa com os temas encontrados a partir dos Diários de Campo está disposto na Figura 5.

Figura 5: Mapa Final do Diário de Campo



Fonte: Elaborado pela autora.

Na mesma direção que o Mapa Final das entrevistas, os relatos contidos nos Diários de Campo também evidenciam que a cidadania passa, necessariamente, pelo território, pelas relações estabelecidas com este e com os recursos disponíveis, sendo que estes elementos, em relação, constituem as percepções tidas a respeito das políticas públicas sociais, das responsabilidades que devem ser assumidas pela comunidade e do reconhecimento dos próprios direitos.

Destarte, são as conexões com a comunidade e com as políticas públicas sociais que direcionaram e direcionam os rumos da construção das significações de cidadania no Capão Redondo.

4 TECENDO CIDADANIAS: SIGNIFICAÇÕES SOBRE TERRITÓRIOS, VÍNCULOS E DIREITOS

"[...], mas há sempre uma candeia dentro da própria desgraça, há sempre alguém que semeia canções no vento que passa. Mesmo na noite mais triste em tempo de servidão, há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não." (Manuel Alegre, *Trova do vento que passa*).

Ao iniciar esta pesquisa, eu parti do pressuposto de que havia algo díspar no modo como os moradores do Capão Redondo compreendiam cidadania, pois algo se diferenciava das comuns explicações ligadas ao exercício do voto ou ao conjunto de direitos e deveres individuais. Contudo, eu não sabia explicar o porquê, como e o que era diferente, a única coisa sobre o que tinha convicção, era de que aquele território se organizava de modo distinto das vivências que até então eu, recém-chegada em São Paulo, havia experienciado.

As 10 entrevistas e os dois anos de convivência no CCInter Baró me deram uma prévia dos resultados alcançados: a cidadania é significada como um processo que, mesmo passando por responsabilidades individuais, se realiza plenamente por meio das coletividades e dos instrumentos materiais e simbólicos disponíveis. Esta perspectiva me trouxe à memória a experiência tida durante o doutorado sanduíche no exterior. Tive a oportunidade de passar seis meses em Genebra, na Suíça, desenvolvendo parte desta pesquisa. A escolha por este país se deu por ser ele considerado um exemplo na participação social e na garantia de direitos. Durante minha estadia, cursei uma disciplina de mestrado na Universidade de Genebra denominada *Enjeux Contemporains de la Citoyenneté*³², a qual tinha por objetivo introduzir e debater as teorias que versam sobre a cidadania e suas diferentes dimensões, dando especial enfoque à participação social e política.

Em uma das aulas, discutimos o texto de Grasso e Giugni (2022) sobre a relação entre classe social e participação política de jovens de 18 a 34 anos, em nove países da Europa. Grosso modo, a discussão caminhava em direção à equação “mais pobre igual menos participação”, o que contrariava, em absoluto, os dados que carregava comigo.

Enquanto o debate naquele espaço versava sobre a pobreza, em suas distintas expressões, como determinante para a não participação social e política, além da redução

³² Em tradução livre “Desafios contemporâneos da cidadania”.

da categoria território à fronteira geográfica, as entrevistas e os diários de campo de minha pesquisa, que na ocasião eu já codificava, ratificavam que o território frente à falta não estagnou, mas mobilizou-se e construiu modos de participação não apenas importantíssimos para a região, mas também exemplares, de modo a inspirar outros territórios.

Neste sentido, os temas encontrados via AT e que abordaremos a partir daqui se propõem à leitura das dinâmicas que construíram, e ainda constroem, os sentidos e significados de cidadania para os/as habitantes do Capão Redondo. Cada tema será apresentado separadamente, a fim de aprofundar as mediações que os tecem.

4.1 Tema I: relações de pertencimento

A palavra “relação” vem do latim, *relatio* e faz referência ao verbo *refero*, significando “trazer outra vez” ou “trazer algo ou alguém de volta”. Esta etimologia parece-nos coerente com o Capão Redondo, tendo em vista que este território, por meio da sua história, resgata permanentemente em seus moradores o compromisso com aquele espaço, tornando-o parte de um movimento que confere identidade. Essa, só ocorre por conta do segundo elemento que compõe este tema, o pertencimento que, derivado da palavra em latim *pertinere*, tem como sentido “ser propriedade de”. Ou seja, a união desses termos nos parece comunicar que por pertencer a um lugar, o sujeito é constantemente convocado por ele e *vice-versa*, pois está atado ali, fisicamente ou não.

Cabe o adendo de que quando nos referimos a identidade, apesar de ser esse um conceito polissêmico, partimos da compreensão de Antônio Ciampa, que a entende não como um dado permanente e inflexível, mas como um dar-se constante que se constitui nos processos objetivos do existir. Assim, a identidade se dá – modificando-se permanentemente – no curso coletivo da vida, isto é, sempre junto ao outro.

Ciampa (1984) reforça sua argumentação sendo categórico ao dizer que o desenvolvimento da identidade parte do contínuo reconhecimento ao grupo social ao qual pertencemos, ou seja, somos o que o outro identifica e nomeia como tal, que usualmente não é ele. Somos a diferença de outrem. Por isso, o autor trabalha com o binômio identidade-diferença, pois uma só existe em relação à outra, uma só existe por negar a outra. Em resumo, a identidade como movimento, nega a estabilidade posta e se tece sob as determinações de um momento histórico e social específico, no qual o sujeito humano age, participa e se faz neste íterim.

No mais, é importante ainda ressaltar que, quando evocamos o Tema I, estamos nos referindo às relações com o território do Capão Redondo e com os processos históricos que compõem a comunidade, isto é, processos presentes em serviços públicos, movimentos sociais, laços familiares e comunitários e todas as dinâmicas materiais e/ou simbólicas que constituem o distrito.

Portanto, cabe entendermos como essas relações de pertencimento se materializavam e, se materializam, na vida dos/as moradores/as. Para tanto, debateremos esse Tema a partir de três níveis de relação geradores do sentimento de pertença: trabalho, comunidade e direitos sociais via políticas públicas sociais. Esses três níveis em união favoreceram a formação das relações de pertencimento com e no território.

4.1.1 Relações de reconhecimento: o lugar do trabalho

Todos/as os/as entrevistados/as mencionaram as relações de trabalho como favorecedoras do sentimento de pertencimento ao território do Capão Redondo e, conseqüentemente, aos processos que constituem a vida em sociedade. Apesar de inicialmente seis pessoas possuírem atividades laborais informais, sendo quatro delas como empregadas domésticas e três como voluntárias em trabalhos na comunidade, o trabalho foi importante mediador para a construção da autonomia, do reconhecimento e da identidade.

E aqui, vale uma pequena pausa a fim de explicitar ao que nos referimos quando falamos sobre autonomia e reconhecimento, já que sendo conceitos densos e polissêmicos, não podem ser manuseados indiscriminadamente. No que se refere à autonomia, tomamos emprestado a compreensão trazida por Rego e Pinzani (2013) que atribuem “autonomia a um sujeito quando ele é capaz de agir conforme um projeto pessoal de vida boa [...] e de considerar a si e a outros como capazes de estabelecer relações de direitos e deveres.” (p. 57).

Para o debate sobre reconhecimento, partimos das contribuições de Nancy Fraser (2005), especialmente de sua crítica às abordagens que restringem o reconhecimento à mera afirmação identitária. Para a autora, uma teoria crítica do reconhecimento deve considerar as identidades sociais como atravessadas por processos históricos de opressão no capitalismo, articulando, de modo indissociável, as dimensões culturais e econômicas da injustiça. Fraser evidencia como a organização da divisão social do trabalho e a

desigual distribuição de recursos produzem não apenas desigualdades materiais, mas também formas persistentes de desvalorização social.

Nesse sentido, o reconhecimento, como prática intersubjetiva, refere-se ao processo pelo qual capacidades, valores, práticas culturais e modos de vida são socialmente considerados e legitimados, possibilitando aos sujeitos a construção de uma compreensão positiva de si. Contudo, esse processo encontra limites quando não é acompanhado pelo acesso a recursos socioeconômicos que ampliem as condições reais de participação social. Assim, partimos da compreensão de que autonomia e reconhecimento se entrecruzam, sendo ambos atravessados pelo acesso às produções humanas, materiais e simbólicas, que estruturam a vida em sociedade.

Dito isto, passamos a mais uma conceituação essencial em nossa discussão, o trabalho. Ao nos referirmos ao trabalho, falamos paralelamente, do processo que possui o caráter de transformação da natureza por meio da atividade humana e da captação desta pelo capital. Tal processo, ocorre por meio das relações sociais, configurando-se de maneira formal, via relação jurídica de assalariamento, o emprego. Além desse, também tomamos trabalho como aquele que se dá de forma precarizada, pela informalidade, plataformização, voluntariado e outras maneiras, podendo ser mal remunerado ou não remunerado.

Antunes (2009), mais profundamente, menciona que trabalho é o elemento que medeia a necessidade e a realização desta, ou seja, é produtor de utilidades humanas, viabilizando a transformação de objetos naturais em valores de uso que se eternizam através das mudanças nas formações sociais. Este processo de produção da própria existência para a reprodução societal se dá por meio do que o autor chama de mediações de primeira ordem, isto é, a produção de recursos, atividades e meios para a satisfação das funções vitais, não sendo necessário para isso o estabelecimento de hierarquias de dominação.

Contudo, atualmente, este processo de transformação da natureza está subsumido ao modo de produção e reprodução econômica capitalista, a exploração de um grupo, desprovido dos modos de produzir a vida, por outro que os detém. Essa dinâmica construída e nomeada de sistema de mediações de segunda ordem, subordina as necessidades humanas à reprodução do valor de troca, naturalizando, ainda, os profundos processos de alienação que o envolvem. Para a manutenção deste sistema de segunda ordem, foi necessário submeter o trabalho a crescente e sistemática expansão dos valores

de troca, em outros termos, sujeitar o valor de uso, as mediações de primeira ordem, à produção e reprodução do sistema de segunda ordem.

Diante deste cenário, constitui-se também uma nova relação entre o humano e o trabalho, entre os sujeitos humanos e entre o sujeito e as próprias produções, criando uma relação de estranhamento e hierarquia que impede que o sujeito, que vende o seu tempo para a permanente reprodução de valores de troca, mantenha-se sujeitado a este esquema produtivo.

Entretanto, esse panorama teórico não está livre de contradições, pois o trabalho na vida dos habitantes do Capão Redondo teve importante papel e revela os paradoxos do processo produtivo e reprodutivo capitalista, seja por meio da reafirmação de si como sujeito humano, seja via relações patrão-empregado que materializaram elos mais justos que, até então, eram desconhecidos por eles.

A história de Amélia, por exemplo, é marcada pelo trabalho como mediador da relação com a sociedade e com a construção de sua independência como mulher.

Eu: e senhora veio para cá por qual motivo?

Amélia: eu vim para trabalhar...

Eu: e Miracema é uma cidade pequena no Rio?

Amélia: é bem pequenininha lá, não tem... assim, emprego, né? para a pessoa trabalhar e tudo... **eu trabalhava na roça com meu pai, aí eu cansei e falei "eu vou embora", aí apareceu uma família lá que queria alguém para trazer, aí eu falei "eu vou com eles"...**³³

Amélia, assim como boa parte dos habitantes do Capão Redondo, migrou para São Paulo em busca de emprego a fim de se desvencilhar das restrições socioeconômicas vividas junto à família no estado do Rio de Janeiro. Inicialmente, ao mudar-se para a capital paulista, ficou morando com a família para a qual trabalhava, o que lhe conferiu outras oportunidades para além da própria renda, como dito pela entrevistada.

Amélia: [...] quando eu deixei a minha família, eu não era menina, assim, de sair... meu pai não deixava, né? não deixou eu nem estudar... **o que eu estudei foi aqui, com a família que me trouxe ...**

Eu: a senhora não estudava em Miracema?

Amélia: não! ele não deixava...

Eu: por quê?

Amélia: porque ele falava que estudo era para homem, não era pra mulher... e aí se saísse uma para trabalhar... para estudar...

Eu: e aí quando a senhora veio para cá, a senhora começou a estudar?

³³ Ao longo das citações das entrevistas, fizemos um destaque (negrito) em todos os trechos que foram representativos da temática discutida.

Amélia: é, aí eu comecei a estudar... **foi aí que eu sei, né? o pouco que eu sei, eu aprendi aqui e agradeço a eles...** [fazendo referência à família para a qual trabalhava como empregada doméstica].

Eu: entendi, e aí a senhora foi tendo as coisas quando veio para cá?

Amélia: **aí sim, eu tinha tudo, né? como que eu ia sair? eu nunca tinha ganhado um bolo de aniversário, quando chegou no dia do meu aniversário chegaram com um bolo, presente...**

Eu: com 19 anos?

Amélia: aham... [pausa e fica pensativa].

Eu: e como é que foi?

Amélia: nossa, eu chorava tanto, eles era muito bom, então, não tenho do que me queixar, não...

A fala de Amélia carrega o paradoxo das condições de trabalho no capitalismo: a “libertação” do jugo patriarcal é substituída pela condição de ser a empregada doméstica que mora na casa dos patrões (o que não deixa de pertencer ainda a uma lógica patriarcal) e com eles aprende tudo o que sabe. Em outras palavras, ainda que mulher, ter a liberdade para trabalhar, ganhar por isso e aproveitar a oportunidade dada para galgar novos conhecimentos, independentemente das condições vividas, já que, mesmo a contragosto, a entrevistada “escolheu” por isso.

Contudo, este pretense lugar de liberdade é proporcionado por um trabalho que, de modo ambivalente, é gerador do sentido de autonomia e reconhecimento e reprodutor da lógica econômica escravista. Gorender (2016) faz referência às “negras de ganho ou *ganhadeiras*” como um dos tipos de escravos urbanos: pessoas escravizadas que alugavam os seus serviços – transporte de mercadorias, passageiros, limpeza etc. – e tinham por obrigação repassar ao senhor uma parte da renda adquirida. As *ganhadeiras*, em específico, se dedicavam ao trabalho doméstico e faziam serviços como cozinheiras, costureiras, lavadeiras e outros que se fizessem necessários. Para além dessas, os espaços das casas grandes estruturaram a domesticação das mulheres escravizadas, que ao ficarem restritas ao âmbito privado destas residências, foram responsáveis pela estruturação social das famílias da América portuguesa, sendo elas encarregadas desde a amamentação dos filhos das senhoras, até a organização das atividades da casa.

A história de Amélia denota que as raízes desta história ainda encontram lugar para germinar, como quando ela conta que ficou profundamente sentida de deixar a família para quem trabalhou por toda a vida, condoendo-se pelo patrão, com quem tinha importante vínculo, já que por décadas organizou o cotidiano desta casa.

Amélia: então agora eu me apego a isso...

Eu: a cuidar dos netos, aproveitar a família da senhora, né? mas a senhora está feliz assim?

Amélia: estou... [em tom de dúvida], **eu sinto falta de trabalhar, levantar cedo, pegar perua, pegar metrô, é isso que eu fazia, né?** mas só que para mim não tá dando mais, chegar passar o dia trabalhando, depois voltar tudo de novo...

Eu: e é longe, né... o Paraíso daqui é uma hora e pouco para chegar, né... não é pertinho...

Amélia: **e eu fiquei com dó do... do meu patrão, né? que tem 83 anos... o bichinho chorou tanto.**

Entretanto, paralelamente ao cuidado exercido por Amélia, que nitidamente remonta ao que é discutido por Gorender (2016), é inegável que este trabalho, mesmo em condições informais, foi importante construtor do senso de sujeito, por meio da oferta de condições que celebravam sua condição de humanidade. Isto porque, a atividade laboral, mesmo que ganhando outros significados a depender da sociedade e do tempo histórico, é uma atividade de inscrição social que confere alguma forma de responsabilidade aquele que a exerce. Neste ínterim, o grupo social de pertencimento validará as práticas executadas e chancelará a responsabilidade assumida como digna daquele que a detém (Lhuilier, 2013).

Portanto, mais do que uma atividade rentável ou operacional, as atividades cotidianas executadas por Amélia, eram produtoras de si e do mundo que a cercava, pois se tratava de práticas sociais ordinárias de produção do comum, em relação às quais ela se considerava responsável e se identificava como autora deste processo. Em sua história, o sentido dado à atividade de trabalho, para além das validações sociais, foi e é de inserção em uma realidade na qual ela era tolhida de participar, tanto pelas restrições familiares-patriarcais, que reproduziam concepções sociais sobre o lugar de algumas mulheres, como pela desigualdade social vivenciada por meio da pobreza. Logo, ao passo que ela modificava o espaço vivido, era mutuamente modificada por ele, em uma relação de construção com e para o outro (Lhuilier, 2013).

No processo de reconhecimento por meio da prática laborativa cotidiana, as relações entre padrões-empregados também foram fundamentais para a construção e reafirmação contínua da própria humanidade e da validação da capacidade de ação e autonomia das/os entrevistadas/os. O relato de Sueli, que também chegou em São Paulo, vinda da região nordeste com 18 anos, deixa isso explícito no trecho a seguir.

Sueli: Eu trabalhei nessa casa cinco anos.

Eu: E depois como é que foi?

Sueli: Depois era quase um **serviço escravo, acordava 5h da manhã, ia dormir 00h, 1h...**

Eu: E você fazia tudo nessa casa?

Sueli: Tudo...tudo... aí depois eu conheci meu marido lá... foi namorado, eu conheci lá... ele que fez eu sair de lá porque ele achava que eu ia ficar... que eu ia morrer lá...[...] ia acabar com minha saúde, porque ele via que eu trabalhava sozinha numa casa enorme, era enorme, sabe quando tem duas esculturas por metro quadrado?! E eu trabalhava direito, não tinha turno, não tinha sossego...

[...]

Sueli: [...] quando eu saí, ela me deu o maior apoio [se referindo à prima que a ajudou], ela me levou para outro lugar, **porque eu fui para outra casa maravilhosa** que eu trabalhei na Granja Julieta...aí eu fui trabalhar na Granja Julieta, lá foi onde eu casei, tudo, foi lá nessa casa. [...] Aí, eu fui ganhar o dobro, fui ganhar 700 na Granja Julieta, fazendo... só cozinhar e lavar... **lá eu fui humanizada, aquela não era uma patroa, era minha mãe...** Dona [...], tenho a maior saúde, Deus já levou ela... os dois.

Para Sueli, as boas condições de trabalho não estavam apenas no tipo de atividade executada, mas no reconhecimento da sua humanidade por parte dos seus empregadores. Este ato de ser humanizada, repetido pela entrevistada ao longo de toda a conversa, referia-se ao que ela definiu como “*tratar gente como gente*”. Ou seja, tanto na situação de Sueli como na de Amélia, a vivência nos locais de trabalho tinham sentido não apenas pelo salário ou pela oportunidade de recursos materiais vislumbrada, mas sobretudo, pelas aquisições simbólicas advindas do “tratar como gente”, que nos relatos esteve sempre alinhado a demonstração de respeito com base no *status* social do que se considera humano, isto é, na legitimação das atividades realizadas, nas demandas identificadas e julgadas como importantes para a melhora das condições de vida e na flexibilidade ligada às solicitações que extrapolavam as questões de trabalho. Dito de outra forma, a relação com os patrões, trazia demonstrações de respeito aparentemente jamais vivenciadas por elas.

Carvalho (2002) nos lembra que, assim como em muitos países, o Brasil também restringiu a cidadania e o reconhecimento social pela via do acesso aos direitos apenas por meio da empregabilidade formal até o ano de 1988. Neste caso, mesmo que as ocupações das nossas entrevistadas não tenham sido formais em alguns momentos, o ato de trabalhar, de ter uma atividade regular e cotidiana, como expôs Amélia em seu relato, chancelava – ao menos para elas – a participação nos processos sociais naquele período histórico.

Contraditoriamente, cabe ressaltar que, por muitos anos, elas e outras mulheres que também eram empregadas domésticas não foram registradas, trabalhando por horas

a fio em casas nas regiões centrais ou em outros bairros nobres de São Paulo, retornando com muita dificuldade para casa por conta do transporte público precário. Assim, o respeito nas relações patrões-empregadas era uma moeda de duas faces: ao passo que afirmava o sujeito autônomo e cidadão, o submetia ao difícil deslocamento por São Paulo, a um registro em carteira tardio ou ausente e a outras condições de vida que dificultavam o acesso aos direitos básicos.

O trabalho voluntário exercido por Evaristo e Zilda na OSC Baró também foi condição importante e definidora da própria identidade. Zilda, por exemplo, começou a trabalhar na organização antes dessa ser estatutária e conveniada com a prefeitura. Por meio do convite de Padre Freire, também entrevistado, Zilda, que já fazia parte das atividades da igreja católica, passou a cooperar com as ações desenvolvidas pela paróquia na comunidade.

Zilda: [...] aí teve esse trabalho... quando foi em 88, padre Freire já com essas ideias de criar uma creche [...] a gente abriu cinco unidades, aí foi se formando dentro da própria paróquia [...] as creches atendiam crianças de dois a seis anos e 11 meses. [...] **E como a gente trabalhava dentro do espaço dentro da comunidade, os pais eles nos ajudavam a pagar água e luz, mas era voluntário, nada pedido, eles que realmente... porque precisavam também**, era um espaço que eles deixavam os filhos e eles deixavam...

[...] as creches a gente trabalhava das 8h às 17h, **era um serviço totalmente voluntário...** voluntário... de 88 até 90, a gente trabalhou voluntariamente, é de 88 a 90, **a gente não tinha salário...** é, a gente trabalhava pedindo doações, né?!

[...] nessa época as 30 mulheres [que] já trabalhavam com o grupo de mães, aí nas creches, foram selecionadas... **as que foram, que quiseram ir para a guerra foi, né?!**

Eu: as que quiseram ir para a guerra... [rimos juntas].

Zilda: **as que quiseram ir para a guerra foi, porque não era uma coisa que a gente era remunerada.** [...], mas na época a gente não foi visando já ter um salário, ter isso, ter aquilo, tanto é que foram dois anos que as mesmas pessoas ficaram nesse serviço, não houve uma troca para dizer: “aí eu fui, fiquei um mês, depois não quis mais...”, não! **elas se empenharam mesmo, elas se doaram, elas queriam aquilo... a gente queria aquilo, na realidade a gente queria, foi uma coisa que a gente abraçou.**

Na mesma direção do exposto por Lhuillier (2013), o trabalho, mesmo sendo não remunerado, foi importante gerador de sentido, não apenas pela inserção das voluntárias na vida social, mas por assumirem a responsabilidade pela transformação de uma realidade identificada como passível de cuidado no território do Capão Redondo. Além de 8h/diárias de atividades, o grupo ainda pedia doações e distribuía as responsabilidades

conforme a disponibilidade de cada membro-voluntário. Não é por acaso que Zilda nomeia a atividade executada como “ir para a guerra”, pois frente aos desafios apresentados pelo território do Capão, exigiu-se um engajamento integral para o enfrentamento das desigualdades que ali pululavam.

O mesmo ocorreu com Evaristo, que iniciou como usuário no CCInter Baró, passando a voluntário e atualmente, profissional no serviço. Com uma história atravessada pelas oportunidades dadas pela OSC Baró, Evaristo aponta a construção de si como profissional fortemente atrelada à instituição e às atividades oferecidas por ela.

Evaristo: [...]. Só que quando eu entrei lá e comecei a fazer judô, eu sempre fui muito participativo, eu sempre gostei de ajudar bastante, e eu fui criando uma dinâmica de gostar da questão do ensinar, do participar, do ajudar, e aí eles começaram a ter uma visão diferente minha. Então, mesmo no momento que eu não poderia mais estar lá dentro, porque foi quando mudou "olha, não pode mais essa idade tá lá dentro", **eles me mantiveram lá dentro, deram a oportunidade de me manter lá dentro, porque eles já conseguiam... eles viam algo que eu não via em mim.** Eles viam que eu tinha a possibilidade de se tornar um educador e eu não via isso, mas a galera de lá via.

Estes relatos caminham em direção ao conceito trazido por Lhuillier (2013), de “trabalho como uso de si”. A autora explica que este conceito se refere ao uso que fazemos de nós mesmos na busca de nos realizarmos, frente a situações do uso que os outros fazem de nós. O agenciamento entre essas duas facetas do “uso” no contexto do trabalho, possibilita a edificação de uma história singular por meio da construção da capacidade de agir e escolher frente à ordem ou àquilo que vivencia.

Zilda e Evaristo foram “escolhidos” para o trabalho voluntário, mas não o conceberam de forma passiva, adotando-o como uma atividade de criação que, mesmo voluntária, exigia novos olhares e percepções sobre si. Paralelamente, eram convencidos sobre a importância do trabalho executado e modificavam as percepções tidas sobre a realidade vivenciada, ponto que se evidenciará ao longo da discussão deste tema ainda.

Para concluirmos, enfatizamos que não foi por acaso que o trabalho foi mencionado como elemento do fazer-se cidadão pelas/os participantes citados acima e por outros. O trabalho assalariado é considerado direito social garantido com base na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Mas, muito além disso, no âmbito social ele sempre foi responsável pelo batismo cívico daqueles que, possuindo ocupação formal, eram agraciados pela saída do lugar da subcidadania. Todas as pessoas entrevistadas no

Capão Redondo consideraram o trabalho uma ferramenta indispensável à cidadania e uma alavanca para outras formas de existência.

Entretanto, a ocupação formal no Brasil, por longas décadas, parece não ter alcançado esta população periférica e, conseqüentemente, o reconhecimento como cidadão, também não. Clóvis Moura (1977) nos lembra que a história do Brasil é marcada por uma desigualdade bem estruturada, de modo que o emprego e a renda favorecem, não por acaso, uma minoria que, também não por acaso, tem gênero, raça e território já conhecidos e detém a oferta de condições melhores de vida para a maioria que é majoritariamente negra, periférica e mulher, cis ou trans, manejando essa condição ao sabor dos próprios interesses.

A cidadania conferida e sentida pelas entrevistadas/os parece-nos caminhar por essa via na qual, mais uma vez, é uma minoria que chancela a cidadania, que opera o tal batismo cívico dizendo se Amélia, Sueli, Zilda e Evaristo e tantos outros são cidadãos ou não, tendo como régua os direitos de cidadania que sempre os alcançou. Contudo, a significação de cidadania burguesa *à la* Brasil, que deposita no trabalho formal o mérito para o acesso aos direitos, confronta-se com o que as/os entrevistados fazem a partir disso, pois, com base no reconhecimento cívico via inclusão social no trabalho – mesmo que informal ou voluntário – as relações sociais se modificaram de modo a darem outro tom para a forma de ocupar a comunidade. Nesta confusão, a cidadania foi se tecendo no território do Capão Redondo e como num ricochetear, as atividades laborais destes moradores reverberaram na vida em comunidade. É o que veremos no segundo item desta sessão.

4.1.2 Relações de Pertencimento: o lugar da comunidade do Capão Redondo

Entre os/as moradores/as do Capão Redondo, o vínculo com o território parece possuir os sabores de mel e fel que coexistem na vivência do habitar aquele espaço. Ao passo que se gosta muito de viver ali, reconhece-se as dificuldades, limites e desvantagens de morar da ponte para lá. Especialmente os/as habitantes mais velhos, nutrem um vínculo forte com a região, mesmo frente aos desafios.

Podemos dizer que as significações de cidadania no Capão Redondo se construíram por meio de um *continuum* ligado ao desenvolvimento do próprio território. Enquanto este se fazia, também modificava aqueles que ali viviam, em um emaranhado que não possuía limites que identificassem até onde ia o território e onde começavam os

sujeitos *em si*. Obviamente, estes limites entre os sujeitos e seus territórios aqui mencionados são descritos em separado para fins didáticos, pois na realidade, não é possível identificar onde acaba um e começa o outro. É o que mostra Santos (2020) ao tecer considerações sobre o modo como o espaço socializado é formador da individualidade por meio dos processos coletivos da formação de um lugar.

Podemos começar mostrando as percepções sobre o passado e o presente em relação ao Capão Redondo, que nada possuem de abstrato, mas representam as transformações reais vividas pelo território. Em paralelo a essas, vemos o modo como elas foram um recurso para o desenvolvimento do modo de se pensar o processo de garantia de cidadania e de direitos.

Eu: E você pode me contar um pouco, assim, como foi pra você, qual a sua história e as suas percepções sobre viver neste território, no Capão Redondo?

Evaristo: O Capão Redondo... crescer no Capão Redondo pra mim **foi muito complicado**, porque eu cresci numa época em que era uma região muito perigosa, então acho que eu peguei... uma das partes mais perigosas do Capão Redondo foi na minha época. Então quando eu era jovem, adolescente, a gente tinha essa questão de você não poder ficar muito na rua, ao contrário do que o pessoal fala: "**Não, no passado a gente ficava na rua, brincava, hoje em dia é mais perigoso**". **Na verdade, era mais perigoso...** A questão da letalidade era muito grande aqui, né? Homicídio era constante, a gente acordava de manhã, um corpo aqui, ia pra escola, passava por cima de um e era bem dessa maneira. Então, crescer no Capão Redondo era aquele negócio que você tinha um horário, até às 18h tá tudo bem, depois das 18h, casa, dentro de casa, tudo tranquilo, procurando não sair. Isso foi até a metade da minha adolescência até os 13, 14 anos, 2003, 2004. Daí pra frente foi melhorando e **foi quando eu comecei também a participar também dos serviços, foi quando eu entrei pros serviços e comecei a ter outras perspectivas de ter o que fazer.**

Evaristo relata situações sobre o Capão Redondo que não são desconhecidas do grande público. A região apresentava expressivo índice de letalidade por conta de variados fatores, como a ocupação e a disputa de território pelo tráfico de drogas, a prática da justiça paralela executada pelos chamados “pés de pato”, conhecidos justiceiros da comunidade e a ausência de políticas públicas, tornando o acesso aos serviços públicos um desafio, e conseqüentemente, as condições de vida vulnerabilizadas. Esta realidade é contada por Evaristo e por outras pessoas entrevistadas, que ao longo das conversas marcaram nitidamente os desafios do passado e do presente e como, por intermédio das políticas públicas, houve uma mudança positiva de cenário.

Parece óbvio, mas não custa destacar que estas transformações não vieram ao acaso ou apenas por iniciativa do Estado, mas, principalmente incitadas pelos próprios moradores da comunidade, o que tornou o senso de responsabilidade, comprometimento e reconhecimento com o trabalho feito, justificativa para a permanência.

Evaristo: [...]. A maioria das famílias aqui, são famílias que moram há 40, 50 anos, então são pessoas que se conhecem há muito tempo. Os filhos conhecem, os netos conhecem, só que eu percebo que as pessoas que gostam muito de morar na região são as pessoas que já estão há muito tempo, porque os jovens, as novas gerações, elas andam não estando morando aqui, elas se formam aqui e daqui elas vão pra outros lugares. Estar no território pra mim é porque eu construí tudo... eu me construí enquanto pessoa, enquanto profissional aqui dentro. Então, eu vejo, eu vi tudo que eu observei durante a minha vida e eu entendo que... eu costumo dizer isso e eu vou repetir, a favela venceu é uma fala que o pessoal tem quando alguém sai e vence. Eu penso diferente, acho que a favela vence quando a gente se forma, se constrói enquanto profissional e a gente consegue trazer aquilo que a gente acha que é benéfico para a nossa comunidade, né? A gente pode se formar e pode trabalhar dentro de onde a gente vive, a gente pode trazer possibilidades, então eu acho que esse é o motivo de eu continuar aqui, porque eu vejo na rapaziada que eles podem seguir o mesmo caminho que eu.

As falas de Evaristo marcam não só a nítida identificação dos problemas que afetaram e afetam o território, mas também a postura que ele considera importante manter para a melhora das condições de vida nesta região, isto é, ficar e construir o que há para construir. Santos (2020) menciona que a cidadania só pode ser efetiva quando existe o acesso a bens e serviços, isto porque, não há cidadania concreta que prescindia do componente territorial e do modo como esse dispõe de recursos de interesse público para o tratamento dos problemas sociais.

As estratégias assumidas para a construção dos bens e serviços atualmente disponíveis, se deram inicialmente pela ocupação dos diferentes espaços públicos do território, pois esse era marcado por disputas, como já dito, o que levou os moradores a também se colocarem na linha de frente, como mostra a fala de Freire.

Eu: Padre, o que o senhor sentia que as pessoas faziam para tentar se prevenir dessa violência dentro do território na época que o senhor estava lá?

Freire: Olha, não saíam à noite. É difícil.

Eu: Não saíam a noite. E como é que faziam? Porque muita gente trabalhava... Porque era muito longe, as pessoas ficavam no centro e elas chegavam à noite também.

Freire: Sim. O que, por exemplo, quando eu saía, eu nunca saía sozinho. Você sempre saía, de certa forma, acompanhado. Você saía sempre acompanhado. Eu me lembro que, na época, **eu organizava festas juninas nas ruas**. Festas juninas. **Então, eu tocava junto com o sanfoneiro, o pessoal organizava quadrilhas para dançar nas ruas. Todo mês de junho, toda noite**. Menos sábado de noite e domingo, porque estava muito cansado. Segunda, terça, quarta, quinta e sexta, a gente ia. Tinha quadrilha. **Nós íamos tocar na rua. “Ah, vamos na rua tal”. Então, a gente ia em bloco. Os que iam assistir, os que iam tocar, nós íamos tocar e os que iam dançar também**. E outra questão era no Natal. No Natal, a gente fazia novenas de Natal. O que a gente fazia? Eu e mais outros, o sanfoneiro e eu, eu acompanhava o sanfoneiro. Eu tocava junto com ele e outro tocava pandeiro. **A gente ia recolhendo as pessoas**. E marcava um lugar para fazer uma celebração natalina. **Onde era o espaço maior ali na comunidade, na favela**. Jardim Leticia, Guarujá. Eu me lembro que, naquela figueira grande, que era um morro muito grande, “ah, é o padre, o pessoal que vai fazer a novena de Natal, pode entrar”. Porque tinha o porteiro, né? Tinha o porteiro. Então, a gente entrava em tudo que era lugar.

Diferentemente de Evaristo, diante da violência, Freire decidiu mobilizar a comunidade religiosa pela qual era responsável para ocupar as ruas, mesmo em convivência com aqueles que mantinham o cenário de vulnerabilidade e violência, mostrando que aquele espaço também estava em disputa por outros integrantes não pertencentes ao tráfico de drogas e/ou pela iniciativa privada que se beneficiava das necessidades dos moradores, como conta Freire.

Eu: E padre, quais eram as necessidades? O senhor estava falando que era uma região muito carente. Quais eram as principais necessidades que o senhor notava que a população tinha?

Freire: **Transporte era um**. Tanto é verdade que a Jurema que transportava passageiros, **o pessoal ia pendurado nas portas. Sabe o que eu fiz? Reunimos lá umas 50, 60 mulheres, fomos em procissão até a garagem e ajoelhamos pra rezar o terço na frente da garagem. Em memória aos mortos que morriam na... No percurso**. Era terrível, sabe? Era um negócio escabroso. Todo dia morria gente. Eles saíam pendurados nas portas. Três, quatro caras pendurados. É... E um dia decidimos fazer isso. “O que vocês vieram fazer aqui?”, ajoelhavam todo mundo na frente da porta do Jurema.

Padre Freire é franciscano e teve como principais mentores que o inseriram no trabalho comunitário em regiões periféricas, Dom Evaristo Arns e Paulo Freire. Ele foi o responsável por dar forma à OSC Baró e aos serviços públicos que dela derivaram, construindo com parte da comunidade os caminhos para a amenização daquilo que ele nomeou como “escabroso”.

O seu relato mostra que, para além dos desafios ligados às milícias e ao tráfico, a própria iniciativa privada explorava as necessidades territoriais, evidenciando que quando o poder público deixa uma região à mercê das leis do mercado, ele também colabora para o aumento das desigualdades sociais. É o que explica Santos (2020), ao expor o círculo vicioso que se forma em torno da disputa territorial pelo poder privado, na qual a presença e o monopólio de uma atividade é, por vezes, condição para que outras se instalem, encarecendo os serviços, com riscos de acentuar as vulnerabilidades já vivenciadas. A ausência de serviços, por sua vez, é desencorajadora, pois não há instalação de bens onde não há mercado consumidor. Ou seja, promove-se um ininterrupto abandono e a desvalorização de um espaço social já escasso de recursos materiais e simbólicos.

Entretanto, é contraditório que a construção dos bens e serviços da comunidade, também tenha se dado pela iniciativa privada, denunciando a complexidade da garantia de direitos no Brasil. Sigamos para o próximo relato a fim de adentrar nos pormenores da parceria público-privada.

Freire: [O ano de referência é 1982]. Bem, aí era uma... nessa época... nessa época lá era um lugar muito carente. Muito, muito, muito, muito carente. Mas eu havia trabalhado com o Cardeal de São Paulo na Operação Periferia. O que era a Operação Periferia na época? Era... como a cidade estava indo para a periferia, desenvolvendo muito rapidamente, tendo esse inchaço, **a gente ia na periferia, onde havia loteamentos, reservar os lotes para construir centros sociais, lugares de encontro.** E quando eu fui a Piraporinha, nessa região, não tinha... não tinha isso, só tinha aquela igreja central, espremida numa avenida, e tinha um córrego, e **aí eu comecei um trabalho para começar a achar espaços para você construir centros comunitários.** [...] Ali eu comprei terrenos, **se era comunidade, eu comprava barraco para o pessoal poder ampliar o espaço de convivência.**

Eu: Ah, então o senhor comprava o terreno para que depois construísse um centro de convivência para aquela comunidade?

Freire: Exatamente. É, é, é. Tinha cunho religioso e social, as duas coisas, né?

Eu: E tinha, além do centro de convivência, padre, tinha outras, sei lá, outras políticas públicas, outros espaços comunitários nesses lugares?

Freire: Sim, aí o que aconteceu? No ano de... aí fui construindo, né? Quando chegou o ano de 86, saiu uma campanha da fraternidade chamada “Quem Acolhe o Menor, a Mim Acolhe”. **Como era uma região muito abandonada, não tinha creche, não tinha nada, decidimos em cada centro comunitário... aí fundamos o Baró. E cada centro comunitário, nós instituimos uma creche, o centro de convivência.**

Desde o final da década de 1980, Aureliano e Draibe (1989) já debatem sobre o processo de privatização da proteção social nos diferentes territórios periféricos

brasileiros. As autoras apontam que mesmo após a Constituição Cidadã, o princípio do autofinanciamento, no qual os usuários são responsáveis pelo pagamento dos serviços utilizados, ainda marcou presença na maneira com que o Estado geriu os recursos na garantia dos direitos sociais, abrindo pré-condições para a penetração dos interesses privados ou ainda, a facilitação de parcerias nas quais “o Estado estabelece regras e transfere recursos; o setor privado encarrega-se da produção de bens ou da distribuição de serviços.” (p. 148).

Esta tendência advinda do século XIX, marcou e marca a formação do Estado brasileiro e sua atuação no planejamento urbano das cidades. É o que mostra Ferreira (2022), ao descrever a forma como a modernização do espaço urbano das cidades promoveu não apenas a ampliação do capital, mas também a consolidação da industrialização capitalista, como menciona o próprio autor: “A forma-urbana capitalista nascia não como um impedimento, mas como uma condição necessária à emancipação do capital e da forma-mercadoria.” (p. 10). Ao menos nas sociedades capitalistas desenvolvidas, o progresso técnico, especialmente após o século XIX, garantiu a unidade do poder e a autonomia de ação no planejamento urbano por parte das classes dominantes, sendo o poder público um aparente garantidor de infraestrutura e do desenvolvimento homogêneo das cidades, quando na realidade, era e ainda é um facilitador de trocas desiguais.

No Brasil, a posição periférica na divisão social da produção capitalista que nos é conferida, facilitou a permanência de outra formatação de Estado, nomeado por Ferreira (2022) de “Estado patrimonialista”. Nas palavras do autor, trata-se de “uma instrumentalização do Estado pelos setores dominantes, a tal ponto que, nas ações estatais, se confundem interesses “públicos” e privados.” (p. 15). O autor aponta que a intromissão do privado na esfera pública se dá por meio da retenção do aparato estatal para a execução dos interesses de poucos, tradição esta herdada do Estado colonial português, que dominava e utilizava a esfera pública para garantir bens e a continuidade do poder da nobreza.

Este processo favoreceu não apenas o escravismo colonial, como menciona Gorender (2016), mas também a apropriação da máquina do Estado pela elite para a manutenção dos próprios interesses, alicerçando a lógica de parcerização entre Estado e mercado. Debruçamo-nos nesta discussão, pois entendemos que o modo como os serviços públicos e a infraestrutura foram adentrando no Capão Redondo, está alinhado com esta

forma social patrimonialista, na qual uma região se desenvolve inicialmente via iniciativa de interesses privados para posteriormente obter uma parceria com o Estado.

Ao retomarmos os relatos de Padre Freire e a “compra” de terrenos para a construção dos centros comunitários, vemos tal lógica patrimonialista. Neste caso, não se trata simplesmente de uma prática mercantil que move uma grande empreiteira a comprar um terreno e especular, promovendo sua valorização do mercado, mas não deixa de referendar uma ação individual e privada. Tal lógica, por outro lado, apresenta-se contraditoriamente, como a via encontrada para requisitar do Estado serviços públicos. Primeiro compra-se o terreno, forma-se o serviço identificado como necessário e, depois, o Estado é convocado com provas concretas de que o equipamento desenvolvido funciona, como se comunicasse: “fizemos isso por nossas mãos e deu certo, mas precisamos de auxílio para a continuidade.” É o que ainda comunica Freire no relato abaixo.

Freire: Então, a gente separa tudo e aproveita tudo. Só que a entidade começou a crescer demais e o que aconteceu? A gente não tinha mais condições de tocar, assim, porque também o serviço era voluntário, ninguém assinava nada. **Quer dizer, CLT, como é que ficava? Nós estávamos há dois anos assim. Eu tinha que regularizar.** [...] Um dia, um senhor falou assim, olha, eu trabalho no gabinete do Jânio Quadros. Ele falou. Ele tinha um filho, sobrinho, que estava em uma das nossas creches, antigamente chamada de creche, lá na Figueira Grande, lá em cima. E ele disse assim: **“olha, eu trabalho no gabinete do Jânio. Vocês não querem escrever uma carta pro Jânio pra pedir ajuda?”** Eu falei: “eu escrevo a carta”. E eu peguei... Eu sabia quem era o Jânio [faz uma expressão de quem compreendia que o prefeito era uma pessoa importante].

Eu: É, exatamente.

Freire: **Dei uma caprichada. Acho que eu escrevi 20 linhas. E a carta chegou na mão dele. Ele olhou e escreveu com letra tremula. “Atenda-o imediatamente.” E assinou. Aí eu fui na Secretaria do Bem-Estar Social e ele falou assim: “não, vocês não têm convênio. Essa verba que está aí é pra escola de samba.”. Então, eu mostrei o diário oficial. E aí eles... E aí começou.**

A OSC iniciada por Padre Freire representa uma, dentre as diversas iniciativas privadas que receberam apoio estatal na região Sul da cidade de São Paulo. Esta estratégica de parceria foi e é o caminho encontrado para o desenvolvimento de diversas regiões periféricas, comunicando ao Estado aquilo que já foi dito por Aureliano e Draibe (1989), ao analisar processos como esses, de que cabe ao setor privado produzir bens e à iniciativa pública criar as regras e dispensar os recursos. Contraditoriamente, como já

dissemos, este processo fomentado por Padre Freire – mesmo em se tratando de uma iniciativa e de recursos iniciais não-estatais - foi imprescindível para a forte relação que se estabeleceu entre a comunidade e o espaço social construído, como disse o clérigo:

Eu: Padre, e era difícil achar voluntários? Era fácil? Como é que as pessoas chegavam até o senhor para voluntariar?

Freire: Era fácil. Eu não sei por quê. Eu nunca tive dificuldade em termos de voluntário. Como aqui também, eu não tenho dificuldade. **Quando você faz um trabalho e a pessoa vê que é um trabalho sério, ela se engaja, porque ela quer também participar. Eu uso sempre uma expressão: “Quem tem muitas coisas, dá coisas. Quem não tem nada, dá de si”. Se você não tem coisa para dar, dá de si mesmo, do seu tempo, do seu trabalho.**

A mesma iniciativa privada e individual que desagradava e que era enfrentada quando declaradamente exploratória das condições de miserabilidade já vividas – pois nesses casos representava uma lógica mercantil predatória – era também adotada como medida de obter equipamentos que amenizassem as desigualdades no Capão. Entretanto, nestes casos, representando, dentro dos contornos possíveis, uma posição de defesa da lógica pública.

Ao convocar as pessoas para participarem das atividades propostas, o líder religioso convidava a população para olhar para os problemas postos e se responsabilizar, de algum modo, pela amenização deles. Essa responsabilização criou uma aliança entre as pessoas sendo que, mesmo que elas não compreendessem a totalidade do que era requisitado, em alguma medida entendiam que a vida dos vizinhos, dos pares de modo geral, deveria e poderia ser mais amena, mesmo que fosse com base em um ensinamento religioso. De uma forma ou de outra, podemos dizer que expressava o exercício de uma vivência pública.

Eu: Mas eu tava perguntando para a senhora o que vocês pensavam na época para participar dessas coisas [referindo-me às atividades junto ao Padre Freire], porque é isso, a senhora era muito jovem, o que motivava vocês?

Débora: Então, tudo era orientado pra gente participar, eu não ia de livre e espontânea vontade, eu tô sendo sincera. **Qualquer igreja você tem um movimento que eles falar que é para isso, para aquilo, para a melhoria da vida das pessoas, você não vai? Porque se você é cristã e você vive a palavra, é isso que Jesus veio fazer: ensinar a gente a promover o amor entre todos. E aí a gente ia, era bom demais.**

Débora, Zilda e outras pessoas que participaram do movimento de formação da OSC Baró afirmam com convicção que, mesmo frente às dificuldades, foi o processo de construção da organização para o enfrentamento das dificuldades territoriais, que afixou o gosto pelo território e a compreensão de que o processo de garantia de direitos se dá via mobilização social. Em alguma medida, podemos dizer que o modo como as pessoas se relacionam com o território atualmente, foi construído pelo próprio processo de desenvolvimento deste espaço. Santos (2020) já mostrou isso ao dizer que os sujeitos, quando construindo e acessando bens e serviços, criam uma valoração de si, e conseqüentemente, um pertencimento àquilo que foi construído.

A partir do exposto, entendemos que aquilo que se construiu, ou seja, as políticas públicas sociais como estratégia para a melhoria da vida dos habitantes, possibilitou o sentimento de identificação, de pertencimento e a capacidade de fruir e requisitar direitos que hoje se impõem nos discursos dos moradores. Esta relação será mais bem explorada no próximo item, mas antes cabe a leitura de um último trecho dito por Evaristo que confirma o afirmado:

Evaristo: Eu vou acrescentar pra você... eu vou resumir pra você o que é a OSC Baró pra mim, o que ele foi pra mim, o que ele é e o que eu quero...

Eu: Tá... legal!

Evaristo: O que ela foi pra mim é... **ela foi um lugar que abriu as portas, que me deu oportunidade de seguir um caminho diferente da maioria das pessoas, me deu oportunidade de ver um caminho... um mundo diferente, me deu oportunidade de ser criança, de conhecer outras crianças, de trazer outros movimentos, de aprender muita coisa. [...] Então, o que eu quero é isso, eu quero poder formar essas pessoas pra que eles possam buscar os objetivos deles, aquilo que eles querem, né? Se quer ser um professor, seja um professor, se quer ser um jogador, seja um jogador, mas é dar essa oportunidade, é oportunizar eles de alguma forma de poder sonhar naquilo que eles chegam e falam: "Olha, isso é impossível", não, é possível se a gente correr atrás e se você não consegue fazer sozinho, então a gente vai junto e a gente vai chegar lá. Esse é meu objetivo!**

4.1.3 Relações de Permanência: o lugar das políticas públicas sociais

O/A leitor/a já deve ter percebido que o título deste subitem, assenta e finaliza a tríade ligada ao primeiro tema denominado Relações de Pertencimento. Caso isso não tenha acontecido, elucidamos que as discussões com os/as moradores/as do Capão Redondo evidenciaram que o processo de serem reconhecidos/as em suas particularidades

e como parte do gênero humano, tendo à disposição direitos sociais antes não alcançados, foram a base para a permanência e, conseqüentemente, para o sentimento de pertença ao distrito.

As políticas públicas sociais e o modo como elas possibilitaram condições de vida mais dignas, além de outras formas de relação entre os moradores, foram imprescindíveis para a permanência das pessoas entrevistadas. Isto porque, em muitos momentos foram os direitos sociais garantidos via serviços e equipamentos que proporcionaram sentimentos de acolhimento, humanização, reconhecimento e outros que conferiram dignidade àqueles que deles fizeram uso. Vejamos o caso Amélia no relato abaixo.

Amélia: olha, antigamente era difícil, mas agora não tenho nada que falar porque aonde eu vou sou bem atendida...

Eu: é? [rimos].

Amélia: sou!

Eu: senhora é bem atendida como? me conta, para a senhora o que que é ser bem atendida?

Amélia: é, às vezes chego lá, eu não sei... assim, quando eu chego, eu sempre vou sozinha, né? aí, eu fico procurando o setor, as meninas vêm, me pega e me leva lá, sabe? me mostram direitinho onde que é... **então eu não fico ali jogada.**

Eu: entendi, a senhora se sente ali...

Amélia: **acolhida...**

Eu: acolhida, né?

Amélia: é, e **aonde eu vou é assim.** Então, eu não tenho muito que me queixar de nada, um nada, nada, nada.

Ao relatar a situação acima, Amélia conta como ela percebia os atendimentos no passado dizendo, mais especificamente sobre o campo da saúde, que os profissionais “nem olhava para a gente, nem olhava... botava lá, eles faziam a receita e dava”. Obviamente, situações como estas ainda ocorrem seja no âmbito público e/ou privado, mas tanto no relato desta moradora, quanto no de outras pessoas, usuárias dos serviços públicos, o atendimento e a oferta de políticas públicas sociais são considerados melhores do que no passado, não apenas pela quantidade de equipamentos, mas sobretudo pela qualidade do cuidado, isto é, pelas relações estabelecidas, como continua a usuária.

Amélia: [...] quando eu vou no AMA aqui, do Capão, eu passo no médico que tiver lá... quando eu tô com muita dor, preciso tomar injeção, aí eu vou lá...

Eu: qual é a diferença?... é que eu não sei mesmo... qual é a diferença do AMA para o posto de saúde, a senhora sabe me dizer?

Amélia: **no posto de saúde a gente passa com os médicos da gente, lá tem os nossos médicos, né?**

Ao afirmar a diferença entre a Assistência Médica Ambulatorial (AMA) e a UBS, Amélia faz referência a relação de pertencimento que possui com o serviço, representada pela figura do “seu médico”, ou seja, a pessoa que a acompanha e a conhece. Para além disso, a fala da usuária mostra que o profissional pertence àquele espaço, assim como ela e, por isso, investe confiança nele e em outros da equipe.

Não podemos deixar de contornar o modo como os direitos sociais são atualmente percebidos pelas/os moradoras/es. Esse modo está diretamente ligado aos parâmetros da seguridade social admitidos a partir da Constituição Cidadã e ao compromisso assumido pelo Estado brasileiro e pela sociedade na oferta universal dos direitos básicos que protejam a população frente às adversidades da vida.

Olhando detidamente para as políticas públicas sociais mais citadas nas entrevistas, a saber, a de Saúde e a de Assistência Social, vemos que no território do Capão, mesmo com limites, os princípios historicamente estipulados pelas políticas vão tomando forma por meio das relações interpessoais. Quando Amélia diz sobre “os nossos médicos” ou que ela não ficou “jogada” no serviço, vemos que para além dos parâmetros institucionais, existe uma dimensão subjetiva³⁴ que se realiza no campo das políticas públicas sociais.

Isto é, ao passo que estes usuários fazem uso deste serviço, eles partem do pressuposto de que há uma forma de atendimento desejável a partir daquilo que foi construído e pactuado como direito pelas próprias políticas públicas sociais e do que eles já vivenciaram, ou ao menos escutaram, sobre os movimentos sociais no território. Podemos ratificar isto por meio da fala de Sueli sobre o atendimento no hospital público que serve ao território.

Eu: Sueli, você está contando várias coisas, né, sobre como o serviço público seria importante pra todo mundo, que tinha que investir mais e tal... teve alguma história da sua vida que você se lembra, que alguma política pública foi muito importante para você?

³⁴ Gonçalves (2013) discorre com maestria sobre a categoria dimensão subjetiva. Segundo a autora, trata-se de aspectos subjetivos que constituem, via processo social, os fenômenos sociais. Se partimos da compreensão de que a objetividade se produz por meio da ação humana na realidade, estes sujeitos que a produzem e, portanto, desenvolvem as ideias, os valores e as condições concretas de vida, engendram neste processo, a própria subjetividade. Assim, nesta relação dialética subjetividade-objetividade, ao passo que se atua e se realiza a realidade vivida, constitui-se também os aspectos subjetivos deste sujeito atuante, sendo que ainda, o caminho “inverso” também ocorre, isto é, os elementos subjetivos do sujeito também constituem a realidade na qual ele vive e constrói, como num movimento dialético.

Sueli: Foi! No Hospital M'Boi Mirim quando meu marido ficou agora, há pouco tempo. **Eu fui muito humanizada, tive psicólogo, tive tudo...**

[...]

Eu: Aí você sentiu que você...

Sueli: **Muito acolhida! Muito acolhida pelo psicólogo, muito acolhida pelos médicos, por doutor [...], pelo povo... até na hora da morte, porque ele morreu... [...]** eu fiquei chorando, **eu fui humanizada pela enfermeira, fui humanizada pelo médico que veio falar comigo, doutor [...]**, então, ali eu não tenho o que falar.

Como já dissemos, para Sueli, ser humanizada é “tratar gente como gente”. Para nós e a partir da discussão feita, significa afirmar os sujeitos como pessoas que devem acessar – com base em suas necessidades – os direitos já conquistados historicamente (Telles, 1998). Nesta direção, quando abordamos as falas de Sueli e Amélia e o modo como elas significam o acesso às políticas públicas, vemos como elas se apropriam de uma parte da herança moderna construída a duras penas, a saber os direitos sociais.

Contudo, essa apropriação se dá mais pelo sentimento de ser respeitada como sujeito, em sua individualidade, do que pelo entendimento de que ter acesso aos direitos conquistados historicamente, via Estado democrático, é uma obrigatoriedade das políticas públicas. Isso parece impor uma assimetria, pois denota que as relações de personalidade são mais fortes do que o direito a ser assegurado independente das relações de proximidade.

Porém, a execução dos direitos sociais, via políticas públicas sociais, não é também constituída por relações de proximidade? Se resgatarmos Gonçalves (2013) veremos que o campo das políticas também é o espaço no qual a subjetividade se constitui por intermédio do processo da requisição e a praticabilidade dos direitos, além disso, se afirmamos até aqui que o processo de construção, direta ou indireta, de bens e serviços no território por parte das/os moradores possibilitou uma outra relação com estes equipamentos, não podemos contar com uma pretensa relação de neutralidade com os direitos a serem acessados, seja no Capão Redondo, seja em outros territórios.

Isto porque, como reforça Telles (1998), a relação com os direitos sociais possibilita novas condições de existência, não apenas materiais, mas também subjetivas, que apresentam reverberações na própria maneira de se relacionar com os direitos e com as percepções sobre o que é justo ou injusto, digno ou indigno, certo ou errado. Grosso modo, esta relação estabelece outras regras que guiam a vida em sociedade.

A respeito disto, daremos mais um exemplo para assentar nossa afirmação. Na Suíça, local onde tivemos a oportunidade de realizar o estágio doutoral, os direitos sociais

são executados de maneira absolutamente distinta dos parâmetros estipulados pela sociedade brasileira. Obviamente, são outras condições históricas, sociais e econômicas que guiam a lógica dos direitos, mas ainda assim, o modo como as políticas sociais se organizam, configura não apenas outra relação de proximidade com as políticas, mas também outra relação com os direitos. A partir daqui, peço licença a/ao leitor/a para voltar a narrar a experiência a seguir na primeira pessoa do singular, a fim de favorecer uma visualização mais pessoalizada do que foi vivenciado.

Sendo uma confederação, a Suíça possui uma legislação geral que estipula os parâmetros da seguridade social dos seus membros, com base na Convenção n° 102, de 1952, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ela dispõe sobre as condições mínimas da seguridade e as eventualidades que devem ser atendidas, tais como morte, velhice, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, desemprego etc., sendo as mesmas condições que guiam a nossa seguridade social. Contudo, mesmo possuindo uma lei geral, o Estado suíço confere autonomia a cada um dos seus cantões – regiões político-administrativas, tais como os estados – para a execução dos direitos sociais. Isto quer dizer que cada cantão tem autonomia para desenvolver as políticas públicas sociais que melhor lhe convém a fim de assegurar os direitos.

Isto já é um ponto de diferenciação em relação à nossa política e que a mim, gerou enorme estranhamento, pois não há uma política unificada que, mesmo respeitando as territorialidades, siga os mesmos princípios e diretrizes. Pelo contrário, há casos em que, dentro de um mesmo cantão, há serviços públicos absolutamente distintos, pois cada cantão e município é independente para executar o tipo de política pública que acha conveniente, desde que assegure os direitos previstos na lei nacional. O conjunto de políticas executoras dos direitos sociais é efetivado pelo terceiro setor ou pela iniciativa privada. Ao contrário do imaginário social sobre um dos melhores países do mundo para se viver³⁵, não há políticas públicas sociais gratuitas e universais na Suíça, tudo é pago pela população e/ou co-financiado por grandes grupos empresariais.

Isto gera uma enorme confusão, especialmente para a população imigrante que constitui uma parte expressiva dos habitantes. Em um país cuja população já chega a 40% de imigrantes (Turuban, 2025), ultrapassando essa porcentagem em algumas cidades, o

³⁵ Switzerland Global Enterprise. *La Suisse est l'un des pays les plus avancés du monde en matière de progrès social*. S-GE, [s. d.]. Disponível em: <https://www.s-ge.com/fr/article/actualites/la-suisse-est-lun-des-pays-les-plus-avances-du-monde-en-matiere-de-progre>. Acesso em 15 de novembro de 2025.

caminho para o acesso aos direitos sociais me pareceu bastante árduo, começando pelo próprio entendimento de como funciona a execução e o acesso às políticas públicas.

Esta realidade é bem apresentada e discutida na pesquisa desenvolvida por Lucas *et al* (2019) sobre o fenômeno do “non-recours aux droits sociaux”, que em uma interpretação livre, refere-se a todas as pessoas que tendo direito a um benefício socioassistencial, não o acessam pelos seguintes motivos: dificuldades em compreender e para obter informações sobre o sistema para o acesso aos benefícios; vergonha e medo da desqualificação social, por vezes, praticada pelos profissionais responsáveis pelo atendimento nestes serviços; e finalmente, a escolha de não recorrer ao benefício por um desejo de reafirmar sua independência por meio da progressão social. Este fenômeno, que chega a 30% no país, não é um caso isolado da Suíça atingindo outros países da Europa, o que já anuncia um problema maior, ligado à acessibilidade, às relações de cuidado e às perspectivas de direitos tidas pelos beneficiários.

Tendo esse cenário como pano de fundo, visitei durante minha estadia no país helvético, um serviço denominado Service des Affaires Sociales de la Ville de Carouge, localizado no município de Carouge, cidade conurbada com Genebra. Este serviço é ligado ao terceiro setor e seria o equivalente ao CRAS no Brasil, sendo neste município, a porta de entrada para o acesso aos direitos sociais. O Service des Affaires Sociales possui acompanhamento individual de jovens, adultos e idosos, auxílio financeiro, auxílio na gestão de dívidas, assistência em caso de desemprego e orientações sociais e administrativas sobre as políticas públicas e outras ações que devem ser realizadas via Estado. O serviço conta atualmente com 30 profissionais e atende apenas com horário marcado. Em minha visita passei o dia acompanhando os atendimentos junto com a assistente social que, gentilmente me acolheu e me apresentou a equipe e o fluxo de trabalho do equipamento. Acompanhei quatro atendimentos, tendo as pessoas assistidas as seguintes nacionalidades: suíça, brasileira, portuguesa e malgaxe.

Os atendimentos requisitavam, majoritariamente, as mesmas coisas: a gestão e auxílio financeiro para o pagamento de dívidas. A estratégia adotada pelo serviço para o atendimento das demandas, consistiu em requisitar a grandes grupos empresariais que possuíam fundações, como Wilsdorf Hans (Rolex), Roger Federer e outros, o pagamento das dívidas, destas pessoas assistidas, por meio da apresentação dos boletos das despesas correntes, como plano de saúde, aluguel, educação dos filhos etc. A depender da renda anual do/a usuário/a, o valor disponibilizado pela fundação deveria ser reembolsado, pela pessoa atendida no prazo de três anos.

Acompanhar estes atendimentos me deixou em absoluto estado de choque. A naturalidade com que as pessoas assistidas aceitavam o direito social como o pagamento de uma dívida por um milionário e o modo como as despesas das pessoas eram fiscalizadas, averiguando se elas deveriam ou não receber, deveriam ou não devolver o montante pago, me gerou profundo desconforto. Essa mistura de meritocracia e caridade denominada de direitos sociais, apresenta suas reverberações nas compreensões de direitos tidas pelas pessoas atendidas. Um exemplo disso, foi o atendimento realizado com a pessoa de nacionalidade brasileira. Ela contou que há 15 anos mora na Suíça e possui um trabalho informal de animadora de festas. Fez questão de afirmar como o acesso aos direitos no Brasil era péssimo e que as coisas na Suíça “funcionavam”. Todo esse relato ocorreu enquanto a assistente social pedia a uma fundação, o pagamento da fatura do plano de saúde da usuária, pois na Suíça não há saúde pública universal, sendo obrigatório a contratação de um seguro saúde.

Além desta compreensão de direitos centrada na filantropia, a participação social também mostra suas fragilidades por meio de regras bastante excludentes. Só possui direito a participação política na Suíça quem é cidadão suíço. Poderia parecer óbvio, se este título não fosse conferido apenas às pessoas que possuem linhagem suíça. Aquelas que são naturalizadas ou que vivem legalmente no país por décadas, não possuem direito ao voto ou a participação política em escala federal e votam a nível cantonal em apenas dois dos 26 cantões, pois não são suíças “de sangue”. Desta forma, claramente, a participação social e política fica restrita a pequenos grupos, que historicamente sempre participaram da construção dos rumos do país.

Ao final de minha estadia nesse país, entendi que a cidadania ali é pautada pelos direitos individuais, especialmente os civis. Em minha avaliação, isso torna a relação com as políticas públicas extremamente frágil, burocrática e focada na dispensação de dinheiro para a resolução de problemas pontuais, o que desfavorece espaços de convivência e construção coletiva do cuidado. Por este motivo, não é difícil entender o fenômeno do “non-recours”, já que a própria organização da política social e do que se entende por cidadania, favorecem um distanciamento entre as instituições e as/os usuárias/os, comunicando que as expressões de pobreza em um país rico devem ser urgentemente acobertadas, interditadas e não enfrentadas desde o cerne, mesmo que haja condições para isso.

Parece-me que um aspecto a ser sempre analisado é como, em diferentes contextos históricos, sociais e políticos, a afirmação e o reconhecimento de direitos sociais,

representando um avanço em direção à cidadania e, nesse sentido, uma ampliação dos direitos individuais, acontecem. Essa análise, a partir da noção de historicidade, permite identificar e avaliar diferentes experiências em torno da garantia de direitos e do exercício de cidadania, tais como fazemos aqui comparando alguns aspectos da experiência brasileira com a experiência suíça, nas quais identificamos lugares diversos para os direitos sociais e individuais.

A partir dessa realidade, reafirmamos que a configuração das políticas públicas sociais no Brasil facilita relações um pouco mais próximas e comunitárias pela própria proposta de cuidado ofertada, indo além da ideia de que os direitos sociais são apenas uma resposta às necessidades e/ou às carências identificadas. Elas criam condições para que aqueles que nunca participaram da cena política, falem sobre ela, deliberem sobre as ações em torno dos direitos, obriguem a escuta da palavra antes insistentemente silenciada. Contraditoriamente, entretanto, estas mesmas instituições, se incomodam frente à “demanda contundente” destes que eles nomeiam como sujeitos de direitos (Telles, 1998). Estes paradoxos que se colocam no processo do acesso aos direitos serão mais bem explorados no tema seguinte “Análise da oferta e do acesso aos direitos sociais”.

Destarte, esta dialética objetividade-subjetividade apresentada até aqui, explica a relação estabelecida entre moradores e o território e reforça o que temos afirmado neste subitem: o modo como esta relação se constituiu no Capão, delinea os aspectos subjetivos tidos pelos moradores e, conseqüentemente, o modo como circula-se nos serviços e na comunidade. Além disso, esta relação também favorece o movimento de permanência, pois fica-se onde se possui vínculos capazes de afirmar o lugar do sujeito como alguém digno de direitos e respeito. Identificamos assim a produção de uma dimensão subjetiva da realidade que constitui a experiência de cidadania.

4.2 Tema II: análise da oferta e do acesso aos direitos sociais

Neste momento, podemos dizer que não é novidade que as políticas públicas sociais, responsáveis por garantirem os direitos sociais, tiveram lugar determinante na construção dos sentimentos de autonomia, reconhecimento e pertencimento ao território. Elas foram, em seu conjunto, entendidas como imprescindíveis para a consolidação da cidadania tanto no Capão Redondo, como no Brasil. Contudo, esse reconhecimento

positivo não veio sozinho, mas acompanhado de duras críticas que desenhavam, mesmo no imaginário, uma política pública mais equânime e universal.

Neste tema, apresentaremos o modo como os/as moradores/as entrevistados/as analisaram as políticas públicas sociais do território e como este processo comunicou sobre os direitos, mas também sobre os deveres de ser cidadã/o, apontando a responsabilidade de cada envolvido para a efetivação da cidadania, senão no Brasil, ao menos naquele serviço público no qual se inseriam.

Essas análises foram, em sua totalidade, qualitativas. Mesmo naquelas que falavam sobre a necessidade de um número maior de profissionais ou de equipamentos públicos, a qualidade da política, mais precisamente, do atendimento e da oferta de ações de cuidado, esteve na base de todos os discursos. Por isso, para facilitar a compreensão deste tema, o dividiremos em dois subitens: em primeiro lugar, apresentaremos o que foi considerado nós críticos, ou seja, aspectos que foram criticados ou mal avaliados nas políticas públicas responsáveis por garantir os direitos sociais; e, por conseguinte, as estratégias de melhoria que foram sugeridas para seguir avançando.

Cabe ainda explicitar sobre o que chamamos, com base nas entrevistas, de oferta e acesso à rede de serviços públicos. De modo geral, oferta foi utilizada como o conjunto de direitos sociais, via serviços públicos, à disposição da população, seja dentro do território ou em cenário nacional. Esta oferta sempre foi entendida como uma iniciativa pública, seja da sociedade civil ou do Estado. Já acesso, foi compreendido como o processo de ingresso e permanência em um serviço público e/ou a via de aquisição de um direito social, como os benefícios socioassistenciais. Finalmente, mas não menos importante, os principais serviços públicos citados como mediadores dos direitos sociais foram aqueles ligados à Saúde Pública, à Assistência Social, à Educação e ao Trabalho.

4.2.1 Nós críticos

Como já dito, os direitos sociais e as políticas públicas responsáveis por viabilizá-los, foram consideradas comparativamente melhores em relação aos tempos anteriores à redemocratização. Dentre as muitas percepções tidas acerca das políticas públicas sociais, elas foram consideradas, majoritariamente, como espaços de oportunidade para a progressão social e melhores condições de vida, e por isso, avaliadas como lugares a que, tanto o governo como a sociedade civil, deveriam dispensar mais investimentos, seja no sentido financeiro, seja no cuidado com os espaços. Como diz Sueli: “As pessoas falam:

“aí, eu não tenho oportunidade, eu não tenho oportunidade”. Tem sim! Olha esse Centro aqui [referindo-se ao CCInter] ... esse Centro aqui dá muita oportunidade, dá muito incentivo, se as pessoas não vêm é porque não quer.”

Sabemos que para além do desejo, há muitos impeditivos que afastam a população das políticas públicas sociais e, conseqüentemente, do acesso aos direitos que deveriam ser garantidos, mas para além disso, queremos debater nós críticos, como este, que foram sendo tecidos pelos moradores a respeito do acesso aos direitos sociais.

Começamos pelas críticas tecidas ao próprio funcionamento da rede de serviços públicos, pautada nas diretrizes estipuladas pelo Estado brasileiro, que por vezes impede o pleno acesso daquilo que já foi legalmente garantido. As críticas foram especialmente direcionadas ao SUAS, como relata Lélia a respeito do acesso ao benefício do Programa Bolsa Família (PBF).

Lélia: [...] você ainda vai lá e ainda é humilhado, se a mulher for com a sua cara, ela deixa você passar, senão ela não deixa. É tipo assim, as funcionárias...

Eu: As cadastradoras?

Lélia: Isso, tipo assim, "vou passar ela", se ela não for com a tua cara, ela não... Tem gente que fala assim: "**Gente, você tem que ir lá igual a um mendigo". O quê? Você tem que ir lá com roupa suja, rasgada? Não, para com isso, gente! É uma humilhação e é um direito seu, você não tem que ir lá rasgada, suja ou tipo assim, eu tô necessitada, você entendeu?**

Lélia é contundente ao contar sobre as dificuldades para o acesso ao PBF e que os usuários, para driblar possíveis negativas, fazem uso da estratégia – veementemente reprovada pela entrevistada – citada em seu relato. Porém, tal crítica também não é inédita no universo teórico. Carloto e Stechi (2019) contam que, para além dos critérios de elegibilidade³⁶, o programa seleciona todos os meses – automaticamente – as famílias que serão incluídas para o recebimento, a depender da quantidade de cotas municipais disponíveis para a inserção de novos beneficiários. Entretanto, muitas famílias não possuem esta informação ou ainda, ela é desacreditada quando conhecida, favorecendo estratégias que criam cenários caritativos. Frente a isso, a entrevistada reforça a necessidade de criar mais canais de informação, garantindo assim, o melhor acesso aos benefícios, como ela menciona:

³⁶ Atualmente, as famílias que possuem renda de até R\$ 218 por mês *per capita*, têm direito ao benefício.

Lélia: **tinha que ter umas pessoas em específica pra falar do seu direito, você entendeu? O que você pode correr atrás e o que você não pode, você entendeu? Porque isso é mais falta de informação.**

Eu: Lélia, e quem você acha que poderia dar essas informações?

Lélia: **Quem poderia tá passando essas informações eu acho que seria mais pela televisão, uma coisa, vindo da própria televisão, entendeu? Mas por que que o governo não faz essas coisas específica? Acho que já pra poder as pessoas ficar tipo, leiga, né? Tipo "não tenho condições, não posso".**

O governo em seus três níveis, representando a figura do Estado, foi persistentemente desacreditado e colocado como autor das desigualdades vivenciadas tanto no Capão Redondo, como em outras regiões. Assim como afirmado por Lélia, que entende como injusta a maneira como as pessoas precisam “se humilhar” para conseguir o benefício, Dorothy também vê desrespeito e descompromisso, tanto das políticas públicas sociais como de representantes do legislativo, na facilitação do acesso aos direitos, quando conta sobre o acesso ao Benefício da Prestação Continuada (BPC)³⁷, nomeado por ela como “LOAS”.

Dorothy: [...] é, eu acho que sobre isso, já teve pessoas que procurou pra se aposentar, já por idade, mas pessoas que não pagaram ou que pagaram pouco e não conseguiram, né?

Eu: ah tá, é um benefício do governo que chama...

Dorothy: LOAS...

Eu: que chama LOAS, isso... BPC-LOAS.

Dorothy: **eu acho isso o fim da picada, desculpa a palavra, de ter que mentir pra conseguir adquirir isso aí.**

Eu: mentir, por quê?

Dorothy: porque... até já faleceu, teve que falar que era separada do marido, morar com uma outra pessoa pra poder aposentar...

Eu: e a senhora acha que o certo seria era ela aposentar pelo LOAS porque, às vezes, não contribuiu e tal...

Dorothy: **é! Não, eu acho que o certo era ajudar a pessoa que precisa sem nenhuma mentira, né? Sem precisar inventar um monte de mentira, porque eu acho que a mentira é uma coisa que não é de Deus.**

Eu: e por que que a senhora acha que as pessoas mentem pra conseguir o LOAS, por exemplo ou outros benefícios?

Dorothy: oh Lorena, **porque eles exigem um monte de coisa, porque o certo era de vim, desse lugar, da Assistência Social que seja, de onde é... aposentar, que venha do governo, que venha não sei de**

³⁷ Trata-se de um benefício previsto na Lei nº 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que garante a renda de um salário-mínimo mensal a pessoas, de qualquer idade, com deficiência, desde que essa lhe cause impedimentos que impossibilitem a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições; e pessoas idosas com idade igual ou superior a 65 anos. Para ter direito ao benefício, o público mencionado deve ter renda familiar *per capita* igual ou inferior a ¼ do salário-mínimo (Brasil, 1993).

quem, ter uma... ah, Jesus... é, vamos dizer, o certo seria não precisar, ter uma lógica de cada pessoa ter um benefício, sem precisar de mentira, eu acho que era isso.

Para Dorothy, recursos como a mentira, usados para o acesso aos direitos, ferem valores que ela considera importantes para a vida em sociedade e que conferem respeitabilidade tanto àqueles que requisitam o benefício, como aos que o dispensam. A entrevistada ainda marca que a solução seria, além da desburocratização para o acesso ao benefício de transferência de renda, que todas as pessoas tivessem como direito um valor monetário, independentemente de onde viesse, a fim de garantir os princípios por ela citados.

Ressaltamos o aspecto da burocratização trazido pelo moradora, ao comentar sobre a quantidade de exigências feitas para o acesso ao direito social, como se o próprio sistema induzisse a adoção de vias escusas pela população. Nessa direção, Carloto e Stechi (2019) discorrem que o direito social à renda concedida por benefício socioassistencial, não é, há muito, uma discussão linear e pacífica, a contar pelo próprio debate em torno das condicionalidades ligado ao acesso ao PBF, por exemplo.

De modo geral, a pobreza é, historicamente, objeto de controle e fiscalização por parte das autoridades públicas e quanto mais entraves e “trocas” forem imputados, menor o risco da acomodação e maior o compromisso com a superação dos “impasses” temporários vividos e assistidos pelas políticas públicas sociais. Este processo, lembram as autoras, ganhou ainda mais calibre após a década de 1990, período no qual a América Latina assumiu uma perspectiva neoliberal para o enfrentamento da pobreza, ou seja, o combate a este fenômeno se deu por meio da acentuação dos processos de individualização. Em outras palavras, a focalização das políticas em medidas que inserissem no circuito econômico os mais empobrecidos, ratificou a equivocada concepção do caráter unidimensional da pobreza, direcionando ao indivíduo e não ao Estado capitalista ou à estrutura que o organiza, o problema das carências individuais.

Na outra face da moeda da responsabilização dos próprios sujeitos pela pobreza e das interdições ao direito por parte das próprias políticas públicas sociais, há o/a usuário/a que, por vezes, também incorpora essa compreensão fatalista do empobrecimento como expressão pessoal, reproduzindo o nada desconhecido estigma sobre a debilidade moral e comportamental, próprios ao caráter daquele que vive nestas condições.

Dorothy: Então, eu acho que no geral, quase todo mundo precisa.

Eu: e a senhora acha que é responsabilidade do governo fazer isso pelas pessoas?

Dorothy: oh Lorena, não sei se é papel dele, sei lá, não sei... ajudar, o governo em geral ajuda, ajuda... **faz parte do papel deles, né?**

Eu: então a senhora acha que seria importante?

Dorothy: eu acho que seria, de uma certa maneira, porque poxa, tudo que se compra paga imposto, de uma certa maneira, né? **Você vê rios e mais rios de dinheiro que esse pessoal gasta** [se referindo ao legislativo], **enquanto outros não tem nem um café com leite e um pão pra comer de manhã cedo. Eu acho que a injustiça no mundo é grande, é grande...**

Eu: e caberia ao governo diminuir essa injustiça?

Dorothy: é, ajudar de uma certa maneira, como se diz, olhar aqui, olhar ali de um lado, **vê pra poder ajudar as pessoas necessitada, né?**

Eu: a gente tá falando de ajuda, né? A senhora acha que seria uma ajuda ou é um direito das pessoas terem as coisas?

Dorothy: **olha Lorena, devia ser direito, né? O ser humano precisa comer, viver, é... uma certa maneira o governo também não tem culpa, às vezes, mas sei lá... porque é tanta gente, tem pessoas que tem tanto filho, nós não tamo num mundo mais de encher o mundo, porque é muito fácil ter um filho, né?**

Dorothy é usuária do SUAS e, é notável a confusão feita em torno do ideário da pobreza no Brasil quando atesta a desigualdade social que gera a injustiça entre os diferentes grupos, em paralelo às famílias numerosas que oneram o Estado. A percepção trazida pela moradora reafirma a ideologia liberal bem estruturada em torno da individualização do empobrecimento e os paradoxos inerentes às políticas públicas sociais, que ao passo que resultam de lutas históricas, ainda são forjadas dentro da democracia capitalista e da ideologia da meritocracia que faz parte dela.

Por outro lado, como já constatado, ela também reconhece os limites e violações de direitos reproduzidas pelas políticas públicas sociais e pela rede SUAS, de maneira mais precisa, evidenciando a necessidade de existência dessas políticas na realidade brasileira. Ao mesmo tempo, outro aspecto pode ser identificado, talvez como um desdobramento da percepção individualizante e meritocrática do processo. Algumas falas parecem posicionar a moradora de maneira externa a essas questões. É como se as desigualdades identificadas estivessem ali, além dela e de sua família; como se estas políticas fossem para “os outros”, mesmo sendo ela assistida por um equipamento do SUAS.

Este aspecto foi notável em várias entrevistas, pois de modo geral os/as moradores/as – salvo os profissionais do SUAS – não sabiam que o serviço do qual faziam parte, o CCInter Baró, pertencia à Política de Assistência Social. Elas/es reconheciam facilmente as políticas de Saúde, Educação e Trabalho, mas a Assistência Social ficava

relegada “aos mais pobres”, como se eles não fizessem parte de um território com vulnerabilidades ou como se essa política não fosse o muro de arrimo da Seguridade Social no Brasil e a porta de entrada da própria cidadania.

Curiosamente, defendiam a existência e a permanência de direitos sociais executados pelo SUAS, como se pertencessem a outras políticas ou como se a discussão direitos-cidadania-Assistência Social não coubesse no mesmo cenário. Essas são as reverberações históricas de um modelo de proteção social organizado pela lógica da meritocracia, pautado na relação de clientelismo para o acesso aos direitos sociais. A título de exemplificação, vejamos a fala de Sueli.

Eu: Sueli, o que você conhece da Assistência Social, me conta... o que você já ouviu falar?

Sueli: Oh, eu já ouvi falar... **eu nunca precisei de um serviço social...**

Eu: Bolsa Família, essas coisas...

Sueli: Bolsa Família... **eu nunca tive um auxílio de nada**, a não ser, a minha filha que estudou... **até hoje nenhum político nunca deu nada pra mim**, eu sei que existiu o Bolsa Família, existiu tudo aqui lá no tempo de Marta, mas eu nunca tive...

Eu: O que teve no tempo de Marta?

Sueli: **É, tinha... recebia dinheiro**, era tipo um Bolsa Família, sabe?

Eu: Uma renda?

Sueli: **É, mas eu nunca...** [fala com convicção]

[...]

Eu: Sueli você estava falando que o governo não investe nessas políticas... Saúde, Educação, Assistência... por que você acha que essas políticas são importantes?

Sueli: Porque eu acho assim ... se eles fizerem isso, Lorena, **vai ter mais chance... as pessoas mais humildes vai ter mais chances**, porque vamos supor ... você vê como tá agora a política do Lula, do... do Bolsa Família, que ele dá 600 reais. Ele dá pra aquelas crianças que tá na escola, **então ele tá investindo na educação da criança, a criança alimentada, a criança vai estudar, criança com fome não vai ter tempo de estudar, não, entendeu?** Então, porque vamos supor que ele paga as coisas e um pai diz assim: "eu tenho 150 reais que é pra mim comprar isso, então meu filho vai poder ir pra escola"... então ele vai poder ir, agora se não tem nada? **É uma política social muito boa, muito... eu nunca tive, mas eu bato palma pra quem tem** [começa a aplaudir], eu não fico criticando: "ai, fulano recebe Bolsa Família...".

Mais uma vez, as confusões em torno dos direitos sociais garantidos pelo SUAS, ficam visíveis por meio do relato de Sueli. Ela refere-se à política como um espaço no qual “os políticos dão as coisas”, reduzindo aquela à renda e à benemerência dos grupos políticos que vêm e vão. Entretanto, mesmo que em seu discurso, ela se distancie daqueles que recebem, reconhece a importância deste direito para a equivalência de chances entre diferentes grupos sociais.

Assim, a face do SUAS lida pelos/as moradores/as como caritativa, como “ajuda do governo”, é parte de uma política à qual eles não pertencem, localiza-se em um lugar onde não cabem pessoas que se dedicaram e trabalharam toda uma vida, como eles/as fizeram, pois, este lado desta política social, é para aqueles que, mesmo dignos do acesso, ainda são tidos como inaptos dentro desta sociedade.

Ao retomarmos a história do Capão Redondo, percebemos que foram as mobilizações em torno dos direitos sociais que impulsionaram a constituição das políticas públicas sociais no território, especialmente o atual SUAS. Recordamos também que os processos de reconhecimento, autonomia e reafirmação de si dos sujeitos cidadãos, se consolidaram nos espaços que garantiram – e continuam garantindo – direitos sociais, como os equipamentos do SUAS, sobretudo os vinculados à Proteção Social Básica, entre eles o CCInter e outros SCFV.

Diante este cenário, duas constatações se destacam no território do Capão Redondo: 1) a Política de Assistência Social se apresenta como a principal via de acesso à cidadania nesse território, como já afirmado em outros momentos; e 2) se no imaginário social a pobreza é associada à vulnerabilidade e à falta (material ou comportamental) – ainda que as desigualdades que as sustentem sejam reconhecidas – e se os habitantes são protagonistas na requisição de direitos e se percebem como corresponsáveis pela construção das políticas, então eles não podem ser posicionados dentro da mesma lógica que reduz o SUAS ao atendimento da pobreza e, por consequência, da imobilidade. Para eles, o SUAS que acompanha a pobreza não é o mesmo SUAS que acompanha a mobilização e o compromisso com o avanço dos direitos no território. O SUAS ao qual eles pertencem não é nomeado como tal, pois esta política é para o “cuidado do desprovido” e não para a gerência da prática cidadã.

Esta ideia parece coincidir com um forte movimento de responsabilização da sociedade civil pela manutenção dos espaços das políticas públicas sociais no território. De modo geral, o Estado foi visto como um agente importante para o financiamento da oferta e do acesso aos direitos sociais, mas, sua presença encerra-se com investimento em verbas. Isto porque, para a população entrevistada, é a comunidade que deve cuidar dos pares e do território vivido, o que para nós, não foi uma novidade, tendo em vista o histórico do distrito que por décadas foi esquecido pelo poder público e reorganizado pela própria comunidade.

Lélia, é uma das pessoas que marcou as responsabilidades que deveriam ser assumidas por outros usuários/as para o cuidado do CCInter, assim como ela faz, e

criticou mais uma vez, a postura dos profissionais responsáveis pelas ações dentro do serviço.

Lélia: [...]. Aí peguei, fui e falei assim: "Caramba, [...] olha esse negócio aqui, é só eu que limpo isso aqui, é só eu que fico vendo o que é que tá sujo, o que é que tá fedendo, o que é que tá podre. Isso aqui tá podre, não tem condições de lavar uma louça e usar uma louça com uma esponja dessa, um pano nojento desse.". Aí ela: "É, o povo! - **O povo não, é nós todos**", **porque ela queria jogar nos outros, né? Eu falei assim: "É nós todos"**.

Eu: E aí você vai falando isso e eu vou pensando... porque quando você fala isso, Lélia, eu ouço assim: "olha, todo mundo tinha que ser responsável pelo cuidado disso aqui."

Lélia: Foi o que eu falei! Eu saí tão nervosa, eu virei as costas tão nervosa, eu falei: "**gente, isso aqui não é só eu que tenho que fazer, não é só eu que tenho que ver, isso aqui é coisa de cada um que tá participando daqui saber [...]. Não cabe só a mim...**".

Mesmo que houvesse, da parte das/os usuárias/os, críticas constantes direcionadas aos profissionais, esses também criticavam os colegas quando não assumiam o compromisso de garantir direitos sociais na comunidade. Cabe lembrar que dentre os/as profissionais entrevistados/as, apenas Padre Freire não morava mais na região, já que todos/as marcaram a importância de terem crescido e de ainda viverem no território, sendo também trabalhadores ali. Além disso, observamos nos dois anos em que estivemos inseridas no CCInter, que os conflitos com os/as técnicos que não moravam no Capão Redondo, eram muito mais frequentes, pois exigia-se deles o cumprimento de responsabilidades que ultrapassavam as funções técnicas, funções essas, que comunicavam abertamente o compromisso com o território.

No relato de Marielle, vemos que as demandas direcionadas para outros profissionais a fim de garantir os direitos dos moradores, eram feitas em um formato de convocatória, como se a linguagem usada, fosse aquela adotada durante as décadas de mobilização, ou seja, da evidenciação do direito negado e do reconhecimento da violação vivida pelos pares.

Marielle: E dentro da Medida a gente tinha um problema com a educação porque os meninos, eles já... quando o juiz vem dizendo que o menino precisa voltar a ser inserido na escola, **de primeiro momento eu trabalho com a autonomia dele**, né? "Você vai até a escola e vê a vaga", [finge que está falando com alguém] com a família. **A família volta e fala: "não cederam a vaga. - Mas como que não cederam a vaga? é garantia dele, tá no ECA."** E aí eu lembro que o formulário que a gente tinha era assim, a escola tinha que preencher porque que

não cedeu a vaga, e aquele formulário voltava em branco pra gente. E aí quando eu ia, eu questionava e diziam: **"ah, mas a gente não tem vaga. - Por que vocês não têm vaga, meu amor? - ah, porque não tem. - Então você preenche aqui dizendo o porquê que você não tem vaga. - Ah, mas eu não posso preencher. - Não, não é porque você não pode preencher, você deve preencher, porque isso é um documento que eu vou mandar para o juiz. - ah, mas... - Não, não tem mais. Ou você tem vaga e não quer ceder para o menino, porque é direito dele, a vaga da escola é direito dele. - Ah, mas ele é um menino LA."** Aí eu dava uma de louca: **"menino o quê? - LA! - O quê? não, não tô entendendo, menino LA? o que é menino LA?"**, eu já sabia, né? **"Ai, é que eles tão cumprindo Medida, Liberdade Assistida. - Não, não é menino LA, ele tem nome, olha o nome dele aqui oh, repete pra mim."** Teve uma vez que eu tive que fazer isso, **"repete pra mim, ele é um adolescente e o nome dele é esse, não é menino LA, e eu só saio daqui com a vaga dele ou você vai escrever aqui, pode chamar a diretora, ou ela vai escrever aqui, vai carimbar, porque eu vou mandar pro juiz."**

A forma como Marielle convoca a colega que trabalha na Política de Educação do território a se responsabilizar pelo processo do adolescente em conflito com a lei, é similar ao caminho adotado por Lélia em sua demanda de partilha de responsabilidades. Estas, em alguma medida, também são similares ao que é dito por Sueli e Dorothy a respeito do acesso aos direitos sociais, em especial a renda, sem entraves ou contornos. Em todos os relatos entende-se que o tipo de oferta e de acesso concedido pelas políticas públicas sociais não é uma opção no território, é um direito, uma obrigatoriedade mesmo que haja “poréns” ligados aos sentidos dados à pobreza, à desigualdade e ao papel do poder público.

Abranches (1987) já dizia que política é conflito. Quando apresentamos estes nós críticos, em especial aqueles ligados à rede de serviços públicos, não estamos refutando nossa afirmação de que a política pública, e neste território, mais precisamente o SUAS, é um dos principais autores da permanência da participação social da população, pelo contrário. O reconhecimento de que há problemas nestes espaços indica que eles são utilizados, avaliados e qualificados pela comunidade, o que já é um sinal de que há oferta e acesso aos direitos sociais, mesmo com precariedades, que não foram inventadas no distrito do Capão Redondo, mas que ali se realizam como uma amostra de um problema maior, ligado à própria formação das políticas sociais no Brasil.

Esse processo de utilização contínua dos serviços públicos, aliado à construção de espaços de diálogo e reivindicação possibilitados pelos próprios serviços alvo de críticas, constroem lócus que refletem sobre meios, sobre estratégias para avançar. Nenhuma dentre as pessoas entrevistadas conclamou pelo fim das políticas públicas sociais. Apesar

de criticá-las, todas elas apresentaram ideias, sugestões e exemplos que possibilitariam o avanço das políticas públicas, dos direitos sociais e, conseqüentemente, da cidadania no Brasil. Vejamos estas no subitem a seguir.

4.2.2 Estratégias para o avanço dos direitos sociais

Os relatos citados no subitem anterior já indicam aspectos que necessitam revisão, seja pelos profissionais dos serviços públicos, seja pela própria postura dos moradores em relação aos espaços comunitários utilizados. O desrespeito ao usuário que acessa benefícios de transferência de renda, a desnecessária atestação de pobreza, a negação na concessão de direitos, o não cuidado pelo espaço coletivo, dentre outras, são algumas posturas que foram apresentadas e que trazem o imperativo do seu contrário, isto é, o acesso pleno aos direitos sociais sem constrangimentos, humilhações ou descaso.

Da mesma forma que em “nós críticos”, as estratégias apresentadas para o avanço dos direitos sociais e os porquês delas possuem dupla responsabilidade: poder público e sociedade civil, essa entendida como os moradores do Capão Redondo. Vamos às estratégias.

Dorothy: eu já vi gente com dois, três emprego porque ... pra poder viver melhor um pouco e não é pra ser assim, né? Porque daí você também não vive, né? Você só vive pra trabalhar, você não tem um tempo pra você, porque eu tiro isso, porque quando eu trabalhava, eu não sube aproveitar. Fosse hoje... porque a gente vai vivendo e a gente vai tendo um pouco de experiência. **Eu vivi uma vida praticamente pra casa e trabalhar, eu não tive um lazer, um passeio, sabe? E não é isso que a gente... que é feito com o ser humano... eu acho, na minha opinião.** Eu acho que tem que ter o estudo, tem que ter o trabalho, sim! **Mas tem que ter um tempo pra própria pessoa, com a família, pra quem é casado, chegar o final de semana e sair com os filhos e o marido, ir num lugar diferente, né? Porque a maioria das pessoas... é a maioria, não tem isso, porque o salário não dá.** Que nem você... a maioria a gente vê, trabalha, chega no fim do mês, paga as contas e aí já era, sobra muito pouco. **Qualquer ser humano tem que ter um salário melhor pra poder viver um pouquinho mais melhor.**

A renda foi constantemente significada como um recurso importante para o avanço da cidadania. Para Dorothy e outras pessoas aqui já citadas, a renda foi e é a proporcionadora de outras experiências de vida, como o acesso à educação, à moradia, ao tratamento digno pelos pares etc., como já discutimos. Contudo, de modo geral, ela só é

entendida como “dignificante” quando obtida por meio do trabalho, seja ele formal ou informal, voltando, ao já debatido, reconhecimento cívico por meio da ocupação.

Por outro lado, a fala da usuária também apresenta outro lado passível de interpretação, no qual ela compreende que o sujeito “não é feito só de trabalho”, mas de outras vivências possibilitadas pela renda que o qualifiquem como parte da genericidade humana, como o “passeio”, o lazer ou o ócio. A respeito disso, Amartya Sen (2001) desenvolve e discute as noções de *functionings* e *capabilities*³⁸. Não nos aprofundaremos nestas pela complexidade que possuem, mas cabe ao menos mencioná-las como conceitos capazes de traduzir a discussão a propósito do lugar do dinheiro como ponte para outras chances de desenvolvimento.

Para Sen (2001), *functionings* são um conjunto de elementos interrelacionados que constituem a vida concreta; trata-se, portanto, dos estados de ser e fazer que uma pessoa efetivamente alcança, tais como, não estar doente ou estar, ter segurança alimentar ou não ter o que comer, participar da vida em comunidade, saber ler e escrever, entre outros. *Capabilities*, por sua vez, referem-se às possibilidades reais de realizar esses *functionings*. Assim, se os *functionings* dizem respeito aos modos de ser e fazer alcançados, as *capabilities* correspondem às liberdades reais de escolha que tornam esses modos possíveis. Por exemplo: “estar empregado” ou “estar desempregado” podem ser compreendidos como *functionings* (estados efetivamente vividos), enquanto dispor de condições concretas para escolher trabalhar ou não — considerando fatores materiais, sociais e institucionais que tornam essa escolha viável — constitui uma *capability*, pois expressa uma liberdade de ação.

Neste sentido, o relato de Dorothy mostra que, para além de possuir trabalho e uma renda fixa mensal, a usuária denota que esses não são suficientes para o exercício da livre escolha do uso do dinheiro, afetando não apenas a possibilidade de vislumbrar outras formas de vida, mas também o desejo do que pode ser escolhido. Por isso, a renda constituiu-se elemento essencial para a construção da base material das *capabilities* ou ainda, da autonomia (Sen, 2001).

Mais do que isto, Rego e Pinzani (2013) mostram que o dinheiro como equivalente geral, ao mediar as relações sociais, favorece não apenas a compreensão de igualdade e liberdade entre os sujeitos, mas o processo de individuação destes. Isto porque, quando

³⁸ Na edição em português utilizada, esses termos são respectivamente traduzidos como funcionalidades e capacidades. Contudo, optamos por manter os termos em inglês por entender que a tradução não representa fidedignamente a complexidade destes.

munidos da forma universal de riqueza, os seres humanos se individualizam, pois detém uma base material que atende necessidades e volições particularizadas, mas também participam de um fenômeno coletivo mais amplo, ao interagirem com outros indivíduos por meio das trocas de bens e serviços.

Logo, o montante e o uso da renda adquirida, ainda que de forma contraditória, é capaz de reafirmar o indivíduo em seus desejos e particularidades, como também impedi-lo de realizar escolhas básicas imprescindíveis para a sua reafirmação como senhor de si. Um ou outro dependem, para ocorrer, se aquilo que se ganha é exclusivamente para a reprodução da própria vida ou se permite a inserção ampla na vida em sociedade por meio de diferentes relações sociais.

Por isso, frequentar espaços de lazer ou ir a lugares “diferentes”, no sentido de ter a possibilidade de vivenciar uma experiência não usual, como menciona Dorothy, só é possível mediante condições salariais que possibilitem ir além da reprodução cotidiana do ser humano. Esta estratégia possibilitaria condições de dignidade e justiça social, conforme previsto pela própria lógica dos direitos sociais. Isto é confirmado por Evaristo quando perguntado sobre o que ele entende por direitos.

Eu: Quando você traz a questão de garantir direitos por parte do Estado, o que você entende por direitos?

Evaristo: Direitos? **É você ter acesso a todos os benefícios que a sociedade vai te oferecer.** É você ter acesso à Educação de qualidade, é você ter acesso à Saúde, é você ter acesso a transporte, a você ter acesso a lazer... **É você dignamente ter acesso às condições de vida... de vida...** é ele [referindo-se ao Estado] garantir que você vai ter leis que vai te proteger, é ele garantir que você vai ter segurança pra sobreviver, é ele garantir que você vai ter a sua alimentação, por mais que você não tenha emprego, mas ele vai te garantir que você possa minimamente se alimentar, é ele te garantir que vai existir políticas públicas pra que você possa ter a sua residência, não ter que morar na rua, que vai ter saneamento básico pra não ter um monte de doença [...]. Essa é a garantia de direitos pra mim, é garantir que o dinheiro que é nosso, que é dos nossos impostos, seja investido ao nosso favor, isso que é garantia de direitos pra mim.

A fala de Evaristo sintetiza as *functionings* e *capabilities* debatidas há pouco, evidenciando a determinação do Estado neste processo. Sobre isso, vale destacar que por mais que para Dorothy e outros/as, a renda esteja fortemente atrelada a ocupação, nós entendemos que cabe ao poder público o provimento das bases materiais para o exercício das liberdades de escolha, independente da ausência de recursos ou não. Em outras palavras, direitos sociais não devem ser executados pelo Estado apenas diante da

impossibilidade de realização dos direitos individuais, pois esses não existem sem a universalização dos bens coletivos.

Portanto, condições mais dignas de trabalho, renda e demais direitos sociais, devem ser concebidos como direitos universais, sendo garantidos na realidade brasileira, mediante políticas públicas sociais capazes de atenuar as contraditórias brechas deixadas no curso da democracia. As pessoas entrevistadas também sabem disso, de modo que Evaristo segue frisando tal responsabilidade, dando enfoque especial ao SUAS e aos investimentos nesta política, pois como destacado, é ela que chega primeiro nos territórios.

Evaristo: [...]. Acho que o Estado, ele falha muito na questão da Assistência **porque ela tá diretamente trabalhando com a comunidade, nós estamos aqui direto.** Na pandemia, a gente foi a primeira porta de recebimento das pessoas, foi a Assistência, nós recebemos, né? A Educação não recebeu, a Educação, ela recebeu através de celular... eu falo com você à distância, a Saúde tava preocupada com uma outra coisa que era uma urgência e que ela não podia te dar tanta atenção pra cá e a Assistência que tava de portas abertas. **Então, falta essa valorização do profissional, do serviço, porque querendo ou não, nós que somos da Assistência aqui, nós fazemos a ponte aqui do Estado e da comunidade,** a gente tá entre a Sociedade e o Estado, a gente tá aqui no meio, né?

Entrelaçando as falas de Dorothy e Evaristo, vemos que a estratégia defendida é justamente o investimento na política que para nós, como já dissemos, constitui-se porta de entrada da Seguridade Social no Brasil. Para além do financiamento mais robusto, há também a estratégia de fortalecer a relação destes profissionais com o SUAS, de modo que eles também se compreendam como autores da garantia de direitos.

Marielle: Olha, eu falo que a mais dificultosa que você tem é trabalhar com os profissionais pra que eles entendam que estão dentro da Política de Assistência Social. [...]. E não com o usuário... é... é muito difícil! Porque muitas das vezes você se depara ainda com eles agindo enquanto um senso comum, sem entender que aquilo ali é uma garantia de direito, o que você tá fazendo... você tem que ter um outro olhar pra esse atendido, pra esse usuário, né? e aí muita das vezes eles não entendem a importância ou muita das vezes eu acho que deve cair no que a [...] sempre fala: **"a gente ainda não se apropriou da nossa identidade"**, né? **enquanto trabalhadores do SUAS,** então talvez falta muito isso. Porque assim, eu lembro que quando eu entrei na Assistência era muita formação, era muito movimento, sabe? eu lembro que a gente tinha o fórum do idoso, que a gente tinha que... "ah, eu não atendo idoso, mas eu atendo uma família que tem idoso", entende?

Eu: E como você acha que deveria ser a postura dos profissionais para melhorar nesse aspecto que você tá falando?

Lélia: Ah, eu acho assim que orientar mais né, Lorena, **tá mais presente... é presença ali**, você entendeu?

As estratégias defendidas por Lélia e Marielle, por mais que aparentemente diferentes, comunicam a mesma coisa: a presença e o compromisso com o SUAS como uma política de garantia de direitos, não como um lugar de ações que são reduzidas a si mesmas ou como uma política de menor valor por seu caráter focalizado, aspecto este erroneamente interpretado. Para que isso aconteça, Marielle não dá espaço para dúvidas, é necessário a continuidade de espaços formativos para os/as profissionais, pois a superação das lógicas caritativas só é possível por meio do entendimento do porquê esta política pública social existe e é necessária. Marielle relata a própria experiência como exemplo da potência dos processos de educação permanente para a constituição de profissionais responsáveis com os serviços da política e críticos do trabalho executado.

Marielle: Então, para **mim tudo isso era ainda uma questão de caridade**, né? Isso e aquilo e quando eu entrei no [nome da primeira OSC onde trabalhou] a **gente começa a participar de capacitações e entender essa rede...** e o SUAS até então não tava... eu acho que até hoje, né? eu acho que ele tá buscando um maior fortalecimento e reconhecimento, né? E quando eu entrei a partir dessas formações e aí vai criando um monte de confusão na sua cabeça, né? **aí você começa a entender que aquilo ali é uma política, que aquilo dali é direito, mas o que eu fazia na igreja era uma caridade**, entra dentro da parte social, como que é? aí você vai colocando nas gavetinhas, você vai entendendo o que é que é. Então foi só a partir mesmo, depois que eu entrei, depois de um tempo ainda, porque demora pra você entender tudo isso, não foi nem no mesmo ano.

Os relatos em questão mostram estratégias que seguem uma cadeia lógica para a execução plena da cidadania, segundo os/as moradores/as do Capão Redondo. A prática cidadã não existe sem a mediação de direitos sociais, esses por sua vez, só se consolidam via políticas públicas, que só podem avançar e, conseqüentemente, fazer avançar os direitos já conquistados, via investimento do Estado e o compromisso daqueles/as que se propõem ao trabalho neste domínio. Mas ainda notamos um diferencial que marca este território, o tipo de compromisso exigido por parte daqueles que estão na linha de frente da garantia de direitos. Não basta cumprir a função estipulada em contrato, como diz Débora, é necessário ser um profissional orgânico.

Débora: Olha, pensa bem, lá no tempo passado, lá atrás, a gente foi uma vez numa reunião e a assistente social falou assim: "gente, não é porque eu sou assistente, que eu vou resolver... Não é assim, é outro tipo de relacionamento". Ela disse ainda que a gente não tem que levar as coisas para nossa casa. Eu digo para você, ela tá certa, mas eu também acho que tem coisas que não tem como você não levar pra casa, você vai ser isso, você vai passar por isso.

Eu: Sim, a gente enquanto profissional, né?

Débora: Sim, aí você vai ver até onde você pode chegar, **mas se você for boa mesmo, você vai acabar levando, sim. Não é no superficial, é orgânico!**

Ser orgânico, para Débora, é doar-se, é estar inteiramente ao lado comunidade, como ela fez, mesmo que isso extrapole as funções técnicas. Ela, que chegou no Capão Redondo em 1970 e se uniu ao seu grupo religioso para a construção das práticas de cuidado que ainda perpassam o território, encontrou na mobilização por direitos um sentido para enfrentar as violações e desigualdades vivenciadas em sua vida privada. Por isso, as estratégias aqui apresentadas para o fortalecimento dos direitos sociais passam pela experiência singular de cada morador, não sem antes terem sido localizadas nas vivências dos pares que habitam na mesma comunidade.

Sobre isto, mais uma vez, recorreremos à categoria dimensão subjetiva da realidade para pensar tal dinâmica. Como já sabido, os/as moradores/as, sejam eles/as usuários/as ou profissionais, convivem em uma realidade que existe independentemente deles/as, sendo que por meio da relação que estabelecem com esta, a transformam e são mutuamente transformados por ela.

É nesta dupla constituição, que os processos de produção subjetiva são facilitados, pois é por meio da ação concreta no mundo, onde se dá a apropriação dos significados historicamente construídos e apreendidos, que se dá a construção dos sentidos (Furtado, 2011). Neste caso, o sentido da participação social “orgânica” construído por Débora e por outros/as moradores/as, se deu por meio daquilo que foi significado como cidadania. Esta, por sua vez, significou-se como um processo social coletivo, que só se realiza por meio daquilo que é comum à comunidade, como as políticas públicas.

Por isso, as estratégias para avançar são justamente aquelas ligadas aos direitos sociais, pois as entrevistas mostram que para estas pessoas, não há avanço possível que não seja pela oferta de recursos materiais e simbólicos que foram em um dado momento identificados como ausentes tanto no âmbito pessoal como coletivo no Capão Redondo. Contudo, mesmo que haja políticas públicas sociais que garantam direitos, o

compromisso de uns para com os outros é admitido como fundamental para garantir as mesmas chances e aquilo que se compreende como cidadania.

Dito isto, passamos para o último tema, “Significações de cidadania”, a fim de entendermos como este processo é verbalizado e definido pelos/as moradores/as, partindo das vivências pessoais que se dão no encontro com aquilo que eles nomeiam – ao menos de maneira mais explícita – por cidadania.

4.3 Tema III: Significações de cidadania

Nossa pesquisa mostrou até aqui o percurso tomado pela cidadania no território do Capão Redondo e como, por meio das políticas públicas sociais, os/as moradores/as bordaram as compreensões que atualmente possuem de cidadania. É claro, que essas compreensões não são advindas de ideias soltas ou desconectadas da vida em sociedade.

Lane (1984), que se pautou na dialética marxista para a construção de uma perspectiva sócio-histórica de desenvolvimento humano, já dizia que a linguagem e, por sua vez, os significados das palavras, são produzidos nas e pelas coletividades no curso do fazer histórico das sociedades. Esses significados, se processam e são apreendidos por indivíduos concretos, que mesmo pertencendo as condições históricas, sociais e econômicas similares, têm atividades acompanhadas de vivências próprias e singulares; por isso, os significados ganham, no âmbito individual, um sentido pessoal. Em resumo, os sentidos também são históricos, pois, possibilitados pela subjetivação dos significados, incluem processos singulares articulados à atividade e relações sociais.

Ou seja, as produções coletivas de cidadania são subjetivadas por aqueles/as que habitam o Capão Redondo com base nas mediações históricas que constituíram e constituem esse território. O modo como essas mediações são apreendidas por cada indivíduo está ligado às histórias que são simultaneamente, individuais e coletivas. Esse processo, aqui apresentado, produz de significações, as quais referem-se ao conjunto de significados e sentidos construídos no processo histórico e social no qual se inserem o território e as experiências consideradas, revelando e atualizando o processo de formação humana apreendido, de alguma maneira, por meio das significações partilhadas e transmitidas dentro de uma cultura.

As significações que aqui serão apresentadas, foram divididas em dois subitens: cidadania como díade individual-coletiva e cidadania como restrita da ponte para lá. Vamos a elas.

4.3.1 Significação I: cidadania como uma díade individual-coletiva

“[...] eu via as outras pessoas saber ler e escrever e eu não sabia... olhava o papel aí e não sabia nada... que que era, que que tinha ali, nada... eu também não tive inveja, eu só pensava ‘um dia eu vou saber’, né? ‘um dia eu também vou saber’ ...”. Essa fala foi dita por Amélia quando questionado sobre uma experiência na qual ela se sentiu uma verdadeira cidadã brasileira. A resposta foi dada sem titubeios: o dia que pegou nas mãos o certificado de conclusão da 4^o série, aos 23 anos. Este relato mostra que a cidadania se produz em relação e que as significações produzidas estão sempre pautadas em um parâmetro do que seria reconhecível como prática cidadã em determinado tempo histórico, lugar, sociedade e grupo social.

As experiências individuais do que foi nomeado como cidadania podem ser facilmente identificadas como vividas individualmente, porém foram realizadas sempre no seio das coletividades. A responsabilidade individual quando convocada estava voltada a outrem, incluindo a si mesmo como parte do grupo cobrado; as responsabilidades governamentais não eram vagas ou dispersas e localizavam nomes e lugares que deveriam ser mobilizados. Por isso, nossa intenção neste subitem é mostrar as significações de cidadania como uma relação individual-coletiva, que não se realiza numa soma de direitos – civis, políticos e sociais – mas que compreende estes como um todo, indissociável, que não pode ser simplesmente fragmentado, como normalmente é debatido na literatura sobre a temática.

Sader (2018) explica que, ao contrário do que propõe a lógica neoliberal, que camufla os interesses mercantis por meio da defesa dos direitos individuais (civis e políticos), estes também constituem os direitos sociais e só se realizam a partir deles e não o contrário. Logo, para assegurar os direitos da vida privada, isto é, os direitos das liberdades individuais, é necessário que antes os direitos de todos sejam garantidos, pois o âmbito privado também compõe o público, sendo o seu contraponto, nunca sua completa oposição.

Para pensar nesta relação dialética que constitui as significações de cidadania no Capão Redondo, vejamos o relato de Sueli sobre a ocasião na qual ela identificou que teve uma prática cidadã.

Sueli: Eu acho que ser cidadão **é respeitar os seres humano, é ter respeito um pelo outro, não querer ser um mais do que o outro,**

acho que isso que é cidadania ... vamos supor, eu vi uma cena um dia, é uma pessoa que eu sei que ela usa...

Eu: Ela usa o quê?

Sueli: Ela usa droga mesmo, só que ela chegou pedindo uma coisa, porque ela disse que ia comprar uma coisa pra comer. **Eu não quero saber, eu vou humanizar aquela pessoa, eu pego e dou, não quero saber o que ela vai fazer com o dinheiro, eu já tô com ela, eu não fico fazendo sermão [...]**.

Eu: E quando você fala de dar as coisas para as pessoas e tal, como você relaciona isso com cidadania?

Sueli: **Eu acho que eu não queria que eu precisasse dar, eu queria que todo mundo tivesse.**

Em outras palavras, Sueli pontua que cidadania passa pela igualdade de condições para viver, pelo reconhecimento dos direitos do outro como sujeito humano, pela horizontalidade nas relações e pela superação das injustiças sociais, valores que são clássicos da democracia liberal, mas que entre as pessoas entrevistadas se realiza a partir de outras configurações. Como se dentro das contradições vividas historicamente no território, a falta de direitos tenha sido combustível organizativo para a busca destes, assim como fizeram diferentes grupos sociais em relação a direitos negados no Brasil, como mostramos em nosso percurso histórico sobre cidadania.

Quando Sueli diz que ela não gostaria de ter que doar, mas que todos tivessem, ela indica a ideal direção que a construção da cidadania brasileira deveria tomar, pois o território historicamente anunciou e defendeu a possibilidade de que todos tivessem direitos. Todavia, percebemos que a fala da usuária e de outras pessoas, carrega também uma contradição do que é significado por “queria que todo mundo tivesse”, pois esse desejo expressa o que seriam os mínimos sociais mais primordiais para a existência. Na mesma direção, outra moradora diz que gostaria que todos tivessem **todos** os direitos que ainda não têm.

Eu: E em direitos? Quais são os direitos que as pessoas têm que ter, que a senhora acha, para serem verdadeiras cidadãs?

Débora: Direito de ter, quem ainda não tem, né? **Todo mundo ter um lugar certo e bom pra morar, aqui em São Paulo é muito, cada dia chega mais, né?** Então, **a gente tá espremido, mas o importante é se sentir bem lá dentro do seu espremido, não é isso?** Então a pessoa tem que reconhecer que tem que ter a saúde, a moradia, **tudo que um ser humano precisa.** A higiene, a medicação, **tudo, a pessoa tem que ter isso como direito garantido.**

Débora fala de todos os direitos destacando saúde e moradia. Porém, no que concerne ao direito à moradia, ela descreve uma das situações que mais representa a

região do Capão Redondo, a bem articulada crise habitacional que levou o território a abrigar milhares de pessoas que fugiam dos preços desconcertantes da região central e, conseqüentemente, à construção de moradias irregulares e de condições precárias de vida.

Em seguida, a usuária remete ao direito à saúde, referindo-se à higiene e à medicação, que também compõem as ações da saúde pública brasileira, mas que há muito ultrapassam, ao menos na teoria, estas práticas. Esta referência pontual e até superficial de saúde não se distancia da realidade vivida pelo distrito até o início do século XXI, quando finalmente – após décadas de mobilização – o poder público passou a injetar recursos que desenvolvessem políticas públicas na região.

Ou seja, os direitos incluídos no **tudo**, apresentado por Debora ainda comunicam sobre coisas básicas para o pleno desenvolvimento humano que ainda se apresentam de maneira insuficiente. Obviamente, constituem-se como passo inicial, mas é necessário outras chances e recursos que garantam a desenvolvimento de outras potencialidades que não aquelas que se restringem ao estar vivo.

Com isso não queremos afirmar que as políticas públicas sociais debatidas até aqui e mediadoras da cidadania sejam prescindíveis, de modo algum. Mas a satisfação das necessidades básicas não é suficiente para a inserção e a construção de processos de transformação da consciência que possibilitem a participação ativa em sociedade, é necessário ir além para a aquisição de outras aptidões humanas (Leontiev, 1978). Ir além na direção de realizações mais amplas e que representem acesso à humanidade naquilo que ela alcançou historicamente e que se configura como possibilidade de emancipação – e que, por sua vez, deveria estar ao alcance de toda essa mesma humanidade.

Não obstante, no caso deste território, a não aquisição de certas produções da humanidade mobilizou uma cidadania que não é platônica, mas viva, ativa e engajada corporalmente. A cidadania no Capão Redondo parece ser permanentemente coletiva, social.

Débora: [...]. Aí teve um dia que eu encontrei com o Padre [...], ele tava recente aí e ia tomar café na padaria, aí eu encontrei com ele e falei com ele, porque eles colocaram uma faixa de político tampando o farol e tinha uns oito dias que tinha falecido uma senhora, o carro pegou. Aí encontrei com ele, não foi por acaso, eu falei: "Padre [...], você acredita... Olha lá, colocaram faixa tampando o farol, isso é um absurdo", chega larguei os carrinhos, eu nem sabia onde eu tava. **Esse dia eu vi que eu tava comprometida mesmo.** Aí eu fui no balcão da padaria, que era uma padaria ali onde que é a farmácia, chamava Padaria Norma, eu falei: "moço, o senhor sabe o político que colocou aquela faixa ali? quem colocou aquela faixa ali?", ele falou: "não sei, senhora,

por quê? - não, porque é um absurdo, gente, não tem como ver o farol para as pessoas atravessar.". **Mas eu fiquei brava como se fosse comigo, não era uma representação, era eu mesmo**, porque eu tinha aquele monte de idoso que tava comigo, que atravessava, [...]. Aí, ele fez para mim, o Padre: "tá brava, hein mulher?", eu falei: "eu tô!" e pensando comigo: "**e você que tem que ficar bravo também, porque você é o padre.**". Aí eu peguei, atravessei um carrinho, pus lá perto da igreja, quando eu voltei para atravessar o outro, eles já tinha tirado a faixa. Aí o Padre [...] falou: "você viu o que você fez? Ô mulher poderosa, hein?". Eu fiquei com vergonha, eu pensei que eles iam me perseguir pra brigar comigo, é política, né? Eu era muito insegura nesse sentido, medo de mexer com lei, essas coisas, eu sempre tive, né? Mas eu sei por conta da violência mesmo que tinha aqui na época. Naquele dia, eu falei: "**gente, não é que eu posso!**".

Eu: E foi esse dia que a senhora se sentiu...

Débora: Foi assim, filha, **eu comecei a reconhecer o meu compromisso social, né?**

Este foi o episódio narrado por Débora sobre quando ela, individualmente, se reconheceu como cidadã brasileira. Notamos alguns elementos que reforçam a compreensão da cidadania como uma experiência sustentada pela díade individual-coletiva no território. A usuária aponta para a defesa dos membros de sua comunidade e para a garantia das liberdades das pessoas de seu convívio, ao mesmo tempo que interpela o representante religioso a se posicionar em favor da construção de condições de existência do outro no espaço comum.

Para além disso, a prática cidadã emerge como afetação, uma vez que Débora não age por delegação, cargo ou função formal. Ela não representa institucionalmente grupo algum, mas incorpora uma responsabilidade coletiva, mesmo que não obrigada, quando afirma: "*eu fiquei brava como se fosse comigo, não era uma representação, era eu mesmo.*" Esse compromisso sentido no corpo, e manifesto pela indignação, promoveu a passagem do medo à ação. Mesmo atravessada pelas condições de violência experienciadas no território ou pelas inseguranças originadas pelo desconhecimento das implicações jurídicas de sua intervenção, o reconhecimento da capacidade de agir, assentou a afirmação de si como sujeito individual e social.

Trata-se, portanto, de uma prática em favor do direito de ir e vir no espaço público que, ao mesmo tempo que garante os direitos individuais – das pessoas da comunidade e de Débora – reafirma os direitos sociais e coletivos no território por meio da defesa da mobilidade, da segurança e das condições de existência na vida pública, evidenciando que a cidadania, tal como significada nesse contexto, produz efeitos que são simultaneamente individuais e coletivos.

4.3.2 Significação II: cidadania restrita da ponte para lá³⁹?

Marielle: [...] e aí eu penso nisso, porque vive muito o aqui, sabe? o micro... e eu sempre falo aqui para o pessoal: "gente, a gente precisa trazer pra eles que não é só o micro, é importante, a gente valoriza uma questão de identidade nossa, aqui de pertencimento a esse local que é cheio de potencialidade também, né? o Capão ... **mas eles precisam ter acesso a mais, porque não é só aqui que eu preciso andar, eu preciso me locomover para os outros lugares e como que eu me sinto nesses outros lugares?**

Eu: E por que você acha que seria bom se apropriar daquilo que tem fora?

Marielle: Pra entender exatamente o que você traz: **o ser cidadão, não é só aqui, o ser cidadão é você, de fato, você poder usufruir do que esse mundão pode te oferecer, entende?** não é só onde que eu tô, não! eu sou cidadão em qualquer parte do mundo e eu posso e é isso!

O relato acima faz parte de uma discussão mais ampla na qual Marielle narra uma visita que os/as usuários/as do CCInter fizeram ao Teatro Municipal de São Paulo. Foi a primeira vez para todos/as, já que jamais tinham visto um teatro “de verdade”, conforme conta a profissional. Feita a descrição das reações, ela afirma o que é retratado acima e reforça algo que já tínhamos notado: a cidadania como espaço coletivo de defesa dos direitos, por mais que encarnada nas pessoas entrevistadas, restringe-se ao território. Em outras palavras, o reconhecimento de ser cidadão parece estar circunscrito à ponte para lá e que por mais que favoreça um importante lugar de reconhecimento e de participação social, é vivenciada desta forma somente ali.

Lefebvre (1968), em sua seminal obra *Le droit à la ville*⁴⁰, argumenta que a cidade não pode se reduzir a um simples espaço de visita ocasional ou de consumo turístico, pois tal forma de apropriação configura um pseudodireito à cidade. Para o autor, o direito à cidade implica a possibilidade de uso e fruição do espaço urbano como obra coletiva, o que exige que os sujeitos possam ultrapassar as fronteiras simbólicas que segmentam e hierarquizam os territórios urbanos. Essas fronteiras simbólicas, porém, são produzidas e sustentadas por mediações bastante concretas, materializadas na distribuição desigual de

³⁹ Fazemos referência a música “Da ponte pra cá” de Racionais MC’s, que usa a Ponte João Dias e a Ponte do Socorro, que dão, respectivamente, acesso ao Capão Redondo e a outras regiões da Zona Sul periférica, para destacar a divisão social existente entre o centro e a periferia. Todavia, invertemos o termo, usando “para lá”, pensando que também escrevemos de outro lugar, que não se localiza no distrito do Capão e que a cidadania deste lado de cá, assume outras configurações por tratar-se de outros territórios.

⁴⁰ Usamos a edição em francês, por isso o título está no idioma original no qual a obra foi produzida. Na tradução para português seria *O direito à cidade*.

bens, serviços e equipamentos que atestam ou limitam, a viabilidade de circulação e permanência nos diferentes espaços da cidade.

Desse modo, ainda que o Capão Redondo seja atualmente atravessado por políticas públicas sociais e por bens públicos que favorecem a vida no território, a experiência da cidadania não pode se restringir a esse espaço. Ao contrário, ela precisa favorecer práticas que ampliem a ocupação e o usufruto de outros territórios urbanos, isto é, a ocupação da cidade em sua totalidade.

Na mesma direção, Santos (2020) enuncia ainda que o território é o instrumento para alcançar um projeto social mais igualitário e que a partir dele a cidadania pode sair da abstração e tornar-se concreta. Mais do que isso, o território é capaz de fornecer as ferramentas para a amenização das expressões da desigualdade social, pois antes de tudo, essa se realiza como desigualdade territorial e se manifesta no curso de vida dos sujeitos singulares. Por isso, é necessário o enfrentamento destas expressões nos territórios, para que a partir destes, haja a construção de recursos objetivos e subjetivos para uma participação social que se estenda, sem constrangimentos, para fora das delimitações geográficas.

Não estamos dizendo que as práticas cidadãs vivenciadas no Capão Redondo não são legítimas ou são incompletas. De forma alguma, mas elas só se consolidam quando a participação social e o sentimento de legitimidade ao reivindicar algo é capaz de se reproduzir em distintos lugares, inclusive naqueles onde um grupo de cidadãos não são reconhecidos como tal. É o que demonstra Freire, ao ser questionado sobre as motivações que o levaram a ser um dos mediadores da construção do trabalho que inaugurou as políticas públicas sociais no Capão Redondo e que ele aponta como uma das vivências de cidadania tidas por ele.

Freire: A pessoa humana [...]. Eu sou encantado pela pessoa humana. Primeiro, claro, que eu sou uma pessoa de fé... uma pessoa de fé. E não tenho preocupação de ganhar o céu. Eu faço porque é pra pessoa humana. **O lugar onde eu passo, ele tem que ser melhor. Eu tenho que dar minha contribuição pra ser melhor. Essa é a minha preocupação. Todo lugar que eu passo, ele precisa ser melhor, porque eu passei por aqui.**

Na continuação deste diálogo, Freire é questionado sobre o que entende por “pessoa humana”, ao que ele responde:

Freire: **É aquela que pode exercer plenamente a cidadania.** O direito à liberdade, a estudo, à educação, à saúde... Viver num ambiente sadio, sustentável. **Todos esses componentes é que a gente deve contribuir para que se realize plenamente o humano, sem isso não é humano.** Se faltar uma dessas coisas... é uma cicatriz, uma ferida na vida da pessoa, por isso, isso aqui pra mim... [...]. **Então, eu acho que tudo o que você beneficia, tudo o que você faz com que a pessoa humana, ela possa se realizar, isso é humanidade.** Qualquer coisa. Seja na área da saúde, da educação, da religiosidade, da cultura. Isso são todos os componentes que formam o humano, a história da pessoa, né?

O que Padre Freire nos comunica é que a cidadania é processo que rompe fronteiras, não é estático e encontra, a partir das mediações disponíveis em cada espaço social, formas de se manifestar, desde que haja a compreensão prévia da legitimidade do lugar ocupado. Em outros termos, ocupar o lugar de cidadã/o brasileira/o, ainda que este seja colocado em xeque ou duvidado.

Para isso, contudo, é necessário dispor de ferramentas concretas – a saber, bens e serviços – que favoreçam a construção da noção de direitos e de possuí-los, independentemente da posição social ou território habitado. Freire parte da própria história para comunicar o que entende por cidadania ao dizer “Eu tenho que dar minha contribuição pra ser melhor. Essa é a minha preocupação.”, mas ele também demarca o necessário para tanto. Não é partindo da ideia de cidadania que sujeitos cidadãos se desenvolvem, é necessário acesso pleno a direitos, pois sem eles não se realiza “plenamente o humano, sem isso não é humano.”.

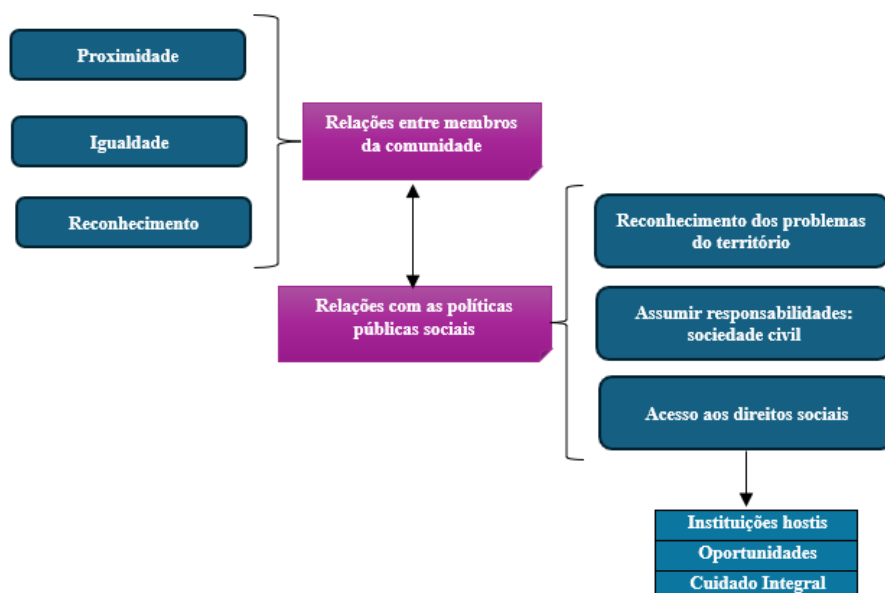
Outrossim, a cidadania restrita às fronteiras, corre o risco de se reproduzir como inclusão perversa, processo já bem debatido por Sawaia (2001). Nesta, a exclusão social mostra as ambiguidades que lhe são inerentes, materializando-se nas diferentes esferas da vida social dos indivíduos, que a vivenciam por meio de sentimentos, ações e significados dados para tal fenômeno. Este processo nomeado pela cientista social de “dialética exclusão/inclusão”, dá a ilusória ideia de estar incluído, de participar, quando na verdade compõe um lugar bem definido na ordem social desigual, como aponta a autora: “Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico.” (p.8).

Na encruzilhada deste processo, cabe a denúncia e a superação de lugares pré-moldados do que se considera cidadania e, especialmente, do que se espera para cada grupo de cidadãos. Se até aqui defendemos que cidadania é um processo sócio-histórico que se configura com base nas determinações sociais que constituem as territorialidades,

não podemos admitir que um indivíduo seja cidadão em apenas uma localidade, como disse Marielle, é necessário que ele seja “cidadão em qualquer parte do mundo”.

4.4 “E os diários de campo?”: a experiência no CCInter e as percepções que confirmam uma tese

Figura 5: Mapa Final do Diário de Campo



Reapresento acima a Figura 5, vista no item 3.6 e síntese dos relatos de dois anos de visitas realizadas no CCInter Baró. Considero o retorno a este mapa importante, pois entendo que ele, além de agregar os três temas encontrados via AT e apresentados ao longo deste capítulo 4, também confirma que as entrevistas e as percepções tidas no convívio cotidiano no centro de convivência, não estão apenas em diálogo, mas se ratificam mutuamente.

Mais acima neste trabalho, mencionei que os temas *Relações entre os membros da comunidade* e *Relações com as políticas públicas sociais (PPS)* indicavam que a experiência da cidadania se constrói a partir do território, das relações nele estabelecidas e do acesso aos recursos disponíveis, elementos que orientaram as compreensões sobre as políticas públicas, as responsabilidades coletivas e o reconhecimento de direitos.

De fato, estes temas evidenciam que os processos de luta que geraram o desenvolvimento da comunidade do Capão Redondo foram imprescindíveis não apenas para a constituição dos sentimentos de igualdade, reconhecimento e proximidade entre os

moradores, mas também para o modo como se edificaram as relações com as políticas públicas sociais. Tais processos abriram espaço para a requisição de responsabilidades tanto aos profissionais das políticas quanto aos usuários, assim como para análises críticas sobre melhorias necessárias, avanços conquistados e práticas a serem superadas. Mesmo sendo registros pessoais, apresento alguns aspectos observados e escritos nos diários que se articularam com as falas das/os moradoras/es entrevistadas/os.

Na data de 12 de setembro de 2023, fui convidada pela educadora responsável pelas aulas de gastronomia para uma visita junto com as/os usuárias/os a uma horta comunitária da região. Fomos todas/os de transporte público e no caminho uma usuária conversava comigo e me explicava as características de cada canto do distrito, como registrado abaixo.

O percurso até a horta durou em torno de 40 minutos e no ônibus fui apresentada a [...] e [...], usuárias do [outro CCInter pertencente a OSC Baró]. Elas foram me falando dos bairros e as denominações de cada lugar. **Ao passarmos em frente a uma ocupação denominada Nova Palestina, elas me disseram que ali era como a Faixa de Gaza, já que por vezes, a polícia tentava reintegrações de posse gerando conflitos com os moradores.** Pontuaram ainda que há muitas “invasões” em outros bairros entre o Capão Redondo e o Jardim Ângela e que as pessoas geralmente invadem esses terrenos a fim de pressionar a prefeitura para construção de moradias ou conjuntos habitacionais. Ao passarmos próximo a um terreno vazio que fica entre os jardins Ângela e o Horizonte Azul, [...] **comentou que os moradores da invasão estão certos, pois há muitas pessoas que possuem muita terra sem usar e que se houvesse uma distribuição, todos poderiam ter moradia.** Pontuou ainda que há uma distribuição equivocada do dinheiro, já que há dinheiro para todos, mas alguns acabam acumulando mais do que outros.

Lembro-me que durante esta conversa, me chamou a atenção o modo como as usuárias conheciam cada região de um território tão vasto, que não se restringia apenas ao Capão Redondo, e a clareza tida não apenas sobre as formas de ocupar a comunidade, mas também sobre a sua injusta ocupação. Além disso, a história do território não é apenas bem conhecida por aquelas/es que ali vivem, mas defendida como estratégia para a garantia da continuidade e, por sua vez, do pertencimento à região.

Durante as visitas ao território, percebi que reconhecer-se como morador do Capão Redondo é contar permanentemente a história da comunidade aliada à história pessoal e familiar, como se uma narrasse sobre a outra. Um exemplo disso ocorreu em 19 de setembro de 2023, enquanto estava com Evaristo preparando os materiais para uma

atividade que ocorreria no final de semana. Durante a conversa, ele me falou sobre a importância da comunidade em sua história pessoal e da necessidade de se manter ali para a continuidade e crescimento desta.

Ele me disse que além do CCInter, dá treinos particulares, mas que gosta de trabalhar na comunidade, **pois entende que seu conhecimento deve ser devolvido para a “quebrada”**, que acha desinteressante o que é feito por muitas pessoas que, **após adquirirem habilidades e técnicas nos espaços comunitários das favelas, vão embora** sem retornar para cooperar com algo e frisou: **“a favela só vence quando a gente devolve para ela o que aprendeu”**. Chamou-me a atenção esse compromisso com a comunidade, o que reforça o que já venho notando há algumas semanas, **todas as pessoas que trabalham no CCInter moram na região ou cresceram ali**. Parece-me existir um compromisso em contribuir com o território e com a própria OSC, devolvendo de algum modo o aprendizado adquirido.

O laço com a comunidade e o senso de responsabilidade se acentuam quando a relação com as políticas públicas são o ponto de análise. Várias foram as situações nas quais as/os trabalhadores me colocaram no lugar de “referência da escuta” sobre os problemas internos vivenciados no CCInter. Eles não eram feitos em tom de “fofoca”, mas como um desabafo cheio de indignação frente à não responsabilidade diante da demanda gritante. Nessas ocasiões, era notável que os/as profissionais que não eram moradores/as da região tinham não só outra relação com as necessidades da comunidade, mas também com os/as usuários/as e colegas profissionais, como consta no registro feito por mim em 05 de outubro de 2023.

Essas impressões para mim se confirmam por meio das conversas cotidianas com as (os) profissionais, nas quais me são contadas histórias pessoais que evidenciam o modo como o território e a OSC Baró foram determinantes para a escolha profissional, para a continuidade do trabalho feito pela instituição e a manutenção de uma postura ética e comprometida com a comunidade. Por exemplo, na terça-feira, em conversa com a profissional [...], ela em tom de desabafo, queixou-se de outra colega dizendo que ela **“não fortalecia o trabalho”**, parecendo não se comprometer com as atividades desenvolvidas. Curioso que, justamente essa educadora é uma das poucas que não é do território, mas reside em outro município. Obviamente não entendo como algo natural ao território do Capão Redondo o compromisso que as/os profissionais possuem com o CCInter, mas me parece bastante instituída a lógica de fazer mais do que estipula o *“script”*.

Para além de “fortalecer o trabalho”, as/os profissionais cobravam umas/uns às/aos outras/os sobre o conhecimento e a execução das atividades com base nos

princípios e diretrizes do SUAS, mostrando que além da responsabilidade com os pares do Capão, a implementação de uma política pública com qualidade não era uma escolha baseada em disciplinas ou áreas de conhecimento, mas uma obrigação ética. Em uma conversa com Marielle e outra profissional do CCInter, essa me convidou para fazer uma visita domiciliar, já que iria sozinha e poderia ser uma oportunidade para que eu conhecesse mais o território. Eu me dispus prontamente. A discussão a partir disso foi a seguinte.

Marielle disse sorrindo que [...] havia tirado a sorte grande, pois ter a minha companhia nas visitas seria de grande valia, **já que a técnica que deveria acompanhá-la disse que não faria visitas domiciliares, pois essa atividade não é de sua competência.** Elas expressaram insatisfação quanto ao desconhecimento da profissional acerca das competências na Política de Assistência Social. Endossei dizendo que era um desconhecimento sério e que no SUAS a dinâmica de trabalho girava em torno da articulação de saberes e não sobre um papel único exercido dentro do serviço com base nas competências da formação. Elas concordaram e reforçaram dizendo que **é um desafio para os profissionais entenderem o que é o SUAS e a dinâmica de trabalho a ser desenvolvida ali.**

Frente à cobrança contínua do engajamento com a comunidade, com o trabalho executado e o nítido vínculo entre as pessoas que ali residiam, o/a leitor/a pode se perguntar como eu fui recebida no território, pois moro na região central de São Paulo e todas/os sabiam disso. Assim, eu era uma estranha ali, não apenas por não trabalhar no CCInter, mas especialmente, por não ser moradora do Capão Redondo. Curiosamente, o fato de eu não ser paulistana me conferiu um lugar de afetuoso acolhimento, tanto por parte dos/as profissionais, como das/os usuárias/os. Notei que por pertencer ao grupo dos que migraram e ali encontraram alguma forma de pouso, me foi também “concedido” o direito de integrar o território, mesmo que eu estivesse por lá apenas duas ou três vezes na semana.

Indo além, eu não fiquei como espectadora do que acontecia no serviço, participei de diversas atividades ora como “usuária” ora como uma profissional-pesquisadora. Esta postura “participante” era constantemente mencionada pelas pessoas do CCInter, que por vezes, me diziam que “eu fazia mais pelo serviço do que alguns profissionais” ou que “eu me importava com o serviço”. De fato, eu me comprometi e ainda me comprometo com o CCInter, não o utilizei como parte de uma prática exploratória de onde se tiram informações e depois se ausenta. Mas, o modo como me engajei neste processo parece ter

sido interpretado como uma prática de amor, tendo essa me conferido uma “chancela” de pertencimento, como registrado em uma conversa com Zilda.

Zilda contou ainda que foi uma das primeiras pessoas a serem contratadas pela OSC e que atualmente todos os funcionários trabalham sob o regime CLT. **Disse que não consegue entender quando alguém se candidata por dinheiro a uma vaga na OSC, já que para ela, aquele trabalho representava toda a sua vida e que para trabalhar ali era necessário mais do que conhecimento, mas também muito amor.** Nesse momento, Zilda se emocionou e pediu desculpas e em seguida continuou contando sobre os cargos que já ocupou na organização [...]. (Diário de campo, 21 de setembro de 2023).

Ou seja, eu não estava ali por dinheiro e me comprometia com o território e com as demandas que chegavam ao CCInter, como se a mim elas também pertencessem. Isto foi um critério que me galgou um lugar de reconhecimento e afetuosidade, de modo que em pouco tempo os/as usuários/as e profissionais perguntavam sobre mim quando eu estava ausente, me repreendiam se eu chegasse atrasada e me convidavam para as atividades do CCInter. Quando eu não podia participar de alguma atividade, eles/as guardavam comidas ou lembranças para que eu as desfrutasse depois.

Cheguei ao CCINTER às 9h15 e me direcionei para a aula de ginástica com as mulheres. **Ao entrar no espaço da aula, as cumprimentei e elas falaram em voz alta em tom de brincadeira que eu estava atrasada.** Juntei-me a um dos grupos em que habitualmente faço a ginástica e comecei a fazer os exercícios. (Diário de campo, 26 de setembro de 2023).

Pela manhã participei da aula de ginástica com as mulheres. Durante a aula, **Sueli veio até mim perguntando se eu participaria da confraternização no dia seguinte, sexta-feira, dia 06/10. Eu disse que não conseguiria pois daria aula. Sueli me disse que traria um pedaço de bolo para mim, já que como não estaria presente, eu não ficaria sem o “seu bolo”.** (Diário de campo, 05 de outubro de 2023).

As entrevistas e os anos de acompanhamento das atividades me levam à confirmação da hipótese inicialmente formulada: a cidadania no Capão Redondo está ancorada nas particularidades do território, constituído a partir da luta histórica dos moradores pela garantia de direitos sociais e, por sua vez, pela construção de políticas públicas. Neste contexto, as políticas que se constituíram ratificaram a continuidade dos movimentos de luta, como se a falta de recursos se apresentasse como o motivo para tal, e não como a causa natural de sua ausência.

Por esse motivo, quando a cidadania é significada no território, é a cidadania social que emerge como primordial, pois os direitos individuais só se tornam possíveis por intermédio da garantia de direitos sociais. Ainda que mínimos, esses direitos buscaram alcançar a todos, criando condições para que as singularidades pudessem se expressar no exercício dos direitos individuais.

O SUAS foi, sem dúvida, a política carro-chefe dessas reivindicações e uma ferramenta fundamental para sua continuidade, o que não causa estranhamento, pois, frente à intensa desigualdade vivenciada, apenas uma política capaz de assegurar os mínimos sociais poderia emergir como canal para a construção de outras políticas.

No item introdutório, eu afirmei que a cidadania no Sul global aparentava assumir outros contornos, ainda que inspirada por valores oriundos do hemisfério Norte. Tomei o Capão Redondo como uma amostra, entendendo que o território era determinante no processo de constituição das significações de cidadania. De fato, ele o é, o que não é novidade, pois tal tese já era anunciada por Milton Santos e por outros/as autores/as.

O que não estava nítido, entretanto, era o modo como o território se torna protagonista neste processo, isto é, quais determinações a ele inerentes constituem subjetivamente um sujeito a ponto de ele nomear-se e reconhecer-se como cidadão. No território do Capão Redondo, a insuficiência de meios materiais e simbólicos operou como artifício para a afirmação da dignidade, como se a comunidade, de forma recorrente, se perguntasse: “o que é necessário para ser alguém nomeadamente cidadão?” e, a partir desta indagação, se movimentasse arduamente para existir como tal.

Isto não significa, como já apontado introdutoriamente, que tomo a pobreza como imprescindível para a construção subjetiva dos sujeitos cidadãos. Este estudo não romantiza a desigualdade, tampouco pode ser mobilizado como ferramenta meritocrática. Contudo, ele endossa que, em certos contextos históricos e sociais, quando os direitos estão ausentes, os sujeitos não atribuem o destino à própria sorte, mas o constroem. Tal constatação evidencia que a equação “pobreza igual a incapacidade moral e/ou intelectual”, não é uma regra e não deve sustentar leituras fatalistas da realidade brasileira.

Como afirmava Milton Santos (2020, p. 151): “O cidadão é um indivíduo num lugar.”. Desse modo, o cidadão só se forma em contextos que lhe oferecem certos recursos para tornar-se cidadão. Não se nasce cidadão, ainda que juridicamente se diga o contrário. Tornar-se cidadão é um processo que se faz a partir das múltiplas determinações de um lugar, as quais não estão dadas ou prontas, mas se produzem conjuntamente pelos

indivíduos dentro de relações sociais. É isso que busquei enunciar: as determinações que constituíram os cidadãos e as significações de cidadania no distrito do Capão Redondo.

5 REFLEXÕES FINAIS SOBRE TERRITÓRIOS E UMA CIDADANIA EM CONSTANTE MOVIMENTO

Eu: [...] a gente vive um momento também difícil, inclusive, para a própria igreja, seja ela protestante ou católica, né? Por que o senhor acha que a igreja precisa se ocupar das questões sociais?
Freire: Por quê? Por quê? **Porque o céu começa aqui. A dignidade da pessoa humana começa aqui.** (Padre Freire, entrevista concedida em 04 de setembro de 2025).

Finalizamos o item anterior afirmando que ninguém nasce cidadão – ainda que o estatuto jurídico prometa o contrário – mas torna-se. Essa formulação encontra ressonância na obra *Acts of Citizenship*, de Engin Isin (2007), na qual o autor propõe teorizar aquilo que denomina “atos de cidadania” (minha tradução). Grosso modo, tais atos dizem respeito aos processos por meio dos quais os sujeitos se constituem politicamente como cidadãos, não apenas a partir do reconhecimento jurídico prévio, mas por meio de práticas que produzem novas formas de participação e reivindicação de direitos.

Para Engin Isin, é possível distinguir analiticamente entre práticas de cidadania associadas à reprodução do estatuto jurídico vigente – frequentemente realizadas por grupos historicamente incluídos nos direitos – e aquelas que se constroem por meio de atos que tensionam, deslocam ou reconfiguram esse mesmo estatuto. Essa última é nomeada pelo autor de cidadania ativista e refere-se ao exercício de práticas que criam caminhos para a garantia de direitos, inclusive quando isso implica ultrapassar os limites do que é previamente reconhecido como cidadania.

Nesse sentido, Isin (2007) dialoga criticamente com o conceito de *habitus*, formulado por Pierre Bourdieu, para diferenciar práticas rotineiras de cidadania dos chamados “atos de cidadania”. De modo geral, o *habitus* refere-se ao processo de incorporação progressiva das formas de pensar e agir socialmente produzidas, por meio das quais os sujeitos se orientam e se ajustam às normas e expectativas da vida em sociedade. Para o autor, esse ajustamento sustenta formas de cidadania que se realizam como práticas que seguem roteiros previamente instituídos, inclusive no plano jurídico. Os atos de cidadania, por sua vez, não se reduzem a essas disposições incorporadas, pois implicam momentos de deslocamento, contestação ou reconfiguração das normas existentes, produzindo novas possibilidades de participação e de pertencimento político.

Enunciamos a discussão sobre “atos de cidadania”, pois os/as moradores/as do Capão Redondo quando entrevistados/as, discutiram sobre os caminhos que foram abertos e persistentemente lapidados para serem nomeados e se autoneomarem como cidadãs/os. Neste percurso de questionamento do juridicamente posto ou dos direitos que pouco saíam do papel, as ações criativas romperam com o *habitus*, como menciona Isin (2007), e transformaram o território ao passo que também modificaram os/as autores/as destas ações, já que o “ato” é uma ruptura com aquilo que está dado, instituído.

O que vimos nas entrevistas e nos anos de participação em atividades no CCInter foi o questionamento que permitiu a passagem do *status* de cidadão, formalmente definido, para a experiência de sujeitos reivindicadores que tensionam práticas cidadãs. Neste ponto, vale a ressalva feita por Engin Isin (2007). O *status* de cidadania é importante e comunica sobre o reconhecimento de uma pessoa como pertencente a um determinado Estado-Nação, mas ele não outorga cidadãos. A cidadania é prática coletiva e só pode se constituir via comunidade, pois sempre envolve um outro implicado na construção de ações políticas, culturais e simbólicas, como bem aponta o autor: “O princípio dialógico da cidadania envolve sempre a alteridade.⁴¹” (p. 19, minha tradução)

Assim, se a cidadania envolve diálogo e diferença constantes, ela não se constrói de forma solitária, mas se gesta no interior da vida em sociedade. Por isso, os direitos individuais, ainda que fundamentais para o reconhecimento das singularidades, não podem ser tomados isoladamente, pois dependem de direitos que promovam equidade no plano coletivo, isto é, de direitos sociais.

Como defendemos no curso de todo o trabalho, a cidadania se faz tendo o território como protagonista. Os processos históricos que o constituem guiam as práticas cidadãs e as formas com que essas se expressam. Por isso, o olhar atento e persistente para o binômio historicidade-território é imprescindível a fim de apreender as significações de cidadania tidas pelas diferentes comunidades, pois como bem destacamos, a cidadania, por mais que moldada com base nos parâmetros do Norte global, ganha características próprias no Sul e se realiza através de mediações diversas, reveladoras do particular presente na articulação entre o universal e o singular.

Dentre as mediações identificadas, gostaríamos de ressaltar a presença da igreja e do componente religioso como mobilizadores das práticas que culminaram em boa parte das políticas públicas sociais que operacionalizam os direitos sociais atualmente. Esta

⁴¹ No original: “The dialogical principle of citizenship always involves otherness.”

realidade se mantém, mas com outros formatos. Isso porque, se historicamente a Igreja Católica optou pelos ‘pobres’ nos distritos da Zona Sul de São Paulo, em importante parte do período analisado, estes, por seu turno, optaram, mais recentemente, pelo pentecostalismo e pelo neopentecostalismo.

De maneira breve, podemos nomear pentecostais e neopentecostais como parte do grupo, nada homogêneo, dos protestantes evangélicos no Brasil. Os pentecostais caracterizam-se pela disciplina na vivência do texto bíblico, pela postura e linguagem simples na comunicação do evangelho e pela incorporação de aspectos sobrenaturais à experiência religiosa. O termo “pentecostalismo” faz referência ao Pentecostes, ocasião descrita no livro bíblico de Atos, na qual, após o período pascal da ressurreição de Jesus, o Espírito Santo teria descido à terra, fazendo com que aqueles que professavam a fé cristã falassem em línguas estrangeiras e difundissem o evangelho de Jesus.

O movimento pentecostal chegou ao Brasil na primeira década do século XX, por influência de fiéis oriundos dos Estados Unidos, que desenvolveram uma vertente protestante voltada ao diálogo com as populações marginalizadas. No contexto brasileiro, as principais denominações pentecostais são a Igreja Assembleia de Deus e a Congregação Cristã no Brasil.

Já o movimento neopentecostal, consiste em uma variação do pentecostalismo, contudo, assumindo uma vertente de culto mais suntuosa, emotiva e que defende de forma explícita uma perspectiva meritocrática e a busca do sucesso material por meio da Teologia da Prosperidade. Spyer (2020) explica que essa difere da ética clássica protestante, na qual há uma ascensão socioeconômica decorrente de uma conduta metódica em relação ao trabalho. A Teologia da Prosperidade, por sua vez, tem como fundamento a recompensa divina por meio da conversão e da prática religiosa. Ou seja, o fiel neopentecostal é estimulado a assumir uma postura empreendedora frente às dificuldades da vida, tendo como mérito a gratificação financeira.

Tendo igualmente os Estado Unidos como local de origem, o movimento neopentecostal chega ao Brasil por volta da década de 1970 e é considerado uma versão *light* do pentecostalismo, frequentemente considerado mais rígido tanto no âmbito moral, como na postura disciplinada de seus fiéis. As principais denominações representantes no Brasil são as igrejas Universal do Reino de Deus e Internacional da Graça, entre outras que figuram neste movimento.

Quando observamos o perfil sociodemográfico da população evangélica neopentecostal e pentecostal na cidade de São Paulo, vemos que ela é composta, em sua

maioria, por pessoas do gênero feminino (58%) e jovens e adultas que possuem entre 18 e 59 anos. Em se tratando do quesito raça-cor, boa parte se autodeclara negra, sendo 64% entre os neopentecostais e 71% entre os pentecostais. Como renda per capita, 38% recebem até um salário-mínimo por mês, enquanto 27% ganham de um a dois salários-mínimos.

Esses dados são revelados pelo levantamento “Perfil dos evangélicos em São Paulo”, do Instituto de Pesquisa Datafolha (2024). A pesquisa mostra que os domínios pentecostais e neopentecostais abrigam 65% dos evangélicos paulistanos – 43% e 22% respectivamente – sendo que 31% deles habitam na região Sul da cidade, ficando atrás apenas da Zona Leste, onde residem 40% deste grupo. A Estrada de M’Boi Mirim, por exemplo, conta com 12 igrejas pentecostais e neopentecostais ao longo dos 16 km que atravessam os vários bairros da Zona Sul.

Tal caracterização anuncia um perfil nada novo e já bastante debatido por Spyer (2020): a população evangélica neopentecostal e pentecostal brasileira mora, majoritariamente, nas regiões periféricas dos grandes centros, se autodeclara negra e pertence às camadas pobres da sociedade. Indo além, quase a metade deste grupo – 47% das pessoas que professam esta fé – já foi atendida por projetos sociais denominacionais. Isto significa que os grupos pentecostais e neopentecostais se capilarizam nas periferias por meio da articulação fé, território e identidade. Em outras palavras, com base na tradição religiosa já tida pela população, ocupam territórios cujas políticas públicas se mostram frágeis e constroem espaços de convivência comunitária, fortalecendo os vínculos entre os membros e criando um senso de pertencimento até então pouco vivenciado pelos sujeitos.

Adentramos neste debate, pois entendemos que, assim como a fé foi responsável por encorajar e engajar parte de um grupo na busca por direitos na periferia de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980, estes movimentos evangélicos têm tido importante papel na construção dos sentimentos de pertença, reconhecimento e melhores condições de vida. Isto é, eles se constituem pontes para a construção daquilo que debatemos como cidadania. Ao menos foi isso que percebemos no período em que estivemos tanto no Capão Redondo, como em outros territórios periféricos da cidade. Estas igrejas e os discursos do mérito, da recompensa e da prosperidade alçam diferentes sujeitos periféricos à responsabilidade do cuidado com os “irmãos e irmãs” e à cooperação e suporte econômico e social entre os membros.

Os movimentos da Igreja Católica que convocaram as mobilizações via Comunidades Eclesiais de Base (CEB) não são similares aos movimentos evangélicos, foco de nossa análise. Como já mencionamos, as CEBs foram criadas na década de 1950 e tinham como proposta construir uma nova configuração para o catolicismo brasileiro, se dedicando às necessidades que se apresentavam na época. Foi neste contexto, e inspirado pela Conferência Episcopal de Medellín (1968), que a Igreja brasileira definiu que sua atuação pastoral seria devota “aos pobres”, tendência que também se reproduzia em outros países da América-Latina (Schiavo, 2014).

As CEBs, portanto, foram importantes espaços para a construção de estratégias de cuidado às comunidades, enfrentando o isolamento da Igreja Católica e propondo a sua secularização a fim de zelar por todo o “território paroquial”. Indo além, ela estendeu aos/as moradores/as a responsabilidade pelo cuidado dos pares, como bem expõe o texto do Plano de Pastoral de 1966-1970, elaborado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB, 1966):

Faz-se urgente uma descentralização das paróquias, não necessariamente no sentido de criar novas paróquias jurídicas, mas de suscitar e dinamizar, dentro do território paroquial, *comunidades de base*, onde os cristãos não sejam pessoas anônimas que buscam um serviço ou cumprem uma obrigação, mas sintam-se acolhidos e responsáveis, e delas façam parte integrante, em comunhão de vida com Cristo e com todos os seus irmãos. (p. 29).

A descrição acima resume bem o ocorrido no Capão Redondo. As CEBs foram capazes de unir uma comunidade em torno dos problemas que eram conjuntamente vivenciados. Mais do que isso, elas foram capazes de criar o sentimento de intolerância frente à desigualdade, construindo uma postura engajada na defesa dos direitos humanos. Por isso, afirmamos que os movimentos das igrejas católicas e evangélicas são diferentes pois, enquanto a primeira se dedicou a amenizar as expressões da desigualdade brasileira que, naquele período, se acentuaram em decorrência da Ditadura Civil-Militar, a segunda, expressa, em muitos momentos, a lógica neoliberal da mínima intervenção do Estado, o individualismo e a primazia do mercado para a regulação social. Porém, ela não a expressa por acaso. Como discutido ao longo do trabalho, as ideias e a expressão destas não se dão de maneira aleatória, mas conformam-se à realidade histórica.

Dito de outra forma, assim como as CEBs nasceram a partir de necessidades concretas identificadas em um determinado tempo histórico, as igrejas evangélicas

pentecostais e neopentecostais também revelam relações com o seu tempo. Como vimos, sua chegada e expansão no Brasil ocorreram de forma mais intensa durante a Ditadura Civil-Militar, sendo profundamente atravessadas por esse contexto. Isso não implica afirmar a inexistência de movimentos de resistência no interior desses espaços, tampouco desconsiderar que as práticas aqui criticadas sejam isentas de contradições – ao contrário. É justamente por reconhecer esses paradoxos que este debate se faz necessário. Entendemos, assim, que tais igrejas não podem ser tomadas como boas ou más em si mesmas, mas como expressões que respondem às demandas de um determinado tipo de organização social que, no caso brasileiro contemporâneo, se inscreve no marco da sociedade neoliberal.

Por isso afirmamos que as igrejas pentecostais e neopentecostais, ao tomarem o lugar das políticas públicas sociais e do poder público na constituição das sociabilidades, constroem outra lógica de garantia de direitos e de relação social, por vezes, pautada na meritocracia, se afastando daquilo que arduamente foi construído pelas CEBs e por outros grupos inspirados nos direitos universais da pessoa humana. Dessa forma, entendemos que os movimentos pentecostais e neopentecostais sinalizam que ainda há elementos no campo da cidadania que, por não dialogarem diretamente com nosso objetivo, não serão desenvolvidos neste trabalho, mas que devem ser olhados com mais atenção pelo meio acadêmico, pelas políticas públicas sociais e por toda a sociedade.

Spyer (2020) endossa nosso argumento ao mostrar que o movimento evangélico – e aqui enfocamos o pentecostalismo e o neopentecostalismo, como já temos feito – há muito deixou de ser apenas uma expressão religiosa da esfera privada, mas tornou-se a via de acesso às classes médias. Isso porque, para além das modificações no âmbito individual e familiar, como a redução do alcoolismo, o investimento no núcleo familiar, a disciplina no trabalho como condição de mérito para a prosperidade e o fortalecimento da autoestima por meio da conferência de cargos de responsabilidade dentro das instituições, este movimento também vem ocupando as entranhas da esfera política e da participação social no Brasil.

Gruman (2005) mostra que desde a Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, as igrejas pentecostais e neopentecostais têm assumido cada vez mais espaços no legislativo, tornando temas que deveriam ser da ordem do público, em verdadeiros combates de interesses privados pela via da gramática religiosa. Denominamos privados, pois estes interesses são partilhados por aqueles/as que possuem a mesma fé e que pautam

assuntos dos campos da Segurança, Saúde Pública etc., com base em contextos e discursos metafísicos.

Tal processo pauta-se no ideário de construção de uma nova moral e consiste no enfrentamento a indivíduos e/ou grupos que são lidos como entraves no combate à corrupção e no resgate de uma ‘verdadeira’ cidadania. Esta lógica, fincada no absurdo e em uma suposta guerra espiritual, é nomeada por Gruman (2005) de “diabolização da vida política” e imputa a responsabilidade das históricas mazelas sociais ao domínio da espiritualidade.

Entretanto, para além do corporativismo de viés religioso que perpassa os espaços de representação política, as igrejas continuam exercendo importante papel nas comunidades periféricas, garantindo mínimos sociais que muitos não conseguem acessar via Estado. Esses mínimos, por vezes, são os mesmos nomeados pelas/os moradoras/es do Capão Redondo, que, por nunca terem acessado plenamente os direitos de cidadania prometidos por lei, encontram nas instituições evangélicas importante papel como agentes de cuidado, a ponto de mobilizá-los a juntar-se aos movimentos que – mesmo com caráter caritativo – atendem demandas pungentes dos territórios.

Gruman (2005) explica que a secularização do Estado brasileiro ocorreu no final do Século XIX, conferindo à vida privada os valores morais, dentre eles, o exercício da fé e relegando à esfera pública os assuntos tidos como universais, isto é, que fossem de interesse comum a toda a sociedade. Entretanto, tal separação mostrou-se frágil ainda na primeira metade do Século XX, por meio da introdução de crucifixos nas repartições da administração pública, dentre outras ações tidas por Getúlio Vargas (1930-1945) que recuperaram os privilégios da Igreja Católica.

Ou seja, se os direitos de cidadania estiveram historicamente ligados à trama da igreja (principalmente, no Brasil, a Igreja Católica), há que se construir vias alternativas que não se apoiem nas denominações religiosas para a construção e garantia de direitos em plena sociedade democrática. Por mais que seja reconhecível como relevante o trabalho realizado por muitas instituições nas diferentes regiões do país, cabe ao Estado a responsabilidade de garantir direitos sociais, sob o risco de terceirizar constantemente uma tarefa que não deveria ter saído de suas mãos.

Ao longo deste trabalho, vimos que a cidadania no Brasil se fez, historicamente, pelas mãos dos desprivilegiados. Como apontado no capítulo introdutório, a cidadania brasileira não se configurou nos mesmos moldes dos países centrais do Ocidente, pois, em nosso contexto, foram os povos que precisaram criar estratégias de luta para

sobreviver, simbólica e fisicamente, que também engendraram outras formas de praticar cidadania. É nesse sentido que reafirmamos a tese de que a cidadania no Brasil se fez e se faz a partir do território. Neste país latino-americano, são múltiplos os territórios que tecem uma cidadania marcada pela centralidade dos direitos sociais e pela relevância das políticas públicas sociais para sua efetivação. O Capão Redondo constitui, assim, uma amostra concreta do que reiteramos ao longo do trabalho.

Portanto, não restam dúvidas de que a cidadania se faz por meio das políticas públicas sociais. Contudo, não se trata de qualquer política, tampouco daquelas que se abrem à incorporação de aspectos de caráter religioso-individual e/ou de aspectos ratificadores de interesses mercantis para a execução das ações de cuidado. Porque é necessário reconhecer (e analisar) que as instituições, incluindo as religiosas, são, contraditoriamente, atravessadas pela lógica mercantil.

Em sentido oposto, as políticas públicas sociais que dão contorno à cidadania no Estado Democrático de Direito pautam-se nos princípios da igualdade e da equidade no cuidado; compreendem a integralidade como elemento indispensável, uma vez que não concebem a fragmentação como possibilidade de intervenção e, acima de tudo, são gratuitas e universais, pois não estipulam critérios para o acesso, tampouco se focalizam em grupos específicos. Reafirmar esses princípios é fazer frente a lógicas privadas e mercantis e fortalecer a lógica pública.

Em alguma medida, as igrejas evangélicas às quais nos referimos têm sabido manejar alguns desses elementos por meio de parcerias, em regime de convênios, com o poder público ou, ainda, pela proposição de atividades que reforçam os sentimentos de pertencimento e autoestima em espaços institucionais próprios. A título de exemplificação, temos as comunidades terapêuticas que, por meio do discurso do “cuidado integral”, oferecem um trabalho dito interdisciplinar, ao se ocuparem das diferentes dimensões humanas, que vão da física à espiritual.

Apesar de muitas práticas serem passíveis de reprovação, as instituições evangélicas ocupam lugares importantes nos territórios e estabelecem diálogo com pessoas e/ou famílias que, por vezes, são vistas como “problemáticas” ou “difíceis” no interior da própria comunidade. Ao mesmo tempo, não por acaso, as políticas públicas foram alvo de críticas recorrentes ao longo das conversas que tivemos com os/as moradores/as do Capão Redondo. Embora consideradas indispensáveis, elas foram frequentemente percebidas como reprodutoras de violência institucional e não como facilitadoras do cuidado.

É nesse ponto que reside a questão central aqui colocada: se muitas vezes o poder público não tem conseguido construir dispositivos que efetivamente possibilitem o acesso aos direitos, os/as representantes pentecostais e neopentecostais demonstram conhecer e mobilizar ferramentas potentes de interlocução com aqueles/as que, em alguma medida, já foram abandonados/as – ou frente aos quais a política pública desistiu.

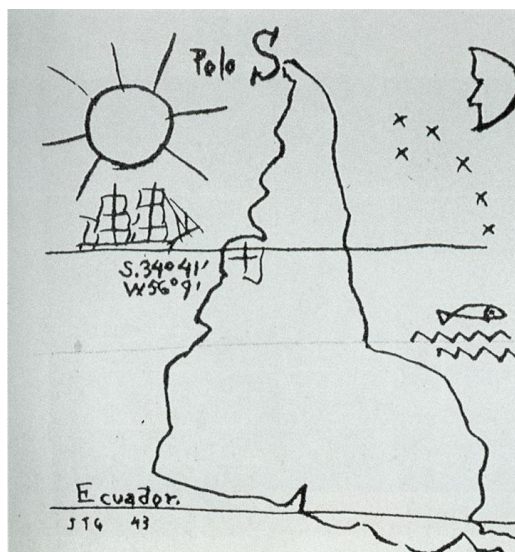
Diante disso, reforçamos a necessidade de fortalecer os mecanismos de implementação e controle das políticas públicas sociais, a fim de enfrentar concepções mercantis, religiosas e outras que obstaculizam a oferta de práticas universais de cuidado. Ainda que a parceria público-privada seja uma realidade cada vez mais frequente no Brasil, é fundamental insistir no caráter público da oferta e da gestão dessas políticas. Caso contrário, corremos o risco de aprofundar os processos de mercantilização, afetando diretamente os princípios e diretrizes anteriormente mencionados.

No mais, retomamos a fala de Padre Freire, epígrafe deste capítulo, na qual ele menciona a necessidade de construir formas de existência que permitam que “o céu comece aqui”. Ratificamos essa afirmação, porém, não nos referimos a um céu divino, mas a espaços nos quais cada sujeito humano disponha de condições materiais e imateriais para desenvolver plenamente suas capacidades; à possibilidade de gozar de uma vida cuja necessidade seja aquela inerente à vida humana, e não aquela ligada à mera sobrevivência ou imposta pelo mercado, como afirma Galeano (2008).⁴²

Finalmente, ao longo de nossa discussão, mostramos como o Sul Global configurou outras formas de participação e de cidadania, bastante distintas daquelas produzidas no Norte. A história nos mostra que somos capazes de construir outras referências de cuidado e de mobilização social, mesmo quando os modelos disponíveis são absolutamente distintos de nossas condições socioeconômicas. Dessa forma, nos juntamos a Joaquín Torres Garcia (1944) e o que propõe, a partir de seu desenho *América Invertida*, de 1943, apresentado na Figura 6.

⁴² Texto El Impuesto Global: El amor que pasa, la vida que pesa, la muerte que pisa. Hay dolores inevitables, y así es nomás, y ni modo. Pero las autoridades planetarias agregan dolor al dolor, y encima nos cobran ese favor que nos hacen. En dinero contante y sonante pagamos, cada día, el impuesto al valor agregado. En desdicha constante y sonante pagamos, cada día, el impuesto del dolor agregado. El dolor agregado se disfraza de fatalidad del destino, como si fuera la misma cosa la angustia que nace de la fugacidad de la vida y la angustia que nace de la fugacidad del empleo (Galeano, 2008, p. 314)

Figura 6: América Invertida



Fonte: García (1944)

Eu chamei isso de ‘A Escola do Sul’ porque, na realidade, nosso Norte é o Sul. Não deve haver norte para nós, exceto em oposição ao nosso sul. Portanto, agora nós viramos o mapa de cabeça para baixo, e então temos uma ideia verdadeira de nossa posição, e não como o resto do mundo deseja. O ponto da América, de agora em diante, para sempre, aponta insistentemente para o sul, nosso Norte. Isto é, esquecer o Velho Mundo e colocar toda a nossa esperança e todo o nosso esforço em criar esta nova cultura que aqui deve ser produzida. (...) Deixemos, pois, os autores e mestres que já não podem nos servir, uma vez que nada podem nos dizer sobre aquilo que devemos descobrir em nós mesmos. (García, 1944, Minha tradução)⁴³.

Torna-se cada vez mais urgente a necessidade de construirmos modos de trabalho e de ação sul-centrados, a fim de cuidarmos de nossos territórios e de nossas políticas com base nas demandas impostas por nossa própria história. Do contrário, corremos o risco de implementar estratégias que pouco correspondem às nossas necessidades ou que atendem de forma insuficiente às nossas demandas.

Assim, que o nosso Norte seja o Sul!

⁴³ No original: No debe haber norte, para nosotros, sino por oposición a nuestro Sur. Por eso ahora ponemos el mapa al revés, y entonces ya tenemos justa idea de nuestra posición, y no como quieren en el resto del mundo. La punta de América, desde ahora, prolongándose, señala insistentemente el Sur, nuestro norte. Es decir, olvidar lo del Viejo mundo, y poner toda nuestra esperanza, y nuestro esfuerzo, en crear esta nueva cultura que aquí tiene que producirse. (...) Deja, pues, autores y maestros, que ya no pueden servirnos, puesto que nada pueden decirnos de lo que debemos descubrir en nosotros mismo.

REFERÊNCIAS

- ABIKO, A. K.; COELHO, L. O. **Mutirão habitacional: procedimento de gestão** (Recomendações técnicas HABITARE, v.2). Porto Alegre: ANTAC, 2006.
- ABRANCHES, S. H. Política social, pobreza e desigualdade: a prática da teoria. In: ABRANCHES, S. H. **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987, p. 9-32.
- ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 135-146.
- AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.
- AURELIANO, L.; DRAIBE, S. M. A especificidade do “Welfare State” brasileiro. **Projeto: A política social em tempo de crise: articulação institucional e descentralização. Volume I: Reflexões sobre a natureza do bem-estar**. Brasília: Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), 1989, p. 86-179.
- BRAUN, V., CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, n. 3, v. 2, 2006, p. 77-101. Disponível em: <http://eprints.uwe.ac.uk/11735>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- BICHIR, R., PEREIRA, G. N., & GOMES, M. L. Interações socioestatais e construção de capacidades nas políticas públicas: o caso da assistência social na cidade de São Paulo. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 40, v. 1, 2021, p. 57–79. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/s01013300202100010010>. Acesso em: 15 mai. 2025.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Capitalismo, liberalismo e origem da política social. In: BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 47-81.
- BELLAMY, R. **Citizenship: a very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2008.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BOCK, A. M. B.; M. G. M. Desigualdade social: a perspectiva da psicologia social sócio-histórica. In: _____. (orgs). **Desigualdade Social: contribuições da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Educ, 2024, p. 23-46.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1993.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011.

BRASIL. **Caderno de orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – articulação necessária na proteção social básica**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Perguntas frequentes: serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV)**. Brasília: Ministério da cidadania; Secretaria Nacional de Desenvolvimento Social; Secretaria Nacional de Assistência Social; Departamento de Proteção Social, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/publicacoes/perguntas_frequentes_SCFV_2022.pdf. Acesso em: 12 ago. 2023.

CASTILHO, D. R.; LEMOS, E. L. S. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **Rev. Katálisis**, n. 24, v. 2, 2021, p. 269-279. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75361>. Acesso em: 8 fev. 2024.

CASTRO, E.; OLIVEIRA, U. T. V. A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual. **Entretextos**, n. 22, v. 3, 2022, p. 25-45. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/46089>. Acesso em: 26 jan. 2024.

CARLOTO, C. M.; STECHI, T. O. Entre o direito e o dever: uma reflexão sobre a exigência de condicionalidades no Programa Bolsa Família. **O social em questão**, v. 21, n. 43, 2019, p. 257-280. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552264314011/html/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

CARRARA, K. Psicologia e a construção da cidadania. **Psicologia: ciência & profissão**, v. 16, n. 1, 1996, p. 12-17. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98931996000100003>. Acesso em: 6 jan. 2024.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, T. A. A cultura filantropo-confessional e os direitos de cidadania. In: SPOSATI, A.; Costa, R. C. S.; LIMA, T. A. S. (orgs). **Virei serviço! E agora?**. São Paulo: EDUC: CAPES, 2022, p. 59-76.

CASSIN, M. P. S. Dependência e ultraneoliberalismo: as políticas sociais no Brasil pós-

golpe de 2016. **Temporalis**, v. 22, n. 43, 2022, p. 17-33. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37772>. Acesso em: 7 set. 2023.

CERQUEIRA, P. *et al.* Uma pesquisa e seus encontros: a fabricação de intercessores e o conhecimento como produção. In: GOMES, M. P. C., MERHY, E. E. (orgs.). **Pesquisadores in-mundo: um estudo da produção do acesso e barreira em saúde mental**. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2014, p. 25-42.

CIAMPA, A. C. Identidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 58-75.

CLARKE, V. **Thematic analysis: what is it, when is it useful & what does "best practice" look like?** YouTube, 09 de dezembro de 2017, 1h01. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4voVhTiVydc&feature=youtu.be>. Acesso em: 13 nov. 2025.

CNBB. **Plano pastoral de conjunto 1966-1970**. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1966. Disponível em: <https://efosm.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/02/cnbb-doc-77-e28093-plano-de-pastoral-de-conjunto-e28093-1966-1970.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2025.

COHN, A. As políticas sociais no governo FHC. **Tempo Social**, v. 11, n. 2, p. 183-197, 1999.

COHN, A. As políticas de abate social no Brasil contemporâneo. **Lua Nova**, n. 109, 2020, p. 129-160. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-129160/109>. Acesso em: 22 jul. 2023.

COMPARATO, F. K. A nova cidadania. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 28-29, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000100005>. Acesso em: 25 oct. 2024.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970**. Rio de Janeiro: Dom Bosco, 1966.

COSTA, G. P. **Consciência política e cidadania mediadas pela participação política: um estudo de caso em Porto Alegre**. 2006. 423 p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17156/1/GiseliPaimCosta.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

COSTA, J. F. A.; GALEÃO-SILVA, L. G. Notas sobre a noção de cidadania e seus usos e sentidos no âmbito da Política de Assistência Social brasileira. In: CORDEIRO, M. P.; SVARTMAN, B. & VILELA E SOUZA, L. (orgs.). **Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas**. São Paulo: Instituto de Psicologia, 2018, p. 144-163.

DATAFOLHA (2024). **Perfil dos evangélicos em São Paulo**. São Paulo: Datafolha – Instituto de Pesquisas. Disponível em: Apresentação do PowerPoint. Acesso em: 31 dez. 2025.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE LÍNGUA PORTUGUESA MICHAELIS. **Entrevista**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/entrevista/>. Acesso em: 5 jan. 2025.

DIEESE. **Brasil**: indicadores socioeconômicos selecionados – séries históricas de 1995 a 2021. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2022.

DI GIOVANNI, G. Políticas públicas e políticas sociais. **Gera Di Giovanni**: sociologia, crítica social, comentários e reflexões sobre sociedade e cultura - políticas públicas, 2008. Disponível em: <https://geradigiovanni.blogspot.com/2008/08/politicas-pblicas-e-poltica-social.html>. Acesso em: 25 mai. 2023.

FANON, F. **Peau noire, masques blancs**. Paris: Éditions Points, 2015.

FAGNANI, E. A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **SER Social**, v. 13, n. 28, 2011, p. 41-80. Disponível: https://doi.org/10.26512/ser_social.v13i28.12682. Acesso em: 10 fev. 2023.

FERREIRA, J. S. W. A forma urbana patrimonialista: limites da ação estatal na produção do espaço urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, 2022, p. 1-24. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/yqcGgmQRnwptZWNJtbyFb5f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2025.

FERREIRA, M. C. C. **Representações Sociais e Práticas Políticas do Movimento Negro Paulistano**: as trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos (1928-1937). 2005. 221 p. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FAUSTINO, D. M. Muito além do discurso: a relação entre colonialismo, capitalismo e racismo no pensamento de Frantz Fanon. In: MARTUSCELLI, D. E.; SILVA, J. B. (orgs.). **Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista**. Santa Catarina: Ed. dos Autores, (Coleção Marxismo 21), 2021, p. 171-184.

FRASER, N. **Qu'est-ce que la justice sociale ?** Reconnaissance et redistribution. Paris: La Découverte, 2005.

FUNARI, P. P. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (orgs.). **A história da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 49-79.

FURTADO, O. O trabalho e a dimensão subjetiva da realidade. In: _____. **Trabalho e solidariedade**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 63-98.

GALEANO, E. El impuesto global. In: _____. **Espejos**: una historia casi universal. Biblioteca Nacional de España, 2008, p. 314. Disponível em: <https://editorialkuruf.wordpress.com/wp-content/uploads/2021/01/espejos-e.galeano.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026.

- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: L&PM, 2010.
- GARCÍA, J. T. La escuela del Sur. In: _____. **Universalismo constructivo: contribución a la unificación del arte y la cultura de América**. Buenos Aires: Editorial Poseidon, 1944, p. 213.
- GESSER, M. Políticas públicas e direitos humanos: desafios à atuação do Psicólogo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n.spe, 2013, p. 66-77. Disponível: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282029397008>. Acesso em: 17 jun. 2023.
- GLOBO. **Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome**. O Globo, São Paulo, 25 de julho de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contr-a-fome.ghtml>. Acesso em: 03 jul. 2025.
- GOES, M. C. R.; CRUZ, M. N. Sentido, significado e conceito: notas sobre as contribuições de Lev Vigotski. **Pró-Posições**, v. 17, n. 2 (50), 2006, p. 31-45. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2365/50_dossie_goes_mcr_et al.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.
- GOES, M. **Cidadania, bola e macarrão: um estudo de psicologia a partir do relato de dois moradores do Jardim Ângela**. 2010. 142 p. (Mestrado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GONÇALVES, M. G. M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2013.
- GONÇALVES, M. G. M. Ressonância: identidade e alteridade - breve análise à luz da contraposição igualdade e desigualdade. In: VICENTIN, M. C. G.; GONÇALVES, M. G. M.; MIRANDA, S. C.; XAVIER, K. R. (orgs.). **Construindo uma psicologia social ético-política na transversalidade teórica**. São Paulo: Educ : Pipeq, 2019, p. 107-120.
- GONÇALVES, M. G. M. Dimensão subjetiva da realidade – desafios na compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; ROSA, E. Z. (orgs.). **Dimensão subjetiva: uma proposta para uma leitura crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2020, p. 39-63.
- GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, F.; LIMA, M. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020, s/p.
- GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016.
- GRACIANI, J. S. **A Prática Educativa à Luz da Pedagogia Social e da Psicologia Social Comunitária: Estudo do Programa Integração AABB Comunidade**. 2015. 331 p. (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

GRASSO, M.; GIUGNI, M. Intra-generational inequalities in young people's political participation in Europe: The impact of social class on youth political engagement. **Politics**, v. 42, n. 1, 2022, p. 13-38. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/02633957211031742>. Acesso em: 22 set. 2024.

GRUMAN, M. O lugar da cidadania: Estado moderno, pluralismo religioso e representação política. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, n. 1, 2005, p. 95-117.

GUARINELLO, N. L. Cidades-estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, J. PINSKY, C. B. (orgs.). **A história da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 29-47.

HÖFLING, E. D. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**. Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

HOLSTON, J. **Insurgent Citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil**. United Kingdom: Princeton University Press, 2008.

HOSOKAWA, E. São Paulo: 110 anos do Capão Redondo. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**. São Paulo, v. 1, n. 27, p. 259-268, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-4174.v1n27.2022.59252>. Acesso em: 19 jan. de 2024.

IBGE. **Indicadores sociais municipais 2010: incidência de pobreza é maior nos municípios de porte médio**. Agência IBGE Notícias, 2011.

IBGE. Quantidade de homens e mulheres. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em: 9 fev. 2025.

IBGE. **POF 2017-2018: proporção de domicílios com segurança alimentar fica abaixo do resultado de 2004**. Agência IBGE Notícias, 2020. Acesso em: 15 abr. 2024.

ISIN, E. F. Theorizing Acts as Citizenship. In: E.F. ISIN; G. M. NIELSEN. **Acts of citizenship**. Londres: Bloomsbury Publishing, 2007, p. 15-43.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos e Contextos**, n. 11. v. 2. 2012, p. 301-308. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/12173>. Acesso em: 9 ago. 2024.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KEPPKE, R. S.; OLIVEIRA, R. P. C.; DOERNER, C. D. O campus e a cidade: memórias e reflexões do centro universitário adventista de São Paulo no Capão Redondo. **Cordis: Revista Eletrônica De História Social Da Cidade**, v. 1, n. 27, 2022, p. 02-36. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-4174.v1n27.2022.59237>. Acesso em: 16 out. 2023.

KOGA, D. O território e suas múltiplas dimensões na Política de Assistência Social. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, n. 2 (suplemento). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da

Informação, 2005, p. 17- 21.

KOGA, D. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serv. Soc. Rev.**, v. 16, n. 1, 2013, p. 30-42. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/17972>. Acesso em: 3 mar. 2023.

KOGA, D. Territórios de vivência em um país continental. **Serv. Soc. & Saúde**, v. 14, n.19, 2015, p. 9-26.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LACERDA, F. Podem as políticas públicas emancipar? In: LIMA, A. F.; ANTUNES, D. C.; CALEGARE, M. G. A. **A psicologia social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2015, p. 110-127.

LAMOUREUX, D. Droits et vertus civiques. **Bulletin de la Ligue des droits et libertés**, vol. XV, n° 1, 1996, p. 14-16.

LANE, S. Linguagem, pensamento e representações sociais. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 32-39.

LEFEVBRE, H. **Le droit à la ville**. Paris: Anthropos, 1968.

LEONTIEV, A. O homem e a cultura. In: _____. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Centauro, 2004, p. 276-302.

LHUILIER, D. Trabalho. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 3, 2013, p. 483–492. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000300002>. Acesso em 6 nov. 2025.

LUCAS, B., LUDWIG, C., CHAPUIS, J., MAGGI, J., CRETTEZ, E. **Le non-recours aux prestations sociales à Genève. Quelles adaptations de la protection sociale aux attentes des familles en situation de précarité?** Rapport de recherche. Genève: Haute Ecole de Travail Social et Haute Ecole de Santé (HES-SO/Genève), 2019.

MACHADO, M. R. A.; VITALE, D.; RACHED, D. H. Indigenous women against Bolsonaro's government in Brazil: resisting right-wing authoritarianism and demanding climate justice. In: **Feminist frontiers in climate justice gender equality, climate change and rights**. Cheltenham: Edward Elgar, 2023, p. 268-293.

MAIO, M. C. O projeto Unesco e as agendas das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, 1999, p. 141-158. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000300009>. Acesso em: 12 abr. 2024.

MAMONA, K. As regiões mais caras para comprar um imóvel em São Paulo. **Exame Invest**, São Paulo, 23 nov. 2021. Disponível em: <https://exame.com/invest/minhas-financas/as-regioes-mais-caras-para-comprar-um-imovel-em-sao-paulo-2/>. Acesso em: 29 abr. 2024.

MANZINI-COVRE, M. L. **O que é cidadania?** São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1991.

MARANGONI, G. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Revista Desafios do desenvolvimento**, n. 72, v. (9), 2012, s/p. Acesso em: 6 fev. 2024.

MARQUES, R. M.; MENDES, A. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. **Revista Kátal**, v. 10, n. 1, 2007, p. 15-23. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000100003>. Acesso em: 13 set. 2023.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: _____. **Cidadania, classe social e status**. Zahar Editores, 1967, p. 57-114.

MATHEUS, T. C. Vulnerabilidade social e solidariedade entre jovens: Jardim Ângela e Jardim São Luís. **Psicologia & Sociedade**, n. 31, e. 170505, 2019, p. 1-14. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/kpSdfZx7XX4z3qTNYwggKcx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2024.

MARTÍN-BARÓ, I. Guerra e saúde mental. In: LACERDA JUNIOR, F. (org.) **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 251-270.

MELO, J. A. Desigualdades Regionais: histórico das Políticas de Planejamento Regional no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 1, s/d. Disponível em: https://brsa.org.br/wp-content/uploads/wpcf7-submissions/1880/Artigo_-desigualdade-e-politicas-regionais_v1.pdf. Acesso em: 25 jan. 2024.

MIRANDA, D. C. F. **Cultura, território e cidadania: um estudo sobre as políticas culturais na cidade de Natal**. 2022. 141 p. (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

MORAES, F.; SPOSATI, A. Direito à proteção social de cidadania. In: SPOSATI, A.; COSTA, R. C. S.; LIMA, T. A. S. (orgs). **Virei serviço! E agora?**. São Paulo: EDUC : CAPES, 2022, p. 21-34.

MOTT, L. A Revolução dos negros do Haiti e o Brasil. **Mensário do Arquivo Nacional**, v. 13, n. 1, 1982, p. 3-10. Disponível em: <https://bdan.an.gov.br/items/fce0ee44-7e1d-40a3-990a-36882550d07e>. Acesso em: 13 fev. 2024.

MOTT, L. Um documento inédito para a história da Independência. In: C. G. MOTA (org.). **1822: Dimensões**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986, pp. 465-83.

MOURA, A. B. O discurso da cidadania em Marshall: a influência do modelo clássico na teoria jurídica moderna. **Jurisvox**, n. 10, 2010, p. 22-34. Disponível em: <https://revistas.unipam.edu.br/index.php/jurisvox/article/view/4245>. Acesso em: 10 set. 2024.

MOURA, C. Uma trajetória: da escravidão à marginalização. In: MOURA, C. **O negro: do bom escravo ao mau cidadão**. Editora Conquista, 1977, p. 16-88.

MOURA, C. O escravismo tardio. In: _____. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anitta, 1994, p. 52-99.

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

OBSERVASAMPA. **Indicadores distrito Capão Redondo**. Prefeitura de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://acesse.one/83nxG>. Acesso em: 25 abr. 2024.

OLIVEIRA, A. C.; OLIVEIRA, H. A. À margem da história e da sociedade: a construção da cidadania e situação social dos afrodescendentes após a abolição da escravidão no Brasil. **Guaju, Matinhos**, v. 5, n. 1, 2019, p. 190-217. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/65608>. Acesso em: 13 mar. 2024.

REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN)**. Suplemento I, Insegurança Alimentar no Estados. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN), 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2025.

PIRES, T. R. O. Estruturas intocadas: racismo e ditadura no Rio de Janeiro. **Revista Direito & Práxis**, v. 9, n. 2, 2018, p. 1054-1079. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/DWf3hXwfgJdxQY3CJ8gCgvj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2024.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Portaria Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS nº 46**, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a tipificação da Rede Socioassistencial do município de São Paulo e a regulação de parceria operada por meio de convênios. São Paulo: Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 2010. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-de-assistencia-e-desenvolvimento-social-smads-46-de-22-de-dezembro-de-2010#>. Acesso em: 15 out. 2025.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Resolução Comas-SP nº 1056**, de 03 de novembro de 2015. Dispõe sobre aprovação de alteração das Portarias 46 e 47/SMADS/2010, para integrar o Centro de Convivência Intergeracional - CCInter ao âmbito da Proteção Social Básica como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. São Paulo: Conselho Municipal de Assistência Social, 2015, p. 102. Disponível em: https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/comas/res_15/1056.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Relação de Convênios e Parcerias de 2023**. São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 2023. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/parcerias_com_or

ganizacoes_da_sociedade_civil_osc/index.php. Acesso em: 15 out. 2025.

QUEIROZ, A. A. Desafios do Governo Lula nos próximos dois anos. **Teoria e Debate**, Edição 250, 2024. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/colunas/desafios-do-governo-lula-nos-proximos-dois-anos/>. Acesso em: 13 mai. 2025.

QUINTAS, F. L. Cidadania, Estado e Sistema Monetário Internacional. **Revista Direito GV**, v. 10, n. 2, 2014, p. 417-440. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/s53Z6FQZtRBwQz9ZhWGbd3D/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.

REIS, E. P. Opressão burocrática: o ponto de vista do cidadão. **Estudos históricos**, v. 3, n. 6, 1990, p. 161-179. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2306/1445>. Acesso em: 29 nov. 2023.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do bolsa família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

RNSP. **Mapa da Desigualdade 2023**. São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2023. Disponível em: <https://institutocidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadesaopaulo/>. Acesso em: 5 mar. 2024.

ROCHA, J. F.; CARRARA, K. Formação ética para a cidadania: reorganizando contingências na interação professor-aluno. **Psicologia Escolar e Educacional [online]**, v. 15, n. 2, 2011, p. 221-230. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/7YYvbHdXpLHMjFCmrQ4fj9n/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2024.

SADER, E. As esferas pública, estatal, privada e mercantil no neoliberalismo. In: _____. **Se é público, é para todos**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018, p. 9-23.

SANTOS, L. N.; MOTA, A. M. A.; SILVA, M. V. O. A dimensão subjetiva da subcidadania: considerações sobre a desigualdade social Brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**, v. 33, n. 3, 2013, pp. 700-715. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/wCbKPxHpRQLBb4vfQC7dynf/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 9 fev. 2024.

SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7^o ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: _____. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, p. 97-118.

SCHIAVO, R. A. Comunidades eclesiais de base e ditadura militar no Brasil: reflexões sobre uma memória cinquentenária. **Ciências da Religião**: história e sociedade, v. 12, n. 2, 2014, p. 91-116. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/7522>. Acesso em: 09 jan. 2026.

SEN, A. Funcionamentos e capacidade. In: _____. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 79-102.

SEADE POPULAÇÃO. **Evolução da população município de São Paulo**. Governo do Estado de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://populacao.seade.gov.br/evolucao-populacional-msp/>. Acesso em: 18 fev. 2024.

SILVA, L. M.; BOARINI, M. L. Intersetorialidade e políticas sociais no contexto brasileiro: desafios para a proteção integral infantojuvenil. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, v. 12, n. 1. 2022, pp. 58-83. Disponível em: <https://revista.psico.edu.uy/revpsicologia/article/view/786/492>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SLAVEVOYAGES. **The Trans-Atlantic Slave Trade Database**, 2019. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org>. Acesso em 26 jan. 2024.

SINGER, P. A cidadania para todos. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (orgs.). **A história da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 191-263.

SOUZA, J. A gramática social da desigualdade brasileira. In: _____. (org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 23-54.

SOUZA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 71, n. 2, 2019, p. 51-67. Disponível em <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2019v71i2p.51-67>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SOUZA, V. S. Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). **Revista Brasileira de História**, n. 42, v. 89, 2022, pp. 93-115. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n89-06>. Acesso em: 18 ago. 2024.

SPYER, J. **O povo de Deus**: quem são os evangélicos e porque eles importam. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

TELLES, V. S. Direitos sociais: afinal do que se trata? **Revista USP**, n. 37, 1998. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/27023>. Acesso em: 27 dez.

2023.

TURNER, J. (En)gendering the political: citizenship from marginal spaces, **Citizenship Studies**, v. 20, n. 2, 2016, p. 141-155. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13621025.2015.1132569>. Acesso em : 18 set. 2024.

TURUBAN, P. Em Suisse, quatre personnes sur dix sont issues de la migration: qui sont-elles? **RTS CH**, 2025. Disponível em: <https://www.rts.ch/info/suisse/2025/article/immigration-en-suisse-40-de-la-population-issue-de-la-migration-28924695.html>. Acesso em: 19 nov. 2025.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. (Tradução Paulo Bezerra). São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

VIGOTSKI, L. S. **Sete aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedagogia**. Organização [e tradução] Zoia Prestes, Elizabeth Tunes; tradução Claudia da Costa Guimarães Santana. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018.

WAISBICH, L. T. Mobilising international embeddedness to resist radical policy change and dismantling: the case of Brazil under Jair Bolsonaro (2019–2022). **Policy Sciences**, n. 57, 2024, p. 145-169. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11077-023-09519-0>. Acesso em: 9 nov. 2024.

WELLE, A.; FURNO, J.; BASTOS, P. P. Z. **O poder de compra do salário-mínimo: dos governos Lula a Bolsonaro**. Campinas: Unicamp, Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica, Nota 18, 2022. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/noticias/o-poder-de-compra-do-salario-minimo-dos-governos-lula-a-bolsonaro-nota-do-cecon-n-18>. Acesso em: 1 nov. 2023.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política Social e psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. especial, 2010, p. 9-24. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/vBxzfYFsdLYrqSJFXNw8j9b/#>. Acesso em 17 jan. 2024.

APÊNDICES



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidada (o) a participar como voluntária (o) da pesquisa **SENTIDOS DE SUB(CIDADANIA): VEREDAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO EXISTIR COMO CIDADÃ(O) NO BRASIL**, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que será conduzida pela pesquisadora Lorena Maria da Silva, sob responsabilidade da orientadora Prof.^a Dr.^a Maria da Graça Marchina Gonçalves, do Departamento de Psicologia Social da PUC-SP. Por favor, leia este documento com atenção antes de assiná-lo e sinta-se à vontade para expor suas dúvidas quantas vezes for necessário a fim de esclarecermos qualquer aspecto que não tenha ficado claro. A proposta deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar da nossa pesquisa de doutorado em Psicologia Social. A pesquisa cumpre as exigências referentes ao sigilo e aspectos éticos conforme instituído na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) para pesquisas envolvendo seres humanos e pela Resolução do Conselho Federal de Psicologia Nº 010/2012.

O **objetivo geral** dessa pesquisa é compreender os processos históricos e sociais que constituem os direitos à cidadania no Brasil no século XXI e sua relação com as políticas públicas sociais, a partir da análise da vida de usuárias (os). Você está sendo convidada (o), pois, participa e/ou tem relação com as atividades desenvolvidas pelo Centro de Convivência Intergeracional Imbé (CCInter – Imbé). A sua participação não é obrigatória e você pode, a qualquer momento ao longo da pesquisa, desistir de participar e retirar seu consentimento sem prejuízos em sua relação com a pesquisadora

ou com as (os) profissionais do CCInter – Imbé.

Caso aceite, sua participação consiste em nos dar uma entrevista, que consistirá em uma conversa presencial que será feita com base em um roteiro de perguntas elaborado pela pesquisadora. A entrevista durará em torno de uma hora (1h) e ocorrerá no CCInter – Imbé ou em outro espaço que você se sentir à vontade para conversar. A entrevista será gravada em formato de áudio para posterior transcrição das informações na íntegra e contará com uma média de sete (sete) perguntas, incluindo os dados de identificação e sociodemográficos, que abordam os seguintes assuntos: como foi o acesso as atividades que desenvolve/participa em sua comunidade; se possui relação com a Política de Assistência Social; significados de cidadania e formas de garanti-la e, definições de cidadania. Você não é obrigada (o) a responder todas as perguntas e poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem ser prejudicado por isso. Não há respostas certas ou erradas, pois o que importa é como você compreende os assuntos abordados. A pesquisadora responsável pelo estudo irá analisar as informações passadas por você através de seu relato na entrevista. Suas respostas serão tratadas de forma **anônima e confidencial**, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Você tem direito de acesso às suas respostas e caso queira alterá-las poderá fazer.

No que diz respeito aos benefícios esperados por meio desta pesquisa, destacamos que a escuta por meio das entrevistas poderá cooperar, a médio e a longo prazo, com a produção de conhecimentos científicos e de subsídios teóricos e práticos à área da Psicologia no que se refere ao campo das Políticas Públicas Sociais e as implicações subjetivas dessas no desenvolvimento humano. Contudo, vale frisar que não haverá benefícios diretos e individuais a você como participante, porém, ainda entendemos que os dados obtidos poderão auxiliar no desenvolvimento das ações na Política de Assistência Social e com as demandas da comunidade.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos. Dentre os riscos que identificamos nesta pesquisa estão, possíveis sentimentos de desconforto ao expor seus sentimentos, percepções e vivências pessoais e o tempo despendido durante a entrevista. Ressalta-se que, caso seja verificada presença de manifestações de mobilização emocional durante o período de coleta de dados, estas serão acolhidas pela pesquisadora, que possui formação em Psicologia e possui domínio técnico para o manejo de tais situações. Além disso, você pode optar por não responder qualquer questão que te faça sentir desconfortável e é livre para retirar o seu consentimento a

qualquer momento da pesquisa.

Caso julgue necessário, você dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-la (o) na tomada de decisão livre e esclarecida.

A devolutiva dos resultados deste estudo ocorrerá por meio de apresentação e discussão aberta ao público a ser realizada no CCInter – Imbé, após a conclusão da pesquisa em data a ser agendada. Vale ressaltar que tanto os seus dados de identificação, quanto a sua identidade serão mantidos em sigilo, sendo que apenas a pesquisadora e a orientadora responsável terão acesso. Caso os dados fornecidos necessitem ser utilizados em eventos ou artigos científicos, serão adotados códigos de identificação ou nomes fictícios. Você poderá questionar ou solicitar informações sobre a pesquisa quando achar necessário, mesmo depois de realizada a entrevista, por meio do contato da pesquisadora que consta no final deste documento.

Não haverá nenhum custo a você relacionado a este estudo, bem como não haverá remuneração, pagamento ou recompensa pela sua participação, sendo ela totalmente livre. No entanto, caso existam eventuais despesas decorrentes da sua participação, como alimentação e transporte, estas serão ressarcidas integralmente pela pesquisadora. A presente pesquisa está baseada na Resolução CNS 466/12 e a pesquisadora declara expressamente que se compromete em cumpri-la, bem como, as demais orientações do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término por você, e pela pesquisadora responsável, ficando uma via com cada um. Desde já agradeço sua atenção e participação e coloco-me à disposição para maiores informações.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu _____ concordo em participar desse estudo. Fui informada (o) e esclarecida (o) pela pesquisadora sobre o tema e o objetivo da pesquisa, assim como a maneira como ela será feita – incluindo a gravação em áudio das minhas respostas – os benefícios e os possíveis riscos decorrentes de minha participação. Recebi a garantia de que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me traga

qualquer prejuízo. Fui informada (o) também sobre o número de telefone e e-mail da pesquisadora e do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP e terei acesso a uma cópia deste termo assinado pelas pesquisadoras.

São Paulo, ___/____/_____

Nome da (o) participante

Assinatura da (o)
participante

Assinatura da pesquisadora
responsável

Assinatura da orientadora da
pesquisa

Informações da pesquisadora

Nome: Lorena Maria da Silva

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

(PUC-SP) Telefone: (11) 92018-2595

E-mail: lorenamaria.sanches@gmail.com

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria da Graça Marchina Gonçalves

Informações do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 – Perdizes - São Paulo –
SP

Telefone: (11) 3670-8466

E-mail: cometica@pucsp.br

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO
Nome:
Idade:
Naturalidade (estado/região):
Escolaridade:
Ocupação:
Religião:
Gênero: Mulher cis <input type="checkbox"/> Homem Cis <input type="checkbox"/> Mulher Trans <input type="checkbox"/> Homem Trans <input type="checkbox"/> Não binário <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/>
Qual a sua orientação sexual: Heterossexual <input type="checkbox"/> Bissexual <input type="checkbox"/> Lésbica <input type="checkbox"/> Homossexual <input type="checkbox"/> assexual <input type="checkbox"/>
Qual é sua cor ou raça? Branca <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/>
Renda familiar: <input type="checkbox"/> 1 a 3 salários-mínimos <input type="checkbox"/> 3 a 5 salários-mínimos <input type="checkbox"/> Acima de 5 salários-mínimos
Recebe algum benefício socioassistencial?
2. ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRURADA
2.1. Bloco temático – História com o território

- Em qual região você reside?
- Há quanto tempo você mora na região?
- Quais são suas atividades cotidianas atualmente?
- Você poderia me contar um pouco sobre a sua história e como chegou até o território do Capão Redondo?
- O que você pensa sobre viver aqui?

2.2. Bloco temático – História com a Política Social

- Você poderia me contar pouco sobre quais serviços (saúde, assistência social) você conhece e frequenta nesse território?
- Como você os conheceu? E especificamente o CCInter, como você chegou até aqui?
- Quais atividades você realiza nestes serviços? E qual a sua opinião sobre elas?
- Já ocorreu alguma situação na sua história que você considera que o serviço foi importante? Se sim, você poderia me contar um pouco?

2.3. Bloco temático – História com os direitos de cidadania

- O que significa ser cidadã(o) para você
- Teve algum momento na sua história que você se sentiu cidadã(o)?